



Maria Gabriela Numeriano de Sá Gomes

Orientadora: Prof.^ª. Dr.^ª. Natália Miranda Vieira-de-Araújo

um olhar sobre a preexistência

o sítio histórico de Floresta-PE,
a percepção dos moradores e a
salvaguarda do patrimônio cultural

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

MARIA GABRIELA NUMERIANO DE SÁ GOMES

**UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA:
O Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos
moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural**

Recife

2021

MARIA GABRIELA NUMERIANO DE SÁ GOMES

**UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA:
O Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos
moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de Concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo.

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira – CRB-4/2223

G633o Gomes, Maria Gabriela Numeriano de Sá
Um olhar sobre a preexistência: o Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural / Maria Gabriela Numeriano de Sá Gomes. – Recife, 2021.
222f.: il.

Sob orientação de Natália Miranda Vieira-de-Araújo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2021.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Preexistência de valor patrimonial. 2. Psicologia ambiental. 3. Floresta-PE. 4. Reconhecimento pelos habitantes. 5. Preservação do patrimônio edificado. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda (Orientação). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2022-14)

MARIA GABRIELA NUMERIANO DE SÁ GOMES

**UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA:
O Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos
moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 31/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Natália Miranda Vieira-de-Araújo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Renata Campello Cabral (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Flaviana Barreto Lira (Examinadora Externa)
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Clewton do Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Dedico este trabalho àquela que é minha maior saudade, que me deu os melhores afetos, memórias e me fez ser a cidadã florestana que sou: mainha, Fábria Numeriano (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Mais uma etapa concluída. Uma etapa cheia de obstáculos, perdas, descobertas e desafios. E não seria sem Ele que eu conseguiria. Agradeço a Deus que me concedeu muita fé e coragem para superar as adversidades e fortalecer meu caminho.

À minha família, em especial aos meus pais Ailson e Fábila (*in memoriam*) e aos meus irmãos Ana Clara e Álvaro, por todo o apoio e base que me foi dado ao longo de mais uma etapa de minha vida. Sem vocês definitivamente não haveria conquistas.

A Natália, minha orientadora, por todo o apoio, compreensão e incentivo não só ao meu trabalho, mas a mim, com tanto carinho, amizade e paciência.

Aos colegas de minha turma do MDU que vivenciaram esta experiência acadêmica comigo. Em especial à Caroline, Felipe e Isabela, que estiveram comigo ao longo do curso e me acolheram, dividindo muitas experiências no CAC e fora dele.

A todos os professores Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU), pelos ensinamentos e questionamentos que me fizeram crescer pessoal e profissionalmente. Também ao corpo técnico do MDU, especialmente a Renata, sempre solícita e paciente com as questões burocráticas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa concedida, que foi fundamental para a realização dessa dissertação.

A todos aqueles que estiveram comigo ao longo dos últimos anos e que contribuíram para mais esta etapa de minha formação, especialmente colegas de profissão e os queridos amigos.

Aos *florestanos*, meus conterrâneos, amigos, moradores, escritores, pintores e artistas locais, que me deram suporte seja pela disponibilidade em emprestar seus acervos seja torcendo por mim.

Aos entrevistados que se dispuseram a participar da pesquisa, seja presencialmente ou de forma remota, ainda que diante de um período difícil em plena pandemia do Covid-19.

Vocês que me incentivaram e me deram forças para lembrar que “todo lugar é aqui e todo momento é agora” e que, portanto, eu não deveria temer o desconhecido, o futuro.

Meu muito obrigada.



A janela, com toda a sua força simbólica, apresenta-se como um poderoso meio para estimular a consciência de paisagem, pois permite que o sujeito saia de si e traga ao mesmo tempo o mundo exterior para dentro através da ação do olhar. Olhar que se dirige para fora, que perpassa a janela e, assim, deixa transparecer ao mundo o que existe em nosso íntimo, tornando-se “janela da alma”. (SILVA SANTOS et al., 2018, p. 172)

RESUMO

Esta dissertação pretendeu identificar qual a percepção que a população local tem e que tipo de intervenção promove do patrimônio cultural do sítio histórico. Para isso, tem-se como recorte espacial empírico a cidade de Floresta, localizada no sertão pernambucano a 433 km de Recife, com recorte mais especificadamente da sua ZEIHC (Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural), no bairro Centro. Sua paisagem se destaca pela presença de casario bem conservado, que forma o centro histórico junto de duas importantes igrejas, além dos muitos pés de tamarindos. Observou-se que no caso de Floresta-PE temos uma pequena cidade, que detém uma legislação razoavelmente recente, pouco desenvolvida e clara sobre a preservação do patrimônio e apresenta seu centro histórico bem íntegro. A hipótese é de que há um reconhecimento por parte da população, que demonstra uma percepção sobre o patrimônio, reconhecendo-o, dotando-o de valores e preservando “voluntariamente”, sendo este um dos fatores para a sua integridade. A investigação se deu através das pesquisas bibliográficas, documentais, levantamento de campo e entrevistas-questionários, com a aplicação de uma ferramenta de consulta com aporte teórico-metodológico na abordagem da Psicologia Ambiental, da utilização de Recursos Imagéticos abordada por Medina Filho (2013) e da metodologia com base na Teoria das Representações Sociais utilizada por Costa (2007), aplicada junto aos atores sociais locais. Dentre as constatações, teve-se que o Casario, a Igreja do Rosário e os Tamarindos, foram considerados patrimônios e símbolos da cidade e a Antiga Matriz como o que gostariam que tivesse permanecido. Quanto a relação *morador-casa-patrimônio* do que consideravam de mais importante em sua casa, destacou-se a sua “localização” além do “valor sentimental”. Sobre o entendimento de “patrimônio” evidenciou-se a citação ao “que tem valor afetivo” e o “que tem que ser preservado”. Desse modo, foi possível notar como o valor e a afetividade, ou seja, aquilo com que os moradores mais se identificavam como sendo mais importante, seria considerado patrimônio a ser preservado. Assim, pretendeu-se analisar de que maneira a população local reconhece o centro histórico com suas mudanças e permanências e da percepção sobre a preexistência de valor patrimonial.

Palavras-chave: preexistência de valor patrimonial; psicologia ambiental; Floresta-PE; reconhecimento pelos habitantes; preservação do patrimônio edificado.

ABSTRACT

This dissertation intended to identify the perception that the local population has and what kind of intervention it promotes of the cultural heritage of the historic site. For this, the city of Floresta, located in the Pernambuco hinterland, 433 km from Recife, is used as an empirical spatial cutout, with a more specific cutout being its ZEIHC (Special Zone of Historical and Cultural Interest), in the Centro district. Its landscape stands out for the presence of well-preserved houses, which form the historic center along with two important churches, in addition to the tamarind trees. It was observed that in the case of Floresta-PE we have a small town, which has a reasonably recent, undeveloped and clear legislation on the preservation of heritage, and has its historic center very intact. The hypothesis is that there is recognition by the population, which demonstrates a perception of heritage, recognizing it, endowing it with values and preserving it “voluntarily”, which is one of the factors for its integrity. The investigation took place through bibliographical and documental research, field survey and interview-questionnaires, with the application of a consultation tool with theoretical-methodological support in the approach of Environmental Psychology, the use of Imaging Resources addressed by Medina Filho (2013) and the methodology based on the Theory of Social Representations used by Costa (2007), applied to local social actors. Among the findings, it was found that the historic houses, the Church of Rosário and the tamarind trees were considered heritage and symbols of the city and the Old Church as what they would have liked to have been preserved. As for the resident-house-heritage relationship of what they considered to be the most important in their home, their “location” stood out in addition to their “sentimental value”. Regarding the understanding of “heritage”, the citation to “what has affective value” and “what has to be preserved” was evident. In this way, it was possible to notice how the value and affection, that is, what residents identified as being most important, would be considered heritage to be preserved. Thus, the intention was to analyze how the local population recognizes the historic center with its changes and permanence and the perception of the preexistence of heritage value.

Keywords: preexistence of equity value; environmental psychology; Floresta-PE; recognition by inhabitants; preservation of built heritage.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O SÍTIO HISTÓRICO DE FLORESTA - PE: ORIGEM E PARTICULARIDADES	20
2.1	Breve histórico: Origem e formação de Floresta - PE	21
2.2	Cidades pequenas e médias: Conceitos, dinâmicas e especificidades	38
2.3	Legislação urbanística e patrimonial	43
2.4	Mudanças e permanências no conjunto edificado	52
2.5	Considerações parciais	90
3	UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA: O APORTE CONCEITUAL A PARTIR DO CAMPO DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL	92
3.1	Patrimônio Cultural: Atribuição de valores e salvaguarda	92
3.2	Autenticidade, integridade e significância cultural: Noções imbricadas	96
3.3	Valor afetivo: Potencial propulsor da manutenção da integridade	103
3.4	Considerações parciais	110
4	EMOÇÕES E AFETIVIDADE: O APORTE CONCEITUAL A PARTIR DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR	112
4.1	Psicologia Ambiental e Percepção	112
4.2	Teoria das Representações Sociais	123
4.3	Recursos Imagéticos e Verbais	129
4.4	Considerações parciais	132
5	EMOÇÕES, AFETIVIDADE, PREEXISTÊNCIA E PATRIMÔNIO: OS MORADORES E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DE FLORESTA	135
5.1	Consulta aos moradores: O caminho metodológico e o instrumento de pesquisa	135
5.2	Percepções e resultados	142
5.2.1	<i>Floresta pelas palavras</i>	143
5.2.2	<i>Floresta pelas imagens</i>	154
5.2.3	<i>Floresta pela relação morador-casa-patrimônio</i>	170
5.3	Considerações parciais	181

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	189
	APÊNDICE A – FACE DE QUADRA A	197
	APÊNDICE B – FACE DE QUADRA B	198
	APÊNDICE C – FACE DE QUADRA C	199
	APÊNDICE D – FACE DE QUADRA D	200
	APÊNDICE E – FACE DE QUADRA E	201
	APÊNDICE F – FACE DE QUADRA F	202
	APÊNDICE G – LOCALIZAÇÕES FACES DE QUADRA E IGREJAS	203
	APÊNDICE H – ROTEIRO QUESTIONÁRIO MORADOR DO SÍTIO	204
	APÊNDICE I – ROTEIRO QUESTIONÁRIO MORADOR DA CIDADE	205
	APÊNDICE J – ROTEIRO QUESTIONÁRIO SUJEITO-CHAVE	206
	APÊNDICE K – IMAGENS PARA A PERGUNTA 5	207
	APÊNDICE L – IMAGENS PARA A PERGUNTA 6	208
	APÊNDICE M – IMAGENS PARA A PERGUNTA 7	209
	APÊNDICE N – COMPLEMENTO IMAGENS PARA A PERGUNTA 7	210
	APÊNDICE O – PERFIL DOS ENTREVISTADOS MORADOR SÍTIO	211
	APÊNDICE P – PERFIL DOS ENTREVISTADOS MORADOR CIDADE	212
	APÊNDICE Q – PERFIL DOS ENTREVISTADOS SUJEITOS-CHAVES	213
	ANEXO A - OFÍCIO nº 247/2021	214
	ANEXO B – PEDIDO AO CEPPC PARA TOMBAMENTO DA IGREJA DO ROSÁRIO E CENTRO HISTÓRICO DE FLORESTA/PE	215
	ANEXO C - FICHA INVENTÁRIO SÍTIO HISTÓRICO DE FLORESTA/PE (IPAC/PE, 1987)	217
	ANEXO D – FICHA INVENTÁRIO IGREJA N.SRA. ROSÁRIO (IPAC/PE, 1987)	218
	ANEXO E - FICHA INVENTÁRIO “BATALHÃO” (IPAC/PE, 1987)	219
	ANEXO F – FICHA INVENTÁRIO RESIDÊNCIA Nº 142 (IPAC/PE, 1987)	220
	ANEXO G - FICHA INVENTÁRIO SOBRADO Nº 258 (IPAC/PE, 1987)	221
	ANEXO H - FICHA INVENTÁRIO ESCOLA JÚLIO DE MELLO (IPAC/PE, 1987)	222

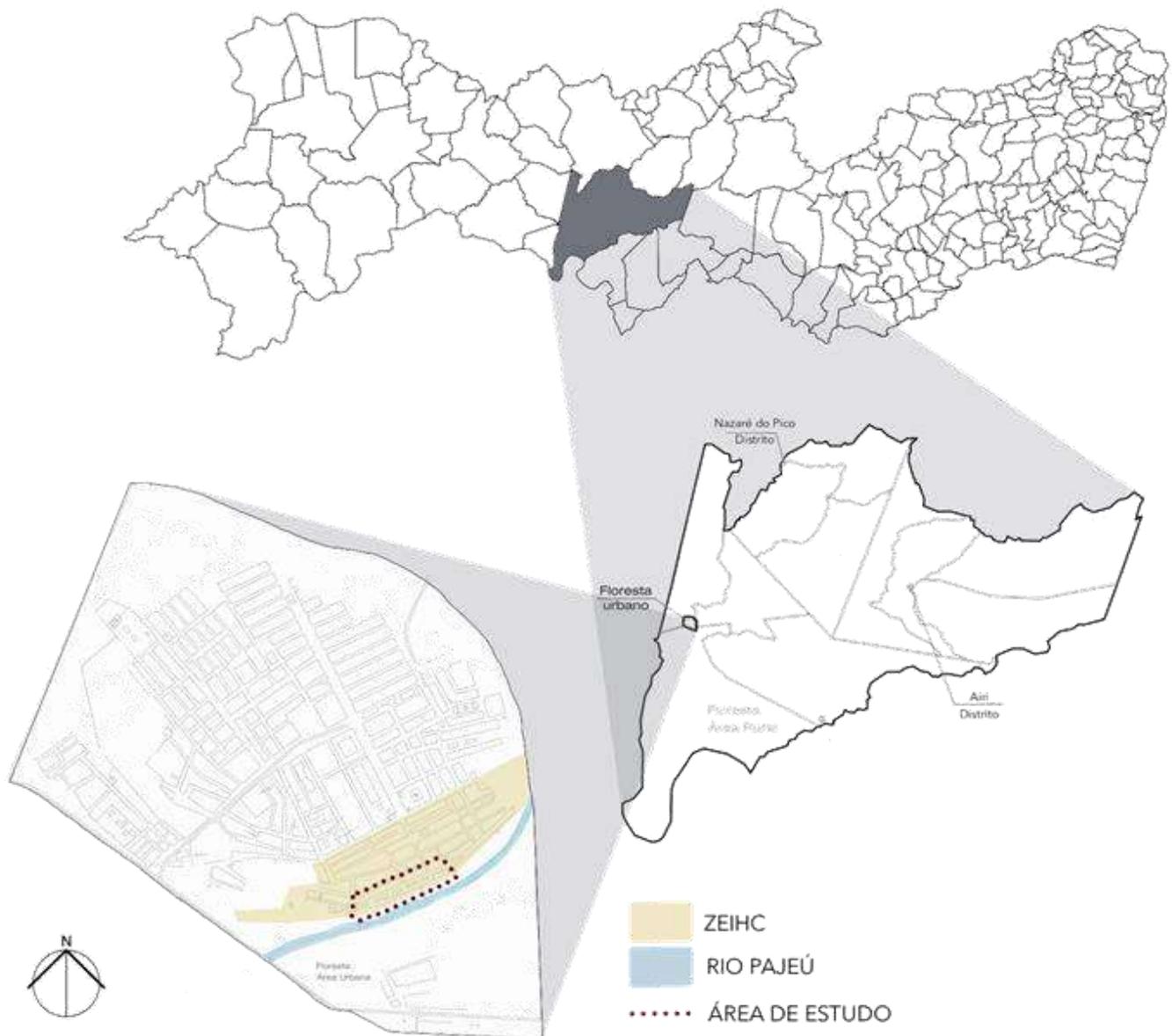
1 introdução



1 INTRODUÇÃO

Localizada no sertão pernambucano, na denominada Mesorregião do São Francisco, o município de Floresta¹ encontra-se a 433 km da capital, Recife-PE. Ocupa uma área de 3.674 km² e população de 29.285 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010, sendo estimado em 33.184 habitantes em 2020.

Figura 01 - Mapa de Pernambuco com destaque para o município de Floresta – PE, área urbana, ZEIHIC e área de estudo



Fonte: A autora (2021).

¹ Limitando-se ao Norte com Serra Talhada, Betânia e Custódia, ao sul com Inajá, Tacaratu, Petrolândia e o Estado da Bahia, a Leste com Ibirimir e a Oeste com Carnaubeira da Penha e Itacuruba. A sede municipal encontra-se a 316 metros em relação ao nível do mar e tem sua posição geográfica determinada pelo paralelo de 08° 36' 02' E e 38° 34' 05' S, sua temperatura média anual é de 26,1° C, sua vegetação é predominante de Caatinga Hiperxerófila.

Portanto, a **questão central** sobre a qual iremos nos debruçar nesta dissertação é: **Qual a percepção que a população local tem do patrimônio cultural da cidade e de que forma isso interfere nas formas como ela intervém nesse patrimônio.**

Dentre as razões de sua escolha entendeu-se que a dimensão subjetiva, no que tange a percepção do morador seria mais facilmente investigada em um universo próximo, conhecido e que foi vivenciado pela pesquisadora durante boa parte de sua vida, como é o caso por se tratar da cidade natal da autora. Apesar de já não morar lá há dez anos, a autora tem sua família lá fixada, com retornos periódicos, podendo assim, sempre ter acompanhado as mudanças e permanências locais.

Além disso, os estudos sobre a cidade se fizeram presente em outras pesquisas realizadas pela pesquisadora durante a graduação, ainda no trabalho de conclusão de curso², mais especificamente desenvolvendo um projeto de reuso a uma edificação de grande porte desocupada na cidade, também versando pela temática da preservação do patrimônio edificado. Outra motivação para o recorte espacial e escolha do tema foi a percepção de que no que diz respeito os estudos sobre cidades, especialmente sobre Floresta-PE, normalmente são privilegiados os aspectos mais objetivos referentes a geografia, território, economia e a história. Quando se trata de aspectos mais subjetivos como a compreensão da população na sua percepção de identidade, memória e construções sociais são ainda menos numerosos que os estudos de geografia, território, economia e a história, apesar do interesse crescente pelo tema. Assim, é de extrema importância que qualquer investigação sobre áreas históricas em geral leve em conta o aspecto humano como sujeito que se identifica com o lugar. Para tanto, **buscando responder à questão central dessa dissertação, outra questão se coloca: Como a população se apropria desse patrimônio e como o reconhece?**

A **hipótese** desta dissertação é de que apesar de não haver uma legislação bem desenvolvida e clara sobre a preservação do patrimônio em Floresta, há um reconhecimento por parte da população, que demonstra uma percepção sobre a importância da manutenção do conjunto do patrimônio, reconhecendo-o, dotando-o de valores e, conseqüentemente, preservando “voluntariamente”, sendo este um dos motivos da sua preservação. Diante de tais motivações foi possível perceber que a cidade escolhida como recorte espacial mantém, até hoje, edificações e conjuntos urbanos de

² GOMES, Maria Gabriela N. S. *Batalhão Cultural – Projeto de Intervenção no Edifício do 3º Batalhão da Antiga Força Pública em Floresta-PE*. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Recife, UFPE, 2017. Link de acesso para leitura: <https://bitly.com/UZHh1>

reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural. Carrega, portanto, uma paisagem repleta de tempos: o antigo convivendo na nova dinâmica. Desta forma, compreende-se a importância da preservação e manutenção deste patrimônio histórico-cultural. O valor estético desse conjunto urbano é reconhecido por pesquisadores que trabalham com o tema da arquitetura popular para além da produção dos grandes centros urbanos.

No interior da Zona da Mata, Agreste ou Sertão do Nordeste brasileiro descortina-se uma paisagem cultural única, independentemente das fronteiras geográficas, onde as pessoas ainda precisam e querem a beleza no seu cotidiano e onde o deleite estético é saboreado no geometrismo, jogo de cores e na poética das formas que compõem as fachadas de suas casas. (CAVALCANTI-BRENDLE, 2003, p. 54)

Figura 03 - Fotomontagem Sítio Histórico de Floresta e edificações localizadas no polígono do mapa



Fonte: Mapa da Fundarpe (1984), fotografia aérea Igor Luigi (2021), fotomontagem e edição pela autora (2021).

Destaca-se o fato de que o Sítio Histórico de Floresta e alguns edifícios isolados estejam inventariados no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco - Sertão do São Francisco - IPAC/PE (1987)*, elaborado pela FUNDARPE. Além disso, importante ressaltar que apesar do bom estado de conservação geral do patrimônio na cidade não significa dizer que ela não enfrenta dificuldades nesse sentido, sendo o edifício do Batalhão, abordado no trabalho de conclusão da graduação, um exemplo dessa dificuldade encontrada pelo patrimônio local. Apesar disso, a situação geral do sítio histórico, em especial do núcleo mais central é de grande integridade. No que diz respeito ao entendimento sobre o conceito de integridade, necessário esclarecer que se trata de uma noção relacionada à situação da matéria, da “medida de inteireza”. Portanto, neste

trabalho o olhar sobre a integridade do Sítio Histórico de Floresta foca na escala urbana do seu conjunto arquitetônico. Ademais, é importante frisar que atualmente dois processos de tombamento – da Igreja de Nossa Sra. do Rosário e do Sítio Histórico de Floresta - estão em análise pela FUNDARPE, abertos no segundo semestre de 2020. Na justificativa para os tombamentos, os conselheiros Rodrigo Cantarelli e Joana D’arc (2019) citam a afetividade por parte da população como possível força que atuou na preservação e integridade do Centro Histórico de Floresta, em que seu conjunto arquitetônico “se mantém altamente preservado apesar da inexistência de legislações de proteção em quaisquer esferas, o que nos pode sugerir uma forte ligação da comunidade com aquelas edificações que resulta na sua preservação” (Cantarelli, D’arc, 2019, p. 4).

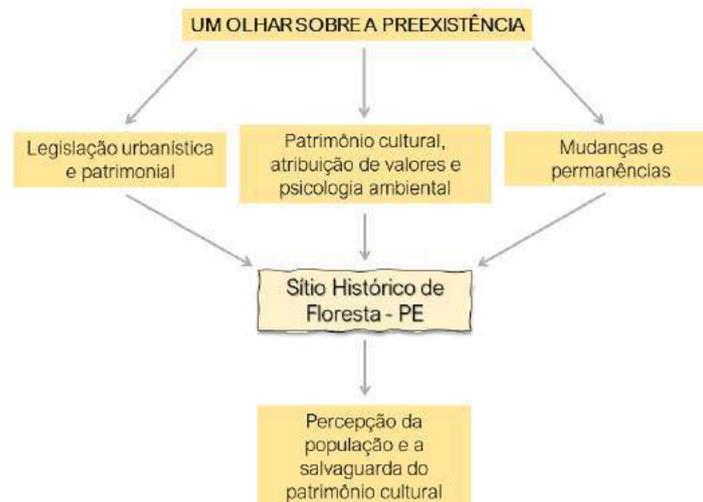
Assim, intenciona-se analisar de que maneira a população local reconhece seu centro histórico e sua percepção sobre seus valores e como essas interferem no tipo de intervenção que se realiza sobre o conjunto edificado.

Em face do exposto, o **objetivo geral** desta pesquisa é: **Identificar qual a percepção que a população local tem e que tipo de intervenção promove no patrimônio cultural através da análise do caso específico do município de Floresta-PE.**

Para permitir esta discussão, foram definidos os **objetivos específicos** abaixo:

- Identificar e abordar os conceitos do campo disciplinar do patrimônio cultural edificado, especialmente no que se refere a atribuição de valores, e significância cultural.
- Identificar e aprofundar os conceitos do campo da psicologia ambiental, verificando como estes podem operacionalizar o estudo sobre a percepção da população local.
- Caracterizar as mudanças e permanências ocorridas no patrimônio edificado do recorte espacial empírico, no sítio histórico de Floresta – PE, ao longo dos últimos 20 anos – 2000 a 2020.
- Identificar a legislação urbanística de Floresta-PE observando o espaço dado a questão preservacionista nessa legislação.
- Identificar e verificar o tipo de intervenção sobre o patrimônio edificado que os ocupantes dos imóveis no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz realizam e a percepção que os atores sociais (moradores da zona, moradores de outras áreas da cidade e sujeitos-chaves) têm sobre o patrimônio cultural de Floresta-PE e como entendem o patrimônio.

Figura 04 - Desenho do Problema



Fonte: A autora (2020).

Para dar **suporte conceitual e teórico-metodológico** a esta dissertação, centrou-se em conceitos do campo disciplinar acerca do patrimônio cultural edificado, no que concerne o patrimônio cultural, sua atribuição de valores e salvaguarda. Além do entendimento acerca da significância cultural atrelada aos conceitos de autenticidade e, especialmente, de integridade e sua relação com o valor afetivo. Para aporte metodológico da pesquisa, buscou-se suporte conceitual na Psicologia Ambiental, interligada a Psicologia Social e a Psicologia da Percepção, na Teoria das Representações Sociais e no uso dos Recursos Imagéticos e Verbais. Para tanto, na pesquisa bibliográfica, aquela referente as fontes secundárias, faz-se necessário realizar a revisão bibliográfica entre os principais teóricos e pesquisadores acerca do patrimônio cultural edificado, que contribuíram para o debate no âmbito da significância e na sua compreensão através dos valores socialmente atribuídos ao patrimônio, como: Castriota (2009, 2011); Choay (2001); Giovannoni (2020); Jokilehto (2002); Lira (2010, 2020); Mason (2002, 2004); Zancheti et al (2009); Olender (2017) entre outros, e do campo da psicologia ambiental, como os estudos de Cavalcante e Elali (2011); Tuan (2015), entre outros autores; do suporte dos estudos de Medina Filho (2013) sobre o uso recursos imagéticos e verbais e na base dos estudos de Costa (2007) com uso da teoria das representações sociais, seja por meio de anais de eventos, artigos, dissertações, teses, dentre outras fontes.

Além disso, buscou-se compreender a história da origem da cidade de Floresta-PE. Todas estas análises foram essenciais para a compreensão do tema de estudo que tem como objetivo central investigar qual a percepção e o reconhecimento do patrimônio cultural por parte da população local sobre o patrimônio cultural.



Desta forma, **a dissertação está estruturada em seis capítulos**. O *Capítulo I*, de caráter introdutório, apresentando a problematização, a delimitação do objeto empírico, os objetivos e os procedimentos metodológicos da pesquisa;

O *Capítulo II*, intitulado “O Sítio Histórico de Floresta-PE: Origem e particularidades”, refere-se à contextualização do objeto empírico: a cidade de Floresta-PE, as questões referentes às especificidades das pequenas e médias cidades, sua legislação, as mudanças e permanências percebidas no conjunto edificado local;

O *Capítulo III*, intitulado “Um Olhar sobre a Preexistência: O aporte conceitual a partir do campo da preservação patrimonial”, traz a abordagem de um dos referenciais teóricos de aporte, com o entendimento sobre o conceito de patrimônio, a atribuição de valores, as noções de integridade, autenticidade e significância cultural, o valor afetivo como propulsor da manutenção da integridade;

O *Capítulo IV*, intitulado “Emoções e Afetividade: O aporte conceitual a partir do diálogo interdisciplinar”, apresenta o referencial conceitual referente ao campo da Psicologia Ambiental e Percepção, a base da Teoria das Representações sociais usada por Costa (2007) e o uso dos Recursos Imagéticos nos estudos de Medina Filho (2013);

No *Capítulo V*, intitulado “Emoções, Afetividade, Preexistência e Patrimônio: Os moradores e o patrimônio construído de Floresta”, têm-se o caminho metodológico da pesquisa, com a construção do caminho de análise da percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural de Floresta, o instrumento de consulta e os resultados obtidos das *Floresta pelas palavras* (as quatro primeiras perguntas, visando entender a percepção das pessoas sobre a cidade e o sítio), *Floresta pelas imagens* (perguntas 5, 6 e 7, focando nas transformações, as mudanças e permanências e quais as sensações que se tem) e *Floresta pela relação morador-casa-patrimônio* (as últimas perguntas, objetivando compreender a relação pessoa-ambiente e o seu entendimento sobre patrimônio e, portanto, a relação entre a percepção e intervenções). No *Capítulo VI* tem-se as “**Considerações Finais**” e, em seguida, as referências, os apêndices e anexos.

2 o sítio histórico de Floresta-PE: origem e particularidades



2 O SÍTIO HISTÓRICO DE FLORESTA - PE: ORIGEM E PARTICULARIDADES

Abrir a janela, deitar-se numa rede vendo o telhado alto em duas águas, ouvir o carro de som passando, sentar-se à calçada e ver o “movimento da rua”, ouvir o sino da Catedral lembrando da hora da missa, ver o desfile de vaqueiros passar no dia de sua Missa³, apreciar a beleza do reisado⁴ saindo da Confraria até a Igrejinha do Rosário, curtir as festas tradicionais de rua em época de São João e aniversário da cidade⁵ e ao fim do ano o festejo do padroeiro⁶ da cidade e suas novenas. Apreciar seu *lar*, seja a casa ou a cidade... É assim que se constitui parte da dinâmica e das memórias afetivas do sítio histórico de Floresta. São tantas memórias e, por não ter vivido todos os “tempos” da cidade, tentar descrevê-las aqui acabaria por ser insuficiente. É preciso vivenciar e sentir.

Ainda assim, é possível ir além das próprias vivências e memórias e encontrar em livros escritos por conterrâneos, em fotografias, pinturas e ilustrações, ou mesmo em músicas, poemas e conversas com os mais velhos, a “Floresta de afetos” que se construiu ao longo de sua história. A partir disso, surge um olhar sobre a preexistência. O olhar de pesquisadora e o olhar de cidadã. O olhar daquele que - antes de ser o “olhar institucionalizado” - observa através de uma “janela” que se compõe de lugares, marcados por histórias, memórias, emoções e afetividade. E que, portanto, ultrapassa a visão unicamente técnica sobre o patrimônio. De um patrimônio que vai de costumes, ritos e festejos, a igrejas e praças de diferentes tempos, pés de tamarindo e o emoldramento das faces de quadras por meio de um belo casario rico de formas, cores e estilos. Seja o morador fixo ou o florestano que passou a viver na capital, mas que mantém seu *lar* na cidade natal, o casario pode retratar uma relação homem-ambiente de percepção, apropriação e construção de uma memória.

Falar de Floresta requer um breve retorno às suas origens, especialmente em se tratando de uma pequena cidade sertaneja em que muitos ainda não a conhecem, assim, será exposto a partir do próximo tópico.

³A Missa do Vaqueiro de Floresta é um tradicional evento realizado na cidade há mais de 60 anos, sempre no último domingo do ano, em que acontece o desfile dos vaqueiros, a missa e shows, atraindo pessoas das regiões próximas.

⁴O reisado faz parte da Confraria do Rosário, irmandade que existe há mais de 200 anos, em celebração a Nossa Senhora do Rosário, a Virgem Maria dos Negros. A celebração acontece todo dia 31 de dezembro. A razão para a celebração no último dia do ano é que os escravos tinham apenas esta data como feriado, fazendo assim, um dia de celebração para a santa. Importante ressaltar que a Confraria do Rosário é Patrimônio Vivo de Pernambuco desde 2007.

⁵O aniversário da cidade é celebrado no dia 20 de junho, época em que se aproxima os festejos juninos. Assim, é um dos períodos em que acontecem festejos nas ruas e praças do centro histórico de Floresta.

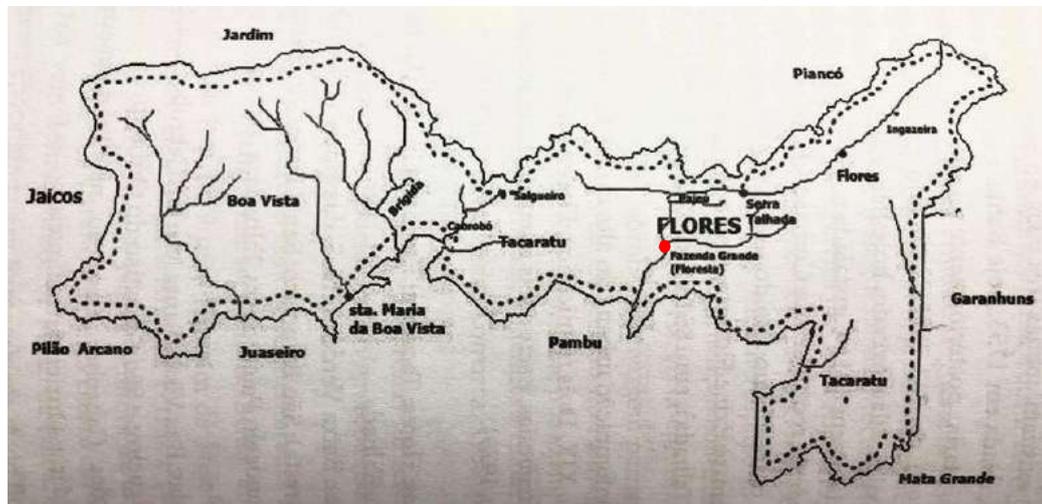
⁶O padroeiro da cidade de Floresta é o Senhor Bom Jesus dos Aflitos, sendo realizada sua festa, missas e novenas, a partir de 22 de dezembro e terminando no dia 01 de janeiro, época em que coincide os festejos de fim de ano, de Natal e ano novo.

2.1 Breve Histórico: Origem e formação de Floresta

Primitivamente ocupada por aldeias indígenas e catequizada pelas primeiras missões dos jesuítas e capuchinhos franceses, as terras do município de Floresta têm sua exploração datada do início no século XVII, com a expansão territorial advinda da Casa da Torre⁷ por Dias D'Ávila. No século XVIII as primeiras fazendas da região, como Curralinho e Paus Pretos, foram responsáveis pela formação das primeiras famílias e o funcionamento do primeiro cartório de notas que formaram o povoado da Fazenda Grande, à margem direita do rio Pajeú.

Em 1678, Dias D'Ávila, da Casa da Torre, solicitou autorização “para bater em guerra justa os índios” do referido vale. Consolidou-se, desse modo, seu domínio. Em 1681, descendentes de fundadores da Casa da Torre concederam a familiares dote de terras, inclusive as que entravam “pelo riacho do Pajeú com todas suas cabeceiras” ... No vale do riacho do Navio, há uma divisória – “linha do morgado” – clara reminiscência do histórico Morgado da Casa da Torre. (FERRAZ, C.⁸, 1999, p.26)

Figura 06 - Mapa Vilas e Freguesias no Alto Sertão de Pernambuco (1852) (Figueira de Melo).
Destaque para Freguesia de Flores, da qual fazia parte a Fazenda Grande (Floresta)



Fonte: Sampaio (2015, p.46). Editado pela autora (2021).

⁷ Os donatários de Capitânicas e os Governadores Gerais do Brasil concediam sesmarias (lotes de terras incultas ou abandonadas). Tomé de Souza concedeu a Garcia D'Ávila, duas léguas de terra nos campos de Itapoã, poucas léguas acima de Salvador. Ali, Garcia D'Ávila fundou sua fazenda de gado, cuja sede veio a chamar-se Casa da Torre, que se transformou em uma organização colonizadora familiar, que recebeu vastas sesmarias, de dezenas e centenas de léguas, inclusive, na margem esquerda do rio São Francisco, sertão de Pernambuco, até limites com o Maranhão. (FERRAZ, C., 1999, p. 25)

⁸ Carlos Antônio de Souza Ferraz era um florestano, militar, professor e historiador. Nasceu e morou em Floresta quando, em 1940, partiu para Recife ingressando na Polícia Militar, tendo ainda estudado Direito e Línguas Anglo-Germânicas. Autor dos livros: Floresta do Navio – Capítulo Duma História Sertaneja (1992) e História Municipal de Floresta: os vales, o povo, a evolução sociocultural e econômica (1999). Faleceu em 2001, aos 78 anos.

Já na segunda metade do século XVIII, a fazenda servia de curral temporário para o gado que vinha da Bahia abastecer os engenhos de açúcar pernambucanos. De acordo com Gominho⁹ (1996), a Fazenda Grande estava a aproximadamente 40 quilômetros da sua foz, no rio São Francisco, e pertencia a Antônio Pereira Falcão. Após sua morte, a posse da fazenda passa aos seus filhos. No ano de 1777, ergue-se um oratório particular no seu terreno. Assim, neste mesmo ano, o dono concede licença ao bispo D. Tomás da Encarnação Costa Lima para celebração de missa aos domingos e dias santos em seu oratório. Segundo afirma Gominho (1996, p.235): “Para isso mantinha então um capelão às suas próprias custas, na localidade, o que fazia com que outros habitantes da região convergissem para aquele lugar, guiados pelo espírito de religiosidade.”

A implantação inicial da povoação que deu início à cidade de Floresta, esteve vinculada à presença do rio Pajeú, e a implantação do oratório sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, que integravam a chamada Fazenda Grande, pertencente a histórica ‘Casa a Torre’ de Garcia D’Ávila, no ano de 1777. (IPAC, 1987, p. 105)

No ano de 1780, é obtido pelo dono da fazenda o direito de construir uma Capela que viria a ser conhecida como Igreja de N. Sra. do Rosário. Desta maneira, a presença de uma capela no local incitou a formação de um pequeno povoado, este formado por casas de alvenaria ou taipa, dispostas umas às outras geminadas, em sua maioria, de baixo gabarito e estreitas. Como afirma Ferraz, C. (1992, p.62): “A função sócio-religiosa de Fazenda Grande despertou interesse. Construíram-se novos ‘fogos’, isto é, novos lares.” Desta forma, crescia o desprezioso arruamento, à margem direita do Pajeú, em terreno plano, patrimônio do Senhor Bom Jesus dos Aflitos.

As casas apresentavam fachada com uma porta e uma ou duas janelas, seus telhados em duas águas, dispostos de modo que caíam para frente e para parte de trás da edificação. O piso variava, desde “chão batido” a tijolo queimado. Quanto à disposição de seus ambientes, eram, de acordo com Ferraz, C. (1992), compostos por uma sala logo a frente e em seguida a sala de jantar, estando a cozinha separada da casa, para se evitar desconforto referente à fumaça do fogão a lenha. Quanto aos banheiros, estes se situavam no quintal.

⁹ Leonardo Ferraz Gominho é um florestano nascido na casa nº 151 (Casa do Navio) na rua da praça Antônio Ferraz atualmente com casa na rua da praça Antônio Ferraz Boiadeiro. Além de escritor, é formado em Engenharia Elétrica pela UFPE e Direito pela UFAL. É autor de 7 livros sobre Floresta, sendo eles, em ordem cronológica: Floresta – Iconografia (1989); A Rebelião da Serra Negra – A praieira do sertão (1993); Floresta, uma terra, um povo – 2 volumes (originalmente de 1996, reedição de 2019); Cheiro de Chuva (1998); Floresta centenária (um dos autores e o organizador, 2007); A Revolução Praieira do Sertão (2018);

Praticamente não se conhecia sala de visita; havia a sala da frente, mobiliada com algumas cadeiras e os melhores tamboretos, com fundos de sola, ou de couro curtido pelo carnal. Na sala de jantar, mesa grande de baraúna ou arueira, com bancos nas laterais e tamboretos nas cabeceiras. **A cozinha se desligava da casa; a fumaça da lenha, principalmente quando verde, chegava a incomodar. A latrina ficava no quintal. A água vinha de cacimbas do leito do Pajeú; era trazida em lata ou pote pela carregadeira que protegia a cabeça com uma rodilha.** (FERRAZ, C., 1992, p.62, grifo nosso)

Em 1801, alguns dos povoados formados na região já possuíam cartórios, juizes, escrivães, formando centros político-administrativos, criando-se assim, a chamada Freguesia de Fazenda Grande. Essa se limitava, ao norte, com a de Flores (criada em 1783); ao sul, com uma da Bahia, cujo limite se dava pela caudal do rio São Francisco; a leste, com a de Nossa Senhora da Saúde, de Tacaratu e a oeste, com a de Cabrobó (criada em 1762). Assim, a região ia sendo pontilhada de freguesias, conforme o desenvolvimento de cada núcleo urbano. Seu desenvolvimento foi tamanho que, em 1840, a Freguesia de Fazenda Grande já possuía 4.734 habitantes e, de acordo com FERRAZ, C. A. de S., (1992, p.67), “obedecia a um traçado de regular arruamento”.

Se assim, como vimos, progredia a povoação, a paróquia em geral, cujo território, originalmente, era deserto, despovoado, acompanhava-na também, com a situação de novas fazendas pastoris e sítios de cultura, vindo daí pequenos núcleos de população, de sorte que, **em 1840 contava já em toda sua zona territorial 911 fogos, com 4.734 habitantes, de cujo desenvolvimento e importância veio o seu predicamento de vila, com o nome de Floresta, pela Lei nº 153 de 31 de março de 1846**, perdendo assim o antigo de Fazenda Grande, que, aliás, não desapareceu de todo. (PEREIRA DA COSTA, Anais, v.7, p.126 apud FERRAZ, C., 1992, p.67, grifo nosso)

É possível constatar nos escritos de Ferraz, C. (1992) alguns requerimentos daquele período do século XIX de licenças para edificações, em sua maioria de residências. Um exemplo é o trecho transcrito pelo autor:

56 – Licenças para edificar

A 11.10.1873, ao vereador Fausto Serafim de Souza Ferraz, uma casa com “trinta e dois palmos de frente e quarenta de fundo, tendo na frente duas janelas e duas portas, entre a casa do Navio e a da Barra.” [...]

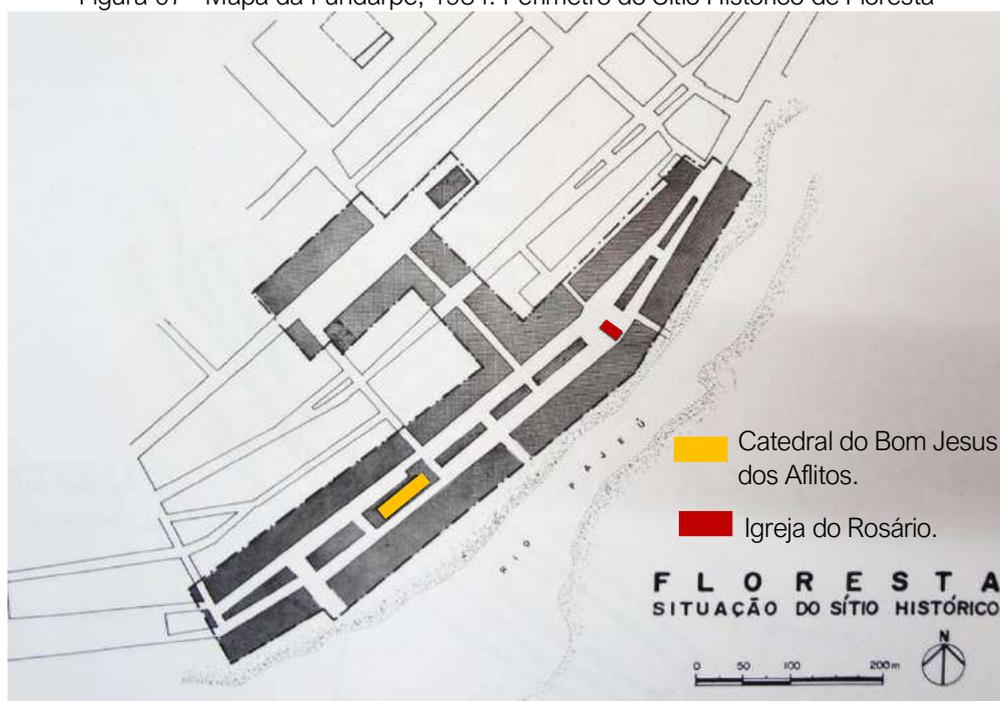
A 15.10.1873, ao vereador Nicodemos Venceslau de Jesus Alecrim, um prédio, com duas portas e quatro janelas, quarenta e oito palmos de fundo, na rua do Pajeú, oitão da casa de Manoel Pires de Carvalho, “no que fica para parte da Igreja nova.” (FERRAZ, C., 1992, p. 124)

Além de licenças para construção de residências, algumas edificações de outros usos tem registrado os pedidos de construção no mesmo período, a exemplo da Cadeia,

Paço da Câmara e Tribunal do Júri, Igreja, cemitério e Casa da Feira. Entretanto, algumas delas já não existem mais. O que se constata é o uso predominante do uso residencial que ia se compondo e mantendo-se ao longo dos anos.

Em 1846, já reunindo condições suficientes para autonomia política, é reconhecida por lei provincial como Vila, já com nome de Floresta, quando é desmembrada do município de Flores, vindo a ser a primeira freguesia banhada pelo Pajeú a emancipar-se deste município. Ferraz, C. (1992) relata que foram cinco os fatores que concorreram para o desenvolvimento do povoado até a criação da vila: o econômico, especialmente com a atividade pecuária; o territorial, com o patrimônio canônico instituído a 2 de março de 1778, base física para a concentração urbana; o espiritual, que congregou fiéis sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos; o humano, constituído de grupos familiares; o político, principalmente sob o influxo liberal.

Figura 07 - Mapa da Fundarpe, 1984. Perímetro do Sítio Histórico de Floresta



Fonte: Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (1984).
Editado pela autora (2020).

Conhecida também como a *Terra dos Tamarindos*, Floresta ainda não tinha sido arborizada com os tradicionais pés até cinquenta anos depois de sua elevação como Vila. A iluminação da cidade era feita por meio de candeeiros, e dentro das casas, através de lamparinas de querosene ou candeeiros feitos em lata (FERRAZ, C., 1992). A água utilizada nas residências provinha do rio Pajeú, transportada em potes ou latas pelas carregadeiras. No que diz respeito às igrejas locais, referenciam-se, neste tempo duas, sendo a matriz,

com licença para fundação em 1780 e inaugurada em 1792 e outra localizada no mesmo arruamento, inaugurada em 1897, vindo a ser a nova matriz do Bom Jesus dos Aflitos. A anterior passava a invocar a Nossa Senhora do Rosário.

Figura 08 - Nova Igreja, do Bom Jesus dos Aflitos, na mesma rua da Igreja de Nossa Sra. Rosário



Fonte: GOMINHO (1989).

Podemos imaginar o ambiente festivo da inauguração daquele primeiro templo: o repicar dos pequenos sinos, o cadenciado ritmar da zabumba, e o estridente toar dos pífanos; a pequena procissão, missa solene e alguns fogos de artifício... piedosas cantoras, entoando hinos de louvor a Nossa Senhora, ao Bom Jesus e à Santíssima Trindade. (FERRAZ, C., 1992, p.63)

Cerca de uma dezena de metros adiante, na mesma linha igreja-cruzeiro, houve um cemitério, cujo muro frontal coincidia com o alinhamento da rua. Posteriormente, constrói-se no local do cemitério a casa que sedia a Câmara Municipal.

Figura 09 - Igreja Nossa Senhora do Rosário



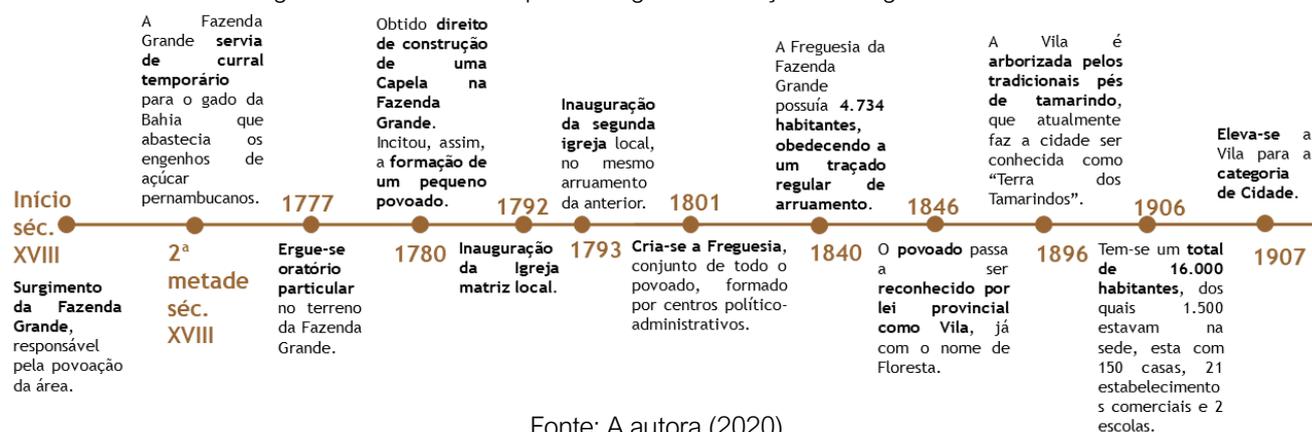
Fonte: A autora (2021).

Citado por Ferraz, C. (1992), Pereira da Costa (Anais, v.7, p.125), escreve sobre a Fazenda Grande:

Sucedeu ao capitão José Pereira Maciel, na posse da propriedade, Gonçalo Pinto da Silva, casado com D. Claudiana Maria do Espírito Santo, originários da família, uma das filhas dos quais casou com o capitão Francisco Alves de Carvalho, proprietário de duas fazendas de plantação e criação, denominadas S. Pedro e Malhada Vermelha, distante uma da outra duas léguas, ficando **a capela, casa de vivenda e outras dependências da Fazenda Grande, entre uma e outra daquelas propriedades. [...] Francisco Alves construiu uma casa ao pé da capela, para a sua residência, uma vez que sua sogra ocupava a da fazenda, e ao seu convite, outras pessoas de sua família ou não, construíram casas na localidade, que assim povoada com o correr do tempo, requereram os seus habitantes ao bispo diocesano um cura para a capela, vindo daí a criação da paróquia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos da Fazenda Grande, como vimos, instalando-a o seu primeiro vigário o Padre Serafim de Souza Pereira, que a regeu por muitos anos, uma vez que seu sucessor o Padre João José da Cruz tomou conta da vigaria em 1828.**" (Anais, v.7, p.125 apud FERRAZ C., 1992, p.66-67 grifo nosso)

Com o início do século XX, em 20 de junho de 1907, eleva-se a Vila para a categoria de Cidade, sendo contabilizado até 1906 um total de 16.000 habitantes, dos quais 1.500 estavam na sede, que tinha 150 casas, 21 estabelecimentos comerciais e duas escolas, uma para cada sexo. Importante reforçar que, no que tange o traçado de regular arruamento, a planta atual da cidade ainda mantém resquícios dessa disposição geométrica, sendo a implantação da Igreja N. S. do Rosário, o ponto de partida para o povoamento e desenvolvimento da cidade de Floresta. Iniciava-se, no início do século XX "um rudimentar processo de desenvolvimento na pequena vila de Floresta" (GOMINHO, 1996, p.368).

Figura 10 - Linha do tempo: da origem à elevação a categoria de cidade



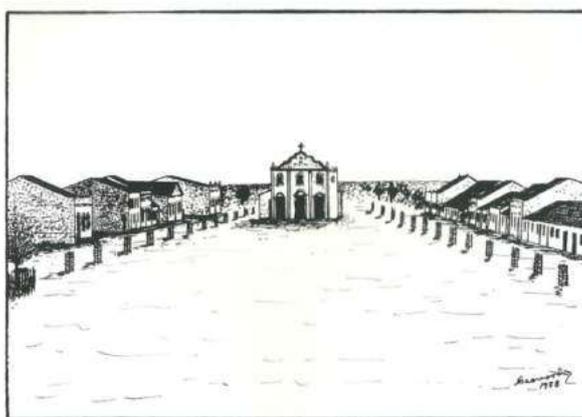
Fonte: A autora (2020).

Quanto aos pés de tamarindos que compõem o cenário, sua arborização foi idealizada por João Gomes Barbosa¹⁰, que iniciou o plantio desta árvore em março de

1905 e em 24 de junho de 1907 fundou a Sociedade Progressiva Arborizadora de Floresta, “tendo por finalidade não só arborizar, como também ‘cuidar, no que estiver ao seu alcance, do embelezamento, higiene e saneamento da cidade e do município’.” (FERRAZ, A., 2003, p. 212).

No dia 1º de julho de 1907, o prefeito José Gonçalves Torres, “atendendo à necessidade que há de uma pessoa apta para dar alinhamento às casas que se tem de construir no perímetro desta vila, e cujo encargo pertencia aos fiscais deste 1º distrito e bem assim que há necessidade de ser esta vila arborizada para melhoramento da população”, nomeou o cidadão João Gomes Barbosa, reconhecendo que ele tinha “as habilidades necessárias para dar os alinhamentos das casas e da arborização.” (GOMINHO, 1996, p. 369)

Figura 11 - Ilustração da vila de Floresta em 1905, detalhe para tamarindos recém-plantados



A pequena vila em 1905. Note-se os tamarindos que acabavam de ser plantados pelo arborizador João Gomes Barbosa.

Fonte: GOMINHO (1989, p.19).

Seu aspecto pacato e tranquilo foi citado pelo escritor local Álvaro Ferraz¹¹ (1957) que demonstra em sua escrita o laço afetivo no seguinte trecho:

Uma cidadezinha de um pouco mais de dois mil habitantes, de fisionomia agradável, um tanto alegre e um tanto repousada. Sem trepidações. Vivendo quieta à sombra dos seus tamarindos onde, às vezes, nas horas de maior canícula, as moças e os rapazes, em grupos alegres e despreocupados, dedilham violões e desferem seus descantes prediletos, fazendo nascer amores e até casamentos. Ou, então, atraindo os homens em torno de um tabuleiro de gamão para matar os ócios de uma vida sossegada. Ou, ainda, os grupos de conversa intermináveis ou de simples “bate-papo”, debaixo da árvore amiga, sempre verdejante e, sobretudo, discreta. Ao viajante que ali chega, desolado com o cinzento interminável da paisagem da estrada, quando a estiagem prolongada devasta as caatingas que circundam a cidade, o contraste daquela arborização realmente impressiona, pois todos sabem que Floresta é, dos municípios sertanejos um dos mais flagelados pelas secas periódicas. (FERRAZ, A., 1957, p. 209, grifo nosso)

¹⁰ João Gomes Barbosa era um florestano morador do Centro Histórico de Floresta e considerado o primeiro ambientalista de Pernambuco, apesar de não ter tido formação acadêmica. Alguns pesquisadores, como engenheiros florestais, o definem como primeiro ambientalista do Nordeste.

¹¹ Álvaro Ferraz era um florestano nascido em 1904 e formado em Medicina em 1927 pela Faculdade de Medicina da Bahia. Retornou a cidade natal para prestar serviços como médico no 3º Batalhão da Força Pública. Autor do livro “Floresta – Memórias duma cidade sertaneja no seu cinquentenário” (1957). Seu nome foi dado ao Hospital de Floresta.

Com importante localização geográfica e comercial, Floresta passa a ser sede, em 1911, da Primeira Diocese do Sertão Nordestino, composta por 18 paróquias. Os clérigos que vieram com a Diocese foram instalados no prédio construído para abrigar o seminário em 1912, mas que após pouco tempo passou a abrigar o 3º Batalhão da Força Pública de Pernambuco, assim sendo usualmente conhecido como “Batalhão”. Neste mesmo ano, segundo Ferraz, C. (1999) acontecia a construção do edifício da Prefeitura, inicialmente conhecida como Paço Municipal, com inauguração em 1918. Com a implantação do bispado, a cidade recebe melhorias em seu sistema educacional, com criação de colégios, além da idealização de um seminário e da publicação de um jornal local chamado “O Alto Sertão”. Contudo, devido a diversas dificuldades, o bispado permanece na cidade por apenas oito anos, quando foi transferida para Pesqueira, em 1918. Passava então, a cidade, por um período de declínio cultural e econômico (IPAC, 1987, p. 105). Assim, era a agricultura de subsistência a principal fonte de riqueza econômica local, juntamente com a criação de gado.

Em 1918, surgiu o primeiro sistema de iluminação pública, a carboreto, e posteriormente, a Cia. Agro-Indústria São Francisco forneceu energia gerada pela usina Itaparica, em 1938 a 1945, sendo então substituída pelo fornecimento da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF). (IPAC, 1987, p. 101)

Em 1929, o Grupo Escolar Júlio de Mello foi inaugurado como sendo “o primeiro (grupo escolar) a funcionar em edifício próprio, estadual” (FERRAZ, C., 1999, p. 117). Entre 1925 e 1938 acontece instalação de iluminação pública por motor a óleo (FERRAZ, C., 1999, p. 57). Entre os anos de 1936-1937, um antigo cemitério desativado localizado a frente da igreja do Rosário foi demolido dando lugar ao edifício que se transformaria na Câmara de Vereadores, sendo, segundo Ferraz, C. (1999, p. 64) um “prédio público de linhas simples construído há poucas décadas”. Anos mais tarde, na década de 1940, o aproveitamento da água do rio São Francisco para a irrigação por meio de rodas d’água, motores a óleo diesel, impulsionaram as fazendas das margens do rio e, “desse modo, rompeu-se a estagnação secular do primitivismo agrícola.” (FERRAZ, C., 1999, p. 126).

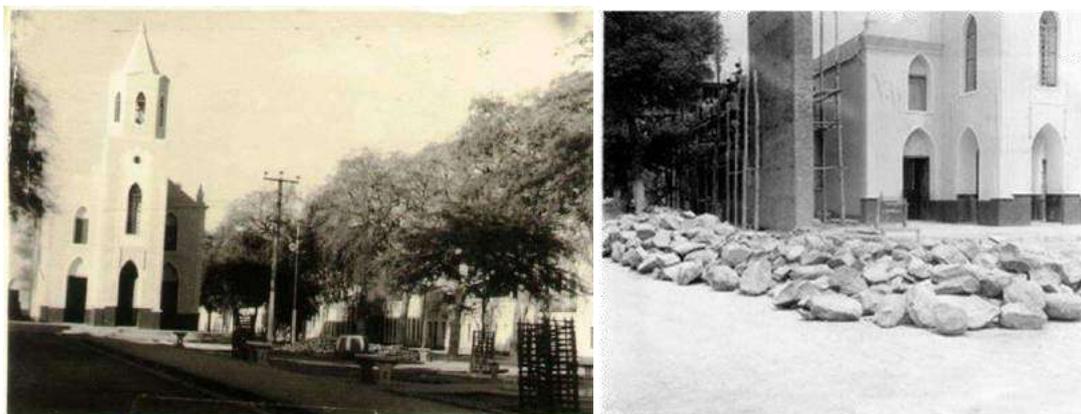
Na década de 1950 a sede do município chegava, segundo Ferraz, A. (1957, p. 209) a aproximadamente 2000 habitantes: “Uma cidadezinha de um pouco mais de dois mil habitantes, de fisionomia agradável, um tanto alegre e um tanto repousada. Sem trepidações.” Ainda neste período, de acordo com Ferraz, C. (1999, p.127), “o uso da energia elétrica e o financiamento através da Secretaria de Agricultura do Estado

promoveram novo surto de produção na cidade.” Foi também nesta época que a cidade se beneficiava por uma rodovia e que grande parte da expansão da cidade ocorreu. Além disso, nesta década acontecia, conforme Gominho (1996, p. 262-263), a primeira pavimentação de rua com uso de paralelepípedos “calçando a rua Antônio Ferraz (um lado da praça), trecho entre os números 129 (casa dos herdeiros de Florentino Ferraz) e 167 (casa comercial que pertenceu a João da Mata Modesto).”

A expansão da cidade, a partir dos anos 50 foram: prédios públicos, principalmente os escolares, concentrados em verdadeira praça estudantil; agências bancárias, vários edifícios públicos, residências recuadas e de oitões livres, algumas de dois pavimentos; centros sociais, creches e hotel; **ruas largas, avenidas arborizadas e bem iluminadas; praças modernas, alguns bairros e o cruzamento das avenidas.** (FERRAZ, C., 1999, p. 186-187, grifo nosso)

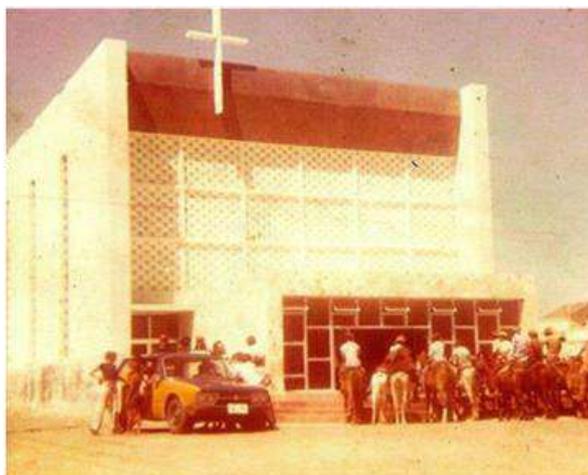
A região, na década de 60, foi descrita por Ferraz, C. (1999, p. 127) como “parecia um eldorado”, devido as grandes safras colhidas nas fases das plantações do tomate, melão e uva, chegando a “duas safras e meia por ano. Uma safra é o normal nos países europeus e nos Estados Unidos, sujeitos aos rigores temporários de baixas temperaturas. Aquela região são-franciscana parecia um eldorado.” Em 1964, a agência do Banco do Nordeste, órgão de desenvolvimento, foi inaugurada, sendo a primeira agência bancária da cidade. Educação, saúde e economia ganhavam novos espaços e o urbanismo se expandia. (FERRAZ, C. 1999). Nesta mesma década, entre 1965 e 1967 a antiga matriz de 1897 (que na década de 30 havia passado por reforma ganhando uma torre central), foi demolida e em seu lugar foi construída outra igreja, esta em estilo moderno e inaugurada em 1969 e que até hoje compõe a paisagem do centro histórico.

Figuras 12 e 13 - Da esquerda para direita: a Antiga Matriz; a época da sua demolição e início da nova



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 14 – Nova matriz



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

A partir da década de 70, com a construção da Barragem de Itaparica, de 1978 a 1987, novos fatores se impuseram a cidade. Com a maior necessidade do Nordeste por mais energia elétrica e com a construção da barragem, inundou-se ilhas e margens do Rio São Francisco, das quais Ferraz, C. (1999, p. 127) explicou “as mais produtivas, nos municípios de Belém do S. Francisco, Itacuruba, Floresta e Petrolândia que sofreram enorme prejuízo agrícola. O Eldorado terminara.” Além disso, em 1971 a cidade recebe o telégrafo, em 1973 iniciaram-se os cursos profissionalizantes e em 1979, o telefone e a TV. (IPAC, 1987; FERRAZ, C., 1999). Em 1978, segundo FERRAZ, C., 1999) chegava na cidade a agência do Banco do Brasil.

até os primeiros meses de 1971, o vai-e-vem das mulheres carregadeiras d’água dava à cidade um espaço tipicamente rural. Elas captavam esse líquido nas cacimbas do Pajeú e o traziam em potes ou latas, para encher outros tantos potes e a pequena caixa do banheiro, reservando à dona da casa, filhas e pessoas idosas. Senhores e rapazes tomavam banho no poço da pedra, no Pajeú, para onde passavam, de manhã, com toalha no pescoço e saboneteira na mão. Nos dias atuais, algumas latas ainda se veem, apenas nos chafarizes. (FERRAZ, C., 1992, p. 337, grifo nosso)

Na década de 1980, segundo o *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (1987)*, no sítio, viviam aproximadamente 1460 habitantes e o suporte econômico permanecia vinculado à agropecuária e na pecuária, o rebanho bovino com a maior expressividade, seguindo-se o caprino, o ovino e o suíno. (IPAC, 1987). Em 1981, a rodovia feita na década de 50 recebe asfalto. Em 1982 “a cidade incorpora-se ao sistema de discagem direta a distância – DDD” (IPAC, 1987, p. 101). Neste mesmo ano, ocorreu a

inauguração da barragem da Barra do Juá. Em 1989 a Barragem de Itaparica (construída entre 1978-1987) formou o lago do mesmo nome. Segundo Ferraz, C. (1999, p. 74) “os anos 80 parecem ter sido os mais positivos”.

até poucas décadas, existiram os últimos currais, em Floresta, nos fundos de quintal, principalmente entre os muros das residências e o leito do Pajeú, onde vicejavam as vazantes que forneciam capim, palha de milho, palma e vagem debulhada do feijão, como alimento para as vacas leiteiras, de gado pé-duro. O fazendeiro morava na fazenda, encontravam os companheiros com quem conversavam sobre as novidades, o criatório, as chuvas e a fazenda em geral; nos armazéns da cidade vendiam as peles de bode e os couros de boi, para a aquisição dos mantimentos caseiros. Viam-se cavalos de sela, muares e até animais de carga amarrados pelo cabresto, nos tamarindos em plena via pública. Nos dias atuais, no mesmo local, vemos dezenas de carros de passeio e viaturas utilitárias. (FERRAZ, C., 1992, p. 336, grifo nosso)

Na década de 1990, mais precisamente em 1991, Floresta perde parte de seu território quando Carnaubeira, até então um dos distritos pertencentes ao município, se emancipou (FERRAZ, C., 1999). Assim, a partir disso e até os dias de hoje Floresta é composta por dois distritos: Airi e Nazaré do Pico. Nesta mesma época ocorreram reasfaltamento das estradas. Em 1996 é inaugurada a barragem de Serrinha, em Serra Talhada, a de maior capacidade no rio Pajeú e, segundo o autor (op. Cit., p. 75) “que muito vem a beneficiar o município de Floresta”. Além disso, nesta mesma década era o setor terciário (de serviços) o que mais crescia na cidade. A população urbana passava a superar a rural e sentia-se um “relativo otimismo”. As administrações municipais passavam a promover seminários para o desenvolvimento e incentivam o município em seus mais variados aspectos (FERRAZ, C., 1999).

Na década de 2000, entre os anos de 2007 e 2009 a CHESF em parceria com a *Brasilis Consultoria & Empreendimentos* realizou uma série de atividades nos municípios de Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia no estado de Pernambuco e Rodelas, no estado da Bahia. Ao longo dos dois anos de duração da parceria aconteceram várias atividades como oficinas, pesquisas, seminários e encontros, lançamento de vídeo, além de uma Cartilha para cada município, representando uma amostra da riqueza das atividades expostas. Assim, chama atenção que ações voltadas para conscientização do patrimônio local tenham ocorrido no município, ainda que já na década dos anos 2000.

Figura 15 - Ilustração em aquarela pelo arquiteto Klaus Brendle com vista da cidade de Floresta. Foco na zona histórica, ao lado do Rio Pajeú e com bastante arborização



Fonte: Cartilha dos Bens Patrimoniais da Natureza e da Cultura, Floresta. CHESF e Brasilis Consultoria & Empreendimentos (2009).

Figura 16 - Vista aérea Praças Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz, ao fundo a Igreja N. Sra. Rosário. Início dos anos 2000



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Importante destacar que dentro deste conjunto arquitetônico tem-se registrado no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco*¹², somente as seguintes construções: Grupo Escolar Júlio de Mello, Edifício da Antiga Força Pública e o sobrado nº 258, localizados na Praça Major João Novaes, a residência nº 142 na Praça Antônio Ferraz e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Praça Coronel Fausto Ferraz.

¹² Ao final deste trabalho, nos anexos C, D, E, F, G e H, encontram-se as fichas dos bens da cidade presentes no inventário (1987), por se tratar de um material com poucos exemplares ainda disponíveis, pode contribuir para consulta e demais esclarecimentos.

Figura 17 - Fotomontagem Edifícios do Perímetro do Sítio Histórico de Floresta inventariados no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco – IPAC/PE (1987)*



Fonte: Mapa da Fundarpe (1984), fotomontagem e edição pela autora (2021).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Fig. 18 e 19), data de 1780, localiza-se no centro longitudinal da Praça Cel. Fausto Ferraz e é classificado pelo Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco IPAC/PE (1987) como sendo um edifício de interesse arquitetônico “com planta de nave única, altar-mor e duas sacristias colaterais salientes do corpo da Igreja. Duas torres maciças e um pouco recuadas da fachada principal completam a planta que tem a frente em adro.” (IPAC/PE, 1987, p. 113). Seu estado de conservação, ainda na década de 1980, foi classificado como “bom”, o que é possível continuar se constatando hoje em dia. Importante frisar que atualmente este bem está com pedido de tombamento pela Fundarpe em análise, como será

pontuado no t3pico 2.3 deste trabalho.

Figuras 18 e 19 – Detalhes fachada Igreja N. Sra. Ros3rio



Fonte: A autora (2021).

O Edif3cio da Antiga For3a P3blica (Fig. 20 e 21), conhecido como “Batalh3o”, localiza-se na pra3a Major Jo3o Novaes e data de 1912, sendo considerado pelo invent3rio como edif3cio de interesse arquitet3nico, “com planta retangular, desenvolvendo-se em dois pavimentos, apresentando na parte posterior, em perpendicular, ala de servi3os com um pavimento.” (IPAC/PE, 1987, p. 115). Al3m disso, sua situa3o e ambi3ncia s3o destacadas porque “apresenta fachada com 40m de extens3o, destacando-se das demais edifica3es locais, formadas por casas de um pavimento.” (ibid., 1987, p. 115). Entretanto, j3 naquele per3odo o edif3cio encontrava-se em estado “regular” de conserva3o, deteriorando-se cada vez mais e perdendo parte de sua fachada no in3cio dos anos 2000, como pode mostra na figura 21. Al3m disso, atrav3s da observa3o feita pela autora deste trabalho, em 2017, destacou-se que “apesar de seu mau estado de conserva3o, a edifica3o resguarda as linhas gerais de sua volumetria” (GOMES, 2017, p. 49)

Figuras 20 e 21 – Detalhes fachada “Batalh3o”



Fonte: A autora (2021).

O Grupo Escolar Júlio de Mello (Fig. 22 e 23), do ano de 1929, “localiza-se num dos extremos do largo que constitui a denominada Praça Major João Novaes, totalmente livre em todos os lados.” (IPAC/PE,1987, p. 121). Foi classificado pelo inventário como sendo um edifício de valor principalmente ambiental, “apresentando feição ao gosto neoclássico”. O inventário ainda explica que “a fachada principal se divide em três secções, na central os vãos são em arco pleno, constituídos de uma porta ladeada por duas janelas, e coroando esta secção, há um frontão arqueado com o brasão do Estado, sobre cimalha.” Além disso, destaca-se seu estado de conservação que foi considerado na década de 1980 como sendo “bom”. (IPAC/PE,1987, p. 121). Atualmente o edifício segue bastante conservado, preservando suas características e uso.

Figuras 22 e 23 – Detalhes fachada Grupo Escolar Júlio de Mello



Fonte: A autora (2021).

O Sobrado nº 258 (Fig. 24 e 25), de uso comercial, data de 1919 e localiza-se também na Praça Major João Novaes, num lote de esquina com a rua Dr. Tito Rosas (“rua do comércio”). Foi classificado pela Fundarpe como sendo um “sobrado de interesse arquitetônico, constituído de dois pavimentos e coberta em quatro águas.” Além disso, “o sobrado mantém a mesma unidade formal nas duas fachadas voltadas para os logradouros públicos.” (IPAC/PE,1987, p. 119). Atualmente percebe-se que estas características se mantiveram, apesar dos usos comerciais e das reformas internas pelo qual passou nos últimos anos. Na época em que foi inventariado pela Fundarpe, apresentava ainda piso em lajotas de granito e parte em cimento, sendo atualmente em piso cerâmico.

Figuras 24 e 25 - Detalhes fachada Sobrado nº 258



Fonte: A autora (2021).

A Residência nº 142 (Fig. 26 e 27) localiza-se na rua da Praça Antônio Ferraz e tem seus fundos voltados para as margens do rio Pajeú. Foi o único sobrado de uso residencial a ser inventariado pela Fundarpe na década de 1980. Sua localização e entorno foi destacada no inventário, quando descreve que “sua vizinhança é formada por um conjunto de casas que guardam a unidade típica de fachadas. A presença de frondosos tamarineiros conferem à ambiência um clima ameno a aridez da cidade.” (IPAC/PE, 1987, p. 117). Destaca-se o fato de que este exemplar foi descrito pelo inventário como sendo um “monumento de relevante interesse arquitetônico, desenvolvido com um corpo principal com sótão formando o oitão e dois pequenos corpos em forma de chalé, no fundo do lote.” O inventário, em 1984, destacou ainda que “apresenta mobiliário relevante da época”, permanecendo este acervo presente nos dias atuais, como pôde ser constatado pela pesquisadora ao visitar a residência.

Figuras 26 e 27 - Detalhes fachada Residência nº 142



Fonte: A autora (2021).

Além destas edificações isoladas, tem-se a avaliação de estado de conservação do sítio urbano como um todo, tendo sido classificado naquele momento como “bom” em cada um dos seguintes aspectos: conjunto arquitetônico, dos edifícios relevantes, dos espaços livres e da infraestrutura e equipamentos, numa escala entre “bom”, “regular” e “precário”.

Assim, o conjunto arquitetônico do casario, preservado e uniforme, e que data desde antes do século XIX e início do século XX (predominando estes dois séculos), conforma o Sítio Histórico de Floresta, localizado no centro da cidade. Seu destaque se dá pelo valor histórico, pelo grau de conservação dos imóveis, além da beleza e harmonia das fachadas que se misturam em vários estilos, predominando o estilo eclético, intercalados ao neoclássico e barroco. Para complementar a leitura sobre o Sítio Histórico de Floresta fez-se necessário compreender as dinâmicas e especificidades das pequenas e médias cidades, que será apresentado no próximo tópico.

Figuras 28 e 29 - Vista de parte do casario de Floresta – PE



Fonte: A autora (2018).

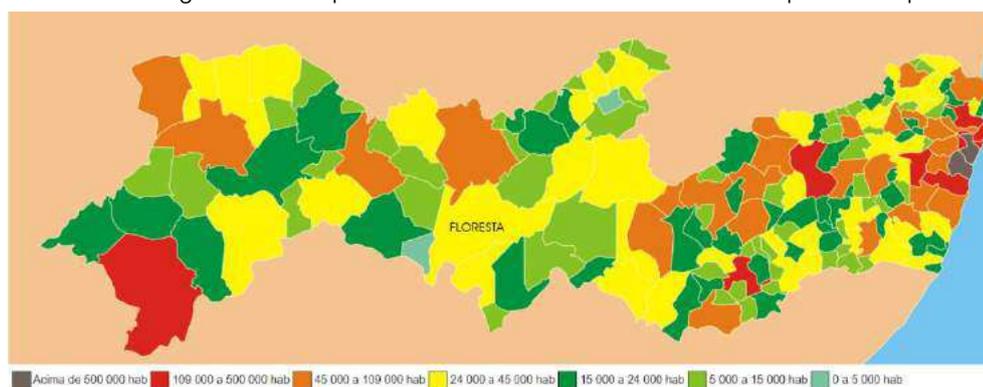
2.2 Cidades pequenas e médias: Conceitos, dinâmicas e especificidades

Faz-se necessário entender as dinâmicas e as especificidades das pequenas e médias cidades para melhor compreender o contexto *florestano*. São diversos os estudos sobre rede e hierarquia urbana, entre eles tem-se os produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o IBGE, as cidades pequenas são aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes. Acima deste valor, passa a se considerar como cidade média, com até 100 mil habitantes.

Entretanto, são recentes as pesquisas sobre as cidades pequenas, sua importância, significado e sua representação social, econômica e cultural no contexto da urbanização brasileira e é preciso entender a pequena cidade de fato através da concepção de sua inserção na rede urbana (FRESCA, 2010). Não obstante, resumir a definição de uma cidade pelo quantitativo, ou seja, pelo patamar mínimo e máximo de habitantes torna-se muito reducionista. A definição também se diferencia de acordo com o teórico que aborda a temática. A discussão conceitual sobre o que é cidade e que parâmetros utilizar para distinguir as pequenas das médias e grandes cidades têm sido umas das dificuldades encontradas nos estudos referentes a este tema. Para este tópico da pesquisa, buscou-se suporte através dos estudos dos precursores Santos (1993), e Corrêa (2001) e os mais recentes como Fresca (2001; 2010), Castro (2010), Dias (2018), além da base de dados do IBGE (2018).

Apesar de classificar-se como uma pequena cidade do ponto de vista populacional, Floresta-PE é o segundo maior município em termos territoriais do Estado, o que reforça a importância de não avaliar e classificar uma cidade unicamente do ponto de vista quantitativo.

Figura 30 – Mapa Pernambuco e escala de habitantes por município



Fonte: Wikipédia. Editado pela autora (2021).

Em suma, o número mínimo ou máximo de habitantes não pode ser o elemento determinante na discussão sobre a temática das pequenas cidades. É necessário compreender os aspectos sociais, econômicos e de acesso a comércio e serviços, por exemplo, para compreender a dinâmica da cidade e suas especificidades para classificação do seu porte. Apesar disso, a pesquisa se utiliza destas definições para fins acadêmicos e de reflexão.

A publicação *Regiões de Influência das Cidades – REGIC* (2018), do IBGE, serviu de apoio para entender como o instituto compreende a rede urbana e a classifica. No caso do município de Floresta-PE, classifica-se como sendo um Centro de Zona. As Cidades classificadas neste quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade.

Quadro 1 – Quadro Relação entre os grupos hierárquicos da gestão do território e a hierarquia urbana

Grupo Hierárquico (CGT)	Hierarquia Urbana
1. Metrópole	1a. Grande Metrópole Nacional
	1b. Metrópole Nacional
	1c. Metrópole
2. Capital Regional	2a. Capital Regional A
	2b. Capital Regional B
	2c. Capital Regional C
3. Centro Sub-Regional	3a. Centro Sub-Regional A
	3b. Centro Sub-Regional B
4. Centro de Zona	4a. Centro de Zona A
	4b. Centro de Zona B
5. Centros Locais	5. Centro Local

Fonte: IBGE (2018, p.77). Editado pela autora (2021).

Apesar de todas as definições, estudos e hierarquias definidas por institutos como o IBGE, IPEA, entre outros, é preciso reforçar, assim como afirma DIAS (2018, p. 24), que “revela-se bastante intrincada a definição do que seria uma cidade, em especial em um país com dimensões continentais como o Brasil, onde se têm cidades com populações bastante heterogêneas, diferenças econômicas e sociais resultantes do processo de urbanização que se deu diferentemente no contexto nacional.” Portanto, é preciso de fato analisar esta temática pelas duas vertentes metodológicas: quantitativa

(demográfica) e qualitativa (analisando a influência do lugar, a inserção na rede urbana etc.).

No que diz respeito as cidades médias, Santos, no livro *A Urbanização Brasileira* (1993, p. 71) entende que para “ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno de 100 000 habitantes”, indicando que abaixo deste patamar, os núcleos devem ser cidades pequenas. Entretanto, como afirma Fresca (2001, p. 28) “uma cidade com cerca de 50 000 habitantes urbanos inserida na rede urbana norte paranaense diferencia-se em muito de uma similar inserida, por exemplo, na rede urbana nordestina.”

Cabe, todavia, levantar uma questão: podemos classificar as cidades com mais de 20.000 habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas ciências humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois o número, em momentos distintos, possui significado diferente. **O que chamávamos de cidade média em 1940/50, naturalmente não é cidade média dos anos 1970/80. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes.** Isto não invalida o uso de quadros estatísticos, mas sugere cautela em sua interpretação (SANTOS, 1993, p. 70-71, grifo nosso).

No caso de Corrêa (2001), em seu artigo *Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades*, também argumenta sobre pequenas cidades ou o chamado “pequeno centro”. Este pode ser mais bem definido em termos do grau de centralidade do que em relação ao tamanho demográfico, tratando da diferenciação entre os pequenos núcleos urbanos e sua relação com a rede urbana brasileira. O autor considera a pequena cidade como um núcleo de povoamento onde parte da população trabalha em atividades ligadas à transformação, circulação de mercadorias e prestação de serviços, apresentando até 50 mil habitantes, além de apontar para outros itens fundamentais na análise além do tamanho populacional, como a origem e as funções das cidades.

Interessante apontar a dinâmica das pequenas cidades e de suas especificidades, numa caracterização que se constata inclusive no cenário da cidade de Floresta-PE. Como apontado por Castro (2010):

Sob a ótica da configuração espacial, **as cidades pequenas do Brasil apresentam uma morfologia que se repete: uma imponente igreja católica no centro, situada geralmente na praça principal, e uma área predominantemente comercial entornada por pequenas casas residenciais.** (...) A morfologia urbana no seu conjunto e as formas espaciais individualizadas (a exemplo das unidades residenciais) revelam aspectos das práticas culturais de um povo em uma determinada época. (CASTRO, 2010, p. 111, grifo nosso)

Além disso, a autora (Castro, 2010, p. 109) observa que “Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem. Por isso, é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos.” Tal dinâmica torna o ambiente mais humano, com caráter forte de pertencimento e senso de afetividade engrandece. Castro (2010, p. 109) continua a reflexão ao comparar com as grandes cidades quando diz que “Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em shoppings podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que, na pequena cidade, esses encontros são constantes em função da ‘circularidade repetitiva’ (...)”.

(...) passa-se pela mesma praça, ou logradouro público, várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, para, conversa. Um outro aspecto que caracteriza a pequena cidade é a natureza dos eventos sociais locais. (CASTRO 2010 apud P. 109)

Portanto, entende-se aqui a cidade média como sendo aquela em que, numa dada divisão territorial do trabalho, classifica-se como centro regional importante por desempenhar função de elo entre cidades maiores e menores. Ou seja, o local onde a população das cidades pequenas recorreria quando precisasse de produtos não encontrados em sua cidade. No caso de Floresta-PE, segundo o REGIC (2018), teria seu elo com a cidade média Serra Talhada, local mais próximo em que parte da população busca suporte seja de auxílio médico ou mesmo para compras.

Figura 31 – Mapa Região de Influência Floresta-PE



Fonte: REGIC (2018).

É possível perceber que grande parte do território brasileiro se constitui de pequenas cidades, das quais em sua maioria não detêm de plano diretor e quando o tem, não consegue ultrapassar o que se propõe pelo Estatuto.

Também se apresenta o fator do esvaziamento e mudanças de usos, subutilização e da conseqüente desvalorização imobiliária como exemplos de destaques nos sítios históricos das grandes cidades, que passaram por processos de “revitalizações” após período de desvalorização. Entretanto, o aparato legal presente nestes centros sempre foi mais forte e completo que se comparados àqueles presentes nas pequenas e médias cidades. Nestas, o quadro geral é identificado pelo cotidiano das deficiências administrativas, da ausência de corpo técnico para pensar e implementar políticas, da escassez de recursos financeiros, do distanciamento das instâncias de preservação, estadual e federal e das descontinuidades de políticas. Assim, os aspectos legais que regem a legislação urbanística e patrimonial são muitas vezes inexistentes ou, quando detém de uma, esta é muito recente e frágil.

Deste modo e, principalmente, do ponto de vista da legislação patrimonial é perceptível a carência de uma gestão que dê conta, a nível municipal, da salvaguarda por meio de instrumentos legais de proteção, restando em grande parte a ação das instâncias estaduais – sendo esta a predominante nas cidades interioranas - e federais.

É imperativo que, diante do que foi dito anteriormente, haja uma maior atenção aos centros históricos das pequenas cidades. Na especificidade do contexto de cidades pequenas e medias este problema da legislação, com uma ausência ou ineficácia dela, pode-se facilitar o processo de descaracterizações e, como vimos no capítulo anterior, a cidade de Floresta se constitui uma exceção já que mesmo com uma legislação fraca, apresenta seu centro bastante preservado.

Desta maneira, o presente tópico buscou conceituar as dinâmicas e especificidades das pequenas e médias cidades, situando então o município de Floresta e o fato de que apesar do município não ter legislação clara, aprofundada e executada, apresenta seu centro histórico bastante integro. Para tanto, o próximo tópico busca identificar a legislação urbanística de Floresta-PE observando o espaço dado a questão preservacionista nessa legislação.

2.3 Legislação urbanística e patrimonial

Feito o breve histórico de formação do município de Floresta-PE e apresentados os conceitos, dinâmicas e especificidades das pequenas e médias cidades, faz-se necessário expor o que há de legislação municipal no que concerne a preservação patrimonial e a regulação urbanística.

Como marco legal brasileiro da regulação do uso do espaço público, no que diz respeito as políticas públicas com enfoque na área urbana, foi somente no início dos anos 2000, com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), definiu-se que “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”. Ou seja, até então pequenas cidades não tinham a obrigatoriedade de possuir um plano diretor e, portanto, de ter um instrumento para a política urbana local que ordene o espaço urbano, desde a infraestrutura a parâmetros urbanísticos que são cruciais para o desenvolvimento de uma cidade e sua gestão urbana. Assim, por se tratar de um município que em 2020, segundo o IBGE, teve estimada sua população em 33.184 pessoas foi somente no início dos anos 2000 que Floresta passou a ter sua Lei Orgânica Municipal, que previa a criação do Plano Diretor num prazo de 5 anos. Para tanto, foi somente em 2005 que se fez a primeira versão do documento.

Entretanto, somente em 2012 ocorreu a sua atualização e vigência. Portanto, trata-se um aporte legal muito recente e pouco desenvolvido. Por exemplo, no que diz respeito os condicionantes legais para preservação e criação de projetos ligados ao patrimônio cultural, os documentos em voga no município são mais vagos, sendo necessário o auxílio das leis estaduais (Fundarpe) para tal tipo de atuação. Quantos aos documentos municipais citam-se os seguintes:

- Lei Orgânica Municipal – Floresta-PE: Atualizado pela Lei Nº 186 de 04.07.2000 e Resolução nº 01 de 15.08.2002;
- Plano diretor do Município de Floresta-PE: Lei nº 479/2012 (Sua primeira redação data de 2005, sendo a de 2012 a vigente, em atendimento às disposições do Artigo 182, da Constituição Federal, do Capítulo III, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade);
- Lei nº 595/2015: Código de Posturas do Município de Floresta-PE;

- Lei nº 596/2015: Código de Edificações do Município de Floresta-PE;
- Lei nº 626/2016: Regulamenta o artigo 169-D da Lei Orgânica, implementa e regulamenta o tombamento de bens;
- Lei nº 732/2018: Catalogação, proteção e preservação de bens nos termos do artigo 169-D da Lei Orgânica.
- Lei nº 859/2021: Declara Patrimônio de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural material o casario e as vias públicas – Cel. José Gonçalves Torres, Praça Antônio Ferraz, Praça Cel. Fausto Ferraz, Capitão Emílio Novaes e Rua Getúlio Menezes.
- Decreto Municipal nº 59 de 23 de julho de 2021: Institui o mês de agosto como o “Mês do Patrimônio Histórico e Cultural” de Floresta, a ser comemorado anualmente em todo o município.

Todavia, a Lei nº 626/2016 somente orienta e a Lei nº 732/2018 explica o processo, porém, ainda sem execução, bem como a de 2021, acima expostas. Quanto a Lei nº 859/2021, aprovada em 16 de abril do presente ano, percebeu-se uma repetição de proposta e texto já presente desde o Art. 169-D da Lei Orgânica e da lei de 2018, não ficando clara para qual necessidade se aprovou esta última lei.

Art. 169-D - A Pedra do Navio, a Quixabeira do Bom Jesus, os Tamarindos, o Casario Antigo, a Ermida, a Igreja do Rosário e o prédio do antigo 3º Batalhão, o Parque das Caraibeiras e as caraibeiras urbanas, o Grupo Escolar Júlio de Mello, a confraria do Rosário, os Letreiros da Mãe D'água, a Lagoa do Pedrosa, o Cemitério Público da Cidade, as margens e os leitos do Riacho do Navio e do Rio Pajeú, são considerados bens de interesse turístico e cultural, sem prejuízos de outros que venham a ser indicados por lei, susceptíveis de rigoroso, especial e permanente tratamento dos poderes públicos. (Lei Orgânica Municipal – Floresta-PE: Resolução nº 01 de 15.08.2002, grifo nosso)

Além disso, muitos funcionários do corpo técnico da prefeitura desconhecem algumas destas leis, o que demonstra a fragilidade do aporte legal. Em visita realizada em janeiro e fevereiro de 2021 na prefeitura e em consulta a secretaria de obras, foi informado desconhecimento sobre as Leis nº 626/2016 e Lei nº 732/2018. Parte do corpo técnico da secretaria de obras, em consulta feita com cinco funcionários – dentre os quais engenheiros, técnicos de edificação e secretário - disseram ter conhecimento somente do Plano Diretor e dos Código de Posturas e Códigos de Edificações. Por parte de membros da Câmara Municipal, consultando-se mesma época um vereador e dois ex-vereadores, sobre se tinham conhecimentos destas

Leis (626/2016 e 732/2018) foi informado que são leis que não tiveram sua implementação e, assim, não foram ainda executadas, apesar de já aprovadas e publicadas. Importante frisar que a respeito da Lei nº 732/2018, não há ainda livros de tomo ou de registro nem site da secretaria de cultura para consulta pública, como prevê a lei. Ou seja, existem leis de proteção municipal do patrimônio, mas estas não são executadas. Vale chamar a atenção aos seguintes trechos das Lei nº 626/2016 e Lei nº 732/2018:

Art. 1º: ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens materiais e imateriais, de propriedade pública e particular, existentes no Município, que dotados de valor estético, ético, filosófico, histórico, paisagístico, etnográfico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação; inciso 1º: **Os bens que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio cultural municipal, depois de inscritos separada ou agrupadamente nos Livros do Tombo ou de Registro, de que trata essa Lei.** (Lei municipal de nº 626, de 2016, grifo nosso)

Art. 17: **as fichas de catalogação deverão ser de livre acesso da população, acessíveis via internet em site específico pertencente à Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Esportes.** [...] Art. 22: as fichas deverão arquivadas em arquivo próprio, separadas por tipologia de arquivo e em ordem numérica decrescente, para facilitar o acesso as informações. (Lei municipal de nº 732, de 2018, grifo nosso)

A nível estadual, pela FUNDARPE, tem-se as seguintes leis e decretos de reconhecimento:

- Lei Nº. 7970 de 18.09.1979: Institui o Tombamento de bens pelo Estado;
- Decreto Nº 6239 de 11.01.1980: Regulamenta a Lei nº 7970, de 18.09.1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências;
- Decreto Nº 36.249, de 17.02.2011: Altera o Decreto nº 6.239, de 11.01.1980, que regulamenta a Lei nº 7.970, de 18.09.1979, que institui o tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências;

Apesar da existência da Lei nº 7970 de 1979 e dos Decretos nº 6239/1980 e nº 36249/2011, somente um bem da cidade de Floresta, o Prédio da Antiga Força Pública de Floresta, usualmente conhecido como “Batalhão” e citado no tópico 2.1, encontra-se hoje protegido e a nível estadual, por meio do seguinte Decreto:

- Decreto Nº 44.061, de 26.01.2017: Homologa a resolução nº 003, de 6 de janeiro de 2017, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio

Cultural, da declaratória do Tombamento do Prédio da Antiga Força Pública de Floresta.

Este é o único bem tombado até o momento no município, entretanto encontra-se bastante deteriorado e sem uso, como abordado no trabalho de conclusão de graduação da autora (*nota de rodapé*²). Salienta-se que o tombamento é um instrumento jurídico-legal de proteção, sendo necessária sua gestão e recuperação para efetiva proteção.

Importante frisar que atualmente dois processos estão em análise pela FUNDARPE, com pedidos de abertura por parte do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - CEPPC, ambos abertos no segundo semestre de 2020. O primeiro, de 26 de agosto de 2020, refere-se ao pedido de Tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Floresta, anteriormente Capela do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, a mais antiga da cidade, que remonta ao final do século XVIII. O segundo processo, aberto em 11 de dezembro de 2020, refere-se ao pedido de Tombamento do Centro Histórico da Cidade de Floresta, justamente o recorte de estudo desta pesquisa, que tem a Igreja anteriormente citada como um dos exemplares presentes em seu polígono. Destaca-se o fato destes bens estarem inventariados no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco - Sertão do São Francisco - IPAC/PE (1987)*, elaborado pela FUNDARPE.

Figuras 32 e 33 - Diário Oficial de 11.12.2020 e 26.08.2020, respectivamente da esquerda para direita, que tornam públicos os processos de tombamento do Centro Histórico de Floresta-PE e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco (2021).

Figura 34 - Bens em processo de tombamento pela FUNDARPE em 2021 com destaque para Floresta

PROCESSO		IDENTIFICAÇÃO DO BEM		LOCALIZAÇÃO				TRAMITAÇÃO				
NÚMERO	ANO	SITUAÇÃO	BEM	RD	MUNICÍPIO	BARRIO	LOGRADOURO	PROPRIETÁRIO	PROponente	ABERTURA	EDITAL DOE	RESOLUÇÃO DO CEPIC
001	2020	EXAME	Casa do Poeta Adalberto Teixeira - Casa	12	SOANÁ	CENTRO	Rua Adalberto Teixeira, nº 21	PRIVADA	CEPPIC	26/03/2020	26/03/2020 p. 07	
002	2020	EXAME	Monumento Natural, Cossatos e Sítio Arqueológico da Praia Furada	7	VENTUROSA	"	"	PÚBLICA MUNICIPAL/PRIVADA	CEPPIC	26/03/2020	26/03/2020 p. 07	
003	2020	EXAME	Casa do Arqueólogo - Palácio da Rua Seneca	12	RECIFE	NICOLINA	RUA MENFICA	NÍVELS PROPRIETÁRIOS	CEPPIC	26/03/2020		
004	2020	EXAME	Azulejo de Lourenço da Paes e Barbosa, Capela	9	SUPERM	SAO JOSE	RUA MAJOR FROILANO DA MOTA SALVEZA, 364	PRIVADA	CEPPIC	28/07/2020	27/08/2020 P. 14	
005	2021	EXAME	Igreja de Nossa Senhora da Rainha dos Príncipes	1	FLORESTA	"	"	PRIVADA	CEPPIC	26/03/2020	26/03/2021 p. 07	
006	2020	EXAME	Centro Histórico do Município de Belem do São Francisco	1	BELEM DE SÃO FRANCISCO	CENTRO	"	PÚBLICA MUNICIPAL	CEPPIC	28/07/2020	11/12/2020 P. 28	
007	2020	EXAME	Sítio do Padre - Casa e Capela	1	ITAPARICA	"	"	"	CEPPIC	08/01/2020		
008	2020	EXAME	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	6	BERNARDINA	"	"	"	CEPPIC	26/02/2020		
009	2020	EXAME	Sítio Histórico Pedro do Sáez	4	SÃO JOSÉ DE BELMONTE	ZONA RURAL	"	"	CEPPIC	13/07/2020		
010	2020	EXAME	Capela das Almas	7	SARANHOTO	LUTRAMENTO CADILANHO	AV. DEOLINA TILVESTRE VENTURA, 504	PÚBLICA MUNICIPAL	CEPPIC	11/01/2020	26/06/2020 P. 07	
011	2020	EXAME	Edifício de Antigo Mercado de Carne e Faveira	10	ITORORÓ	CENTRO	PRAIÇA DUQUE DE SANHÁ, 501	PÚBLICA MUNICIPAL	CEPPIC	30/01/2020	27/08/2020 P. 14	
012	2020	EXAME	Centro Histórico da Cidade de Floresta	1	FLORESTA	CENTRO	CENTRO	PÚBLICA MUNICIPAL	CEPPIC	18/08/2020	17/12/2020 P. 28	
013	2020	EXAME	Campesina Gilvete Figueira da Fundação Joaquim Nabuco - Fundação	12	RECIFE	POÇO DA PANELA	11 de Agosto, nº 2187	PÚBLICA FEDERAL	ANTONIO RICARDO ACOCHA Y CAMPOS - PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO	29/07/2020	24/03/2020 P. 1	
014	2020	EXAME	Casa Museu Nêscio Vilelas	8	SARAUJÁ	ALTO DO MOURA	Rua Manoel Vilelas, 501, 5100-000, Saraujá - PE	PRIVADA	ALDOREY HANDEY PATRÍCIO LOPES - SECRETÁRIO DO TRABALHO, EMPREGO E QUALIFICAÇÃO DO ESTADO	01/10/2020	11/12/2020 P. 28	
015	2020	EXAME	Basílica da Igreja do Sagrado Coração de Jesus	1	PETROLINA	LAPA DA TRINHEIRA DE TIBERTO	"	PÚBLICA FEDERAL	COMUNIDADE LOCAL - REPRESENTADA POR: MILDINA BARROS OLIVEIRA - ORGANA (PAULA FRANCINETE FERNANDES MENEZES) e ANTONIO FRANCISCO DE LIMA - Presidente e Vice-Presidente do Instituto Geográfico e Histórico de Petrolina, respectivamente	14/10/2020	12/01/2021 P. 7	
001	2021	EXAME	Santuário de Nossa Senhora da Saúde	1	ITAPARICA	CENTRO	"	PRIVADA	PROJ. - Projeto para o Santuário	25/12/2019		
TOTAL											63	

Fonte: Site da Fundarpe (2021). Editado pela autora (2021).

É importante destacar que por meio do acesso a arquivos da Fundarpe, em junho de 2021, foi encontrado o ofício de pedido de abertura destes processos de tombamento, em que os conselheiros proponentes destacam o papel que o *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco - Sertão do São Francisco - IPAC/PE (1987)*, elaborado pela FUNDARPE, nas justificativas para o acionamento do instrumento legal.

A pesquisa foi fundamental para a abertura de diversos processos de tombamento relativo a bens culturais no sertão do estado, como, por exemplo, da Igreja Matriz, em Petrolina, o da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Cabrobó, e o do Sítio Histórico de Caboclo, em Afrânio; e ainda resultou no livro *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco, IPAC/PE, Sertão do São Francisco*, publicado em 1987. No entanto, **diversos bens recomendados nessa pesquisa para serem preservados como patrimônio cultural de Pernambuco jamais tiveram seus processos de tombamento abertos pelo estado, ficando à mercê da destruição e da descaracterização que a falta de valoração desse patrimônio pode acarretar.** A não proteção desses bens, alguns ainda se mantendo preservados, pode gerar perdas irreparáveis para a preservação da memória do processo de ocupação do sertão de Pernambuco, como é o caso, por exemplo, do Centro Histórico da cidade de Floresta, localizado no sertão de Itaparica, as margens do Rio Pajeú. (Cantarelli, D'arc. 2019, p. 1 e 2, grifo nosso)

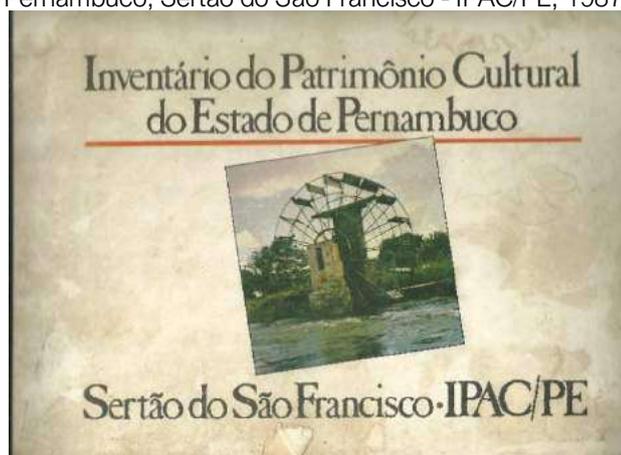
Apesar de ter sido um trabalho feito há mais de 30 anos, o Centro Histórico de Floresta se manteve preservado sem nenhum aporte legal de proteção, o que é destacado no documento. Portanto, apesar do risco identificado pelos técnicos de descaracterização pela ausência de reconhecimento legal, impressiona a preservação do Centro Histórico de

Floresta mesmo sem legislação.

Neste inventário, foi realizado um trabalho de levantamento com intenção de “contribuir para o fortalecimento do Agreste e Sertão Pernambucano, com vistas a diminuir as diferenças entre estas áreas e as regiões mais favorecidas do extremo oposto do Estado” (IPAC, 1987, p. 05), tendo como objetivos principais o de “conhecimento dos bens culturais do Estado e a criação das condições para promoção da proteção desses bens” (IPAC, 1987, p. 24). Assim, com “caráter essencial de registro, tendo em vista a salvaguarda dos bens, tem a função de identificá-los, selecioná-los, classificá-los e cadastrá-los, como bens de preservação desejável” (IPAC, 1987, p. 24). No caso do Centro Histórico de Floresta, identificou-se muitas edificações históricas, como também pode ser visto em outro trecho do pedido de tombamento proposto pelos conselheiros estaduais do CEPPC (ANEXO B), Joana D’arc e Rodrigo Cantarelli, quando mencionam que:

O inventário elaborado na década de **1980 identificou 291 edificações históricas no núcleo histórico da cidade**, que é caracterizado por uma grande presença de casas térreas geminadas, com feições estilísticas **que remetem a uma arquitetura neoclássica e eclética típica da virada do século XIX para o XX**, além da própria Igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificação mais antiga da cidade que data de fins do século XVIII. (Cantarelli, D’arc. 2019, p. 3 e 4, grifo nosso)

Figura 35 - Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco, Sertão do São Francisco - IPAC/PE, 1987



Fonte: Acervo de Heloísa Ferraz (2021).

Além disso, foi de suma importância para o caminho de construção desta pesquisa encontrar outra observação importante presente na justificativa do pedido de tombamento, quando se menciona a ligação de afetividade por parte da população como possível força que atuou na preservação e integridade do centro histórico de Floresta, no seguinte trecho:

O conjunto arquitetônico que encontramos no Centro Histórico de Floresta se mantém altamente preservado apesar da inexistência de legislações de proteção em quaisquer esferas, o que nos pode sugerir uma forte ligação da comunidade com aquelas edificações que resulta na sua preservação. Uma preservação legal desse conjunto, no entanto, se faz necessária pois ele é um dos poucos exemplares que ainda retratam um momento dos processos de ocupação e desenvolvimento do estado de Pernambuco. Ao contrário de cidades que detinham conjuntos relevantes em seus centros históricos e foram descaracterizadas ou destruídas, a exemplo de Petrolina e Petrolândia, Floresta é um dos mais bem mantidos exemplares de cidade sertanejas que constam o processo de ocupação dessa região no nordeste brasileiro. (Cantarelli, D'arc. 2019, p. 4, grifo nosso)

Ademais, foi realizado, em 11 de junho do presente ano (2021), por parte do Gabinete da Prefeita do município de Floresta, através do Ofício de nº 247/2021 (ANEXO A), direcionado a Secretaria de Cultura do Estado, uma manifestação de anuência e resposta ao pedido de tombamento do CEPPC para o Centro Histórico de Floresta e requerendo, ainda, “uma ação conjunta de fortalecimento patrimonial e humano para melhor difusão na questão da determinação de não pode ser destruído, demolido ou mutilado o Centro Histórico de Floresta (...)” Além disso, o ofício apresenta preocupação quanto a projetos de conservação, reparação e restauração para que sejam “submetidos à análise da Fundarpe (prévia autorização, por ser o órgão técnico do Sistema de Tombamento Estadual, e ainda que não se pode na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade (...))” O ofício faz menção também a um pedido para que seja realizado Audiência Pública no município de Floresta-PE:

no formato remoto, por meio de ampla divulgação, com o objetivo de informar e esclarecer a população florestana sobre o tombamento do Centro Histórico do município, **haja vista que mais de três décadas a conservação, preservação e proteção desses bens arquitetônicos se mantiveram, exclusivamente, pelo amor e sentimento de pertencimento dos seus donos.** (Ofício nº 247/2021, Gabinete da Prefeita, 11.06.2021, grifo nosso)

Ao final deste mesmo ofício chama a atenção para a explicação sobre a existência de uma legislação municipal de preservação, reiterando que a mesma se encontra em fase de implementação:

Floresta tem sua própria legislação de preservação dos bens naturais e culturais de interesses públicos – Lei Municipal nº 732/2018 em fase de implementação por isso uma ação compartilhada é o instrumento adequado na atual sociedade, em que a democracia inspira bons líderes. (Ofício nº 247/2021, Gabinete da Prefeita, 11.06.2021, grifo nosso)

Apesar disso e como se percebe no quadro de parâmetros urbanísticos do Plano

Diretor Municipal (Figura 37), a área referente ao recorte espacial empírico de estudo aponta todas as suas diretrizes para somente duas observações: C) Para novas construções em glebas já loteadas seja feita a análise espacial de afastamentos e solo natural, seguindo-se os padrões predominantes na quadra e F) análise especial para qualquer tipo de intervenção proposta dentro do perímetro da ZEIHC passe pela FUNDARPE, para situações em que sítios ou edificações isoladas identificadas como relevantes historicamente possam passar por intervenção, tendo as edificações consolidadas a garantia da permanência dos recuos e gabaritos existentes. Portanto, sem uma análise exclusivamente a nível municipal. Percebe-se a fragilidade do Plano Diretor e a falta de uma maior autonomia municipal, quando sugere que projetos passem por análise pela Fundarpe, além de se observar a ausência de parâmetros de afastamento e a relação com as observações destacadas anteriormente.

Quadro 2 - Anexo II do Plano Diretor do Município de Floresta-PE

Zona	Afastamentos (m)			Gabarito	Taxa de Solo Natural (%)	Obs.
	Frontal	Lateral	Fundos			
Zona Rural - ZR	-	-	-	2	-	A
Zona de Proteção Ambiental - ZEPA	-	-	-	1	-	B
Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural - ZHEIC	obs	obs	obs	Obs	obs	C/F
Zona de Consolidação Urbana - ZUC	obs	obs	1,5	2	obs	C

Fonte: Lei nº 479/2012. Editado pela autora (2020).

A respeito dos Códigos de Posturas e do Códigos de Edificações, ambos previstos no Plano Diretor Municipal, e aprovados em 2015, abordam, respectivamente, a respeito das medidas administrativas como higiene pública, bem-estar público, localização de funcionamento de estabelecimentos comerciais/serviços e demais correspondências jurídicas entre o poder público e comunidade e, a função social da propriedade urbana – habitação, segurança e qualidade das construções – em que as edificações, instalações e posturas do município obedeçam a dita lei em consonância com o Plano Diretor e do Uso e Ocupação do solo. Entretanto, no que diz respeito intervenções construtivas ocorridas dentro do perímetro estudado nesta pesquisa, não foram encontrados projetos registrados em prefeitura, o que pode demonstrar duas coisas: Ou não ocorreu nenhum tipo de intervenção neste polígono ou, aquelas que ocorreram, não passaram pelo aval da prefeitura, que também não dispõe de corpo técnico efetivo voltado para fiscalização.

Em consulta realizada em janeiro e fevereiro de 2021 com técnicos da prefeitura e

da secretaria de obras, foi informado desconhecimento sobre projetos privados que tenham passado por aprovação na prefeitura. Explicou-se que a emissão de boleto para alvará se dá pela prefeitura, mas que a aprovação e arquivamento dos processos são por parte da secretaria de obras. Esta, por outro lado, informou que não sabia onde se encontravam os possíveis processos de aprovação de projeto, principalmente pelo fato de estarem no início da troca de uma nova gestão. Ainda informaram que obras que tenham sido realizadas provavelmente “99%” (*porcentagem meramente hipotética dita por funcionário da secretaria de obras*) seria sem aval de prefeitura. Portanto, são documentos de aspectos mais técnicos, não sendo o patrimônio alvo de prioridade do ponto de vista de possíveis intervenções de reforma, por exemplo.

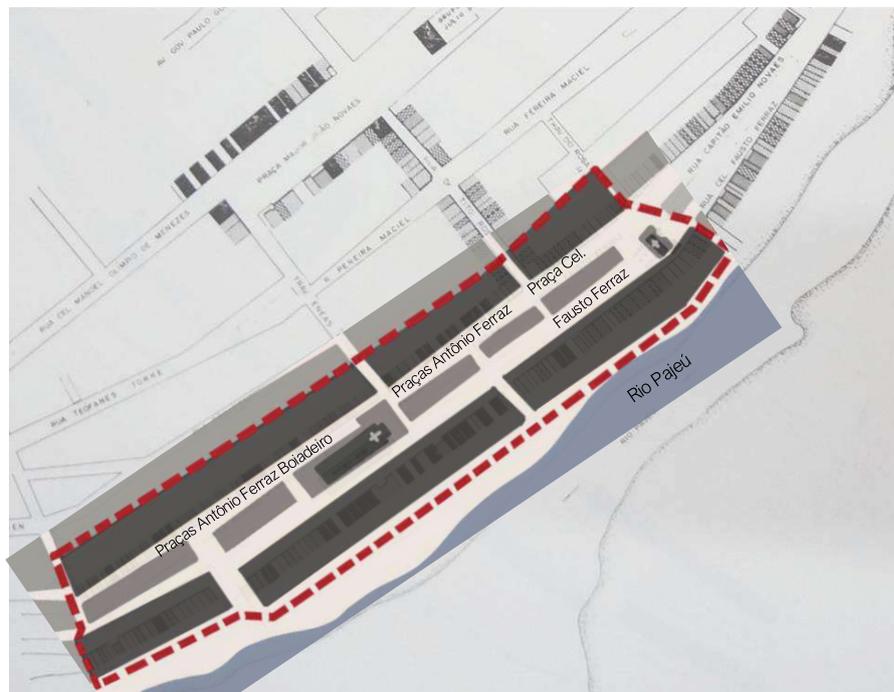
Importante a ressalva de que já neste inventário alertava-se para a necessidade de uma proposta de proteção de “tombamento a nível estadual e elaboração de plano de desenvolvimento local, integrado.” (IPAC/PE, 1987, p. 101) e apontava “perigos potenciais” da seguinte maneira: “os espaços livres, conjunto arquitetônico, edifícios relevantes e entorno, sofrem ameaças de mutilações ou desaparecimento, por falta de uma legislação específica”. Pontua também uma observação sobre “perspectiva de desenvolvimento” do município: “o desenvolvimento do turismo, aliado à economia agropecuária do município, poderá ser, a médio ou longo prazo, um elemento de dinamização da cidade” e ressalta que o município naquele momento não detinha de nenhuma proteção legal (IPAC/PE, 1987, p. 101). Salieta-se que na avaliação feita pelo órgão na década de 1980, o polígono inventariado abrigava “291 edificações constituídas, em sua maioria (70%), por casario do início do século XX” e que “Das edificações do sítio, 48% estão em estado bom e 41% regular, muito embora 94% delas conservem originais as suas volumetrias e 68% têm o seu interior sem modificações.”.

Assim, a fim de caracterizar as mudanças e permanências ocorridas no patrimônio edificado do recorte espacial empírico, no sítio histórico de Floresta – PE, em especial ao longo dos últimos 20 anos (2000-2020), foi preciso fazer um levantamento das fotografias existentes além de ir a campo para registrar novas fotos, buscando repetir ângulos identificados em fotografias antigas. Desta forma, o próximo tópico que concluirá este primeiro capítulo apresentando as mudanças e permanências no conjunto edificado.

2.4 Mudanças e permanências no conjunto edificado

Após apresentar o breve histórico da origem e formação de Floresta, apresentados os conceitos, dinâmicas e especificidades das pequenas e médias cidades e feita a exposição do que há de legislação urbanística e patrimonial, este tópico tem como intuito fazer a exposição das mudanças e permanências ocorridas no patrimônio edificado do recorte espacial empírico, no sítio histórico de Floresta – PE, especialmente ao longo dos últimos 20 anos (2000 a 2020). Para tanto, utilizou-se da técnica da “observação individual”, utilizando como uma das ferramentas de registro o levantamento fotográfico do casario e suas igrejas, bem como praças presentes. O polígono de análise da pesquisa é composto por um total de 164 lotes, dispostos ao longo de 6 quadras e da Igreja Nossa Senhora do Rosário, Catedral do Bom Jesus dos Aflitos e dos vários pés de tamarindo, além da presença das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz que dão nomes as suas ruas.

Figura 36 - Polígono de análise da pesquisa no Sítio Histórico de Floresta-PE



Fonte: A autora (2021).

Apesar de o Sítio Histórico de Floresta abranger outras ruas próximas ao polígono delimitado para esta pesquisa, não se incluiu tais áreas por conta do tempo disponível para construção da pesquisa, priorizando as ruas que deram origem a cidade e que reúnem as duas Igrejas e o maior número de residências e, portanto, reúnem o maior número de

moradores a serem consultados, sendo assim, necessário suprimir a rua Cap. Emílio Novaes do polígono de análise. A rua Dr. Tito Rosas, comumente conhecida como “rua do comércio” se constitui quase que em sua totalidade de comércio e serviços, bem como a rua da Praça Major João Novaes, onde localiza-se o Batalhão e o Grupo Escolar Júlio de Mello assim como outros estabelecimentos. Quanto ao Rio Pajeú, não se incluiu na análise do perímetro por ter-se priorizado analisar o polígono do ponto de vista do conjunto edificado, já que o rio não é visto do ponto de vista interno do Centro Histórico e sim quando saímos dele, não sendo objeto de análise para a pesquisa a respeito da integridade do Sítio.

Assim, primeiramente realizou-se o a pesquisa das fotografias existentes no acervo de moradores tanto presencialmente quanto via álbuns on-line de redes sociais bem como em livros e sites, além de se realizar levantamentos fotográficos, indo a campo e registrando cada fachada do polígono de estudo e realizando o exercício de buscar repetir ângulos identificados em fotografias antigas a fim de melhor registrar as mudanças e permanências da paisagem *florestana*. Desta forma, por meio do uso do recurso imagético. Importante reforçar que o a escolha do uso da *imagem* na pesquisa também foi essencial para a criação dos questionários que foram aplicados nesta pesquisa, como será abordado nos *Capítulo IV e V*. Ainda assim, faz-se necessário dar um breve comentário a respeito do uso da imagem como parte do método de pesquisa. Para isso, apoiou-se em Medina Filho (2013), que menciona as formas de uso da imagem no processo de construção de pesquisa, tendo a linguagem imagética uma dinâmica e estrutura próprias e explica que “existem diversas formas possíveis de expressão visual como o desenho, a pintura, a colagem, a fotografia, a escultura, o mosaico, a dobradura de papel, o vídeo, a história em quadrinhos.” (ibid., p. 269). Portanto, para este trabalho foi utilizado o método da fotografia e da colagem digital para realização das fotomontagens das faces de quadras e dos comparativos de fotografias antigas e atuais, que serão mostrados a seguir.

Primeiramente é necessário fazer um panorama do uso e ocupação do solo do polígono e do número de pavimentos das construções nos dias de hoje. Além disso, é importante citar o levantamento feito pela FUNDARPE para o *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (1987)* em que o recorte de análise desta dissertação também aparece. Assim, foi feito um novo mapa com os dados do levantamento feito nesta dissertação, utilizando-se como base de edição o mapa de 1987 para melhor visualização das mudanças de uso e número de pavimentos da área. Para melhor destacá-lo, editou-se

o mapa de 1987 interpretando suas legendas e as refazendo com o uso de cor para melhor distinção. Em primeira análise, foi possível perceber algumas diferenças quanto ao uso do solo e gabarito das construções, como pode ser visto nas Figuras 37 e 38.

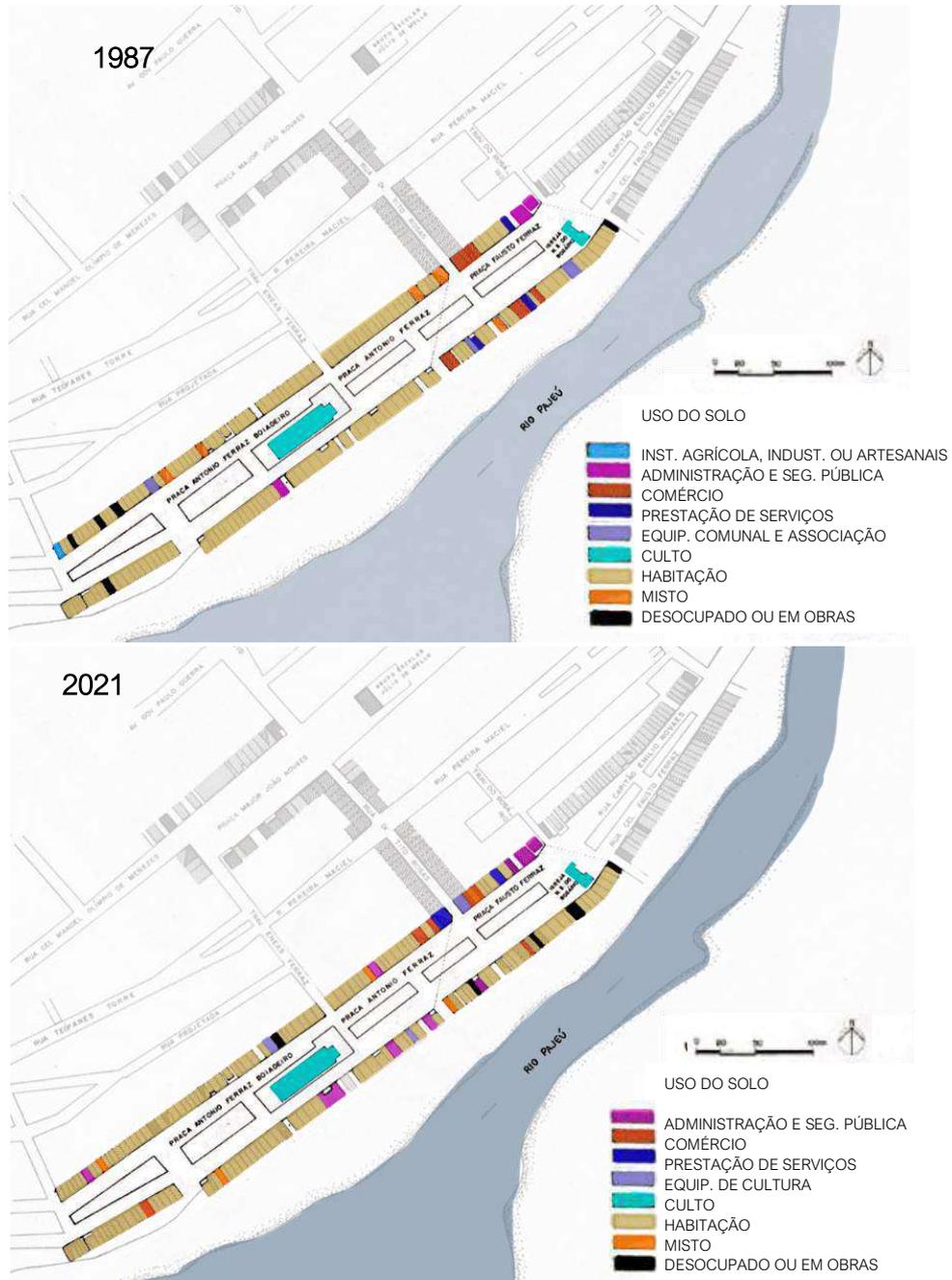
Dos 164 lotes, constatou-se então o uso do solo em 2021 da seguinte forma:

- Uso Residencial: 132 lotes;
- Uso Misto: 5 lotes (dos quais 4 abrigam habitação como um de seus usos e 1 abriga galeria de arte e escritório de arquitetura);
- Uso Comercial: 6 lotes (1 mercadinho, 2 restaurantes, 2 lanchonetes e 1 bar);
- Uso de Prestação de Serviços: 2 lotes (academia de ginástica e marcenaria);
- Uso destinado a Serviços Administrativos: 9 lotes (dos quais 8 servem ao poder executivo e legislativo, sendo 2 lotes usados para Prefeitura Municipal e os demais lotes da Câmara, Secretaria da Mulher, Secretaria de Desenvolvimento Social, Casa de Fisioterapia, CAPSI, Cadastro Único. Além destes, 1 lote onde funciona a Secretaria Paroquial);
- Uso Cultural: 3 lotes (Espaço Cultural João Boiadeiro; Memorial Conceição Cahú; Confraria do Rosário);
- Uso Religioso: 2 lotes, referentes a Igreja Nossa Senhora do Rosário e da Catedral do Bom Jesus Aflitos;
- Sem uso: 5 lotes (um que já funcionou como bar e restaurante, um outro encontra-se demolido, dois que tiveram uso de prestação de serviços e o edifício da Difusora).

A análise comparativa dos mapas (Figuras 37 e 38) de uso do solo indica aumento da diversidade de usos de serviço, comércio e administração pública, sendo lotes em sua maioria alugados.

Apesar disso, o uso predominante segue sendo o residencial, com quase o mesmo número de lotes com este uso, ainda que alguns deles tenham passado a unir o uso residencial ao de serviços, por exemplo.

Figuras 37 e 38 - Mapas de uso do solo, 1987 x 2021



Fonte: IPAC/PE (1987). Editado pela autora (2021).

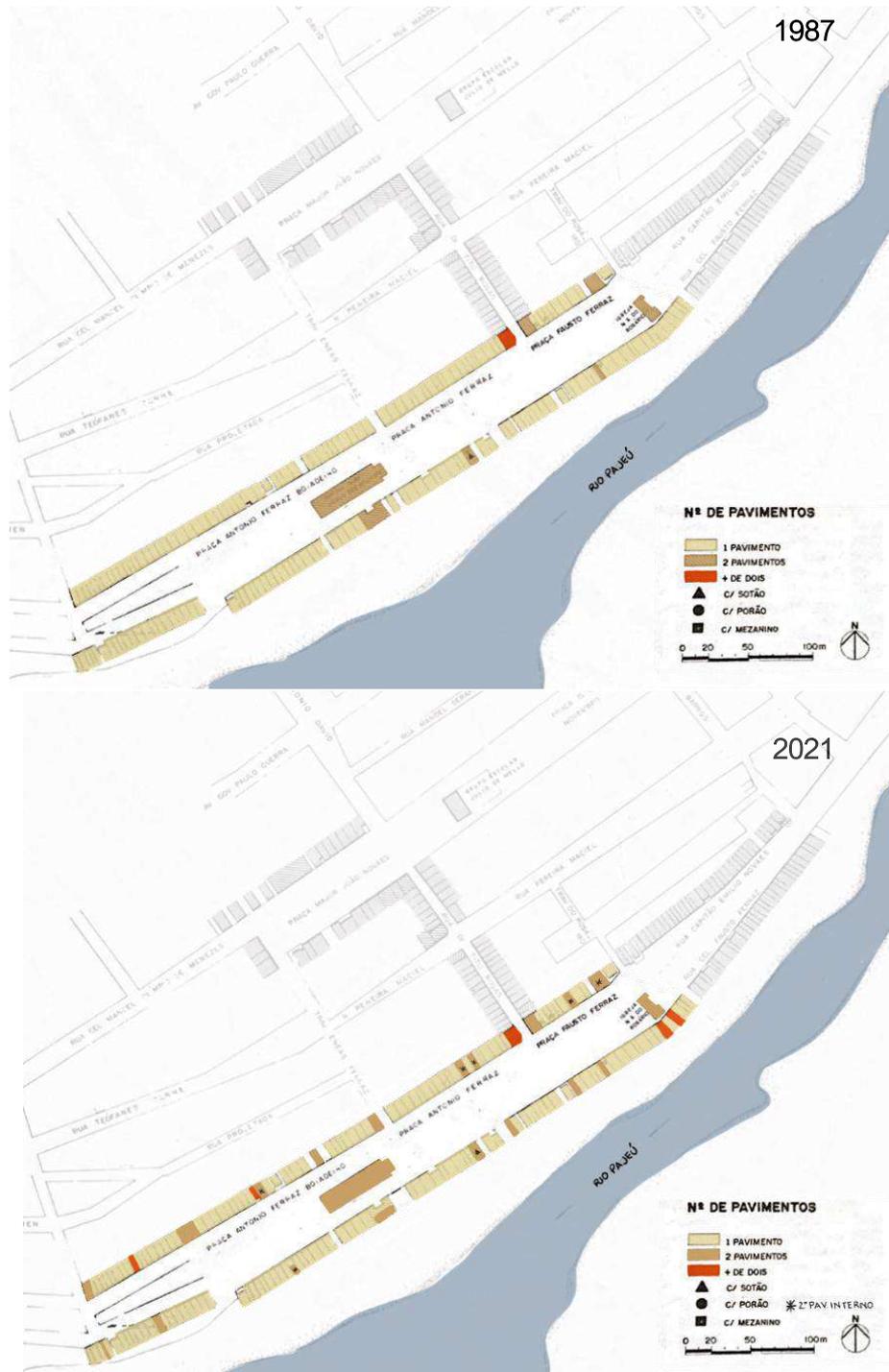
Quanto ao gabarito de suas construções, no ano de 2021 foram constatados:

- 1 pavimento: 141 lotes;
- 2 pavimentos: 18 lotes (5 apresentando o segundo pavimento de maneira quase que imperceptível ao transeunte já que se encontram totalmente internos aproveitando a altura da coberta);

- 3 pavimentos: 5 lotes, dos quais 2 tem uso exclusivamente residencial.

A análise comparativa dos mapas (Figuras 39 e 40) de nº de pavimentos (gabarito) indica processo de verticalização, em sua maioria em lotes residenciais o que mostra que os moradores são os maiores agentes dessa transformação.

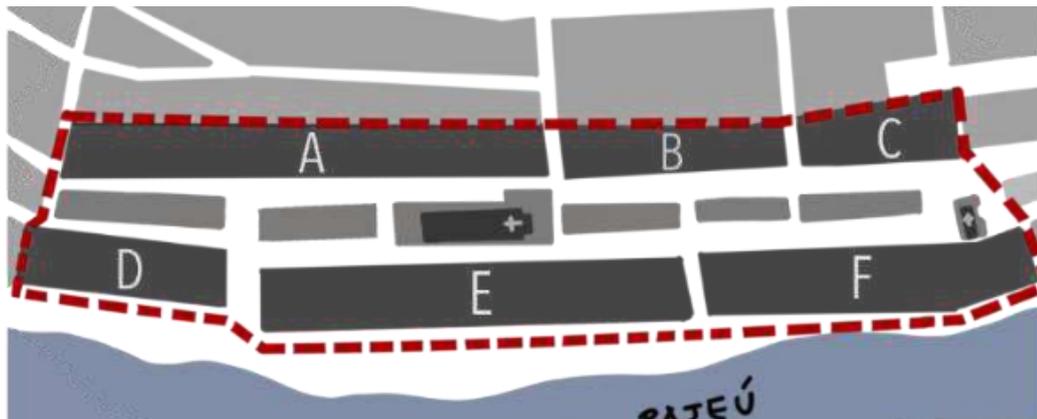
Figuras 39 e 40 - Mapas nº de pavimentos, 1987 x 2021



Fonte: IPAC/PE (1987). Editado pela autora (2021).

Para melhor explicar e mostrar as mudanças e permanências, especialmente nos últimos 20 anos, primeiramente apresenta-se a observação feita sobre as três praças e as duas igrejas. Em seguida apresenta-se cada uma das quadras, tendo sido nomeada face de quadra com uma letra, em ordem alfabética de apresentação e em sentido de percurso, começando pela A e indo até a F, como pode ser visto no mapa abaixo.

Figura 41 - Polígono de análise da pesquisa no Sítio Histórico de Floresta-PE, faces de quadra analisadas



- A – Rua da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro
- B – Rua da Praça Antônio Ferraz
- C – Rua da Praça Cel. Fausto Ferraz
- D – Rua da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro
- E – Ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro e Antônio Ferraz
- F – Rua da Praça Cel. Fausto Ferraz

Fonte: A autora (2021).

Para as análises fotográficas foram realizadas além do levantamento em campo de cada uma das fachadas e demais componentes do polígono, a fotomontagem em forma de Face de Quadra ¹³. Para comparação utilizou-se de fotografias de acervo de moradores, buscando repetir os ângulos das imagens para melhor comparação. Além disso, fotografias presentes no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (IPAC/PE, 1987)*, um levantamento fotográfico analógico de 1999 e imagens de *Google Maps* datadas de 2012 serviram de apoio para melhor perceber as mudanças ocorridas nos últimos anos.

Nas figuras 42 e 43 é possível ver parte do Sítio Histórico de Floresta-PE Na figura 42 tem-se parte da vista aérea em 1984, presente no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (IPAC/PE, 1987)*, e na figura 43 tem-se mesma área do Sítio em imagem tirada em 2018.

¹³ Ao longo deste tópico cada Face de Quadra será apresentada e, para melhor visibilidade, ao final deste trabalho, nos apêndices A, B, C, D, E e F encontram-se todas as Faces de Quadras do ano de 2021 em maior escala.

Figura 42 - Parte do Sítio Histórico de Floresta, 1984



Fonte: IPAC/PE (1987). Editado pela autora (2021).

Figura 43 - Parte do Sítio Histórico de Floresta, 2018



Fonte: CineSesi (2018).

Figura 44 - Vista aérea focando nas Praças Antônio Ferraz Boiadeiro, 2021



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Ao se fazer repetição de ângulos de imagens retiradas do Google Maps, datadas de 2012, e compará-las com imagens feitas em 2021 percebeu-se que as duas praças da Antônio Ferraz Boiadeiro (praças da “rua de baixo”, como são conhecidas) ao longo dos últimos anos passaram por intervenções de pintura de meios fios e canteiros além da inserção de novos bancos que atualmente se igualam aos novos bancos presentes nas outras praças localizadas na área de estudo.

Importante salientar que não se conseguiu em acervos locais fotografias que mostrassem essa praça ao final dos anos 1990 e início de 2000. Portanto, fez-se análise com base nas imagens de 2012, além dos relatos dos moradores e da própria memória de vida da pesquisadora.

Figura 45 - Parte da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, 2012



Fonte: Google Maps (ago. 2012).

Figura 46 - Parte da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, 2021



Fonte: A autora (jul. 2021).

Ademais, no que diz respeito traçado desta praça, notou-se sua permanência, somente havendo manutenção dos elementos que a compõem como a quadra esportiva e equipamentos de exercício físico além de novas árvores plantadas.

Figura 47 - Parte da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, 2012.



Fonte: Google Maps (ago. 2012).

Figura 48 - Parte da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, 2021.



Fonte: A autora (jul. 2021).

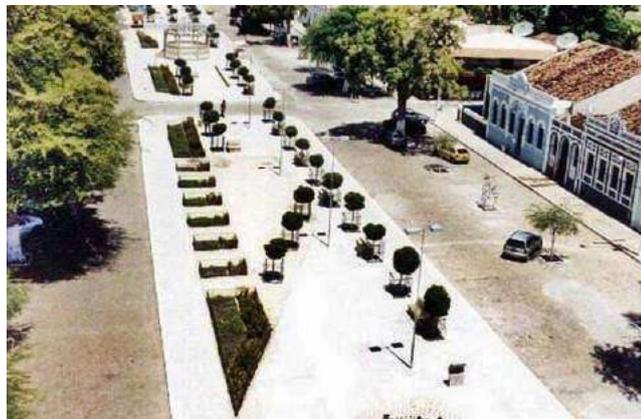
Figura 49 - Vista aérea focando na Praça Antônio Ferraz, 2021



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Nas praças da rua Antônio Ferraz, localizadas a frente da Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, é possível perceber pelas Fig. 50 e Fig. 51 que apesar do traçado permanecer desde 2000, os espaços que antes tinham areia e pedras brancas hoje formam a área verde junto aos antigos canteiros. Além disso, percebe-se o adensamento das árvores que em 2000 eram menores e mais novas, já que se tratava de uma intervenção nova daquela época. Ademais, mudanças no gradil de cercadura das plantas e inserção de mais vegetação com mais espécies de árvores.

Figura 50 - Parte da Praça Antônio Ferraz, 2000



Fonte: Acervo Fred Goyanna.

Figura 51 - Parte da Praça Antônio Ferraz, 2018



Fonte: CineSesi, 2018.

Importante perceber que, ao se comparar as imagens das Fig. 52 e 53, com diferença de 13 anos entre elas (1999 e 2012), a praça detinha em 1999 apenas uma espécie de algaroba, árvore típica do sertão, com canteiros simples compostos apenas por areia e bancos sem encosto.

Esta praça já teve bancos em formato curvado com nomes de ex-prefeitos em cada um. Já atualmente, acrescentou-se mais bancos, estes com modelo distinto ao presente e aos anteriores que ali existiram desde 2000.

Figura 52 - Parte da praça Antônio Ferraz, 1999



Fonte: Fred Goyanna. Editado pela autora (2021).

Figura 53 - Parte da praça Antônio Ferraz, 2012



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Figura 54 - Vista aérea focando na Praça Cel, Fausto Ferraz, 2021



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Após as praças da rua Antônio Ferraz tem-se a praça Cel. Fausto Ferraz, localizada próxima a Prefeitura, Câmara, Igreja do Rosário e Difusora. Esta praça atualmente tem grande variedade de plantas e árvores, que pode em alguns ângulos dificultar a leitura do casario (Fig. 55). Além disso, apresenta o mesmo traçado que apresenta desde 2000 na intervenção em que esta e a Antônio Ferraz passaram.

Figura 55 - Parte da Praça Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz, 2021



Fonte: Acervo Abel Alves (2021).

Ademais, ao se comparar os mesmos ângulos em fotografias de 1999 (Fig. 56), 2012 (Fig. 57) e 2021 (Fig. 58) é possível perceber melhor as mudanças e permanências desta praça. Entre 1999 e 2012 a praça mudou de traçado e perdeu os bancos sem encosto e elementos que apareciam em seu centro. Entre 2012 e 2021 percebe-se grande adensamento de área verde e inclusão de novos bancos aproveitando mesmo traçado que se apresenta desde 2000. Também se percebe instalação nos últimos 8 anos de um busto em homenagem ao Ten. Cel. Dário Ferraz, antigo prefeito da cidade.

Figura 56 - Parte da praça Cel. Fausto Ferraz, 1999



Fonte: Fred Goyanna. Editado pela autora.

Figura 57 - Parte da praça Cel. Fausto Ferraz, 2012



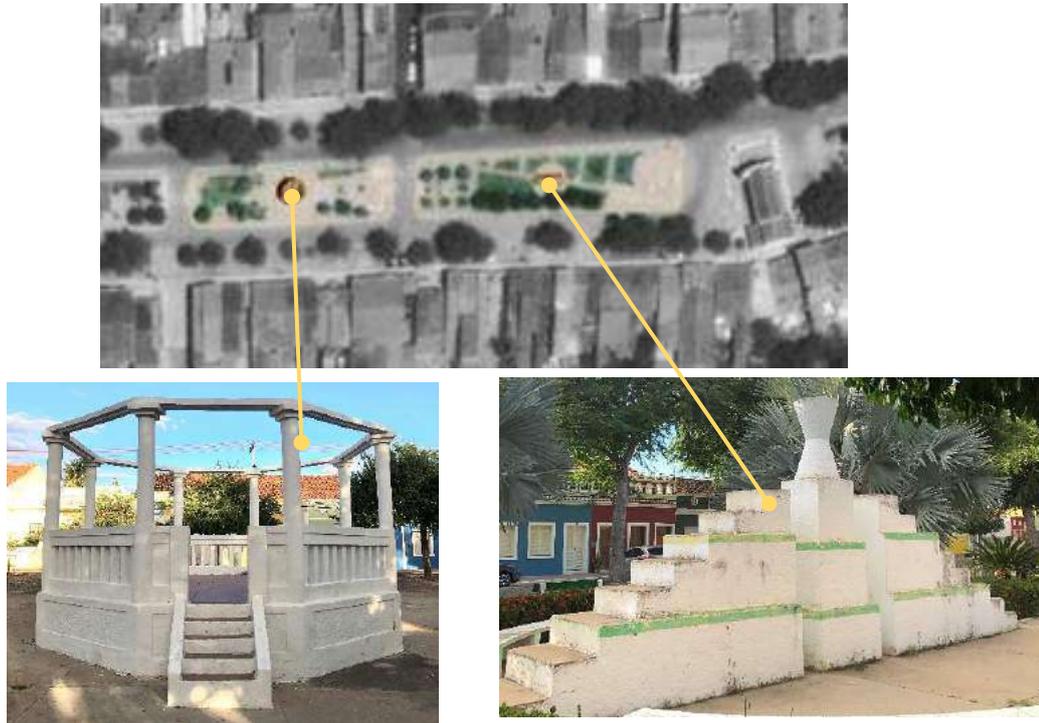
Fonte: Google Maps (2012). Editado pela autora.

Figura 58 - Parte da praça Cel. Fausto Ferraz, 2021.



Fonte: A autora (2021).

Figura 59 - Fotomontagem Vista aérea focando na localização do Coreto e Pira, jul. 2021



Fonte: Mapa Google Maps, fotos e edição pela autora.

Quanto ao Coreto (Fig. 59, 60 e 61), elemento presente na praça Antônio Ferraz, e a Pira Olímpica ou “fogo simbólico” (Fig. 59, 62 e 63), componente da praça Cel. Fausto Ferraz, tais elementos se mantiveram íntegros apesar das mudanças sofridas nas praças ao longo de várias reformas. Como percebido, houve alteração do traçado das praças, arborização e em seus bancos, tendo sido algo bastante citado pelos moradores – em que alguns demonstravam sentimento de saudosismo e preferência com alguns modelos antigos destas praças – que explicaram que as praças passaram por várias mudanças (especialmente as Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz) mesmo antes de se apresentar fotografias no momento das entrevistas, como será abordado no *Capítulo V*. Assim, percebeu-se que enquanto as praças passavam por mudanças em seu traçado, bancos e paisagismos, tais elementos permaneceram existindo em sua forma original, somente mudando de cor em sua pintura.

Em suma, no que diz respeito ao espaço temporal dos últimos 20 anos, as praças Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz tem dois modelos de bancos atualmente, sendo um deles resquício da última reforma do início dos anos 2000. Assim, as praças foram os elementos que de modo geral mais sofreram mudanças. O conjunto do casario permaneceu mais intacto, apesar de algumas modificações sofridas, com intervenções pontuais que transformaram o conjunto, como será mostrado mais à frente. Já a praça da Antônio Ferraz Boiadeiro ao longo dos 20 anos passou por menos intervenções, voltadas a pintura e inserção de novos bancos que atualmente se igualam aos novos bancos presentes nas outras duas praças.

Figura 60 – Coreto década 1960



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 61 – Coreto fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 62 – Detalhe ao fundo “Pira” déc.1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 63 – Detalhe ao fundo “Pira” fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 64 - Vista aérea focando na Igreja do Rosário 2021



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Figura 65 - Vista aérea com foco na Igreja Nossa Senhora do Rosário, 2021

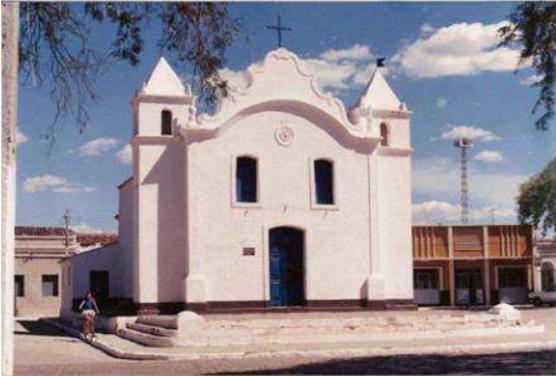


Fonte: João de Carvalho @aprodutora_ (2021)

Ao realizar o exercício de reproduzir ângulos de fotos antigas, constatou-se algumas mudanças. Como no caso da Igreja Nossa Senhora do Rosário que apesar de se encontrar estruturalmente íntegra, segundo Ferraz, C. (1999), tinha à sua frente um cruzeiro (Fig. 70) que foi demolido entre os anos de 1941-1943, assim como sua escada lateral e as colunas presentes no patamar da igreja.

Conforme Gominho (1989, p. 13), entre 1942 e 1950 a igreja passou por restauração pelo Pe. Luiz Amaral. Importante notar que já no início dos anos 2000 a escada lateral externa e as duas colunas (Fig. 67, 69 e 71) presentes no patamar foram reconstruídas, realizando-se assim uma intervenção de retorno ao que existia.

Figura 66 - Final de 1990/início de 2000



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 67 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 68 - 1984



Fonte: IPAC/PE (1987, p. 113).

Figura 69 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 70 - Meados da déc. 1930



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 71 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 72 - Vista aérea focando na Catedral, 2021



Fonte: Google Maps. Editado pela autora (2021).

Figura 73 - Vista aérea com foco na Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, 2021



Fonte: João de Carvalho @aprodutora_ (2021).

A outra igreja presente na área de estudo, a Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, localizada entre as praças Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro (Fig. 72 e 73), como já abordado no breve histórico da cidade, trata-se de uma construção da década de 1960 com a posterior inserção da torre sineira, tendo sido construída no lugar de outra que ali existia desde final do século XIX, portanto, houve uma mudança completa passando de um estilo neogótico (demolida entre 1965 e 1967) para estilo modernista (inaugurada em 1969), como pode ser visto na Fig. 74 e 75. Segundo muitos florestanos, esta demolição e construção de uma nova igreja foi um “crime”, “um absurdo”. No que diz respeito a análise referente aos últimos 20 anos ela se manteve sem modificações (Fig. 76), no máximo alterando de cor de pintura.

Figura 74 - Entre 1965-1967



Figura 75 - Início da déc. de 1970



Figura 76 - Fev. 2021



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Fonte: A autora (2021).

Figura 77 - Face da Quadra A e localização no polígono, 2021



Fonte: A autora (2021).

A **quadra A**, localizada na rua da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, compõe-se de 48 lotes, dos quais 45 são de uso exclusivamente residencial, 1 de uso cultural (Confraria do Rosário), 1 de uso misto (residência + prestação de serviços) e 1 encontra-se demolido somente estando “em pé” a sua fachada, portanto, sem uso. Ao comparar com os dados presentes no IPAC/PE de 1987, percebeu-se que oito lotes sofreram alteração no número de pavimentos e onze mudaram ou agregaram de uso. No que diz respeito o recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, as mudanças notadas foram as seguintes:

Trecho 1: Um lote que construiu dois pavimentos extras e que tem uso misto (residência + serviço).

Trecho 2: Uma casa que construiu térreo e primeiro andar vizinha a uma casa que já tinha dois pavimentos desde 1992; uma casa que ganhou dois pavimentos extras, perdendo sua cobertura original (Fig. 78 e 79), mas aproveitando a altura da platibanda e empenas do imóvel para inserir os pavimentos extras, entretanto, não se percebe facilmente tais intervenções por parte do transeunte; uma casa que ganhou pavimento novo internamente, de modo que de fora não se tem visão desta intervenção sem alterar a visão de quem vê o conjunto urbano, apesar das reformas internas como piso, banheiro e construção de novo anexo fora do corpo da casa, na parte posterior do terreno (quintal); uma casa que passou por reforma completa em seu interior, mantendo sua fachada já alterada há mais de 30 anos.

Figura 78 - 2012



Fonte: Google Maps (2012).

Figura 79 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Trecho 3: A demolição de uma casa (Fig. 80 e 81), que já tinha sua fachada bastante alterada e que hoje encontra-se com terreno vazio ao lado da Confraria do Rosário; uma casa que ganhou um pavimento extra (nova residência), mudando completamente a conformação do casario. No mais, constatou-se reformas e manutenções com mudanças mais pontuais como de cores de fachadas e alteração das folhas de portas e janelas.

Figura 80 - 2012



Fonte: Google Maps (2012).

Figura 81 - jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Ao realizar o exercício de reproduzir ângulos de fotos antigas adquiridas por meio do acervo de moradores, constatou-se algumas mudanças, como no caso do final do trecho 1 em que se perdeu uma construção de 1 pavimento (Fig. 83) dando lugar nos anos 2000 a duas residências no trecho 2 (uma no térreo e outra no pavimento superior), ao lado de outra com dois pavimentos presente desde os anos 1900 (trecho 2).

Figura 82 – Déc.1960-1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 83 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

No trecho 2, uma casa que na década de 1970 apresentava jardim com muro frontal baixo atualmente tem sua fachada com parede alta já desde a década de 1990 tendo passado por reforma completa em seu interior no ano de 2020, mas mantendo a fachada

presente desde a década de 1990.

Figura 84 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 85 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

No trecho 3, da década de 1950 até meados da década de 1970 existia a presença de tamarindos que foram retirados quando a Catedral recebeu alargamento de sua calçada para construção de sua torre sineira. Além disso algumas construções modificaram, como no caso de um antigo sobrado (Fig. 86 e 87) que foi demolido, alterações nas aberturas de portas e janelas e de modificação do estilo das fachadas. Já nos anos 2000 uma casa, localizada na esquina desta quadra ganhou novo pavimento para uma nova residência, alterando a conformação da quadra e a relação com o entorno.

Figura 86 - 1959



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 87 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 90 - Déc. 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 88 - 1987



Fonte: Acervo de Fátima Rocha (2021).

Figura 89 - Fev. 2021



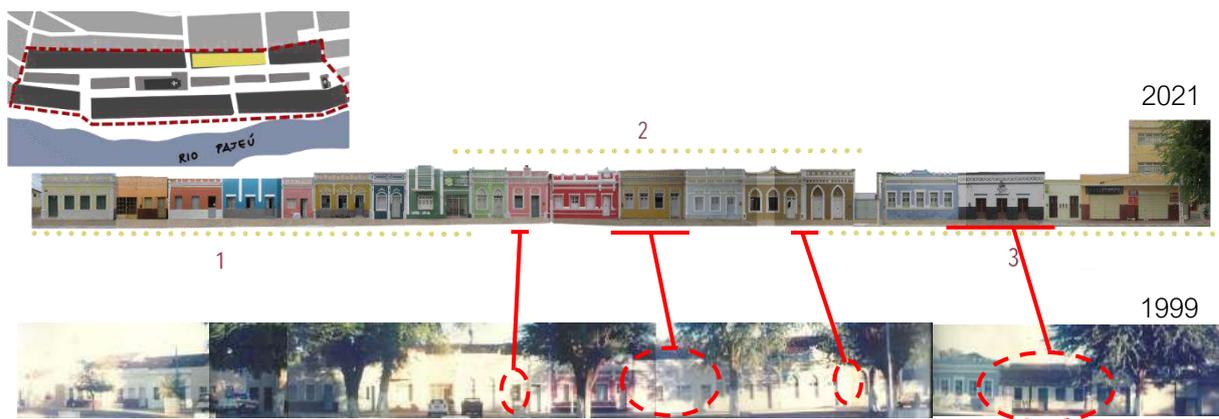
Fonte: A autora (2021).

Figura 91 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figuras 92 e 93 - Face da Quadra B e localização no polígono, 2021 x 1999



Fonte: Fred Goyanna (1999) e a autora (2021). Editado pela autora.

A **quadra B**, localizada na rua da Praça Antônio Ferraz, compõe-se de 19 lotes, dos quais 13 são de uso exclusivamente residencial, 1 de uso misto (Galeria Casa Pedra Branca + escritório de arquitetura), 1 CadÚnico, 1 mercadinho, 1 restaurante, 1 academia de ginásticas e 1 encontra-se fechado com placa para aluguel exclusivo de uso comercial, portanto, no momento sem uso. Assim, no que diz respeito o recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, as mudanças notadas foram as seguintes:

Trecho 1: Uma casa que mudou de uso, passando do uso residencial para o uso misto de galeria de artes e escritório de arquitetura nos últimos 4 anos, somente tendo sido reformado parte do banheiro.

Trecho 2: Um lote mudou a folha de sua janela que em 1999 era de basculante; dois lotes ganharam um pavimento extra, ambos internos aos volumes das casas, sem alterar a visão de quem vê o conjunto urbano, assim aproveitando altura do pé direito. Um desses, a Casa do Navio, teve fachada completamente reformada há menos de 20 anos. O que chama atenção nesta intervenção é que o morador buscou trazer o estilo das casas vizinhas para sua fachada, que antes não detinha de nenhum elemento decorativo e tinha duas janelas completamente distintas (uma basculante e uma com duas folhas em veneziana). A outra casa que ganhou pavimento extra passou por reforma completa há menos de 2 anos, mantendo a fachada e somente trocando suas folhas das portas e janelas e pintura.

Figura 94 - 1999



Fonte: Acervo de Fred Goyanna.

Figura 95 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Trecho 3: O lote do atual restaurante passou por reforma de fachada ainda nos anos 2000, tendo funcionado ali um banco até meados de 2012. A casa vizinha, que era porta e janela se transformou em duas portas, estando sem uso com placa para aluguel exclusivo de uso comercial. O edifício de esquina, com 3 pavimentos desde a década de 1970 passou por mudanças de uso, atualmente abrigando uma academia de ginástica.

Figura 96 - 1999



Fonte: Acervo de Fred Goyanna.

Figura 97 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na Fig. 98 é possível perceber como era a fachada da casa vizinha a esquina inicial desta quadra. Entretanto, tal alteração existe desde 1999, permanecendo como tal até os dias de hoje (Fig. 99).

Figura 98 - Década 1980



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 99 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Interessante perceber a Fig. 100 em que é possível ver que ainda não existia pavimentação por pedras em paralelepípedo na década de 1940, bem como nota-se uma casa com fachada diferente a presente nos dias de hoje (Fig.101). Ainda assim, esta fachada sofreu alteração na década de 1960, resguardando características de estilo modernista e permanecendo desta forma até hoje.

Figura 100 – Déc. 1940



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 101 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Ao observar as Fig. 102, 103 e 104, percebe-se mudança em uma fachada que não tinha ornamentos e não seguia o ritmo de aberturas predominante nas casas vizinhas, sendo uma intervenção com menos de 20 anos de realização. Além disso, percebe-se no lote do canto das fotografias, uma alteração numa das aberturas, onde na década de 1960 apresentava duas portas, até final de 2012 sendo uma janela e uma porta e retornando a forma original já nos últimos 8 anos.

Figura 102 - Década 1960



Fonte: Acervo de Leonardo Gominho.

Figura 103 - Nov. 2012



Fonte: Google Maps.

Figura 104 - Jun. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na Fig. 105, datada entre a década de 1960 e 1970 é possível perceber que as fachadas presentes na fotografia seguem integras em seu exterior como se vê na Fig. 106.

Figura 105 – Déc. 1960-1970



Fonte: Acervo de Leonardo Gominho.

Figura 106 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Nas Fig. 107, 108 e 109 é possível acompanhar as mudanças sofridas entre as décadas de 1950 e 1970 na esquina final da quadra B. Inicialmente com uma construção térrea de uso comercial, esta passou por desgaste estrutural ficando sem uso e fechada por um período, perdendo sua cobertura e posteriormente, sendo demolida suas paredes (Fig. 108). Ressalta-se a visão entre as esquinas da quadra B e C em que se vê a rua Dr. Tito Rosas, comumente chamada de “rua do comércio”.

Figura 107 - Década 1950



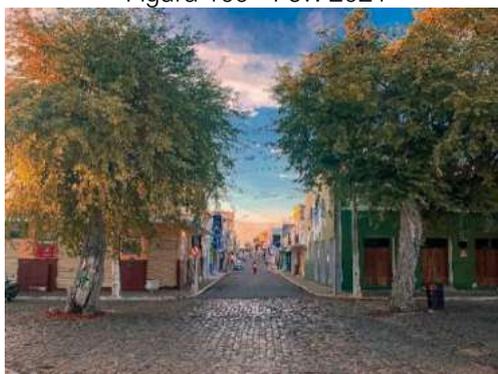
Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 108 - Década 1960



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

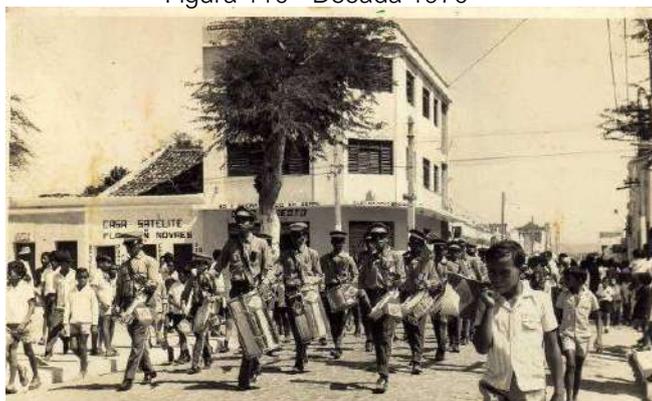
Figura 109 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na década de 1970 esta esquina passou por intervenção quando foi construído um edifício de 3 pavimentos de uso comercial com a construção mantendo-se até hoje. Nos últimos 20 anos as maiores mudanças foram de uso, já tendo funcionado ali loja de móveis, como pode ser visto na Fig.111 de 2012 e atualmente uma academia de ginásticas.

Figura 110 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 111 - Ago. 2012



Fonte: Google Maps.

Figura 112 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figuras 113 e 114 - Face da Quadra C e localização no polígono, 2021 x 1999



Fonte: Fred Goyanna (1999) e a autora (2021). Editado pela autora.

A **quadra C**, localizada na rua da Praça Cel. Fausto Ferraz, compõe-se de 12 lotes, dos quais 5 são de uso exclusivamente residencial, 1 de uso cultural (Espaço Cultural João Boiadeiro), 1 restaurante, 1 de uso misto (residência + salão de beleza), 1 lanchonete, 1 marcenaria, além da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores. No que diz respeito o recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, as mudanças notadas foram as seguintes:

Trecho 1: Um lote que antes apresenta ter sido de uso comercial ou de armazém com duas portas passou a ser residencial nos 2000 com mudança nas aberturas de porta e janela da fachada e inserção de elemento decorativo em forma triangular acima delas, quando antes seguia ornamentos idênticos a casas da mesma “linha” de calçada, além de mudar completamente internamente; uma casa trocou a locação da porta com uma janela na sua fachada, aproximadamente em 2012, invertendo-as, além de intervenções internas e construção de um pavimento extra que não se percebe facilmente a quem vê da rua.

Figura 115 - 1999



Fonte: Acervo Fred Goyanna.

Figura 116 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 117 - 1999



Fonte: Acervo Fred Goyanna.

Figura 118 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Trecho 2: Vizinho ao último lote do trecho 1, um lote que tinha duas portas em 1999 passou a ser somente alterando o ritmo de cheios e vazios da face de quadra, abrigando o uso de prestação de serviços; um lote que antes funcionava uma escola de capoeira foi agregado a prefeitura para seu uso administrativo, alterando sua fachada para duas janelas com cercaduras encimadas por arcos ogivais, o que aparentou ser uma intervenção com intuito de tornar semelhante ao estilo das janelas do edifício da prefeitura.

Figura 119 - 1999



Fonte: Acervo Fred Goyanna.

Figura 120 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na quadra C, ao reproduzir alguns ângulos de fotos antigas percebeu-se poucas mudanças, como nas Fig.121 e 122 em que se percebe diferença maior na arborização mais densa a na abertura de janela em óculo no segundo pavimento da edificação da esquina.

Figura 121 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

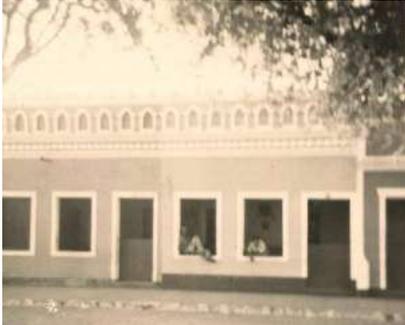
Figura 122 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Abaixo, nas Fig.123, 124 e 125 percebe-se troca das folhas de portas e janelas de uma casa, além da inversão na ordem de porta e janela da casa vizinha em reforma realizada no ano de 2012. Esta mesma casa acrescentou um pavimento bastante imperceptível a depender do ângulo de visão do transeunte.

Figura 123 - Década 1960



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 124 - Ago. 2012



Fonte: Google Maps.

Figura 125 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Ao final desta quadra, tem-se o edifício da Prefeitura, originalmente denominado como Paço Municipal (Fig. 126), que passou por intervenções após a década de 1970 quando perdeu as colunas e portões de entradas, em que a edificação apresenta estilo de construção com oitão lateral, além da reforma do seu lote vizinho que passou a fazer parte da prefeitura, alterando as janelas e ornamentos (Fig. 127). Nota-se ainda no canto esquerdo dessas figuras alterações de fachadas com de abertura de vão de porta.

Figura 126 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 127 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figuras 128 e 129: Face da Quadra D e localização no polígono, 2021x 2012



Fonte: Google Maps (2012) e autora (2021).

A **quadra D**, localizada na rua da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, compõe-se de 21 lotes, dos quais 20 são de uso exclusivamente residencial e 1 de uso comercial. No que diz respeito o recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, notou-se dificuldades em conseguir acervo fotográfico que abrangesse tal período, tendo sido feita a análise com base nos relatos colhidos em campo e nas fotografias do ano de 2012 do *Google Maps* que compuseram a fotomontagem editada pela autora para fins de análise imagética e na análise dos mapas de uso e pavimentos de 1987 (IPAC/PE). Ainda assim, constatou-se o seguinte:

As duas casas com dois pavimentos, uma no trecho 1 e a outra no trecho 2, são construções da década de 1990, portanto, permanecem da mesma forma nos últimos 20 anos de análise.

Trecho 2: Duas residências passaram por reforma maior nas fachadas, ganhando garagem ou trocando portas e janelas, em que uma passou a ter duas janelas e a vizinha perdeu suas janelas e recebeu uma porta de garagem.

No mais, algumas residências passaram por novas pinturas na fachada.

Figura 130 - Ago. 2012



Fonte: Google Maps (2012).

Figura 131 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 132 - Face da Quadra E e localização no polígono, 2021



Fonte: A autora (2021).

A **quadra E**, localizada entre as ruas da Praça Antônio Ferraz e rua da Praça Antônio Ferraz Boiadeiro, compõe-se de 33 lotes, dos quais 27 são de uso exclusivamente residencial, 1 de uso da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 1 de uso cultural (Memorial Conceição Cahú), 1 de uso da Casa de Fisioterapia, 1 do Recanto do Bom Jesus dos Aflitos, 1 da Secretaria Paroquial e 1 de uso misto (residência + loja de roupas). No que diz respeito o recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, analisou imagens que incluem o trecho 1 de 1999, fotografias isoladas dos demais trechos e relatos colhidos, tendo sido notadas as seguintes:

Trecho 1: Algumas casas mudaram de uso, como no caso da casa que é ocupada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, do Memorial Conceição Cahú que no início dos anos 2000 funcionava em outro local e uma casa que passou a funcionar a Casa da Fisioterapia; uma casa reformou a fachada completamente, alterando altura da platibanda e os ritmos e formas das janelas e porta além de inserir elementos decorativos.

Figuras 133 e 134 - Trecho 1 da Face da Quadra E, 2021 x 1999



Fonte: Fred Goyanna (1999) e a autora (2021).

Figura 135 - 1999



Fonte: Acervo de Fred Goyanna.

Figura 136 - 2021



Fonte: A autora (2021).

Trecho 2: Secretaria paroquial perdeu a escada frontal com primeiro andar que existia até fim da década de 1990, continua com dois pavimentos, entretanto localizado após a parte frontal da fachada com acesso da escada interno a construção.

Trecho 3: Uma casa construiu pavimento extra localizado aos fundos com vista voltada para o Pajeú, não estando visível na face da quadra; uma casa ganhou uso misto (loja + residência).

Figura 137 - 1984



Fonte: IPAC/PE (1987, p. 117).

Figura 138 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Nas Fig. 137 e 138 tem-se a Residência nº 142 da praça Antônio Ferraz, única residência da cidade registrada no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco* (IPAC/PE, 1987). Como é possível perceber pelas fotografias com mais de 30 anos de diferença, nada mudou nesta residência, estando bastante preservada tanto externa como internamente, o que confirma os relatos de Cantarelli e D'arc (2019) presentes do pedido de tombamento do sítio histórico de Floresta, relatados no tópico 2.3 deste trabalho.

Figura 139 - Set. 1974



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 140 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na quadra E é possível perceber que pouca coisa mudou com permanência de fachadas como no caso das Fig.139 e Fig.140, onde só se percebe mudança de cores de

fachadas e arborização mais densa.

Nas Fig. 141 e 142 é possível perceber mudanças de dois lotes, uma casa que passou por reformas na fachada nos anos 2000 e o antigo chalé demolido aproximadamente na década de 1980 para construção do Recanto do Bom J. dos Aflitos.

Figura 141 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 142 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Nas Fig. 143 e 144 é possível perceber a mudança mencionada nas fig. 141 e 142 com a demolição de um antigo chalé em meados da década de 1980 para construção do Recanto do Bom Jesus dos Aflitos, além da retirada de alguns pés de tamarindo desta rua.

Figura 143 - Década 1980



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 144 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Nas Fig. 145, 146 e 147 tem-se a atual Secretaria Paroquial, até então conhecida como Casa Paroquial, passando por mudanças tanto de uso como de alguns elementos da fachada. É possível notar que desde a década 1970 (Fig. 145) até final dos anos 1998 (Fig. 146) a construção tinha uma escada de acesso a um pavimento superior ainda na parte frontal da edificação tendo sido demolidas no início dos anos 2000.

Figura 145 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 146 - Dez. 1998



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 147 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Após a Secretaria tem-se uma série de residências em que se percebe em apenas uma a mudança em sua fachada, com a retirada de duas janelas para dar espaço a uma garagem e o fechamento da porta original transformada em janela.

Figura 148 - 1984



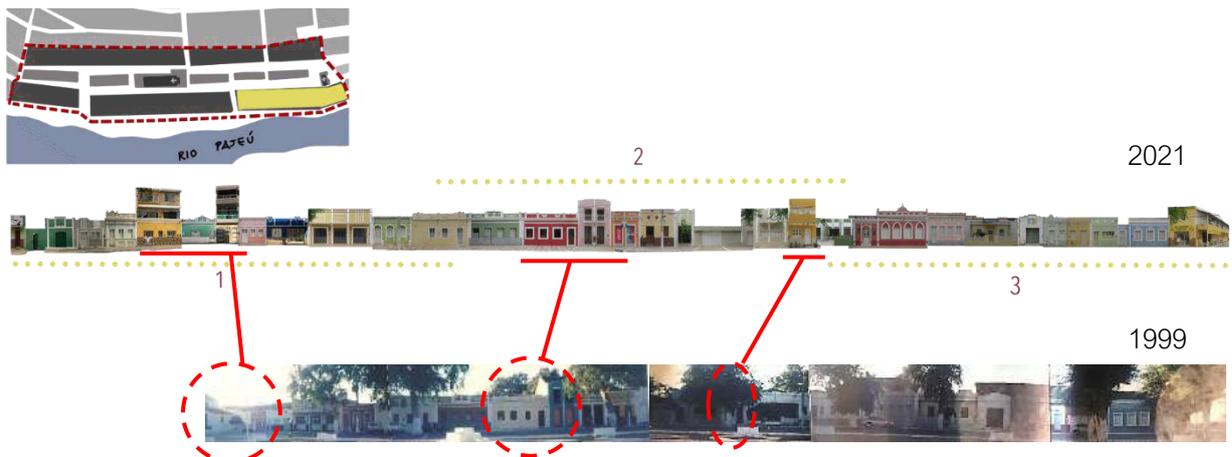
Fonte: IPAC/PE (1987, p.106).

Figura 149 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Figuras 150 e 151 - Face da Quadra F e localização no polígono, 2021 x 1999



Fonte: Fred Goyanna (1999) e a autora (2021). Editado pela autora.

A **quadra F**, localizada na rua da Praça Cel. Fausto Ferraz Boiadeiro, compõe-se de 29 lotes, dos quais 22 são de uso exclusivamente residencial, 1 de uso misto (residência + lanchonete), 1 de uso da Secretaria Municipal da Mulher, 1 comercial (bar) e 4 encontram-se fechados sem uso (a Difusora, um que foi bar/restaurante e dois que funcionaram como prestações de serviços). No que diz respeito ao recorte temporal dos últimos 20 anos de análise, as mudanças notadas foram as seguintes:

Trecho 1: Duas casas que passaram a ter 3 pavimentos e localizadas atrás da Igreja do Rosário (uma do início dos anos 2000 e outra da década de 2010), alterando não somente a forma da face da quadra como a relação com a igreja; mudanças ou perdas de usos de alguns lotes (O primeiro lote da esquina e a Difusora).

Figura 152 - Parte do trecho 1 Quadra F, 2012



Fonte: Google Maps (2012). Editado pela autora.

Figura 153 - Parte do trecho 1 da Face da Quadra F, 2021



Fonte: A autora (2021).

Figura 154 - Fotomontagem com destaque na localização atrás da Igreja do Rosário antes e depois da inserção das duas casas com 3 pavimentos



Fonte: A autora (2021).

Trecho 2: Uma residência que reformou sua fachada alterando a largura de uma das janelas para padronizar com as demais existentes na sua fachada; o lote vizinho anteriormente de uso comercial e que já tinha dois pavimentos, passou por reformas de fachadas respeitando seu ritmo de aberturas e mudou para o uso residencial em 2012; uma casa construiu segundo pavimento nos anos 2000.

Trecho 3: Este trecho não sofreu alterações, já tendo o lote de esquina final com dois pavimentos desde década de 1990.

Na Fig. 155, localizada na “ponta” da quadra F é possível perceber que não existia fechamento de um dos becos de ligação ao rio Pajeú, encontrando-se fechado como na Fig. 156 desde antes dos anos 2000. Além disso, percebe-se a alteração do primeiro lote que antes detinha de duas portas, passando a ser somente uma, mais larga.

Figura 155 - Década 1960



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 156 - jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Em foto de 1975 (Fig. 157) é possível perceber que o sobrado de dois pavimentos já existia sendo que antes tinha uso comercial passando para uso residencial nos anos 2000, tendo passado por reformas há menos de 10 anos. Além de se perceber que a casa vizinha passou por ajuste de fachada, alterando largura de uma de suas janelas.

Figura 157 - 1975



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 158 - Fev. 2021



Fonte: A autora (2021).

Na década de 1970 (Fig. 159) é possível perceber a presença do que deveriam ser dois lotes, sendo um comercial (antiga sorveteria) mas que nos últimos 20 anos de análise já apresentava fachada e uso modificados conforme Fig. 160. Além disso, duas casas após esta passou a ter dois pavimentos na década de 1990.

Figura 159 - Década 1970



Fonte: Acervo de Fátima Rocha.

Figura 160 - Jul. 2021



Fonte: A autora (2021).

Deste modo, feita a exposição e a análise das mudanças e permanências do conjunto edificado da área de estudo desta pesquisa, percebe-se que sua paisagem se manteve bem íntegra, com mudanças mais pontuais. O arruamento, estrutura urbana e o casario pouco mudaram, tendo ocorridos mais modernizações nas praças e alterações, demolição e construção de uma das igrejas há mais de 50 anos. Quanto ao asfaltamento,

este mantém-se como sendo composto de pedras de paralelepípedos desde meados do século XX.

Ressalta-se, deste modo, a importância do uso do recurso imagético como meio de análise deste tópico, complementando-se aos dados colhidos no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco*, publicado em 1987 pela Fundarpe, e nos relatos de Cantarelli e D'arc (2019) como conselheiros estaduais responsáveis pelos pedidos de abertura de tombamento do Sítio Histórico de Floresta-PE.

Assim como já citado no tópico anterior, fica claro como a falta de uma proteção legal do patrimônio edificado pode fragilizar a integridade deste sítio que já sofreu algumas alterações que acabam por influenciar na leitura do conjunto urbano. Portanto, “a não proteção desses bens, alguns ainda se mantendo preservados, pode gerar perdas irreparáveis para a preservação da memória do processo de ocupação do sertão de Pernambuco (...)” (Cantarelli, D'arc. 2019, p. 1 e 2)

Segundo o Inventário de 1987, o sítio abriga 291 edificações, sendo em sua maioria (70% na década de 1980) composta por casario do século XX em que:

No âmbito do sítio há apenas três sobrados e um edifício de dois pavimentos. Este acervo arquitetônico, se caracteriza por casas geminadas (95%) com estrutura parietal em alvenaria de tijolos, cobertas em duas águas de telha canal, com inclinações paralelas à rua e guarnecidas por platibandas. É notável o trabalho de elementos decorativos, em massa, que ornam as platibandas, frontões e cercaduras dos vãos, na grande maioria das casas (52%). Das edificações do sítio, 48% estão em estado bom e 41% regular, muito embora 94% delas conservem originais as suas volumetrias e 68% têm o seu interior sem modificações. No sítio, vivem aproximadamente 1460 habitantes (...) (IPAC/PE, 1987, p.101, grifo nosso)

No caso do polígono de estudo delimitado nesta dissertação tem-se 164 edificações, seguindo a grande maioria com características de casas geminadas e com cobertas em duas águas, protegidas por platibandas em suas fachadas frontais. Notou-se, então, que apesar das mudanças percebidas nos últimos 20 anos, o conjunto arquitetônico tem se mantido bastante preservado apesar da inexistência ou não-execução de legislações de proteção.

2.5 Considerações parciais

Este capítulo buscou, então, trazer através do caminho empírico o breve histórico sobre a origem da cidade de Floresta, além de identificar a legislação urbanística de Floresta-PE observando o espaço dado a questão preservacionista nessa legislação e, por fim, caracterizar as mudanças e permanências ocorridas no patrimônio edificado do recorte espacial empírico, no sítio histórico de Floresta – PE, especialmente ao longo dos últimos 20 anos – 2000 a 2020 -, identificando e verificando o tipo de intervenção sobre o patrimônio edificado que os ocupantes dos imóveis no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz realizam.

A fim de se debruçar sobre os conceitos do campo disciplinar do patrimônio cultural edificado, especialmente no que se refere a atribuição de valores, a significância cultural, o valor afetivo e a integridade, o *Capítulo III* identifica e aborda este aporte conceitual com um olhar na preexistência.



3

um olhar sobre a preexistência:
o aporte conceitual a partir do
campo da preservação patrimonial

3 UM OLHAR SOBRE A PREEEXISTÊNCIA: O APORTE CONCEITUAL A PARTIR DO CAMPO DA PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.1 Patrimônio Cultural: Atribuição de valores e salvaguarda

Diante das considerações esboçadas no capítulo anterior, importante que se compreenda as especificidades entre os centros históricos brasileiros de acordo com sua dinâmica. A problemática das pequenas cidades difere de maneira substancial da que é enfrentada em grandes cidades e o olhar sobre o patrimônio cultural é essencial para sua salvaguarda.

Muitas cidades brasileiras, assim como latino-americanas, apresentam significativos conjuntos de bens culturais não identificados e, portanto, não protegidos. Como reflexo dessa situação, vários dos seus elementos arquitetônicos, urbanísticos ou paisagísticos – que conferem significância cultural a esses conjuntos – terminam por sofrer danos decorrentes da falta de reconhecimento da importância da preservação (PICCOLO, PONTUAL, p.128, 2012)

E, justamente se tratando da formação das cidades, são nas áreas centrais das cidades, em sua grande maioria, que os processos de ocupações se iniciam. Ali estão grande parte dos patrimônios materiais e imateriais de uma cidade, a representação e identidade de uma sociedade.

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. (VARGAS, CASTILHO, 2009, p. 1).

Sendo assim, são estas zonas centrais das cidades aquelas historicamente eleitas para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e que, por vezes, tem seu significado extrapolado para além dos limites da própria cidade (VARGAS, CASTILHO, 2009). Como consequência da grande dificuldade de articulação entre o planejamento urbano e preservação, de maneira geral, muitos centros históricos vão perdendo suas características estilísticas, sua memória e, portanto, sua identidade. Portanto, busca-se abordar neste tópico o conceito de patrimônio e seu amadurecimento.

Além disso, considerando a amplitude do patrimônio cultural, é fundamental que se trate de forma diferenciada os diversos suportes da memória. Castriota (2009) tece

que não se pode querer aplicar à cidade, por exemplo, os mesmos critérios de preservação que se aplicariam a um quadro ou documento. Este amadurecimento do conceito de patrimônio começa focalizada no artefato que tem valor patrimonial e passa para a relação entre as pessoas e bem, entrando assim a discussão a acerca do valor, do porquê ele existe e sendo atribuído por pessoas.

A palavra patrimônio, etimologicamente, advém do latim *patrimonium* e significa “herança paterna ou familiar”, “bens de família”, “posses”, “haveres”, deixados de pai para filho a cada geração, ou seja, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e espaço (CHOAY, 2001). Este entendimento sobre o significado de “patrimônio” segue hoje uma trajetória diferente e mais ampla, graças a expansão do seu campo, notável nas últimas décadas.

Importante recordar que a preservação patrimonial começa a se definir como um campo de estudos na Europa de meados do século XIX. A França, desde o século XIX, já havia criado instrumentos legais para a proteção dos chamados monumentos históricos. Segundo Choay (2001), na França, a primeira lei sobre este tema é de 1887 e resulta de um conjunto de práticas que foram institucionalizadas visando fazer frente às forças destrutivas geradas pela lógica da industrialização e que ameaçavam os monumentos. Apesar disso, foi após a II Guerra Mundial, com a destruição de cidades históricas, perda de muitos monumentos e de trechos inteiros de tecido urbano, portanto, da identidade local, que se desenvolverá os princípios do restauro moderno com reflexos até a prática contemporânea. A atenção inicialmente limitada ao centro real da cidade, passou a fazer referência a qualquer parte da cidade que tivesse significado para a história (JOKILEHTO, 2002). Tratava-se de um momento delicado, em que se refletia sobre reconstruções de cidade e assim, percebia-se como os preceitos até aquele momento não atendiam as novas exigências.

A nível nacional, no Brasil, a partir da criação do sistema de proteção nacional introduzido pelo Decreto-Lei 25/1937, como abordado por Scifoni (2019, p.20), fazia-se necessário criar uma nova concepção para estes bens que superasse sua visão unicamente como objetos particulares, cuja destruição dizia respeito apenas a uma escolha individual. Portanto, a ideia da herança coletiva trazia a concepção do interesse coletivo, de que a destruição destes bens significaria a perda, para todos, de relíquias da história.

Como afirma Castriota (2009, p.12), passou-se de um discurso patrimonial baseado na ideia consolidada do “monumento histórico e artístico” - referente aos grandes monumentos do passado - para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos “bens culturais”, referente às diversas identidades coletivas. Destaca ainda que a própria Constituição Federal de 1988 já incorpora essa expansão quando define como “patrimônio cultural brasileiro” os “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” além de “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, Art. 216).

Sendo os bens patrimoniais heranças daqueles que nos precederam, eles podem apresentar – como é o caso dos sítios históricos – vários tipos de valores: histórico, artístico, cultural, cognitivo, cultural, econômico, além de outros, como o de opção e existência. O grande desafio, quando se trata de valorar esses bens, é como conciliar todos os seus tipos de valores. (LACERDA, 2012, p.45)

Deste modo, atingindo o domínio público e ultrapassando os conceitos de propriedades privadas e dos monumentos já consagrados para as mais diversas paisagens, tradições, expressões de arte, saberes populares e documentos, possibilitou-se que a ideia de patrimônio passasse por reformulações no que diz respeito aos instrumentos legais, às proposições teóricas e práticas e à maior inclusão da participação do cidadão nas questões do patrimônio, acompanhando a tendência mundial de expansão do conceito.

Conforme encontrado em *Patrimônios de Pernambuco: materiais e imateriais*, publicado pela FUNDARPE (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco), os bens que fazem parte do patrimônio cultural não interessam apenas a uma única pessoa, eles são uma herança coletiva, pois são importantes ou representativos para a história e para a identidade da coletividade. O Patrimônio Cultural revela, logo, os múltiplos aspectos da cultura de uma comunidade.

Os bens culturais, portanto, são o conjunto de bens materiais e imateriais decorrentes da atribuição de um valor, elemento abstrato e incorpóreo, representativo, evocativo, identificador e portador de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, sendo, portanto, bem a ser protegido.

A apropriação dos bens culturais desperta interesses que vão desde sua rememoração como testemunho de uma herança coletiva os aspectos sociais implícitos isoladamente ou no contexto da vida urbana, a sustentabilidade no aproveitamento de estruturas existentes até o valor econômico e de consumo que pode gerar a readequação de uma preexistência para uma nova função. (NAHAS. 2015, p.55)

Inicialmente, por meio do entendimento de patrimônio histórico, quer fosse ele um único bem ou objeto, passando posteriormente a designar um conjunto de bens, constituído por uma acumulação contínua (CHOAY, 2001). Estendeu-se, então, à noção de patrimônio cultural, abrangendo bens materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), portadores de valores: históricos, artísticos ou estéticos, científicos, sociais, arqueológicos, entre outros. Lira (2020) reforça ao apontar que “nas últimas décadas a teoria da conservação tem passado por um processo de ampliação do seu escopo e de amadurecimento que pressupõe a superação de valores absolutos”. Portanto, “estando profundamente vinculada à relação estabelecida entre o sujeito (homem, comunidade) e o objeto (bem cultural).” (LIRA, 2020, p.2). Assim, inseriu-se o patrimônio histórico na noção de patrimônio cultural, abarcando valores em função da atividade humana em geral, evoluindo do culto e proteção aos monumentos para a proteção de contextos mais complexos, como áreas históricas e paisagens.

Importante destacar que é por meio do reconhecimento por parte de instituições e pessoas que se atribui os valores ao patrimônio cultural. Desta maneira, é preciso examinar sempre o porquê e como o patrimônio é valorizado, e por quem. Como anota a socióloga Lourdes Arizpe:

Os governos o valorizam de uma forma, os grupos das elites nacionais de outra, diferentemente das populações locais, dos acadêmicos ou dos empresários. Para saber qual a melhor estratégia para preservar o patrimônio cultural, temos que entender o que pensa cada um desses grupos e a relação entre esses diferentes grupos. (Arizpe apud Castriota, 2009, p.107)

Dentro desse contexto, destaca-se o fato de na atualidade termos a exigência de uma participação dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de identificação e de tomada de decisões referentes ao patrimônio cultural. O desafio de se incorporar os múltiplos olhares sobre a significância cultural faz com que muitas vezes os julgamentos e avaliações do patrimônio se restrinjam a um corpo técnico.

No contexto nacional e mais atual tem-se a recente portaria nº 375 de 19.09.2018 do IPHAN, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM). Lira (2020, p.

17) esclarece que esta portaria traz o “reconhecimento da imprescindibilidade da multiplicidade de olhares na conservação”, apresentando alguns princípios, dentre os quais destacam-se o princípio de resignificação (entendimento de que de maneira contínua e dinâmica novos significados são atribuídos ao patrimônio cultural) e o princípio de colaboração (em que a preservação requer colaboração e cooperação entre as esferas do poder público e a comunidade). Portanto, “a validação dos atributos e a apreensão da significância cultural do bem precisa considerar todos os atores sociais envolvidos, pois a formação da memória e da identidade se processam coletivamente.” (LIRA, 2020, p. 18).

Assim, buscou-se abordar neste tópico o conceito de patrimônio a fim de compreender seu amadurecimento e posterior relação da preservação do patrimônio cultural entre a materialidade e a imaterialidade, no que se refere a relação atribuição de valores e sujeito-ambiente. Esta relação entre pessoas e bens culturais é uma “via de mão dupla”, que se autotransforma e diante deste desenvolvimento conceitos que são chave para a preservação, como integridade e autenticidade, sofreram também processo de amadurecimento acompanhando todas essas discussões. Estas noções ganham destaque com a relação deles com o conceito de significância cultural, por isso iremos tratar desses conceitos no próximo item, relacionando com a importância entre as pessoas e o patrimônio e, portanto, como isto acontece em Floresta.

3.2 Autenticidade, integridade e significância cultural: Noções imbricadas

Como abordado anteriormente, o patrimônio esteve ligado às ideias de monumentalidade, excepcionalidade, antiguidade e herança social de um passado comum. O conceito passou, então, a abranger toda a produção cultural que tem significado para um determinado grupo de pessoas, a fim de abarcar a diversidade cultural e a dimensão imaterial. Desta maneira, o patrimônio passou de testemunho do passado a portador das práticas sociais e a registro da memória.

Com a ampliação do seu escopo, a teoria da conservação mostra-se cada vez mais vinculada à relação estabelecida entre o sujeito (homem, comunidade) e o objeto (bem cultural). Desta maneira, este item pretende resgatar os conceitos de autenticidade, integridade e significância cultural e de como eles hoje estão sendo trabalhados no

campo da preservação patrimonial no sentido de reforçar a pertinência de um trabalho que foca na percepção dos moradores.

Esta relação mais intrínseca entre sujeito e objeto vem se estabelecendo em documentos como a Carta de Burra (1980) e suas diferentes edições, em que explicita que o objetivo da conservação é a preservação da significação cultural do bem, podendo os sítios serem valorados de formas distintas por cada indivíduo ou grupo social. (LIRA, 2020, p. 2)

Outra grande inovação aparece na Carta de Nara (*The Nara Document on Authenticity*, 1994). Lira (2010) explica que, em linhas gerais, o documento reconhece que a verificação da autenticidade deve estar atrelada ao contexto espaciotemporal do bem, considerando os aspectos inerentes aos seus sistemas de pensamento e memória. Tratou, ainda, da redefinição dos atributos de autenticidade que, inicialmente eram estabelecidos pela Unesco, com a inclusão de novos atributos de natureza não material e dinâmica.

Assim, “organismos de preservação nacionais e internacionais vão, de forma progressiva, ajustando suas ferramentas de identificação e de tutela patrimoniais” (LIRA, 2020, p. 3). Em meio a estas transformações, os estudos sobre a autenticidade, integridade e a significância cultural também sofreram novas reflexões. Estas são, numa abordagem fenomenológica entre sujeito-objeto, as três noções que balizam a gestão da conservação do patrimônio cultural na atualidade e que têm ganhado maior visibilidade nos estudos e práticas da conservação do patrimônio cultural. Trata-se de noções patrimoniais relacionadas aos valores e atributos de um determinado bem, aos elementos materiais e imateriais que o caracterizam e que, por sua importância, deveriam ser preservados.

Avaliadas pela Unesco para fins de inclusão de bens na Lista do Patrimônio da Humanidade, a autenticidade e integridade delineiam a conservação de bens culturais mundialmente. A noção da significância cultural, cuja operacionalização se vê na Declaração de Significância, relaciona-se “ao conjunto de valores que são atribuídos coletivamente ao bem. Esta noção é encontrada nas sucessivas versões da Carta de Burra”, (*ICOMOS Austrália, 1981, 1988, 1999 e 2013*), (LIRA, 2020, p. 3), que tenta utilizar a declaração como instrumento de estudo e gestão do patrimônio. Zancheti et al (2009), classifica a significância cultural como sendo:

O conjunto de valores que é o resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presentes de um objeto. Enfatiza-se que esse julgamento é feito no presente e utiliza como referência os significados e valores do passado apoiado em instrumentos de memória reconhecidos pela sociedade. (Zancheti et al, 2009, p.7)

Sendo assim, a construção da significância cultural deve ser, segundo (Zancheti et al (2009 apud LIRA, 2020, p.5) ancorados numa abordagem fenomenológica entre sujeito e bem cultural em que o “resultado do julgamento e da validação social de significados passados e presente de um objeto, revela esses processos de transformação dos lugares e dos edifícios no tempo.” Para isso, é preciso que a construção da significância cultural esteja pautada em valores e significados múltiplos, atribuídos pelos diversos atores, com diferentes níveis de relação com o bem.

De acordo com Mason (2004), a significância cultural consiste na reunião dos valores e significados atribuídos aos bens, desde que sua construção não esteja centrada apenas por parte dos especialistas, que são essenciais na condução do processo, mas amparada em um consenso social, considerando seu caráter variável no tempo e nas sociedades.

A autenticidade, ligada à ideia de “autêntico”, de algo verdadeiro, vem sendo discutido desde a Carta de Veneza (1964), quando aparece como uma característica inerente ao patrimônio a ser preservada, sendo imprescindível para que o bem continue transmitindo seus valores. É, portanto, um importante critério no processo de classificação dos bens, relacionando-se às questões de natureza material e imaterial. Lira (2010 apud LIRA, 2020, p. 8) entende como sendo uma noção que está relacionada a três diferentes dimensões: dimensão construtiva, dimensão objetiva e dimensão expressiva. A primeira (construtiva) “relacionada aos processos ou ritos de fazer e refazer dos bens culturais mantidos do passado ou, por alguma razão, retomados no presente, não estando nesses casos associada à substância material dos bens, uma vez que é constantemente renovada” (LIRA, 2020, p. 8). A segunda dimensão (objetiva) diz respeito as características físico-materiais dos bens culturais, só podendo verificar a autenticidade por meio do “invólucro material e do espaço do próprio bem, já que são neles que se encontram inscritas as transformações ocorridas ao longo do tempo” (LIRA, 2020, p. 8). Na última dimensão (expressiva), relaciona-se à “forma como as pessoas experienciam

e se relacionam com os bens. A manutenção de usos e práticas tradicionais os atributos importantes para se perceber esta dimensão na autenticidade.” (LIRA, 2020, p. 8).

Giovanonni (KUHL, 2013 apud LIRA, 2020, p. 16) já trazia em sua visão a existência de três pontos de vistas distintos no olhar sobre os bens de interesse cultural. O 1º, o olhar do erudito (que não quer que se perca os traços da passagem do tempo); o 2º, do arquiteto (que vislumbra a unidade arquitetônica) e o 3º do cidadão (que tem sua afeição pelos monumentos e sua identidade e memória). O autor ainda aborda que “por vezes, mais de um ponto de vista precisaria de ser considerado: o da administração ou de particulares, exigindo mudanças de ordem prática.” (LIRA, 2020, 16).

Quanto a integridade, trata-se de uma noção relacionada à situação da matéria, da “medida de inteireza”. Jokilehto (2006) discorre que a avaliação da integridade envolve três dimensões: a sociofuncional, estrutural e a visual. A respeito delas, Lira (2020, p. 7), apresenta as três dimensões abordadas por Jokilehto (2006): a primeira dimensão, relaciona-se “à identificação de funções e processos nos quais a evolução do bem ao longo do tempo foi baseada, como aqueles associados com a interação da sociedade, as funções espirituais, a utilização dos recursos naturais e movimento de pessoas.” Na segunda dimensão, estrutural, sugere que se refere “àquilo que sobreviveu no tempo dos elementos espaciais que documentam essas funções e processos.” Quanto a última dimensão da integridade, a visual, “os aspectos visuais representativos de uma área estão relacionados com a integridade do seu entorno.” Estes três aspectos podem então ser interpretados como “camadas que se sobrepõem e que, unidas, irão revelar a medida da integridade do bem.”

Entretanto, é possível perceber lacunas quanto à compreensão e forma como operacionalizar dessas noções na prática. Lira (2020, p. 3) apresenta a seguinte questão como reflexão: “como incorporar os múltiplos atores sociais sem reduzir a importância da expertise dos especialistas?”. Afinal, na mesma medida em que a contemporaneidade exige a participação dos diferentes atores sociais envolvidos nos processos de identificação e de tomada de decisão frente ao patrimônio cultural, as instituições de salvaguarda acabam por muitas vezes não dispor de ferramentas que sejam adequadas para transformar numa estratégia operacional. Assim, acaba por se restringir ao corpo técnico os julgamentos dos bens.

É necessário lembrar que tudo aquilo a ser considerado como representativo do grupo social e, portanto, que comporá o acervo patrimonial cultural, é estabelecido de acordo com os valores associados aos bens em certo período. Ou seja, esses valores não são inerentes ao bem. Trata-se de construções sociais que permitem a qualificação de um bem como patrimonial. Portanto, esse processo de valoração não deve ser atribuição somente dos técnicos, mas de todo grupo social. Como coloca Lacerda (2002, p. 59), “valor e cultura estão fortemente imbricados. Os valores que devem ser considerados são aqueles que permanecem mais invariantes para a comunidade”.

Outro impacto na prática da conservação está no entendimento na relação entre as noções da autenticidade, integridade e significância cultural. Observa-se, ainda, que há certas sobreposições ou influências mútuas entre estas noções. A reflexão sobre esta questão aparece em Lira (2020, p. 3): “Ainda que na teoria as noções de significância cultural, de integridade e de autenticidade possam ser compreendidas isoladamente, na prática essa separação não se revela factível.”

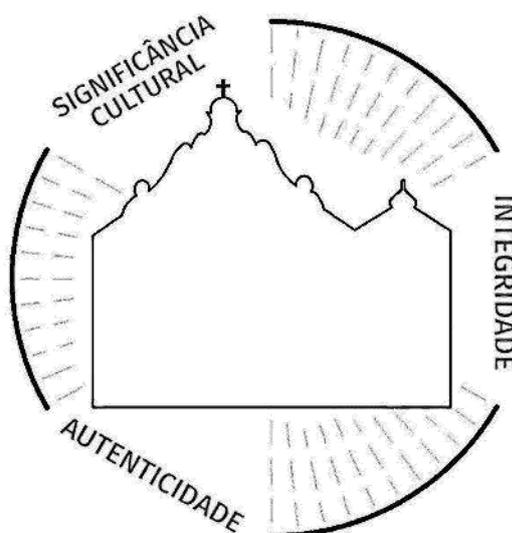
O caminho que Lira (2020) apresenta para o entendimento da relação imbricada das noções de integridade, autenticidade e significância cultural como balizadores da preservação do patrimônio cultural é por meio de cinco premissas:

- I. **A significância cultural, a integridade e a autenticidade estão relacionadas à avaliação dos atributos patrimoniais, ou seja, aos aspectos que mais fortemente caracterizam e são valorados no bem.** Disso decorre que o primeiro passo de qualquer ação sobre bens culturais deva ser a **identificação de seus atributos patrimoniais;**
- II. Como os atributos patrimoniais se transformam no tempo em razão da ação natural e antrópica, **a significância cultural, a integridade e a autenticidade também mudam, sendo, portanto, condições dinâmicas do bem cultural e que se influenciam mutuamente;**
- III. A construção da significância e a avaliação das condições de integridade e de autenticidade tem que ser realizada no contexto sociocultural em que cada bem se encontra, a partir de um processo de **validação intersubjetiva;**
- IV. **A identificação da significância cultural de um bem deve ouvir, em igual medida, todos os atores sociais diretamente envolvidos;** a avaliação das condições de integridade e de autenticidade, por sua vez, por demandar conhecimento técnico e especializado, deverá ser realizada por especialistas;
- V. O produto final desse processo deverá ser uma declaração integrada da significância cultural do bem, de suas condições de integridade e de autenticidade (DSIA), na qual já devem estar apontadas diretrizes para a gestão da conservação e/ou diretrizes norteadoras da ação projetual. (LIRA, 2020, p. 12, grifo nosso)

Nota-se que, na prática, há uma relação de interdependência e indissociabilidade existente entre tais noções e, portanto, da necessidade de incorporar os múltiplos olhares sociais sobre o bem nesse processo. Para realização da pesquisa objeto de estudo desta dissertação será preciso ter o olhar dos mais diversos atores sociais, afinal, somente através das memórias, do entendimento de como o morador entende o patrimônio e se apropria dele será possível tecer sobre o porquê de um centro histórico com casario bastante preservado, apesar da falta de aporte legal para sua proteção.

Desta maneira, para a compreensão do conceito de patrimônio cultural, é mais do que necessário considerar o processo de construção, apropriação e atribuição dos valores a partir da perspectiva simbólica e como uma prática cultural e, portanto, compreender os graus de integridade, autenticidade e significância cultural para avaliação dos atributos patrimoniais.

Figura 161 - Noções mutuamente influenciadas



Fonte: LIRA (2020, p. 14)

O que se pode inferir desta análise é o que Lira (2020, p. 13) aponta a respeito da compreensão de que os valores atribuídos e a maneira como eles se conectam aos atributos patrimoniais como sendo “o caminho para uma visão integralizada entre as três noções”. Além disso, de acordo com Lira (2020, p. 13 e 14), as noções de significância cultural, a integridade e a autenticidade “mudam em concomitância com as transformações nos atributos do bem”. A autora explica ainda que:

a significância equivale, assim, ao conjunto de valores atribuídos ao bem; a integridade relaciona-se à capacidade dos atributos do bem de transmitir sua significância; a autenticidade relaciona-se à capacidade do bem expressar sua significância cultural de forma verdadeira. Se os atributos se transformam e impactam a significância, as condições de integridade e autenticidade também se alteram. (LIRA, 2020, p. 14)

Por isso a importância de uma multiplicidade de olhares dos diferentes tipos de atores sociais envolvidos, afinal, para validação dos atributos, é necessária “considerar todos os atores sociais envolvidos, pois a formação da memória, a identidade e se processam coletivamente” (LIRA, 2020, p.18). Assim, para operacionalizar as noções de autenticidade, integridade e significância cultural, é necessário utilizar uma abordagem que “inicia-se sendo conduzida por especialistas, a partir do levantamento de informações históricas e das atuais condições do bem, para gerar o substrato por meio do qual se pode identificar potenciais atributos patrimoniais e valores.” (LIRA, 2020, p. 18).

[...] no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos às gerações futuras (CASTRIOTA, 2011, p. 52-53).

A importância da relação dos atores sociais no processo de conservação e gestão dos bens patrimoniais é tema de discussão há várias décadas, quando o tema foi discutido na Declaração de Amsterdã (1975). Logo, a opinião dos diferentes grupos envolvidos com o bem deve ser considerada para haja melhor operacionalização das três noções como um instrumento de gestão democrática. É notório o papel importante da identificação e da valoração como se tratando de ações preliminares e norteadoras da conservação dos bens, inclusive com contribuições na operacionalização das questões (MASON, 2002; HIDAHA, 2011).

A identificação e atribuição dos valores servem como um meio de informação acerca de decisões sobre como melhor preservar esses valores na conservação física dos objetos ou lugares. (AVRAMI, MASON e TORRE, 2000, p. 8).

Em suma, refletir sobre o patrimônio cultural (seja ele edificado ou não) requer debruçar sobre os conceitos, valores e usos conferidos a esses espaços ao longo do tempo e nos dias de hoje. O processo começa no levantamento preliminar do bem, com visitas ao local e leituras a respeito do bem. O levantamento de fontes documentais e iconográficas consiste na compreensão da história e significado do bem dentro do

contexto em que está inserido, desde a sua construção até a data da pesquisa, pois é a história que pode revelar a cultura de um lugar e os significados expressos ao longo dos séculos (PONTUAL et al., 2008, p.3).

Além disso, faz-se necessário um diálogo interdisciplinar, atrelando a relação pessoa-ambiente que, juntamente do entendimento sobre os conceitos, valores e usos do patrimônio darão as bases para compreender o sentimento de pertencimento, a percepção, o apego ao lugar e conseqüentemente, o valor afetivo de um lugar.

Assim, buscou-se fazer um panorama geral acerca da reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural, que se envolve dando mais espaço para noções como de significância e para instrumentos que colocam no centro da questão a participação das pessoas nesse processo de preservação, a partir do amadurecimento da compreensão de patrimônio cultural e a progressiva inclusão para com as diferentes subjetividades e o papel do morador. Ao ver o processo do desenvolvimento do conceito de patrimônio enquanto relação entre as pessoas os bens e não enquanto objeto artefato, ressalta-se que é essencial para entender como a percepção dos moradores é importante para quem trabalha com a preservação. Deste modo, o próximo tópico busca discutir a relação do valor afetivo como potencial propulsor para a manutenção da integridade.

3.3 Valor afetivo: Potencial propulsor da manutenção da integridade

Em seu artigo *O afetivo efetivo: Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio*, Marcos Olender (2017, p.321-341) discorre sobre a importância do valor afetivo para a “identificação do que deve ser preservado e, mesmo, no modo de fazê-lo” (p.321). O autor justifica seu texto como tendo partido “de uma necessidade e de um espanto”. E explica que:

Necessidade de se precisar, e de se ressaltar, a efetiva importância do valor afetivo na identificação daquilo que deve ser preservado e, mesmo, no modo de fazê-lo. **Espanto de se constatar que essa importância reconhecida, no Brasil, pela política pública de preservação do patrimônio histórico e cultural em âmbito federal, ainda encontra resistências e preconceitos em outras instâncias gestoras.** (OLENDER, 2017, p.321, grifo nosso)

Segundo o autor, não há um devido reconhecimento sobre a importância do valor afetivo por outras instancias diferentemente do Iphan. O autor ainda explica que este

reconhecimento nacional pode ser visto no site do Iphan em casos de dúvidas sobre os instrumentos utilizados para a proteção do patrimônio, citando que:

(...) o tombamento é um dos dispositivos legais que o poder público federal, estadual e municipal dispõe para preservar a memória nacional. Também pode ser definido como o ato administrativo que tem por finalidade proteger – por intermédio da aplicação de leis específicas – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental **e também de valor afetivo para a população**, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. (IPHAN apud OLENDER, 2017, p. 322, grifo nosso)

Olender (2017) apresenta como exemplo de tal reconhecimento o caso de estudo da tese de doutorado de Antônio José Aguilera Montalvo, que aborda o processo do tombamento, pelo Conselho Consultivo do Iphan, da moradia do líder seringueiro Chico Mendes, no Acre, local onde ele foi assassinado, em 1988. Explica que diversos grupos sociais se mobilizaram pela preservação da casa que resultou nos seus tombamentos estadual e federal e que “o imóvel nada mais é que o lugar onde se aglutina todo esse emaranhado de valores e afetos” (Montalvo, 2012, p.122 apud Olender, 2017, p. 322)

Marcos Olender cita ainda que o relatório do processo de tombamento da casa de Chico Mendes foi apresentado pelo então conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, em 2008. Neste relatório, segundo Olender, exalta-se a importância do valor afetivo por meio da citação do art. 216 da Constituição Federal de 1988 e, em seguida, apontando que a definição deste artigo provocaria um deslocamento, “do poder público para a sociedade, o papel instituinte do valor cultural”, dando então ao poder público “o papel declaratório no reconhecimento dos valores gerados pelos diversos grupos formadores da sociedade brasileira” concluindo que naquele momento “abriu-se caminho para conceituar e operar (estado e sociedade conjugados) o campo do patrimônio como fato social” (Iphan, 2008 apud Olender, 2017, p. 322). O autor ainda destaca que apesar da importância deste valor, este acaba por ser muitas vezes desconsiderado ou mesmo servindo de maneira equivocada para desqualificar o bem pelo poder público.

Ao expor os pensamentos de Alois Riegl, autor da obra *O Culto Moderno dos Monumentos e outros ensaios estéticos* (2013), Olender se remete as considerações de Riegl, feitas há mais de um século e explica que na obra de Riegl, a afetividade “assume grande relevo, no que concerne propriamente à formulação da legislação e das políticas públicas de preservação do patrimônio.” (OLENDER, 2017, p. 325). Assim, fazendo um retrospecto da obra de Riegl, é possível perceber já na sua introdução, no momento em

que o autor explica as definições e tipos de monumentos. Ao citar os chamados “monumentos de antiguidade”, Olender expõe citação de Riegl em que:

(...) o valor de memória não se prende aí à obra no estado original em que nasceu, mas sim à representação do tempo decorrido desde a sua gênese, que se trai de modo perceptível aos sentidos nas marcas da idade. (...) nesta terceira classe de monumentos (...) **O monumento torna-se apenas mais um substrato sensível imprescindível, a fim de produzir no seu espectador aquele efeito afetivo que a representação da órbita regular do nascer e perecer, do irromper do particular a partir do universal e o seu reentrar gradual naquele, obedecendo a uma necessidade natural, suscita no homem moderno** (Riegl, 2013 apud Olender, 2017, p. 325, grifo nosso).

Desta forma, Olender pontua que o “efeito afetivo” é mais amplo por não se presumir conhecimentos históricos ou científicos para que este se consolide, pois, tal efeito se estenderia “às massas, a todos os homens sem distinção de educação intelectual”. (OLENDER, 2017, p. 326). Assim, para reconhecimento deste valor:

(...) os critérios (...) são, por via de regra, tão simples, que podem ser apreciados por pessoas cujo cuidado constante pelo bem-estar físico e pela produção material de bens reclama todo o seu intelecto (...) **o valor de antiguidade se revela ao espectador imediatamente, por meio da mais superficial percepção sensível (óptica) e, por isso, consegue falar diretamente ao coração** (REIGL, 2013 apud OLENDER, 2017, p. 326, grifo nosso).

Diante das considerações apresentadas em seu artigo, Olender faz uma indagação sobre a recusa ao valor afetivo:

(...) ao recusarmos ao valor afetivo uma importância fundamental na seleção daqueles bens históricos e culturais que devem ser preservados, não estamos assumindo, de modo perverso, essa mesma desqualificação e nos esquecendo que **a afetividade (em sua dimensão social, coletiva) constitui-se em um indício socialmente e historicamente construído na nossa relação cotidiana com esse bem, diretamente proporcional à sua importância para a construção da própria memória coletiva da comunidade onde se insere (ou se encontra)?** Agindo assim estamos, efetivamente, penhorando esses bens. (OLENDER, 2017, p. 329, grifo nosso)

Entretanto, seria “revelando” o valor afetivo que, segundo o autor, deslocaríamos do Estado para os “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, o poder de instituir a valorização cultural e, conseqüentemente, a indicação daquilo que deve ser preservado como, aliás, preconiza a Constituição Brasileira de 1988.” (OLENDER, 2017, p. 329). Importante pontuar a preocupação entre a relação do mercado imobiliário para com o patrimônio arquitetônico urbano, como bem pontuado por Olender, ao explicar que:

Desqualificar esse valor é render-se, no que concerne ao patrimônio arquitetônico e urbano, à perversa lógica *desmaterializante* do mercado imobiliário; é, efetivamente, despojar a edificação ou o sítio urbano de sua memória, que é a mais forte justificativa para a sua preservação. Essa percepção é, desde meados da década de 1970, cada vez mais comum, inclusive entre os movimentos sociais que reivindicam a proteção de algum bem ou território inserido na cidade. **Com a retomada e desenvolvimento das mobilizações, no período de redemocratização do país, uma parcela significativa delas elege a denominada “especulação imobiliária” como principal ameaça à preservação do patrimônio histórico e cultural.** (OLENDER, 2017, p. 329, grifo nosso)

Ao longo do artigo, o autor ainda apresenta outros casos de edificações, territórios e experiências de movimentos sociais que surgiram através da necessidade da preservação de algum bem e que aos se articularem, os promoveram. E conclui seu artigo reforçando que:

Ao remover-se, perversamente, o valor afetivo das orientações, planejamentos e decisões a serem tomadas na vida de uma cidade, (...), no que concerne à eleição e à preservação dos bens que constituirão o patrimônio histórico e cultural de uma cidade ou território, estamos efetivamente afastando os seus cidadãos (ou parte significativa deles), desqualificando-os e com isso deslegitimando a própria cidadania, fundamentada no direito à cidade e, por extensão, no direito à sua memória. (OLENDER, 2017, p. 340, grifo nosso)

É possível constatar centros de cidades pequenas e médias sofrendo descaracterizações, com suas edificações históricas sofrendo as consequências da falta de manutenção.

Um exemplo recém visto foi na cidade de Afogados da Ingazeira, localizada no sertão pernambucano também na região do Pajeú, com população estimada pelo IBGE, em 2010, de 35.088 habitantes, a 170 km de Floresta e a 386km de distância de Recife. Sua formação, assim como Floresta, se deu através da construção de uma capela, mas, apesar das semelhanças de porte, formação e localização, no que diz respeito a preservação de seu centro, notou-se diferença.

Recentemente publicado, no início de julho de 2021, através do Blog do Magno¹⁴, noticiou-se numa matéria intitulada “A Memória Agredida” a demolição de uma casa, divulgada como pertencente a uma professora e historiadora chamada Letícia Goes, na Praça Arruda Câmara, “coração” da cidade.

Figuras 162 e 163 – À esquerda, demolição de Casarão no centro de Afogados da Ingazeira, ocorrido em julho de 2021. Ao lado desta, imagem mostrando como era a fachada anteriormente



Fonte. Blog do Magno (2021).

Ao ver a sua demolição, (...), sofri um golpe, uma dor profunda na alma e no espírito. Casarão de muitas histórias, lindo, estilo colonial clássico, com detalhes nas paredes que refletiam o modelo europeu importado, a velha morada de Dona Letícia vai deixar muita saudade. Era ali que, ao entardecer, ela me recebia – e tantos e tantos alunos – para um chá cultural.(...) Dava lições de moral, ética e comportamento doméstico. **Era a mãozona da cidade** sem nunca ter parido. (MARTINS, 2021, grifo nosso)

Divulgou-se, ainda, que em seu lugar será construída uma farmácia. Magno, natural de Afogados, pontua sua preocupação com o uso a que será destinado o terreno e diz o que ele gostaria que ali existisse, na construção original, ao dizer que “(...)quando deveria ser um museu se o poder público tivesse sensibilidade”. Chama atenção outro trecho de sua fala:

Gasta-se o dinheiro do povo com tantas futilidades, nunca com a preservação da história. Um povo que não se preocupa em preservar sua memória perde-se na história e se aniquila a curto prazo, na sua cultura. As nossas raízes, cultura, memória e história são fatores fundamentais de preservação. O maior legado de uma sociedade é a sua cultura e o seu patrimônio preservados.(...) (MARTINS, 2021, grifo nosso)

Sua fala, recheada de saudosimo, de preocupação e admiração com o patrimônio se complementam ao final de sua matéria, em que diz:

Minha terra devia chorar hoje ao invés de aplaudir essa violência. **Arrancaram um pedaço de Afogados da Ingazeira, apagaram da história a professora Letícia** e seu trono como um supérfluo qualquer. **A cidade é como um corpo.** Todo corpo tem sua alma, tal qual a cidade com sua cultura. Ambos, portanto, **precisam ser preservados.** (MARTINS, 2021, grifo nosso)

¹⁴ Blog do Magno é comandado por Magno Martins, um jornalista e radialista, natural da cidade de Afogados de Ingazeira, que noticia através de seu blog e redes sociais além de manter um programa de rádio. Esta matéria foi publicada dia 05.07.2021, disponível em: https://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=225131 . Acesso em 10 de julho de 2021.

Ainda abordando o acontecimento de demolição de tal casa, Magno Martins, em seu canal de Youtube divulgou, no mesmo dia da matéria do blog, o chamado “editorial analisa derrubada de casa histórica em Afogados”. Trata-se de um áudio de seu programa de rádio “Frente a Frente com Magno Martins” ¹⁵ da Rede Nordeste de Rádio, em que ele aborda esta matéria e cita justamente a cidade de Floresta como bom exemplo de preservação. Além de pontuar as características do centro histórico florestano e o grau de conservação considerado por ele como sendo ótimo.

Afogados da Ingazeira deveria seguir o exemplo de Floresta, não preciso nem ir além, de Olinda com seus casarões, de Ouro Preto, basta ficar **na nossa região mesmo, sertão de pernambucano** e por exemplo... o prefeito de Afogados da Ingazeira aí que foi insensível e o Ministério Público também que não está nem aí, depois **podiam dar um pulinho ali em Floresta e conhecer o sítio histórico de Floresta**. Que maravilha, **mais de 100 anos de história preservada, conjunto arquitetônico que convive nesse sítio histórico de Floresta data do final do século XIX e início do século XX**. Tá ali no centro da cidade um valor histórico fenomenal, **um grau de conservação dos imóveis fantásticos**, revelando beleza, harmonia das fachadas, uma mistura de estilos, predominando o estilo eclético intercalados ao neoclássico ao barroco, enfim... aquilo dá uma harmonia, dá uma beleza ao centro da cidade incrível (...) (MARTINS, 2021, grifo nosso)

Ao final do editorial, Magno pontua o fato de algumas edificações florestanas estarem no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco*, abordados no *capítulo I* deste trabalho. As falas de Magno Martins destacam por sua condição como cidadão natural da cidade em que ocorreu a demolição noticiada por ele e o fato de Floresta, apontada por Martins como bom exemplo, ainda que sem tombamento do sítio histórico, apresentar um centro histórico íntegro e que chama atenção de todos.

(...) e todos que frequentam Floresta saem de lá elogiando a cidade porque a cidade que preserva a sua história. Eu lembro muito bem que dentro desse conjunto arquitetônico lá em Floresta estão destacados até *no Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco*. Tão ali construções como escola, edifício da Antiga Força Pública, o sobrado como o nº 258 que foi uma referência na história civilização e que fica na praça major João Novaes, a residência número 142 na praça Antônio Ferraz, a Igreja Nossa Senhora do Rosário na praça Cel. Fausto Ferraz, enfim... **quem for a Floresta vai se deparar com esse sítio histórico maravilhoso que pode servir de referência e dá uma lição a Afogados da Ingazeira que praticou essa violência contra a história, contra a cultura, uma depredação terrível**. (MARTINS, 2021, grifo nosso)

¹⁵ Programa de Rádio “Frente a Frente com Magno Martins” da Rede Nordeste de Rádio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JMMc7XQPgk8>. Acesso em 10 de julho de 2021.

Como pode-se perceber, nas pequenas cidades interioranas o desenvolvimento de uma legislação urbanística muitas vezes se detém aos quesitos de infraestrutura, não abordando temas como a preservação e o patrimônio. Quando abordados, estes temas não são tratados com o devido aprofundamento, clareza e não tem consequência sobre o planejamento urbano ou divulgação para conhecimento da população. Mas esta dificuldade não se resume as pequenas e médias cidades, de um modo geral, é possível perceber um grande obstáculo de articulação entre o planejamento urbano e preservação, como afirma Cabral & Lira (2012):

A respeito das esferas estaduais e municipais, o que se pode constatar é que a atuação, em grande parte dos casos, é ainda insatisfatória. Especialmente no que concerne às municipalidades, o patrimônio é comumente tratado de modo desarticulado do planejamento físico-territorial das cidades, sendo colocado como um problema à parte. (CABRAL; LIRA, p.83, 2012)

Diferentemente de grandes metrópoles, é necessário deixar claro que há limites e possibilidades para o caso específico da preservação do patrimônio cultural nas pequenas e médias cidades.

As relações de proximidade da cidade pequena, marcada pelos “tempos lentos” e pacatos pode favorecer a um tipo de apropriação e de atribuição de valor que possibilita uma contribuição para a preservação patrimonial. Entretanto, isto não significa uma relação de causa e efeito, já que há cidades de mesmo porte, como no caso de Afogados da Ingazeira, que não tem esse nível de preservação. Portanto, merece ser estudado para cada caso específico, sendo este trabalho “um olhar sobre a preexistência” especificadamente para o caso de Floresta.

Desta maneira, a discussão do patrimônio e da preservação a partir desses múltiplos olhares se conecta com o arcabouço teórico-metodológico da Psicologia Ambiental. A pertinência de entrar na vertente da Psicologia Ambiental está na relação sujeito-ambiente para tratar da questão do amadurecimento do campo preservação do patrimônio. Assim, segundo Cavalcante e Elali (2011), é a partir da Apropriação, processo psicossocial central na interação sujeito-ambiente, que o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. No entendimento sobre a apropriação do lugar, da formação da memória e da relação espaço X lugar, faz-se necessário pontuar a abordagem da Psicologia Ambiental, que será apresentado mais profundamente no próximo capítulo. Afinal, o que transforma um espaço em lugar é justamente a carga emocional, cultural e social que cada pessoa

carrega consigo por meio de seus valores. Neste lugar é que o homem pode satisfazer suas necessidades físicas, biológicas e psicológicas. Ou seja, de nada adianta um espaço sem pessoas, este nunca será um lugar.

3.4 Considerações parciais

Desta maneira, o capítulo intencionou identificar e abordar os conceitos do campo disciplinar do patrimônio cultural edificado, especialmente no que se refere a atribuição de valores e a expansão e amadurecimento da relação imbricada dos conceitos de autenticidade e integridade juntamente ao de significância cultural, além da importância do valor afetivo como potencial propulsor da manutenção da integridade.

Ademais, é preciso compreender a percepção dos moradores e como eles intervêm no patrimônio para o caso específico de Floresta. Desta forma, e com intuito de entender o contexto de Floresta, buscou se aproximar da população desse núcleo central para entender as especificidades da cidade em relação a percepção dos seus moradores, no sentido de contribuir com este grande amadurecimento geral do campo que colocam as pessoas no centro da questão e, assim, reforçando que a contribuição específica deste trabalho está na percepção dos moradores no caso de Floresta.

Assim, será abordado o suporte da Psicologia Ambiental e da Percepção e das bases da Teoria das Representações Sociais e do uso dos Recursos Imagéticos e Verbais com intuito de identificar e aprofundar os conceitos do campo da psicologia ambiental, verificando como estes podem operacionalizar o posterior caminho metodológico e o estudo sobre a percepção da população local. Para isso, o aporte conceitual a seguir se apoiou sobre duas categorias que dão nome ao próximo capítulo: as emoções e a afetividade.



4 emoções e afetividade: o aporte conceitual a partir do diálogo interdisciplinar

4 EMOÇÕES E AFETIVIDADE: O APORTE CONCEITUAL A PARTIR DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como uma força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (Bosi, 1994, p.46)

Para a construção do caminho teórico-metodológico da pesquisa, buscou-se suporte na Psicologia Ambiental - interligada a Psicologia Social e a Psicologia da Percepção -, na Teoria das Representações Sociais e no uso dos Recursos Imagéticos. Para tanto, através da pesquisa bibliográfica, aquela referente as fontes secundárias, por meio de anais de eventos, artigos, dissertações, teses, dentre outras fontes, entre os principais teóricos e pesquisadores do campo da Psicologia Ambiental, como os estudos de Sylvia Cavalcante e Gleice Elali et al (2018, 2011); Yi-Fu Tuan (2015a, 2015b); Jun Okamoto (1999); Corral-Verdugo (2005); Gunther (2003); Ornstein (2005), entre outros autores, do suporte dos estudos de Medina Filho (2013) sobre o uso Recursos Imagéticos e Verbais e da Teoria das Representações Sociais por meio do trabalho de Costa (2007), entre outros autores.

4.1 Psicologia Ambiental e Percepção

Sabendo que a Psicologia Ambiental estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações entre o ser humano e o meio ambiente físico e social, busca-se neste trabalho reforçar que ao se ter uma visão clara da percepção dos moradores locais, de suas memórias e do caráter de pertencimento por eles vivido, o processo de salvaguarda do patrimônio cultural deve dialogar de forma estreita com a percepção dos moradores locais, de suas memórias e do caráter de pertencimento por eles vivido.

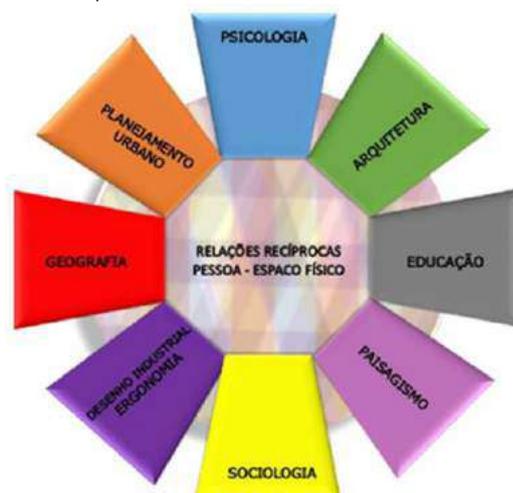
Apesar de se tratar de um ramo relativamente novo, data da década de 1960, a Psicologia Ambiental teve seu ápice entre o final desta década e o início dos anos 1970. Nesta mesma década, a área da PA chega ao Brasil, estando, desde sua origem,

relacionada à Arquitetura, por meio de importantes trabalhos na área da avaliação pós-ocupação em conjuntos de habitação de interesse social. Já ao final dos anos 1980, os estudos se expandiram para outros diversos países a respeito da constituição da Psicologia Ambiental. É importante refletir que esta área sempre esteve associada com às demandas sociais, tendo na Europa, por exemplo, seu início interligado às questões da arquitetura e do planejamento urbano justamente numa fase marcada pela reconstrução das cidades após a II Guerra Mundial. Afinal, era um contexto sobre o qual a sociedade (o usuário) perdia grande parte de seu caráter de pertencimento e de apropriação espacial. Assim, a PA chega como forma de justamente analisar a inter-relação entre o usuário e o meio ambiente.

A Psicologia Ambiental está envolvida com os modos pelos quais os aspectos social e físico do ambiente influenciam o comportamento das pessoas e como as ações das pessoas, por sua vez, afetam os seus entornos. (CORRAL-VERDUGO, 2005, p.72)

Imprescindível destacar que a Psicologia Ambiental foi, desde seu surgimento, interdisciplinar, aliando-se a outras áreas das quais partilham campos comuns, unindo conhecimentos advindos de diversas áreas além da Arquitetura e Urbanismo, como por exemplo: Geografia, Sociologia, Paisagismo, dentre outras (GUNTHER, 2003). A especificidade deste ramo é a de analisar como o indivíduo avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como ele está sendo influenciado por esse mesmo ambiente. Conforme Cavalcante e Elali (2011), “o próprio surgimento da psicologia ambiental pressupõe um movimento interdisciplinar, uma vez que esse campo do conhecimento apresenta raízes internas e externas à psicologia”.

Figura 164 – Inserção Multilateral de diferentes subáreas de disciplina no campo de Estudos Pessoa-Ambiente



Fonte: GUNTHER (2003).

No caso do objeto de estudo em questão, é justamente através do entendimento da Psicologia Ambiental e toda a análise e coleta de dados referentes a relação entre o reconhecimento dos usuários (moradores) e o conjunto edificado preservado de Floresta-PE, que se ilumina a reflexão acerca do processo de salvaguarda do patrimônio. Assim, a Psicologia Ambiental, preocupa-se com os fatores psicológicos ligados a determinado ambiente (ORNSTEIN, 2005). Portanto, através da percepção do indivíduo e da influência mútua deste para com o objeto, e vice-versa. Ou seja, por se tratar de um fenômeno psicossocial, a percepção ambiental aborda a forma de interação do homem com seu ambiente, na perspectiva da criação de um lugar e da geração de laços afetivos e identitários.

Um dos conceitos-chave para entendimento da ambiência é a percepção, compreendida como conjunto das sensações, experiências, memória e sentimentos ligados ao contexto sócio físico, cultural e temporal experienciado pela pessoa com relação a um lugar. (Tuan, 1980 apud Elali, 2009, p. 4., grifo nosso)

O sujeito primeiro interpreta o objeto culturalmente e, a partir daí, se forma como identidade, que será como se espacializa, se temporaliza e como constrói as narrativas de si próprio por meio desta espacialização e da temporalização. Ou seja, o conceito de espaço tem grande relevância na PA. É por meio da avaliação e percepção de um espaço que surge também a influência sobre nossa maneira de atuar, já que dependendo do lugar, a interação se modifica. No que diz respeito ao conceito de dimensão temporal, este se entende ao mesmo tempo como projeção no futuro e referência ao passado, à história.

Assim, através do estudo da Psicologia Ambiental sobre as inter-relações entre as pessoas e o meio ambiente físico e social e entendendo o que o objeto representou, representa e pode vir a representar no futuro, que o estudo e a posterior análise poderá ser realizada. Além disso, conceitos e temáticas que se desenvolveram a partir da contribuição da Psicologia Ambiental vieram para fortalecer o entendimento e aprofundamento do objeto de estudo em questão, no que concerne a relação de apego/vínculo com o lugar e o de apropriação do espaço a ser compreendida como expressão do comportamento socioespacial humano. Sendo alguns desses conceitos, os seguintes:

- *Affordance*, palavra criada por James J. Gibson – psicólogo dedicado aos

estudos da percepção visual – para designar os múltiplos estímulos oferecidos pelo ambiente aos organismos que com ele interage (Günther, 2011);

- *Apego ao lugar*, que trata da relação afetiva que as pessoas estabelecem com um determinado lugar (Elali & Medeiros, 2011);
- *Apropriação do espaço*, processo pelo qual as pessoas se projetam no espaço, fazendo-o uma extensão de si mesma, criando, assim, o lugar como seu (Cavalcante & Elias, 2011);
- *Compromisso pró-ecológico*, definido como a “relação cognitiva e/ou afetiva, de caráter positivo, que as pessoas estabelecem com o meio ambiente ou parte mesmo, responsabilizando-se e interessando-se por ele” (Gurgel e Pinheiro, 2011, p. 159);
- *Perspectiva Experiencial*, “as emoções dão colorido a toda experiência humana, incluindo os níveis mais altos do pensamento.” (Tuan, 2015, p.19);
- *Tempo e Lugar*, em que a sensação de tempo tem influência sobre a sensação de lugar, a afeição pelas coisas e a admiração pelo passado geralmente estão juntas (Tuan, 2015);
- *Espaço pessoal*, como sendo “(...) zona emocionalmente carregada em volta do corpo humano que é sentida pelas pessoas como sendo o seu espaço” (Cavalcanti et al, 2018 p. 119).

Ainda se complementa aos itens anteriores, o pressuposto da biodirecionalidade, como um dos pilares da PA, em que aborda que o comportamento humano impacta o ambiente, e como este último, por sua vez, também impacta o comportamento, como afirma Cavalcante e Elali (2011) no trecho “psicologia ambiental é um campo de conhecimento voltado para o entendimento das relações bidirecionais pessoa-ambiente”.

Logo, a conscientização está no cerne dos processos constitutivos da inter-relação pessoa-ambiente, em especial dos processos que tratam da relação afetiva, da cognição e da percepção ambiental, tornando-se essencial para a formação de comportamentos voltados para o cuidado com o ambiente. (CAVALVANTE e ELALI, 2018). Além disso, a afetividade dialoga com os outros conceitos, sendo também condição essencial para a implicação do sujeito em relação ao ambiente e para o desenvolvimento de uma postura de

cuidado. Entretanto, **emoções e afetividade** são **categorias** ainda pouco investigadas quando se trata da relação pessoa-ambiente, entendida tanto em suas dimensões físicas quanto simbólicas. As teorias acerca das emoções e afetividade na psicologia variam desde aquelas voltadas para os aspectos biológicos e/ou simbólicos até aquelas que consideram a superação desta dicotomia (BOMFIM, DELABRIDA, FERREIRA, 2018).

Segundo Mussola e Svartman (apud Cavalcanti et al, 2018, n.p), o termo “enraizamento” (*rootedness*, em inglês) vem sendo utilizado na psicologia ambiental há algumas décadas e não lhe é exclusivo, apresentando pontos de contato com discussões oriundas de outras áreas do conhecimento. Entretanto, na psicologia ambiental “a maior dificuldade está em distingui-lo de noções semelhantes, como as de *apego ao lugar* e de *identidade de lugar*, pois trata-se, igualmente, de um termo polissêmico, o que dificulta sua operacionalização na pesquisa empírica.” (Lewicka, 2010 apud CAVALVANTI E ELALI et al, 2018, n.p).

Para Tuan (1980 apud CAVALVANTI E ELALI et al, 2018, n.p), enraizamento “em sua essência significa estar completamente em casa” e implica “que uma pessoa termina por identificar-se com certa localidade, sente que esse é o seu lugar e o de seus antepassados” (Tuan, 2013, p. 236). Portanto, sendo um estado psicológico, quando surge, costuma-se caracterizar o sentimento do enraizamento como o de “estar em casa”. A casa ou o *lar* constituem termos centrais na obra de vários autores como no caso citado por Mussola e Svartman (apud Cavalcanti et al, 2018, n.p) sobre a afirmação de Bachelard (2008, p. 26): “A casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem”. Outro exemplo está no livro *Espaço e Lugar*, em que Tuan (2013) utiliza a palavra “enraizamento” e discute a relação entre identidade e passado. O autor questiona “O que pode significar o passado para nós? As pessoas olham para trás por várias razões, mas uma delas é comum a todas: a necessidade de adquirir um sentido do eu e da identidade” (Tuan, 2013, p. 227 apud Cavalcanti et al, 2018, n.p). Ao referir-se ao resgate do passado, importante notar que este resgate é visto por Tuan (2013, p. 228), como sendo uma “forma de fortalecer os sentidos do ‘eu’ em situações de ameaça à identidade psicossocial.” (Mussola e Svartman apud Cavalcanti et al, 2018, n.p).

O apego ao lar e a relação com uma orientação passada também são observados quando há necessidade de assegurar ou definir identidades pessoais ou coletivas, em que as pessoas tendem por retornar de forma imagética para lares de pequenas escalas (e não

para grande escala como bairros ou cidades). Portanto, volta-se ao lugar onde uma pessoa cresceu mais intimamente, sua casa. Como a análise de McAndrew (1998) ao afirmar que “um amplo corpo de pesquisa também mostra que pessoas mais velhas tendem a ser mais fortemente apegadas a seus lares” (p. 410).

Desta forma, **é notório perceber que emoções e afetividade ambiental são partes importantes no processo de explicação da vinculação das pessoas com os espaços e lugares.** Assim, na perspectiva do simbolismo do espaço, o lugar é visto como um território emocional, tornando-se, portanto, uma dimensão na construção dos significados e na extensão da subjetividade dos indivíduos. Pode-se, então, atribuir o enraizamento a possibilidade de articular o passado, presente e futuro (pessoais e coletivos) na construção de um ambiente que dê sustentação identitária para o indivíduo e para o grupo com o qual se identifica.

Figura 165 - Perspectiva experiencial



Fonte: Tuan (2015).

Ao se pensar em um espaço, os seus usuários desejam que os elementos que ali venham a ser inseridos tragam consigo significados, história, memórias afetivas que reflitam seu perfil, assim como sua forma de ver e se inserir no mundo. Assim, a importância de entender o perfil de seu usuário, os anseios, a história, portanto, a personalização daquele espaço. Sendo uma extensão das subjetividades dos indivíduos, que transforma espaços em lugares (Tuan, 1983). Daí, a distinção de dois termos também abordados na Psicologia Ambiental: Espaço x Lugar, que Cavalcante e Elali (2011), definem da seguinte maneira:

Espaço – Podemos pensar espaço de dois modos: 1) uma extensão entre dois pontos, duas linhas ou dois objetos; uma área que pode ser pensada geometricamente; 2) o englobante dentro do qual se situam todos os espaços particulares. **O espaço é matéria caracterizada por sua exterioridade em relação ao indivíduo.** Logo, é neutro, já que não se

atribui a ele significado. Lugar – É um espaço que identificamos: é onde moramos, trabalhamos, nos divertimos, vivemos. É um espaço no qual estabelecemos parada. Seus limites são definidos. Ele pode ser reconhecido: é referência. É um espaço ao qual se atribui significado e que ganha valor pela vivência e pelos sentimentos. **Lugar é o espaço com o qual se estabelece relação.** (CAVALCANTE e ELALI, 2011, p. 182, grifo nosso).

Portanto, o que transforma um espaço em lugar é justamente a carga emocional, cultural e social que cada pessoa carrega consigo por meio de seus valores. Neste lugar é que o homem pode satisfazer suas necessidades físicas, biológicas e psicológicas. Ou seja, de nada adianta um espaço sem pessoas, este nunca será um lugar. Assim, mais uma vez se confirma a importância de dar uso aqueles ambientes abandonados e desvalorizados. Dando uso, haverá pessoas ali, e tendo pessoas, o espaço vira um lugar. Como afirma Tuan (1983 apud Cavalcante e Elali, 2011, p.185), o criador do termo “Topofilia”, onde topo quer dizer lugar e filia sentimento positivo, quando fala que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Tuan (1980) complementa que o meio ambiente pode não ser causa direta da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais.

Em outros termos, o lugar não é uma dimensão que se encontra somente em seu aspecto exterior e físico, ou seja, espaço que contém as pessoas. É simbólico e se constitui em uma expressão da identidade dos indivíduos (VIDAL E POL, 2005). E o simbólico está presente na afetividade com o lugar, sendo entendido como território emocional e, assim, tornando-se, uma dimensão na construção de seus significados (CORRALIZA, 1998). É através dos afetos citadinos (seja eles micro ou macroambientes), como a casa, o bairro, a cidade etc., que podemos encontrar uma forma de conhecer a dimensão simbólica. Nesse panorama, os habitantes constituem-se também a partir das experiências com os lugares que frequentam, os quais, quando dotados de identificação e de significado, passam a fazer parte da subjetividade, como pode ser observado em narrativas de histórias de vida. Essas, por sua vez, estão alicerçadas sobre o ambiente/lugar, carregadas de significado e de simbolismos nos quais ancoram as experiências vividas. (BOMFIM, DELABRIDA, FERREIRA, 2018)

Assim, segundo Cavalcante e Elali (2011), é a partir da Apropriação, outro processo psicossocial central na interação sujeito-ambiente, que o ser humano se projeta

no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando um lugar seu. O ambiente físico é, portanto, palco das ações no processo de apropriação do espaço, assim como da atribuição de significados.

Ao imprimir marcas e alterações visíveis, o sujeito cria um aqui no qual dispõe seus pertences e que vai lhe servir de referência, permitindo-lhe orientar-se e preservar sua identidade. Quando moldados e adaptados às necessidades de seus habitantes, uma casa, um quarto ou um escritório são considerados exemplos típicos de apropriação. (CAVALCANTE e ELALI, 2011, p. 63, grifo nosso)

Em “*Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação*”, Jun Okamoto (1999) questiona “Qual seria o padrão que liga o homem ao seu meio ambiente e ao contexto social?” (OKAMOTO, 1999, p. 15). Em seguida apresenta como resposta:

A resposta estaria na sequência da reação do homem frente à realidade; os estímulos que provocam as sensações passam pela emoção, pelo pensamento (crenças), que, utilizando os princípios normativos, chegam à ação e, novamente pelo mesmo processo, retornam ao sentimento que a gerou. (OKAMOTO, 1999, p. 15, grifo nosso)

Okamoto ainda chama atenção para os sentidos sensoriais como sendo captados primeiramente os estímulos, sem haver a percepção. Ou seja, o autor explica que nesta fase as sensações ainda não são percebidas e das quais não há consciência (OKAMATO, 1999).

A mente seletiva destaca um conjunto de estímulos que fornecem a percepção, pela qual são formadas as imagens e pensamentos. Há consciência somente dos aspectos ou informações que chamam a atenção e dos aspectos que se passa a perceber no ambiente. (OKAMOTO, 1999, p. 26, grifo nosso)

O autor também traz sua reflexão sobre a Psicologia Ambiental ao criticar a falta de uma matéria que aborde a Psicologia Ambiental e a Percepção Ambiental e relembra o papel do arquiteto no estudo do comportamento humano, relacionado ao meio ambiente arquitetônico e que várias respostas às indagações surgiram por meio das disciplinas de ciências sociais e biológicas, da psicologia da percepção e da psicologia do comportamento ambiental. (OKAMOTO, 1999)

Além disso, Okamoto (1999, p. 53) pontua que “(...) pode-se dizer que o comportamento humano é um comportamento simbólico: homem age em função dos significados que imprime à realidade.” Portanto, as emoções funcionam como categoria

base da relação pessoa-ambiente. Citado por Okamoto (1999, p. 75), Ornstein (1991) afirma que:

[...] o foco da atividade mental são as emoções: “[...] Longe de serem desorganizadoras, **as emoções constituem o ponto focal da atividade do sistema mental. Elas governam nossas escolhas, determinam nossos objetivos e guiam nossas vidas.** Somos, na maioria, seus servidores por boa parte de nossas vidas e não temos consciência disso” (ORSNTEIN, 1991, p 133 apud OKAMOTO, 1999, p.75, grifo nosso)

Importante perceber que é a partir da percepção do lugar e daqueles que ali moram que se torna possível fazer a leitura espacial. Como explicado por Okamoto (1999, p. 79) “O homem recebe os estímulos advindos desses espaços através de modalidades de diferentes formas de energia que estimulam nossos receptores especializados.” E prossegue explicando que, a partir disso, “sentimos o ambiente e os fatos e eventos que nos chamam a atenção ou que nós selecionamos como de interesse, quando então temos a percepção da realidade de forma consciente [...]”.

Ressalta-se que a percepção do indivíduo tem um peso determinante na satisfação do usuário em relação ao ambiente construído. Segundo Santaella (2012), em relação à percepção humana, 75% daquilo que o indivíduo percebe refere-se ao sistema visual, 20% relacionam-se à percepção sonora e somente 5% provém dos outros sentidos, como tato e olfato.

No que diz respeito aos sentidos comuns (visão, olfato, paladar, audição e tato), Okamoto (1999, p. 84) discorre que estes “são largamente estudados nos compêndios da Psicologia como importantes meios de compreensão e relacionamento com o meio ambiente. Além disso, pela ênfase nas imagens visuais, estes sentidos são considerados os meios mais importantes para se enxergar a realidade, com a predominância da visão.”. Além disso, o autor cita Ackerman (1992) para explicar que a visão não ocorre nos olhos e sim no cérebro:

[...] Ackerman afirma que a visão, como a imaginamos, não acontece nos olhos, mas no cérebro. **A nossa visão capta constantemente imagens que passam a ser a base de nossa linguagem. Os nossos olhos são estimulados por tudo que nos envolve, fornecendo-nos, assim, as imagens.** A visão, por ocupar cerca de 87% de atividades entre os 5 sentidos, nos dá a impressão de que a realidade é o que vemos. (ACKERMAN, 1992, p. 281 apud OKAMOTO, 1999, p. 89, grifo nosso)

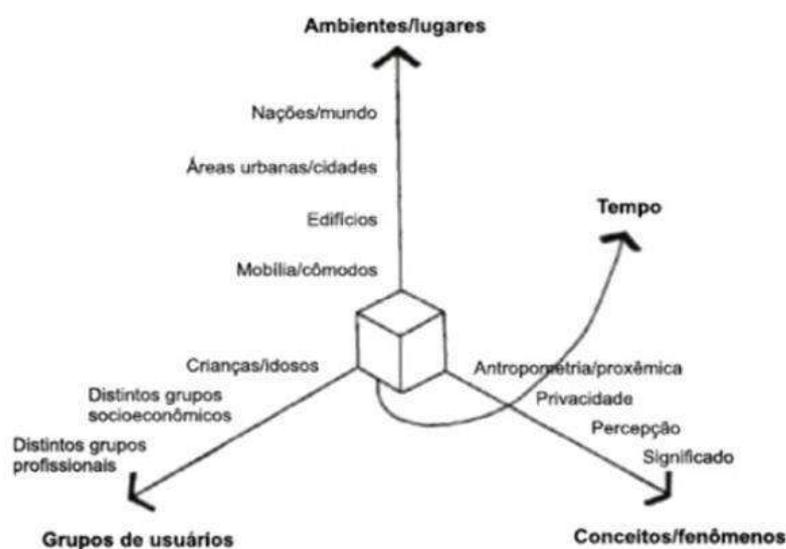
Apesar disso, o autor reforça que é necessário conhecer a realidade do meio-ambiente por meio da participação direta e intensa do corpo-mente como um todo (OKAMOTO, 1999). Portanto:

Utilizando o conhecimento abstrato e simbólico, é possível construir-se a sua visão do mundo, com o seu significado. **Na fase do processo cognitivo através do corpo e da mente, utilizam-se todos os sentidos, internos ou externos.** (OKAMOTO, 1999, p. 84, grifo nosso)

Em suma, percebe-se como a Psicologia Ambiental é uma área rica e que por ter seu caráter interdisciplinar, torna-se potencialmente favorável para subsidiar as atividades de profissionais de diversas áreas, de maneira que a soluções de projetos, por exemplo, sejam escolhidas com menor dificuldade, maior acerto e satisfação para a relação homem-ambiente.

Importante a ressalva de que a completa compreensão de uma relação pessoa-ambiente se dá por três “Ws”: *whatness*, *whereness* e *wheness* (com que estamos lidando, onde e quando), que se aplicam aos dois extremos dessa relação – pessoa e ambiente. Exemplifica-se com a Fig. 168, onde se considera alguns eixos propostos por Gary Moore (1987 apud Cavalcante e Elali, 2018, n.p) para localizar os estudos na área de relações pessoa-ambiente:

Figura 166 - Eixos nos quais se situa a experiência ambiental



Fonte: adaptado de Moore, 1979/1984, 1987.

Fonte: Cavalcanti e Elali (2018).

Em sua síntese gráfica, Moore localiza em um dos eixos os grupos de usuários ou populações de interesse (idosos, criança, motorista etc.); em outro, o fenômeno psicológico objeto de estudo (percepção, aprendizagem etc.). [...] Ao considerar a experiência das pessoas nos ambientes, entretanto, é preciso considerar também o eixo dos ambientes e do tempo, sem os quais a representação da experiência não estaria completa, pois ela se processa justamente na interação entre essas quatro dimensões. Enquanto é difícil expressar graficamente a dimensão temporal, relacionada que está com as outras três, o eixo dos ambientes claramente inclui ambientes de escalas: pequena, intermediária ou larga (Moore, 1987 apud Cavalcante e Elali, 2018, n.p)

A Psicologia Ambiental vem, então, para implementar os estudos e atuar para a geração de um maior entendimento a respeito da memória, apropriação, apego ao lugar e, conseqüentemente, da atribuição de valores, da participação das pessoas e de sua percepção e reconhecimento do patrimônio cultural. Como abordado no capítulo anterior, refletir sobre o patrimônio cultural (seja ele edificado ou não) requer debruçar-se sobre os conceitos, valores e usos conferidos a esses espaços ao longo do tempo e nos dias de hoje. Afinal, como afirma Tuan (2015, n.p), “O entusiasmo pela preservação nasce da necessidade de ter objetos tangíveis nos quais se apoiar o sentimento de identidade.”

Apesar de ainda ser uma área que se encontra em franco desenvolvimento, a PA é um campo que analisa como o comportamento das pessoas pode atingir o ambiente à sua volta e como os aspectos social e físico do ambiente podem interferir no comportamento das pessoas. É essencial, portanto, investigar cuidadosamente a afetividade com o lugar, entendendo-se que as pessoas se relacionam com os lugares que habitam, e os constroem pelos afetos – ao mesmo tempo em que são construídas por estes.

Complementando o aporte conceitual da Psicologia Ambiental e Percepção, buscou-se suporte para a construção do caminho metodológico e do posterior instrumento de pesquisa utilizando-se das emoções e afetividades como as categorias de análise de base da pesquisa. Para tanto, através da Teoria das Representações Sociais, para maior compreensão da relação sujeito-ambiente, a partir da aplicabilidade de Costa (2007), a ser exposto no próximo tópico.

4.2 Teoria das Representações Sociais

Além do aporte da Psicologia Ambiental, buscou-se suporte na metodologia com base na Teoria das Representações Sociais, estando como método ligado à área da Psicologia Social, e tendo sido inicialmente desenvolvida por Serge Moscovici em sua obra *Representação Social da Psicanálise*, em 1961. Posterior a Moscovici, Mary Jane Spink, foi a responsável por organizar o livro *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social* (1993), em que reúne uma discussão teórico-metodológica em seis capítulos, textos que discutem questões referentes a teoria da representação no campo da Psicologia Social. Torna-se essencial para quem se interessa ou quer conhecer perspectivas teórico-metodológicas deste campo de pesquisa. (RANGEL, 1996).

Destaca-se o primeiro capítulo intitulado “Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria”, em que Celso Pereira de Sá resgata o trabalho de Moscovici abordando a designação de “representações”, introduzindo a temática. O capítulo 3, escrito por Silvia Tatiana Maurer Lane aborda “Usos e abusos do conceito de representação social”, em que, os usos e os abusos se refeririam aos crescentes estudos que empregam a teoria por meio do “respaldo no pensamento *moscoviciano*, pode-se, também, falar na vinculação entre representações coletivas e individuais, implicando um ‘intercâmbio entre intersubjetividades e o coletivo’” (p.60).

O capítulo 5, escrito pela organizadora do livro (Spink, 1993) e intitulado “Estudo empírico das representações sociais”, apresenta a presença da Teoria nos campos das ciências sociais, da psicologia cognitiva e da psicologia social, o que denota a conexão com o campo da Psicologia Ambiental e Percepção, abordados no tópico anterior. Importante evidenciar que Spink destaca quanto aos procedimentos metodológicos, atenta-se ao uso de material espontâneo. Assim, a autora argumenta que seja repensado e conceituado constantemente o rigor metodológico “ênfatizando a aceitação e os subsídios das análises qualitativas, que não se contrapõem - e até podem se complementar - pelo uso de quantificações, sem prejuízo de ‘validade e fidedignidade’” (RANGEL, 1996, p. 400).

No último capítulo, “Análise de representações sociais”, escrito por Edson Alves de Souza Filho, o autor focaliza métodos e técnicas de pesquisa, e aborda a técnica da observação “cuja análise pode ser feita empregando-se, ou não, cálculos quantitativos, embora estes possam favorecer as interpretações qualitativas”. Destaca-se o fato de que o

autor expõe a coleta de dados a partir de procedimentos da observação participativa e do uso de entrevistas com roteiro aberto, portanto, semiestruturado. Assim, “enfatizando a importância dos processos de expressão e interação, que possibilitam ao pesquisador o estudo das relações dos sujeitos entre si e com os objetos representados.” (RANGEL, 1996, p. 401)

Desta maneira, buscou-se suporte na metodologia com base na Teoria das Representações Sociais utilizada por Costa (2007), em sua dissertação intitulada: *Lugares do passado ou espaços do presente? Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró-RN*, a fim de melhor instrumentalizar este aporte conceitual.

Costa (2007, p. 72) frisa em sua pesquisa que o arcabouço teórico da Teoria das Representações Sociais permitiria a investigação dos sentimentos e valores acerca da relação da população com o patrimônio cultural edificado da cidade por ela investigada, “presentes nas representações sociais, expressas na fala dos indivíduos, que revelam a apropriação ou o distanciamento em relação a esses bens patrimoniais”. Assim, tendo enfoque em diversos pontos da teoria a fim de fornecer elementos para a análise da dimensão subjetiva do espaço.

A autora destaca que a percepção da realidade contribui em concomitância para a produção simbólica do mundo e para influência desta pelo sistema preexistente. Assim, as representações são “elaboradas continuamente pelos sujeitos sociais, responsáveis por mediar esse processo de percepção da realidade” e complementa ao dizer que “A realidade pode ser percebida e então representada de diversas maneiras, pois os objetos, entre eles os espaços físicos, sempre contém uma face passível de ser interpretada” COSTA, 2007, p. 72-73).

Ressalta-se que a representação social do patrimônio edificado, enfoque da pesquisa de Costa (2007, p. 73), “se traduz nas percepções diferenciadas, resultantes da experiência das pessoas relativa a objetos históricos e estéticos do ambiente urbano.” A autora busca esclarecer seu entendimento sobre a teoria ao citar Sá (2004) explicando a representação social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”.

As representações sociais têm uma dimensão individual, resultante da avaliação

particular do sujeito, e outra dimensão coletiva, resultante dos pontos comuns no grupo social. Assim, cada representação é composta por uma série de elementos gerais, bem como apresenta uma esfera particular aos indivíduos e subgrupos sociais, integrantes da sociedade. Cada subgrupo apresenta um conhecimento que lhe é pertinente, podendo ser considerada uma sub-representação (COSTA, 2007, p. 74, grifo nosso)

Freire (1997 apud Costa, 2007, p. 75) explicava que as representações sociais apresentam três características básicas: 1) elas são a referência de alguém em relação a alguma coisa; 2) as representações ligam-se ao imaginário e a sua construção e 3) os elementos estruturantes da representação provém de uma essência comum ao grupo social. Desta forma, as representações sociais permitem compreender o mundo com a “integração de um novo elemento ao sistema de significados já existentes e pautando os comportamentos e condutas relacionadas a essa rede simbólica por meio da interpretação desse novo objeto, viabilizando o desenvolvimento psíquico e a vida em sociedade” (COSTA, 2007, p.75).

Como falado inicialmente, a Teoria das Representações Sociais teve como um dos precursores Serge Moscovici. O psicólogo social esclareceu que o processo de elaboração das representações tem como base dois mecanismos: objetivação e da ancoragem. Costa (2007, p. 74-75) através do trabalho de Sá (2004) explica estes mecanismos citados por Moscovici (1976):

Ancoragem é o processo de tornar o não-familiar, familiar; possibilita que o objeto da representação seja integrado ao sistema de pensamento já existente, classificado e denominado. Já a **objetivação, consiste na associação de uma figura ao objeto representado;** é a transformação da ideia em uma forma tangível, como por exemplo, a associação de Deus à figura de um pai. O ato de representar faz com que os objetos sejam reelaborados e inseridos no contexto do indivíduo. Assim, **na estrutura de cada representação social, há duas dimensões indissociáveis, a figurativa e a simbólica: em toda figura há um sentido e para todo sentido há uma figura correspondente** (SA, 2004 apud COSTA, 2007, p. 74-75, grifo nosso)

A autora informa ainda que estes processos - de objetivação e ancoragem – acontecem simultaneamente: “para classificar algo desconhecido em um sistema preexistente, é necessário atribuir ao objeto uma figura, possibilitando assim que a ele seja associado um sentido, tornando-o conhecido, próximo, compreensível [...]” (ibid., p. 75).

Importante destacar que em seu trabalho, Costa (2007, p. 76) tinha como objetivo

identificar a representação social do patrimônio edificado em Mossoró. Para tanto, a autora estabeleceu “uma premissa para determinar de que modo o estudo seria realizado: delinear a representação social predominante, porém sem desconsiderar a diversidade de representações existentes.” Assim, sua pesquisa contribuiu não só no entendimento da Teoria das Representações Sociais, mas também na compreensão de como utilizar a teoria como método e instrumentalização de pesquisa em psicologia social. Apesar disso e das diversas leituras referentes ao aporte teórico-metodológico, é necessário destacar que, assim como a autora menciona:

[...] **percebeu-se não existir um método próprio dessa teoria.** Como diz o próprio Moscovici (1988, apud Spink, 2004) sua decisão de **não estabelecer métodos rigorosos foi motivada pela necessidade de considerar a possibilidade de ampliação do aporte conceitual** e que, por isso, seria necessário **deixar o pesquisador livre para usar a criatividade.** (COSTA, 2007, p. 76, grifo nosso)

A partir da definição de uma representação social predominante e da junção de tais sub-representações, a autora constatou uma representação social coletiva, em que alguns elementos, símbolos e imagens se repetem em diversos grupos, o que “faz com que a teoria das representações sociais permita uma abordagem bastante enriquecedora, fundamentada na articulação entre o sistema cognitivo individual e as estruturas simbólicas coletivas.” (ibid., p. 74).

Sou fundamentalmente contra a tendência de fetichizar um método específico [...]. A tarefa do pesquisador [...] é de discernir qual de nossos métodos pode ser mantido como plena responsabilidade (Moscovici, 2003, p.14 apud Costa, 2007, p. 76, grifo nosso)

Da mesma maneira, para a construção do caminho metodológico desta dissertação, procurou-se construir um método que se adequasse ao objeto de pesquisa, portanto, a fim de apreender as representações sociais presentes e expressas por meio dos sujeitos e que pudesse contribuir para a coleta e análise do conteúdo obtido, unindo *palavras* e *imagens*, que será exposto no tópico seguinte (ver tópico 3.3) deste capítulo. Assim como Costa (2007, p. 76-77) explicou:

Assim, **os procedimentos metodológicos a serem realizados dependem do objeto de estudo, não existindo um método específico das representações sociais.** Segundo Spink (2004), apesar da diversidade de procedimentos na pesquisa relativa às representações sociais, **dois pontos devem ser levados em conta: a ênfase nas condições de produção das representações sociais e o uso de material espontâneo.** (COSTA, 2007, p. 76-77, grifo nosso)

Em relação ao segundo ponto mencionado anteriormente e que deve ser levado em conta, entendeu-se que: no que diz respeito ao uso de material espontâneo “refere-se a questão de que as representações sociais são elaboradas na interação entre os indivíduos, fazendo com que esse diálogo deva ser investigado, das diversas maneiras possíveis: por meio de questões direcionadas, de entrevistas abertas [...]”. Desta forma, assim como na pesquisa de Costa, nesta dissertação priorizou-se o uso de perguntas abertas, de linguagem menos robustas e mais acessíveis. Portanto, para pesquisar as representações sociais faz-se necessário adentrar na realidade social “procurando-se detectar os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos e interações entre eles nos seus lugares.” (ibid., p. 77)

Portanto, o estudo das representações tem a possibilidade de obtenção de dados fazendo uso de uma análise tanto quantitativa como qualitativa dos dados. Por meio da abordagem quantitativa pode-se medir quais as representações sociais mais comuns em um grupo e quais permaneceram ao longo do tempo. Com a abordagem qualitativa é possível apreender a fala de cada indivíduo de maneira mais espontânea.

Tendo sido feita a análise da pesquisa de Costa (2007), da forma como a autora enfocou os aspectos da teoria das representações e como esta se relaciona com a Psicologia Ambiental, foi possível traçar uma linha de raciocínio que servisse de base para esta dissertação. Pode-se explicar a forma pela qual seguiu-se a lógica de abordagem citando um outro trecho de sua pesquisa:

Neste trabalho, **a abordagem qualitativa teve início a partir da realização das entrevistas**, prosseguindo no tratamento das informações com utilização da análise de conteúdo. **Já a análise quantitativa foi utilizada na apreciação dos dados**, a fim de fornecer uma visão geral das representações sociais existentes. (COSTA, 2007, p. 78, grifo nosso)

Mesmo sabendo da importância de se pesquisar mais de um grupo de representação social, é crucial destacar a impossibilidade de abarcar toda a população, especialmente em uma pesquisa acadêmica em que o tempo de realização é bastante reduzido. Este aspecto foi bem observado por Spink (2004 apud Costa, 2007, p. 79), ao explicar que: “em se tratando de representações sociais, dada a complexidade do fenômeno e a impossibilidade de abarcar toda a população, o mais usual é trabalhar com determinados grupos ou sujeitos, [...], que evidencie as representações sociais em foco. [...]”

Desta maneira, em sua pesquisa, Costa define em quatro os grupos que foram

consultados: moradores de residências do centro; comerciantes com lojas no centro; usuários do comércio e dos serviços do bairro; sujeitos sociais em posições chaves da sociedade (jornalistas, historiadores, técnicos da prefeitura e de órgãos da esfera cultural). A autora considerou que “para atingir o objetivo do estudo, o grupo a ser entrevistado deveria ser composto por informantes em diversas posições da sociedade, que enunciassem representações sociais distintas.” (COSTA, 2007, p.79). Para sua consulta, Costa (2007) formulou oito perguntas abertas que foram feitas aos atores sociais entrevistados de modo que estes pudessem responder de forma mais fluida e livre, buscando “identificar a relação do sujeito com os bens patrimoniais; a conexão entre representação, apropriação e lugar; as edificações que estão mais ligadas ao imaginário da população; e os valores que estruturam as representações.” (COSTA, 2007, p.14). Assim, a estrutura de sua entrevista começava por entender aquilo que mais chamava a atenção ao entrevistado na cidade de Mossoró e de pensar em algo que fosse símbolo da cidade. Na pergunta seguinte, pedia que se dissesse locais para onde o morador levaria um visitante da cidade. A seguir, solicitou-se que se abordasse a imagem do centro da cidade, pensando naquilo que mais se destacava ao entrevistado e, em seguida, buscando saber do consultado se lembrava da cidade anos atrás e o que nela mudou. Na quinta pergunta, a pesquisadora questionava se o entrevistado se lembrava de algum prédio antigo que achava importante e que já não existia para, na próxima questão, perguntar o que o entrevistado achava que devia ser feito com tais edificações citadas e se achava que deveriam ser preservadas. Na penúltima pergunta, o consultado é perguntado sobre o que entende por patrimônio e, ao final, pede ao entrevistado que cite aquilo que considera como patrimônio da cidade. Desta forma, entendeu-se que a estrutura utilizada por Costa em sua pesquisa serviria como base essencial para a construção do instrumento de consulta desta dissertação, “levando em conta a análise da fala dos entrevistados, procurando identificar recorrências e ausências, os conceitos enunciados, as figuras e símbolos referidos, é possível inferir qual é esse conhecimento partilhado” (COSTA, 2007, p. 121). Portanto, contribuindo para o desenvolvimento da análise do caso específico do município de Floresta-PE, a fim de identificar qual a percepção que a população local tem e que tipo de intervenção promove no patrimônio cultural.

No que diz respeito ao meio de investigação, o uso da linguagem é a prioridade dos estudos sobre a representação social, tendo em vista que “por meio das palavras se

reinterpreta e se reelabora a realidade, pois as representações sociais estão intimamente ligadas à comunicação na vida social, seja através dos diálogos, rituais, padrões de trabalho ou expressões artísticas.” (JOVCHELOVITCH, 2003 apud COSTA, 2007, p. 80)

A utilização da teoria das representações sociais implica na **adoção de procedimentos de pesquisa que privilegiam a fala, o que pode ser o que pode ser conseguido por meio da realização de entrevistas**. Por meio delas, buscou-se detectar não apenas o conteúdo manifesto, mas também as oscilações, as hesitações e o contexto, que ajudam a revelar o imaginário do indivíduo. (COSTA, 2007, p. 81, grifo nosso).

Assim, por meio da teoria das representações sociais pode-se compreender quem são os sujeitos e grupos que compõem o espaço estudado, apreendendo suas falas atreladas ao uso de imagens e da pesquisa de campo. Para tanto, no próximo tópico será abordado o uso dos Recursos Imagéticos e Verbais como possibilidade de melhor compreender as emoções e afetividades que se originam através da percepção dos moradores.

4.3 Recursos Imagéticos e Verbais

Complementando a abordagem da Teoria das Representações Sociais e da Psicologia Ambiental e da Percepção, buscou-se compreender o uso de imagens e textos como recurso de análise de pesquisa. Em seu artigo intitulado *“Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social”*, Medina Filho (2013) aborda a utilização dos recursos imagéticos e explica que: “A expressão imagética articulada com a expressão verbal fornece uma riqueza de informação que possibilita a ampliação das possibilidades de eficácia das pesquisas podendo levar a resultados finais mais precisos e satisfatórios.” (MEDINA FILHO, 2013, p. 263). Além disso, Medina Filho chama atenção para o uso unicamente verbal em muitas pesquisas, especialmente aquelas de Psicologia Social e de teoria das representações sociais:

Tem sido uma prática dominante na Psicologia Social, inclusive nas pesquisas que se utilizam da abordagem da teoria das representações sociais, a utilização de metodologias de coleta de dados cujo produto final disponível para a análise do cientista psicossocial se compõe unicamente de formas verbais. No entanto, **cada vez mais se acentua**, entre os pesquisadores deste campo científico, **a consciência da limitação e das dificuldades provenientes de uma análise científica realizada a partir de dados e informações centrados quase que unicamente na linguagem verbal**, já que o processo de comunicação humana é multimodal e multicódigo, ou

seja, ocorrem simultaneamente várias modalidades de comunicação, cada uma delas possuindo códigos diferentes socialmente compartilhados. (MEDINA FILHO, 2013, p. 263, grifo nosso)

Assim, utilizou-se nesta dissertação os recursos imagéticos e verbais, tendo em vista que, assim como afirma Medina Filho (2013), não há um pensamento puramente verbal, mas sim, uma articulação entre os códigos de pensamento e de comunicação, o imagético e o verbal, sendo essas dimensões inseparáveis. O autor destaca outros autores a respeito do: “fato de o pensamento humano constituir-se conjuntamente de imagem e palavras é observado e destacado por importantes autores como Piaget (1977) e Moscovici (1978).”

Não há pensamento apenas verbal, sem a presença de imagens. Há uma relação dinâmica entre os dois códigos de pensamento e de comunicação, imagético e o verbal. São duas dimensões inseparáveis da vida, do pensamento e da comunicação. Sabemos, seguindo Roland Barthes (1984), que **palavra e imagem se articulam e se compõem dinamicamente nos processos de comunicação.** A imagem estabelece uma infinidade de possibilidades de significados, enquanto o texto verbal a limita, restringindo e focando o significado da comunicação. (MEDINA FILHO, 2013, p. 264, grifo nosso)

Desta forma, ao unir imagem e palavras, o homem tem a capacidade de atribuir sentidos e significados por meio das palavras/falas às imagens e, assim, evitar uma multiplicidade de sentidos. Para isso, assim como mencionado no tópico anterior, por meio da chamada ancoragem. Por isso, o intuito de ter a psicologia ambiental e a representação social, com expressão verbal, como aportes teórico-metodológicos atrelados ao uso dos recursos imagéticos, já que o uso unicamente verbal poderia tornar insuficiente a leitura e análise do estudo. Como citado por Medina Filho, Penn (2012) explica:

Esta questão realça uma diferença importante entre linguagem e imagens: **a imagem é sempre polissêmica ou ambígua.** É por isso que a maioria das imagens está acompanhada de algum tipo de texto: o texto tira a ambiguidade da imagem – uma relação que Barthes denomina de ancoragem, em contraste com a relação mais recíproca de revezamento, onde ambos, imagens e texto, contribuem para o sentido completo. **As imagens diferem da linguagem de outra maneira importante para o semiólogo: tanto na linguagem escrita como na falada, os signos aparecem sequencialmente.** Na imagem, contudo, os signos estão presentes simultaneamente. Suas relações sintagmáticas são espaciais e não temporais. (PENN, 2002, p. 322 apud MEDINA FILHO, 2013, p. 264, grifo nosso)

Ao fazer uso, por meio das entrevistas e questionários somente por meio de um material exclusivamente verbal, por exemplo, “ficamos perante um conjunto de dados e informações que devemos analisar com a maior precisão, imparcialidade e objetividade

possível.” (MEDINA FILHO, 2013, p. 265). Ainda que o pesquisador tenha a vivência da pesquisa de campo e, por vezes, do contato direto com o entrevistado, com a possibilidade de compreender a linguagem não verbal como posturas, gestos, expressões faciais, tempos de fala, ritmos, pausas etc., torna-se mais limitada a leitura a respeito da percepção do sujeito que é entrevistado. Tabosa (2018), por exemplo, se apoia em sua dissertação no aporte em Medina Filho (2013) fazendo uso de um “banco de dados iconográficos constituído por 174 fotos, colhidas nos acervos consultados” (TABOSA, 2018, p. 23) aliados a uma estrutura de questionário semiestruturado, unindo o uso de palavras e imagens a serem apresentadas ao entrevistado em algumas perguntas. Para sua pesquisa, a autora selecionou 13 fotografias do conjunto de 174 e apresentou ao entrevistado, solicitando que este vinculasse os recursos verbais aos recursos imagéticos.

Medina Filho (2013) ainda aborda que toda esta dimensão imagética e simbólica está contida no plano social, no espaço e no tempo de uma cultura social determinada, portanto, contidas no imaginário social, importante componente do campo do compartilhamento comunicacional, onde se realiza a construção e a transformação das representações sociais. Segundo o autor:

Sendo a subjetividade humana composta conjuntamente por razão e emoção, pode-se entender que a razão se estabelece principalmente nos processos linguísticos do verbo e a emoção nos processos imagéticos. É o acesso às imagens que possibilita entender a dimensão espontânea e afetiva, expressa de forma individualizada das representações sociais, fundamental para que, nas nossas pesquisas, melhor se possa entender como essas representações estão constituídas neste momento no interior de um determinado grupo social. (MEDINA FILHO, 2013, p. 266, grifo nosso)

Desta forma, entendeu-se que o uso da imagem pode fortemente auxiliar a pesquisa a conhecer as representações sociais porque nos permite ir além de seus conteúdos ativados e expressos de forma verbal. Assim, enriquecendo, facilitando e tornando mais precisas as nossas metodologias de trabalho (MEDINA FILHO, 2013), como afirma:

Sendo assim, **pesquisas em psicologia social abranjam o conteúdo imagético, atingindo assim mais intensamente as informações das dimensões valorativas e afetivas, possivelmente melhor compreendendo como a representação está organizada e qual o seu sentido.** É importante pesquisar a relação existente entre estes dois lados da representação social: sua parte verbal e sua parte figurativa ou imagética. Esse é o motivo de nossa opção metodológica de buscar as imagens

produzidas pelos sujeitos da pesquisa aliando-as aos comentários verbais destes.
(MEDINA FILHO, 2013, p. 267, grifo nosso)

Citando Jung (1992), Medina Filho apresenta a importância que o uso de imagens tinha para a psicanálise, explicando que o psicanalista “sempre atribuiu alta importância às imagens do inconsciente como expressão simbólica fundamental no processo de desenvolvimento do homem” (p. 265), ressaltando a importância das imagens tanto do ponto de vista individual (sonhos e imaginação ativa) como no da cultura (imagens arquetípicas) e destacando a relação entre emoções e imagens pontuada por Jung.

Na medida em que conseguia traduzir as emoções em imagens, isto é, encontrar as imagens que se ocultavam nas emoções, eu readquiria a paz interior... **Minha experiência ensinou-me o quanto é salutar, do ponto de vista terapêutico, tornar conscientes as imagens que residem por detrás das emoções.** (Jung, 1992, p. 158 apud Medina Filho, 2013, p. 265, grifo nosso)

Seguinte a esta observação *jungiana*, Medina Filho (2013, p. 265) expõe: “Pensamentos e emoções caminham juntos, mas são as emoções que dão o tom, são as cores dos pensamentos. E a imagem é a chave desta compreensão.”

Medina Filho também menciona formas de uso da imagem no processo de construção de pesquisa, tendo a linguagem imagética uma dinâmica e estrutura próprias. Justamente por sua dinamicidade, o autor explica que “existem diversas formas possíveis de expressão visual como o desenho, a pintura, a colagem, a fotografia, a escultura, o mosaico, a dobradura de papel, o vídeo, a história em quadrinhos.” (ibid., p. 269). Portanto, o uso de imagens como recurso de análise de pesquisa qualitativa, especialmente no campo da psicologia ambiental, percepção e representação social, mostra-se benéfica por ser mais livre e tornar o processo mais fluido.

4.4 Considerações parciais

Assim, o *capítulo IV* buscou identificar e aprofundar os conceitos do campo da Psicologia Ambiental, verificando como estes podem operacionalizar o estudo sobre a percepção da população local, juntamente do aporte da Teoria das Representações Sociais e do uso de Recursos Imagéticos. A partir disso, com intuito de identificar e aprofundar os conceitos do campo da psicologia ambiental, é possível traçar o caminho

metodológico verificando como estes podem operacionalizar o estudo sobre a percepção da população local.

Feita a explanação acerca desses aportes conceituais, o próximo capítulo apresenta a compreensão da percepção dos moradores identificando e verificando o tipo de intervenção sobre o patrimônio edificado que os ocupantes dos imóveis no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz realizam e a percepção que os atores sociais (moradores da zona, moradores de outras áreas da cidade e sujeitos-chaves) têm sobre o patrimônio cultural de Floresta-PE e como entendem o patrimônio. Desta forma, e com intuito de entender o contexto de Floresta, buscou se aproximar da população desse núcleo central para entender as especificidades da cidade em relação a percepção dos seus moradores, no sentido de contribuir com este grande amadurecimento geral do campo que coloca as pessoas no centro da questão e, assim, reforçando que a contribuição específica deste trabalho está na percepção dos moradores no caso de Floresta.

Para isso, unidos os aportes conceituais apresentados no capítulo anterior e neste, intitulou-se o *capítulo V* como “emoções, afetividade, preexistência e patrimônio: os moradores e o patrimônio construído de Floresta-PE”.



5 emoções, afetividade, preexistência e patrimônio: os moradores e o patrimônio construído de Floresta

5 EMOÇÕES, AFETIVIDADE: O APORTE CONCEITUAL A PARTIR DO DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. (Freire, 2001, p.23)

5.1 Consulta aos moradores: O caminho metodológico e o instrumento de pesquisa

Neste âmbito, adotou-se para a pesquisa, o método hipotético-dedutivo, o qual a partir de um problema formula-se uma hipótese, deduz-se teoricamente as suas consequências e, por fim, faz-se testes por dedução (LAKATOS&MARCONI, 2010). Portanto, por meio de tentativas de resposta, pretende-se investigar e analisar de que maneira a população local reconhece seu centro histórico e sua percepção sobre o patrimônio cultural.

Esta dissertação teve como principais técnicas de pesquisa o levantamento bibliográfico (fontes secundárias), documental (fontes primárias), observação individual (levantamento de campo) e entrevistas-questionários. Para tanto, e segundo Marconi e Lakatos (2010), seria o levantamento de dados o primeiro passo de qualquer pesquisa científica.

Como apresentado no tópico anterior, para o aporte teórico-metodológico debruçou-se no campo da Psicologia Ambiental, além do suporte da Teoria das Representações Sociais e do uso Recursos Imagéticos e Verbais. A interpretação qualitativa do material teve suporte em Bauer e Gaskell (2008) e na Análise de Conteúdo por Laurence Bardin (1977).

Por meio da pesquisa documental, as chamadas fontes primárias, realizou-se o levantamento de dados referentes ao recorte espacial do objeto empírico de estudo, o município de Floresta-PE, dentre outros tipos de documentos, para: caracterizar as

mudanças e permanências ocorridas no patrimônio edificado do recorte espacial empírico, no sítio histórico de Floresta – PE, ao longo dos últimos 20 anos – 2000 a 2020; identificar a legislação urbanística de Floresta-PE observando o espaço dado a questão preservacionista nessa legislação; identificar e verificar o tipo de intervenção sobre o patrimônio edificado que os ocupantes dos imóveis no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz realizam e a percepção que os atores sociais (moradores da zona, moradores de outras áreas da cidade e sujeitos-chaves) têm sobre o patrimônio cultural de Floresta-PE e como entendem o patrimônio. Assim, dentro da Zona Especial de Interesse Histórico e Cultural (ZEIHC), no bairro Centro, mais especificamente com recorte temporal a partir do ano 2000. Estas informações deram as bases para compreender as mudanças e permanências da paisagem além da percepção dos moradores sobre o sítio.

Com intuito prévio de buscar respostas sobre como a paisagem se manteve bem íntegra, com algumas mudanças mais pontuais, fez-se uso da técnica da “observação individual”, utilizando como uma das ferramentas de registro o levantamento fotográfico do casario e suas igrejas, bem como praças presentes. Desta forma, realizando a comparação entre as fotografias atuais feitas pela pesquisadora entre os anos de 2018 e, principalmente, 2020 e 2021 e aquelas que mostram a cidade em seus primórdios e decorrer de sua evolução, por meio do acervo de moradores locais, presentes espacialmente em álbuns em redes sociais.

Assim, propôs-se utilizar a aplicação de uma ferramenta de consulta com aporte teórico-metodológico na abordagem da Psicologia Ambiental (Cavalcante et al, 2017, 2018), da utilização de Recursos Imagéticos abordada por Medina Filho (2013) e da metodologia com base na Teoria das Representações Sociais utilizada por Costa (2007), aplicada junto aos atores sociais locais. Como resultado, apreendeu-se a percepção de cada ator social – em especial os moradores das ruas do polígono de estudo – e o reconhecimento do patrimônio cultural por parte da população local.

Para possibilitar o melhor entendimento do objeto de estudo, realizou-se entrevistas-questionários aplicadas junto aos atores sociais locais, desde moradores a especialistas e poder público local. A identificação desses atores partiu da percepção de que, assim como na pesquisa de Costa (2007) que definiu em quatro os grupos consultados (moradores de residências do centro; comerciantes com lojas no centro; usuários do comércio e dos

serviços do bairro; sujeitos sociais em posições-chaves da sociedade: jornalistas, historiadores, técnicos da prefeitura e de órgãos da esfera cultural), seria mais completo definir grupos variados para consulta dos atores sociais, de modo que para atingir o objetivo do estudo, os entrevistados deveriam ser informantes de diversas posições da sociedade, expressando representações sociais distintas.

Destaca-se que a maioria dos estudos em representações sociais privilegia a entrevista semiestruturada, por permitir o resgate de material bastante rico. Portanto, analisando todas as opções de instrumentos, selecionou-se a semiestruturada como instrumento de pesquisa de campo, que permita adaptações e elucidações durante sua realização além do fato de ser um tipo de roteiro que não é extremamente aberto, o que dificultaria a categorização das respostas. Desta forma, o pesquisador lança uma série de perguntas, temas ou afirmações, que servem para guiar a entrevista, mas deixando liberdade para o entrevistado discorrer mais longamente sobre os pontos que julgar relevante (BIASOLI-ALVES, 1998 apud COSTA, 2007).

Para tanto, nesta dissertação foram elaborados três questionários que seguiram a mesma base de perguntas a fim de consultar a percepção do morador: um para o morador do polígono de estudo do Sítio Histórico de Floresta (ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro); outro para o morador da cidade que não reside neste setor (ou que já tenha morado nela outrora); e um terceiro para sujeitos-chaves que moram ou já moraram na cidade (agentes e gestores do poder público - legislativo, executivo e administrativos -, além de jornalistas, arquitetos, historiadores e escritores locais).

A este respeito, Bauer e Gaskell (2008) indicam que seja utilizado grupos naturais, formados por pessoas que partilhem de interesses ou valores semelhantes e que sejam de um meio social comum. Os autores ainda discorrem que é preciso utilizar o termo “seleção” e não “amostragem”, tendo em vista que este último indicaria um aspecto de amostra estatística, o que não é característica de uma pesquisa qualitativa, em que se investiga e se apresenta uma seleção por meio de diferentes pontos de vista a respeito de um determinado assunto (BAUER & GASKELL, 2008). No que tange a delimitação de um número de entrevistados, os autores tecem a ideia de que um grande número de entrevistados não traz, necessariamente, um resultado detalhado. Sobre isto, Bardin (1977), ao abordar a Análise de Conteúdo, indica que o limite de entrevistas individuais

possíveis de serem analisadas seria em torno 15 a 30.

Deste modo, a princípio intencionava-se entrevistar até 30 pessoas por grupo natural. Optou-se por priorizar um valor de 30 moradores do sítio, 15 moradores da cidade e 15 sujeitos-chaves. A ideia de entrevistar um maior número de moradores do sítio partiu do fato de que a área de estudo ser composta de 164 lotes, e que 20% deste valor daria um número de 32, assim, 32 moradores.

Diante das dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, priorizou-se entrevistar um número maior de moradores do sítio já que este é o recorte espacial da pesquisa. Além disso, foram oferecidas três formas de realizar o questionário, em que o entrevistado pôde optar: por realizar a entrevista totalmente online (via *WhatsApp* ou preenchimento do *formulário online Google*) ou presencialmente indo até a residência do morador, de modo que possibilitasse a gravação de áudio do conteúdo para posterior transcrição. Tanto presencialmente quanto via *WhatsApp*, por conta do controle que o entrevistado tem da condução da entrevista, não se apresentou todas as perguntas de uma vez, somente falando a pergunta seguinte após o entrevistado concluir sua resposta anterior. Assim, a fim de se ter mais controle também sobre a condução dos questionários em formulário google, configurou-se de modo que o respondente só conseguiria ver a pergunta seguinte após escrever sua resposta e selecionar a opção “próxima”. Deste modo, buscando maior fluidez das respostas, evitando-se direcionamentos.

Para tentar garantir o número de entrevistados pretendido, entrou-se em contato com mais pessoas que o número definido, caso alguma delas não pudesse responder, por exemplo.

Ao final, foram entrevistadas um total de 66 pessoas, divididas em 3 grupos:

- **MS: Morador do Sítio (ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro “rua de baixo”)**
- **MC: Morador da Cidade (outras ruas da cidade)**
- **SC: Sujeito-Chave**

Cada grupo foi composto pela seguinte quantidade de entrevistados:

- **MS: 32** moradores da zona de estudo (ruas das praças Cel. Fausto Ferraz – 6 moradores -, Antônio Ferraz – 9 moradores -, e Antônio Ferraz Boiadeiro “rua de baixo” – 17 moradores);
- **MC: 20** moradores que residem em outras ruas da cidade;

- **SC: 14** sujeitos-chaves *florestanos* (além de 4 que são moradores da zona de estudo, encaixando-se nos dois grupos, portanto 18 sujeitos-chaves): sendo 1 jornalista; 5 escritores; 3 agentes políticos; 3 secretários municipais; 1 funcionário da secretaria de educação, cultura, turismo e esportes; 2 funcionários do gabinete da prefeita; 1 professor; 1 arquiteto; e 1 turismóloga.

Estimou-se um tempo máximo de 30 minutos para realização de cada questionário-entrevista. Para facilitar a sistematização e preservar a identidade dos entrevistados para que pudessem se expressar de forma mais livre e confortável, utilizou-se os códigos na identificação MC, MS e SC. Além disso, as entrevistas estão numeradas em ordem cronológica, por grupo, começando pelas entrevistas realizadas presencialmente, em seguida as entrevistas realizadas via WhatsApp e por fim as entrevistas realizadas por Formulários Google. Das 66 entrevistas, 18 foram realizadas presencialmente (17 moradores do sítio e 1 sujeito-chave), 5 por meio de *Whatsapp* (moradores do sítio) e 43 via *Formulário Online Google* (13 sujeitos-chaves, 20 moradores de outras ruas da cidade e 10 moradores do sítio). Foram utilizados pseudônimos ou supressões em alguns nomes próprios de pessoas citadas ao longo das entrevistas, a fim de preservar a identidade tanto das pessoas ouvidas quanto daqueles que foram citados nos relatos.

Para aplicação dos questionários-entrevistas, seguiu-se o seguinte procedimento: inicialmente, a pesquisadora apresentou-se, explicando que se tratava de um trabalho acadêmico. Em seguida, explicou-se o procedimento metodológico de modo a não apresentar o questionário por inteiro ao entrevistado a fim de evitar direcionamentos de respostas. A partir disso deu-se início a realização das perguntas. Com a finalidade de realizar um teste (entrevista piloto) foi feita anteriormente uma entrevista com um morador antigo do recorte espacial empírico, o que contribuiu para os ajustes do instrumento final de consulta.

Como diretriz na elaboração da estrutura do questionário-entrevista, organizou-se em duas partes: primeiramente identificar o perfil do morador, mas prezando pelo seu anonimato e restringindo-se a dados quantitativos (sexo, faixa etária e nível de escolaridade). Saber a faixa etária do entrevistado propiciou verificar um grau de maior ou menor vivência e apropriação com a cidade e o sítio. Quanto ao grau de escolaridade, foi importante ter este dado a fim de apreender a constituição de um certo grau de

formação e compreender como isso podia interferir na percepção do que é “patrimônio”, por exemplo. A segunda parte do questionário compôs-se por perguntas semiestruturadas e abertas: Um total de 12 perguntas no formulário para o morador do polígono (Apêndice H) e de 11 perguntas para os sujeitos-chaves e morador das outras regiões da cidade, havendo pequenas variações entre elas. Dentre as perguntas, 3 relacionaram-se a fotografias que foram apresentadas ao entrevistado. Assim, buscou-se, após identificação do perfil do entrevistado, seguir a lógica abaixo de ordem das perguntas:

- **Floresta pelas palavras** (as 4 primeiras perguntas, visando entender a percepção das pessoas sobre a cidade e o sítio);
- **Floresta pelas imagens** (perguntas 5, 6 e 7, focando nas transformações, com as mudanças e permanências e quais as sensações que se tem);
- **Floresta na relação morador-casa-patrimônio** (com as últimas perguntas, objetivando compreender a relação pessoa-ambiente e o seu entendimento sobre patrimônio e, portanto, a relação entre a percepção e intervenções).

Desta maneira, foram levadas em consideração na elaboração da estrutura da entrevista: perguntas mais simples, evitando-se recorrer a termos técnicos ou eruditos. A ficha do roteiro foi embasada nos princípios teóricos, nas indicações da pesquisa qualitativa e na junção dos aportes teóricos-metodológicos aqui apresentados. Procurou-se seguir a linha de raciocínio de que o entrevistado parte daquilo que ele mais apropria/identifica e tem memória (sua casa), para a memória associada a cidade e de seu centro, solicitando uma percepção da imagem atual e aquela que foi construída a partir da memória. Assim, discutindo-se o patrimônio edificado e seu entorno imediato. Ao final, o retorno das perguntas para sua casa busca compreender como se dá a relação pessoa-ambiente imediatamente mais próxima do entrevistado, suas mudanças e permanências e aquilo que ele mais se identifica e o que representa para o morador. Utilizando-se de mesma estrutura de questionário e com algumas perguntas distintas, aplicou-se aos moradores da cidade que não residem no polígono de estudo (Apêndice I). Como complemento ao entendimento da percepção dos atores sociais, no caso dos especialistas/sujeitos-chaves, realizou-se mesma estrutura de questionário (Apêndice J).

Assim, iniciou-se com a primeira pergunta relacionada a sua casa/imóvel (há quanto tempo mora/ocupa aquele imóvel ou localização e tempo de moradia na cidade), entrando

na relação com a cidade e o sítio por meio da construção da memória individual do entrevistado; em seguida, apresentando imagens de vista aérea da “Floresta de hoje” a fim de perguntar o sentimento que as imagens geram e indicando-o em uma palavra; posteriormente mostrando os atributos que a pesquisadora identificou e pedindo ao entrevistado que classificasse na ordem de importância dele; após isto, apresentou-se imagens da “Floresta de ontem” de diversos *tempos* e solicitou que o entrevistado falasse o que mais te chamou atenção ao ver as imagens e se há algo que hoje não existe e que gostaria que permanecesse e o porquê, complementando posteriormente com a fotomontagem feita pela pesquisadora das mudanças e permanências caso o entrevistado quisesse complementar sua fala anterior. Utilizou-se imagens colhidas em acervo de moradores e as produzidas durante a pesquisa em levantamento de campo tanto para análise individual da pesquisadora como para serem apresentadas aos sujeitos consultados por meio dos questionários-entrevistas. Assim, “as imagens produzidas e posteriormente comentadas por nossos sujeitos de pesquisa nos auxiliam a obter maior clareza sobre a representação social pesquisada.” (MEDINA FLHO, 2013, p. 268). No último bloco de perguntas, “retornou-se” à casa/imóvel do entrevistado, relacionando com a pergunta inicial ao questionar o que o morador considera de mais importante em sua casa; passando pelo questionamento de se já fez algum tipo de alteração no imóvel; provocando o morador ao perguntar se ele alteraria a fachada de sua casa e o porquê e em seguida procurando compreender a relação morador-prefeitura. Concluiu-se perguntando o que o entrevistado entende por “patrimônio” e quais elementos ele considera como sendo patrimônio da cidade.

Deste modo, atrelando o uso das palavras e imagens para coleta dos dados, dando preferências às respostas faladas verbalmente pelo entrevistado, de modo a ganhar fluidez e naturalidade dos resultados que foram transcritas posteriormente para a composição da dissertação.

A seguir, apresenta-se a sistematização dos dados seguindo a base da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que é uma técnica que tem como finalidade “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 1977, p. 19), para a apresentação dos resultados das análises sobre a percepção dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural, assim como a apresentação de como os atores sociais compreendem este patrimônio e o reconhecem. Para melhor apresentação

dos dados obtidos, nomeou-se os tópicos do mesmo modo que o roteiro dos questionários: Floresta pelas palavras; Floresta pelas imagens; Floresta na relação morador-casa-patrimônio. Desta forma, a pesquisa buscou contribuir para o resgate da memória, demonstrando as modificações que ocorreram ao longo dos últimos 20 anos e como a população lida com o patrimônio cultural e histórico municipal.

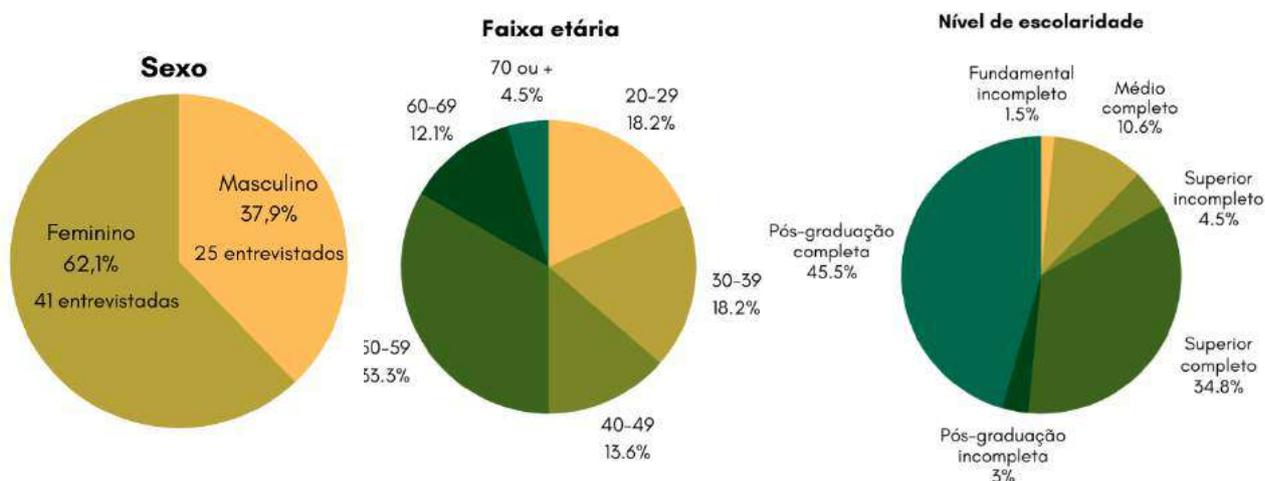
O Sertão tem histórias marcantes como poucos lugares as têm. Todo aquele que se dispuser a pesquisar e a contar fatos ali ocorridos, terá, sem dúvida, uma longa e bela estrada a percorrer, um campo vasto e apaixonante pela frente; e correrá, ainda, o sério risco de se enamorar pelas caatingas nordestinas, pelos seus açudes, pelos seus riachos, pelo seu povo, pelo cheiro de chuva. (Gominho, 1998, p.12)

5.2 Percepções e Resultados

Após o percurso empírico e conceitual da pesquisa, passando pelo caminho metodológico, chega-se aos resultados em que explanamos as percepções obtidas com os questionários-entrevistas aplicados aos grupos dos moradores do sítio (das ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro), moradores da cidade (residentes em outras ruas) e os sujeitos-chave.

Como explicado no tópico anterior, a estrutura do questionário-entrevista dividiu-se em duas partes: primeiramente identificando o perfil do morador (sexo, faixa etária e nível de escolaridade) e que podem ser vistos na íntegra nos Apêndices O, P e Q.

Gráficos 1, 2 e 3 - Perfis dos entrevistados



Fonte: A autora (2021).

Logo após, as perguntas semiestruturadas e abertas, na seguinte ordem: **Floresta pelas palavras** (as 4 primeiras perguntas), **Floresta pelas imagens** (perguntas 5, 6 e 7) e **Floresta na relação morador-casa-patrimônio** (com as últimas perguntas). Seus resultados serão apresentados nos tópicos a seguir.

5.2.1 Floresta pelas palavras

A primeira pergunta do questionário direcionado aos moradores do sítio se diferencia um pouco da pergunta número um dos questionários destinados aos moradores das demais áreas da cidade e aos sujeitos-chave, já que no caso dos moradores do sítio iríamos abordar mais sua relação com seu lar. Assim, a primeira pergunta de cada um dos questionários foi:

1 - Há quanto tempo você mora/ocupa este imóvel?

Gráfico 4 - Tempo que ocupa o imóvel



Fonte: A autora (2021).

Dos 32 moradores do sítio entrevistados, a maioria (9 dos entrevistados) reside em seu imóvel num intervalo maior que 10 anos. Percebeu-se um grande número de moradores que estão em seu imóvel há mais de 20 anos, totalizando em 19 entrevistados, com alguns chegando há mais de 50 anos de vivência em sua casa, tendo assim,

vivenciado várias fases de mudanças e permanências da cidade e alguns desde que nasceram.

Nasci e me criei aqui nesta casa. Nasci nesta casa. (...) Quase 50 anos. (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

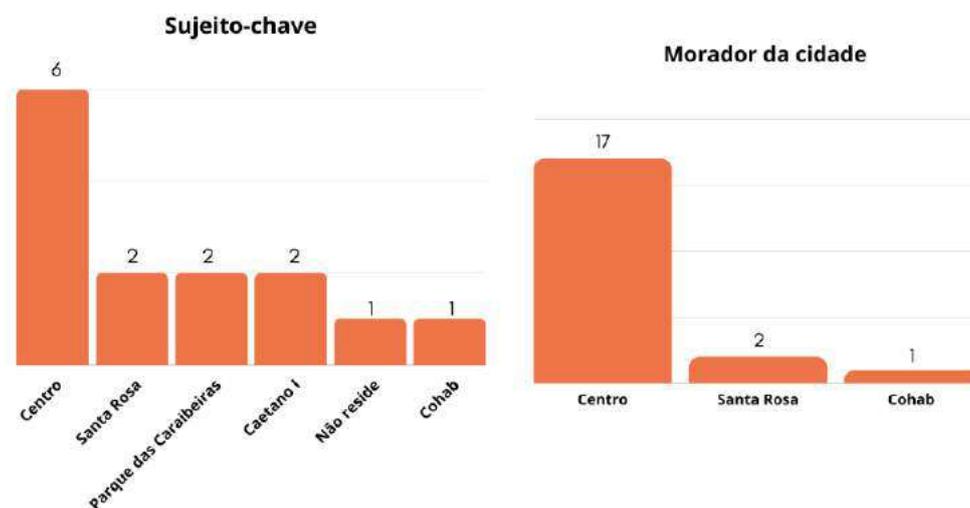
Nesta casa há um ano e meio. Nasci nesta rua, minha infância foi nesta rua, minha adolescência foi nesta rua, e até hoje. Só fiz mudar de casa. (MS.3, F, 60-69, superior completo)

Nesta casa eu moro há 21 anos, só que eu nasci nesta casa vizinha. (MS.6, F, 50-59, pós-graduação completa)

Nesta casa desde 1978, mas sempre morei nesta rua. (...) (MS.14, F, 70 ou +, superior completo)

1 – Em que parte da cidade e há quanto tempo mora em Floresta?

Gráfico 5 e 6 - Em que parte da cidade moram



Fonte: A autora (2021).

Dos 34 respondentes destes dois grupos (14 sujeitos-chaves e 20 moradores da cidade), um total de 23 informaram ser do bairro Centro. Entretanto, importante citar que este bairro é muito extenso por ter sido o primeiro criado na cidade. Assim, é o bairro que têm a maior concentração de moradores. A respeito do tempo que moram nestas partes da cidade, a maioria informou viver ali praticamente a vida toda e alguns relataram já ter vivido no centro histórico.

Moro na parte alta, próximo à Clínica Santa Isabel, mas já morei na Praça Cel. Fausto Ferraz, quando era criança, e a Praça Antônio Ferraz foi meu primeiro domicílio depois do meu casamento. (MC. 9, F, 50-59, ensino médio completo)

Bairro Santa Rosa, praticamente a vida toda morando na cidade, exceto 7 anos que morei fora. (MC. 19, M, 30-39, ensino médio completo)

Nasci no Centro Histórico, onde vivi minha infância, saí por muitos anos, para estudo e trabalho; hoje moro na Avenida Audomar Ferraz (centro). (SC. 3, M, 70 ou +, pós-graduação completa)

Moro no centro, não é na parte mais histórica como eu gostaria, mas moro aqui vizinho... Morei 4 anos na rua Antônio Ferraz e há quase 20 anos estou na rua próxima... (SC. 11, M, 60-69, pós-graduação completa)

As perguntas 2, 3 e 4 foram iguais para os três grupos, fechando as perguntas do grupo “Floresta pelas palavras”. Para análise de dados, colheu-se a frequência das respostas mais faladas a fim de sistematizá-las e perceber as preferências e coincidências entre os dados.

2 - O que mais chama a atenção na cidade de Floresta? Se tiver de lembrar de algo que seja o símbolo da cidade e que melhor representa, o que seria?

Apesar desta pergunta ter sido direcionada para se pensar a cidade como um todo, percebeu-se que naturalmente as respostas se referiram mais ao centro histórico da cidade, sendo este então o local que mais chamava atenção dos entrevistados.

Os moradores do sítio tiveram em suas respostas mais citadas, de modo geral, os elementos do Casario, citado 21 vezes, o Tamarindo, citado 19 vezes e a Igreja do Rosário tendo sido citada 6 vezes. No que diz respeito ao que “chama atenção” na cidade ao morador do sítio, o Casario e os Tamarindos se destacaram 14 e 11 vezes, respectivamente. Sobre qual seria o símbolo da cidade, os Tamarindos foram referidos 13 vezes por este grupo e a Igreja do Rosário 4 vezes.

(...) o que me chama atenção é isso, é a cidade conservada, a cidade antiga, bastante antiga, que leva muito a sua cultural, rica culturalmente. (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

O que me chama atenção, sem sombra de dúvidas, para mim, é o casario. (...) O conjunto do casario é que dá essa beleza incomum, eu diria (MS/SC. 5, M, 60-69, pós-graduação completa)

(...) os moradores desse sítio histórico aqui que nós estamos, mesmo sem lei de tombamento, eles têm esse cuidado para com a preservação desse sítio... Isso me chama muito atenção, porque ninguém bate na porta pedindo para conservar. (MS. 6, F, 50-59, pós-graduação completa)

Quanto aos moradores da cidade residentes em outras áreas, os elementos mais citados no total foram o Casario, 12 vezes, e a Igreja do Rosário, citada, 5 vezes, sendo o Casario que mais chama atenção deste grupo. Sobre o símbolo da cidade, os Tamarindos foram os mais citados.

O casario, e como símbolo conhecida como a terra dos tamarindos! (MC. 3, F, 50-59, superior incompleto)

As casas antigas. O símbolo da cidade são os tamarindos (MC. 11, F, 30-39, pós-graduação completa)

Rua de baixo, casario antigo bastante preservado (MC. 17, M, 30-39, superior completo)

Os sujeitos-chaves, em geral, citaram o Casario 7 vezes, os Tamarindos 6 vezes e a Igreja do Rosário apareceu 5 vezes nas respostas. Assim, foi o Casario o elemento dito como o que mais chama sua atenção em Floresta. Quanto ao símbolo da cidade, para este grupo, as respostas mais recorrentes foram a Igreja do Rosário, citada 4 vezes, e os Tamarindos, 3 vezes.

O casario, com sua arquitetura, os detalhes; e as histórias, que dão alma àquelas formas. Tenho a igreja do Rosário como símbolo histórico da cidade. (SC. 2, M, 40-49, superior completo)

A beleza arquitetônica do centro histórico, seu traçado, suas igrejas, os tamarindos (SC. 3, M, 70 ou +, pós-graduação completa)

A preservação do casario, a alegria e humildade do povo florestano. Símbolo de Floresta são os tamarindos (SC. 9, M, 20-29, pós-graduação incompleta)

Assim, percebeu-se ao final que para os três grupos o que mais chama atenção seria o Casario e como símbolo os Tamarindos.

3 - Se você fosse mostrar a cidade para alguém que estivesse visitando-a, para onde você a levaria e que mostraria?

Os moradores do sítio citaram a Igreja do Rosário num total de 15 vezes como local para visitação, seguido pelo Casario, citado 13 vezes, o Centro/Sítio Histórico apareceu 11 vezes nas respostas, a Igreja da Ermida citada 10 vezes, a Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, citada 7 vezes, as praças citadas 6 vezes e a “Rua de Baixo” 5 vezes. Percebeu-se que a citação de “Rua de Baixo”, rua referente a Antônio Ferraz Boiadeiro, pode ter surgido como sugestão por ser o local onde moram alguns dos entrevistados. Quanto a referência à Igreja da Ermida, deduz-se sua citação possivelmente pela proximidade geográfica dela com os moradores do sítio.

Centro antigo seria meu foco, mostrar tudo isso aqui onde Floresta, começou, o “coração” de Floresta (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

O centro histórico da cidade e seu casario em perfeitas condições de moradia e uso. (MS. 25, F, 50-59, superior completo)

Rua de baixo, as belas casas antigas e coloridas! (MS. 30, F, 30-39, superior completo)

Começaria pela Igrejinha do Rosário, passando pela Praça Cel Fausto Ferraz, onde o prédio da sede da Prefeitura se destaca, juntamente com o seu belo casario. Seguiria pela Praça Antônio Ferraz Boiadeiro e, novamente, destacaria o seu belo conjunto arquitetônico. Após mostrar a Imponente Catedral do Sr. Bom Jesus mostraria, também a Igrejinha de seu Artur (N. Senhora Aparecida) e a emblemática Igrejinha do alto da Ermida de onde se pode contemplar toda a nossa cidade e seus atrativos. (MS. 31, M, 50-59, superior completo)

Os moradores da cidade citaram para visitação o Casario, 11 vezes, seguido do Centro Histórico, 6 vezes, e da Ermida e Praças 5 vezes cada uma delas. Além disso, destacam-se algumas respostas em que se percebe o sentimento de pertencimento e o conhecimento e indicação de outros elementos de destaque do sítio.

O casario, e o Batalhão, localizado na praça Major João Novaes e a Escola Júlio de Mello, também localizada no mesmo endereço do Batalhão, ela é a primeira escola da cidade, estilo bem antiga (MC. 3, F, 50-59, superior incompleto)

Todo o centro histórico! É lindo! (MC. 9, F, 50-59, ensino médio completo)

Nosso Casario, juntamente com os Tamarindos, Igrejinha do Rosário, Ermidinha, Coreto, Memorial Conceição Cahú, Casa Pedra Branca, Antigo Batalhão, Escola Júlio de Mello, Confraria do Rosário (MC. 10, F, 50-59, pós-graduação completa)

Para a rua de baixo, mostrar as casas históricas e bastante preservadas (MC. 17, M, 30-39, superior completo)

Os sujeitos-chaves indicaram também o Casario, citado 6 vezes, como o elemento de maior frequência de respostas para visitação, seguido das Praças (citadas 4 vezes) e o Centro Histórico e Tamarindos citados 3 vezes cada um. Chamam a atenção as respostas de alguns dos sujeitos-chaves:

Começaria pelo mirante da ermida (igrejinha construída para celebrar a entrada do século XX). Dali se descerra uma bela vista da cidade, um poético pôr do sol e até um pouco da história, da cultura. Logo abaixo, o Pajeú, mais distante o cemitério que inspirou belo texto de João Cabral de Melo Neto. Eu ressaltaria o pequeno arruado por onde se passa, antes de adentrar na cidade. São muitas coisas a serem mostradas, muito encantamento e detalhes. As ruas de baixo, de cima, da praça, do comércio e do alto, como construídas, são esplendorosas. A sensação é de que o senso estético dos mais antigos em muito suplantou o dos novos. (SC. 3, M, 70 ou +, pós-graduação completa)

Para a minha raiz, primeiramente, a Mãe D'água, levaria para conhecer a Confraria, a Casa Paroquial, o Casario, Coreto, Pira, e levaria em dezembro, para ver a banca de pífanos (SC. 8, F, 40-49, pós-graduação completa)

Assim, percebeu-se com mais frequência que os três grupos mostrariam os elementos presentes no Centro Histórico para os visitantes.

4 - Falando agora só daqui, da área central da cidade, para você o que se destaca? Pense no que existe aqui e cite alguns pontos que para você tem mais significado.

Os moradores do sítio referiram o Casario como o elemento que mais se destaca na área central da cidade, tendo sido citado 16 vezes. Os Tamarindos, assim como a Igreja do Rosário foram citados 9 vezes, seguidos da Catedral, citada 8 vezes, o Coreto e as Praças, citadas 6 vezes e o Grupo Júlio de Mello, citado 2 vezes. Outros elementos, como a Difusora e o Rio Pajeú apareceram nas respostas apenas 1 vez.

(...) pra mim aqui tudo é destaque no centro antigo (...) agora pra mim mesmo, a casa onde eu moro, eu coloco como ponto mais importante de destaque, porque tem mais significado. A casa onde eu nasci, me criei e onde tenho assistido e acompanhado as transformações que tem acontecido aqui no centro antigo (...) (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

Bom, aí é uma coisa bem pessoal, e no "pessoal" é exatamente a Casa do Navio. Eu nasci lá e toda minha vida foi ali (...) então aquele cenário ali e eu abrir a porta e ver aquela parte ali da praça, aquilo tudo me marca e destaca (MS/SC. 5, M, 60-69, pós-graduação completa)

Eu acho assim, essa região aqui, ela tem um valor além dessa beleza, essa coisa histórica e urbana, também tem o valor afetivo muito grande né... Porque exatamente, eu nasci e me criei e fiquei por aqui e assim, eu destaco minha casa, onde eu sempre vivi, essa calçada, botar a cadeira na calçada... Então pra mim não é exatamente uma coisa só, é tudo, tudo junto... (MS. 8, M, 50-59, superior completo)

Os moradores da cidade, residentes em outras áreas, também se referiram ao Casario, com 12 citações, juntamente da Igreja do Rosário, seguido da Catedral (citada 7 vezes), o Coreto com 6 citações, Tamarindos 5 vezes e o Grupo Júlio de Mello 3 vezes. A Confraria do Rosário, o Memorial Conceição Cahú, o edifício do Batalhão e a zona rural foram citados, cada um, uma vez.

A igreja da Catedral e a Igreja do Rosário, por serem quase na mesma rua, mas apresentarem estilo arquitetônico muito distinto (MC. 1, F, 20-29, superior completo)

Casario e igrejas por ser um centro histórico diferente de outras cidades (MC. 2, F, 20-29, pós-graduação completa)

As fachadas das casas antigas e os tamarindos (MC. 8, M, 50-59, pós-graduação completa)

A igreja do Rosário e a Catedral do Bom Jesus dos Aflitos. Importantes locais religiosos, onde reúnem muitos fiéis, e acho as duas igrejas lindas, nas suas particularidades e significados. (MC. 12, F, 30-39, pós-graduação completa)

Os sujeitos-chaves se referiram também ao Casario, citado 11 vezes. Em seguida, a Igreja do Rosário apareceu 9 vezes nas respostas. O Coreto apareceu 4 vezes nas respostas e o Tamarindos e a Catedral foram citados, cada um, 3 vezes. Importante destacar que a “Preservação do Casario” foi citada 2 vezes. O estilo arquitetônico, a Pira, a Casa Paroquial, o Memorial Conceição Cahú e a Prefeitura foram citadas, cada um, 1 vez.

(...) eu destacaria os estilos arquitetônicos contextualizando com os períodos de construção. Chamaria atenção para a largura das ruas, a urbanização, os tamarindos, as igrejas; comentando sobre a modernidade da Catedral. Destacaria o coreto e algumas residências (SC. 3, M, 70 ou +, pós-graduação completa)

A arquitetura. Chama a atenção pelo nível de preservação (SC. 6, F, 20-29, pós-graduação completa)

Toda a área ao redor do Coreto. O entorno é mágico com o casario colorido e bem conservado, a arborização magnífica através dos tamarindos e o frescor que eles proporcionam em qualquer época do ano. (SC. 10, F, 50-59, pós-graduação incompleta)

Um outro exemplo desta “Floresta pelas palavras”, demonstrando afetividade, apropriação, reconhecimento, pertencimento e que rememoram o lugar podem ser percebidas em músicas e poemas que cantam a cidade e região, como em “Meu Pajeú”¹⁸, “Riacho do Navio”¹⁸, “Lembranças”¹⁹, “Floresta da Vila”¹⁹, o hino da cidade “A Floresta”²⁰ e na obra “Bonito pra Chover”²¹:

¹⁸ Músicas compostas e cantadas por Luiz Gonzaga, sertanejo natural de Exú, mas há quem diga que seu pai, Januário, era natural de Floresta. Nestas músicas citam-se a cidade e elementos como o rio Pajeú, São Francisco e o riacho Navio, que passam pela cidade.

¹⁹ Músicas da banda florestana “Os Vilarim”, composta em parte por irmãos que dão seu sobrenome a banda.

²⁰ Hino “A Floresta” composto pelo florestano Dr. Anselmo Ferraz em 1977.

²¹ Livro de autoria do florestano Luiz Augusto Feitoza Ferraz (Guto Ferraz) com poemas seus e fotografias da pelo também florestano Diogo de Carvalho Leal, publicado em 2007.

Menção a eventos como da seresta, comuns no Recanto do Bom Jesus, e a novena, frequente nos festejos do padroeiro da cidade de Floresta, também citado na música: Bom Jesus da “Fuloresta”, no caso, Bom Jesus dos Aflitos.

[...]
 No dia em eu voltar
 Vou fazer uma seresta
 Vou rezar uma novena
 Ao bom Jesus da Fuloresta
 Ai meu Deus, o que eu vou fazer
 Longe do meu Pajeú não poderei viver

(Meu Pajeú, Luiz Gonzaga. Composição:
 Luiz Gonzaga/Raymundo Granjeiro, grifo nosso)

Menção a três elementos naturais presentes na cidade de Floresta: Riacho do Navio, o Rio Pajeú e o Rio São Francisco.

[...]
Riacho do Navio
 Corre pro Pajeú
 O rio Pajeú vai despejar
 No São Francisco
 O rio São Francisco
 Vai bater no mei do mar
 O rio São Francisco
 Vai bater no mei do mar

Referência a “caçada”, “pega de boi” e “vaquejada”, culturas fortes em Floresta e em muitas outras cidades do interior nordestino. Destina-se, em Floresta, o último domingo do ano para os festejos do Dia da Missa do Vaqueiro, evento com mais de 60 anos de existência.

[...]
 Pra ver o meu brejinho
 Fazer umas caçada
 Ver as pega de boi
 Andar nas vaquejada
 Dormir ao som do chocalho
 E acordar com a passarada
 Sem rádio e sem notícia
 Das terra civilizada
 Sem rádio e sem notícia
 Das Terra civilizada

(Riacho do Navio, Luiz Gonzaga. Composição:
 Luiz Gonzaga / Zé Dantas, grifo nosso)

Presença de termos que remontam a afetividade e pertencimento por meio das lembranças da infância, como “lembrança”, “meu pedaço de chão”, “saúde”, “lugar onde vivi”, “tempo” e “memória”.

[...]
 Se tem uma coisa que não me sai da lembrança
 É o meu pedaço de chão em que vivi quando criança...
Sinto saudade do meu tempo de criança
Trago sempre na lembrança
 O lugar onde vivi...
 As brincadeiras, os amigos, o estudo
 Sempre eu lembro de tudo de bom que passei ali...
Passou o tempo mais ainda guardo na memória
Um pouco da minha história no meu pedaço de chão...
Quem é que não sente saudade de sua terra
 Do forró de pé-de-serra
 De uma fogueira de São João...
 [...]

Jogava bola de gude e futebol
 Brincava de sol a sol
 Tudo era bom demais
 Tomava banho de chuva pelas caçadas
 Em época de trovoadas

Assim como na música de Luiz Gonzaga, citada acima, aqui também se tem a menção ao Riacho do Navio e o Rio Pajeú, presentes na cidade, bem como a referência a eventos como das serenatas e a “festas de vaquejada”, cultura marcante de Floresta.

Ressalta-se o fato de se tratar de uma música composta e cantada por artistas locais.

Tempos que não voltam mais

As travessuras que comigo aconteceu
 Todo menino viveu assim como eu e tu
Nadava as águas do Riacho do Navio
 Tando lá não sinto frio
 Oh meu velho Pajeú...

[...]

As serenatas que quando os jovens faziam
 Tudo era só alegria dentro do meu coração
 Cantava alegre varando as madrugadas
 E cobria a calçada o luar do meu sertão
 Como era bom nas festas de vaquejadas
 Ouvir aboios, tuadas em meio ao gado berrando
 De manhã cedo o queijo e a coalhada fria
 Acordar com a sinfonia da passarada cantando

(Lembranças, Os Vilarim, participação: Alcymar Monteiro,
 Composição: Pedrinho Vilarim, grifo nosso)

Mais uma música composta e cantada por artistas locais, nesta mostra-se focando em sua história, mencionando a “Velha Fazenda Grande” que deu início ao povoamento e comemorando seus 100 anos como cidade, em 2007.

A presença de trechos que mostram a relação de pertencimento e da menção como “bem abençoado lar”, “meu Pajeú” e “meu Bom Jesus dos Aflitos” demonstrando uma relação de proximidade de quem entoa a canção.

Na Velha Fazenda Grande nascestes **Na pequena Vila a Cidade surgiu**

Em meio ao Sertão vejo o verde florindo
A Terra dos Tamarindos, as margens do lendário Rio
 O tempo passou como a correnteza
 Deixando em nós a certeza de uma terra cheia de bril
 Salve Oh terra de um passado de glórias
 são 100 anos de histórias

Bem abençoado Lar

Teus filhos celebram teu centenário
Tens um mais nobre cenário
Floresta vou te cantar

[...]

Regando um solo de um povo varonil **Riacho do Navio, Luiz Gonzaga cantou** **Meu Pajeú se despeja nas águas.**

Do Velho Chico,

Na Caatinga ecoo um grito, teu Vaqueiro aboiou
Meu Bom Jesus dos Aflitos nosso povo abençoai
 Hasteando a bandeira da paz, semeando o amor

[...]

(Floresta da Vila, Os Vilarim. Composição:
 Pedrinho Vilarim, grifo nosso)

Na canção do Hino da Cidade, composta por um florestano, percebe-se a menção da relação dos “filhos da cidade” que já não moram lá, mas que sempre retornam para visita, por exemplo, remetendo a cidade como “abençoado lar” e “relembrando o passado”, portanto, de uma relação de afetividade e lembranças.

Pereira Maciel, os sertanejos
 Resolve à nossa terra convocar
 A semente de Cristo fez plantar
 À Virgem do Rosário quis confiar
 A sorte dos irmãos a trabalhar

Minha terra, hoje vim te cantar
Ó Floresta, abençoado lar
Os teus filhos bem longe daqui
Trabalhando se lembram de ti
Voltam todos, a te ver, sorridentes
Entre amigos, relembrando o passado
 Contam coisas que a vida ensinou

E ao saber, em vitória sagrou.

Ferindo os pés colheu da terra ardente
O que pôde, o que Deus lhe deu clemente
A semente de Cristo aqui nasceu
Ao rosário da Virgem floresceu
E o culto, ao saber, também cresceu

Menção à Floresta como “belo e cálido recanto” e que “de ti fiz meu lar” demonstram a existência de pertencimento que ultrapassa de um *espaço* qualquer e se transforma em um *lugar* como um *lar*.

**Floresta, ó belo e cálido recanto,
De fortes berço, terra de esperança
Do teu solo assim tão castigado
Só meus sonhos de amor eu vi brotar
E, no entanto, de ti eu fiz meu lar**

(Hino da cidade, Composição:
Dr. Anselmo Ferraz, grifo nosso)

Este poema, de autoria de um florestano, traz relatos que descrevem a vista daquele que vive no Centro Histórico, com a presença dos tamarindos próximos às calçadas, do uso corriqueiro da cadeira de balanço – que intitula o poema –, do costume de vislumbrar a rua através da janela, assim como da existência de elementos decorativos presentes em grande parte do casario.

**O verde dos tamarindos
no passeio das calçadas
disseca, resseca, debulha
e desembulha sementes.**

No vislumbre das janelas,
um mundo inteiro se mostra,
resoluto, sem apostas.
Voa no bico dos passarinhos,
derrama-se pelas cumeeiras,
esparrama-se nos cheiros.

**Por vezes vira águia,
outras, leões protetores.**

Pula no casco de bodes.

**Aninha-se no ritmo aberto
da cadeira de balanço a ranger,**
na estrela do céu a cair.

Nesse tropel de valores
esgrimidos na esperança,
sobem aos céus muitas cores,
em finas pontas de lanças,
trazendo sorrisos à lua.

(FERRAZ, L. A. F., Bonito Pra Chover,
2007, p. 53, “Cadeiras nas calçadas”, grifo nosso)

Neste poema o autor explica sua relação com sua cidade natal, apesar de já não morar lá, sempre se manteve próximo e visitando-a. Além disso, é possível notar uma relação de afetividade e rememoração do autor que se refere a “sua criança interior” como presente sempre que está na cidade, portanto, envolto às suas lembranças afetivas.

(...) **Bonito pra chover é uma oração que rezo sempre que estou em Floresta** e o céu assim se faz. Principalmente quando as águas vêm. **É quando me solto correndo pelas calçadas, banhando-me de seus telhados, às vistas de mágicas bicas.** Fundindo o tempo. **Encontrando a criança que sempre cochila em mim.** Acendendo-as. Na força de muitas coisas que me arrastam como a correnteza. **A correnteza do Pajeú, do Navio, do São Francisco.** A correnteza das águas que me banham e limpam. (FERRAZ, L. A. F., Bonito Pra Chover, 2007, p. 97, “Bonito Pra Chover”, grifo nosso)

5.2.2 Floresta pelas imagens

As perguntas 5, 6 e 7, do bloco “Floresta pelas imagens”, foram iguais para os três grupos entrevistados. Para análise de dados, colheu-se a frequência das respostas mais faladas a fim de sistematizá-las e perceber as preferências e coincidências entre os dados.

5 - O que você sente ao ver estas imagens de parte do Sítio Histórico de Floresta? Indique uma palavra/sentimento que para você descreve estas imagens.

Figuras 167 - Vista aérea de parte do Sítio Histórico



Fonte: Abel Alves (2021).

Figuras 168 - Vista aérea de parte do Sítio Histórico



Fonte: CineSesi (2018).

Para apresentar as respostas obtidas nesta pergunta, gerou-se três nuvens de palavras. Nestas nuvens é possível identificar palavras/sentimentos que os respondentes disseram ao ver as imagens apresentadas no questionário.

Figura 169 - Nuvem de Palavras – Morador do Sítio



Fonte: A autora (2021).

A nuvem de palavras gerada pelas respostas dos Moradores do Sítio teve a palavra “beleza” como a de maior frequência nas falas dos entrevistados. Seguida de “amor” e “emoção”. Também houve menção a palavra “pertencimento” e “lugar”. Importante citar que um morador do sítio (e também sujeito-chave) referiu-se a palavra “tristeza”.

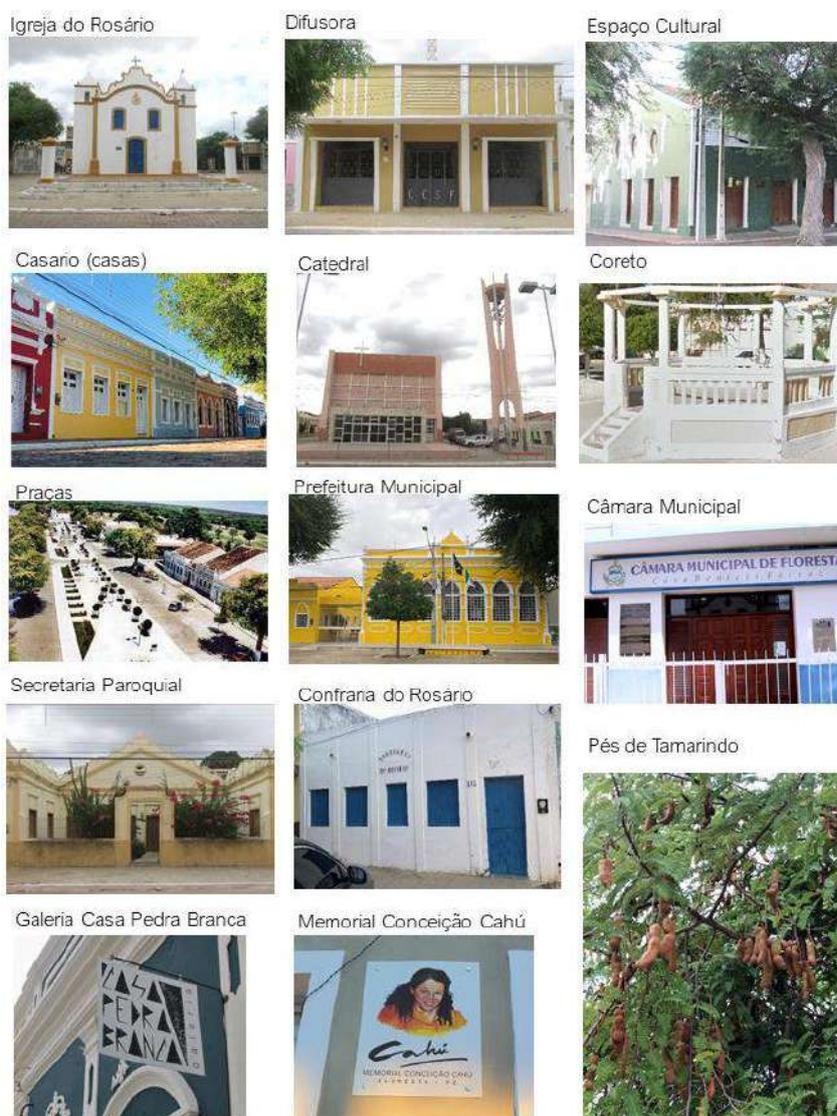
Olhando pra primeira imagem, onde pega do coreto na (rua) Antônio Ferraz mesmo, uma palavra que eu descrevo muito isso aqui é o amor que eu tenho por esse lugar. Onde nasci e me criei e que desejo ver isso aqui mais bem cuidado, mais bem tratado, ou seja, que seja olhado com seriedade, que seja recuperado, que as pessoas pensem na existência disso para posteridade. Que fique pra posteridade, mas que conservem. Um lugar onde tenho muito amor. Nasci e me criei. Saio daqui de manhã me deliciando. Então seria “amor” considerando as duas imagens (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

Ai meu Deus, a Difusora, que saudade... Minha infância e adolescência. Ao lado da catedral, a gente se sentava na torre, essa torre me marcou muito, a gente botava as cadeiras e ficava ouvindo uns programas que tinha. Então “memórias” da minha juventude (MS. 3, F, 60-69, superior completo)

Olhe, o que eu vejo aqui é que a gente sente aqui... Eu sinto muito alegria. Agora, nessa primeira (aponta para foto com a Catedral) isso aqui interfere um pouco, na minha percepção, a igreja, a catedral, com o conjunto... Aqui (aponta para

6 - Vendo estas imagens, como você colocaria em ordem de prioridade/importância (de 1 a 14) e que mais representam a cidade para você. Da mais importante a menos importante para você.

Figura 172 - Atributos presentes na área de estudo



Fonte: A autora (2021).

Para apresentar as respostas obtidas nesta pergunta, selecionou-se os três primeiros colocados e o último, de cada grupo respondente, de acordo com a frequência das respostas.

Os moradores do sítio tiveram como resultados em primeiro lugar de prioridade/importância a Igreja do Rosário, com 19 citações. Em segundo lugar aparece o Casario, com 9 citações. Em terceiro lugar ficou a Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, com 7 citações. Em último lugar aparece a Difusora.

Os moradores da cidade, residentes em outras áreas, estabeleceram também a Igreja do Rosário em primeiro lugar, com 10 citações. Em segundo lugar, novamente a Igreja do Rosário juntamente da Catedral, tiveram, cada uma, 4 citações. Em terceiro lugar, a Catedral aparece com 6 citações. Em último lugar, assim como para os moradores do sítio, ficou a Difusora, com 6 citações.

Para os sujeitos-chaves, o resultado do primeiro lugar se igualou aos demais grupos, ficando a Igreja do Rosário, com 8 citações. Em segundo lugar, houve um empate entre o Casario e os Tamarindos, com 3 citações cada uma. Em último lugar, assim como os demais grupos, apareceu a Difusora, com 4 citações.

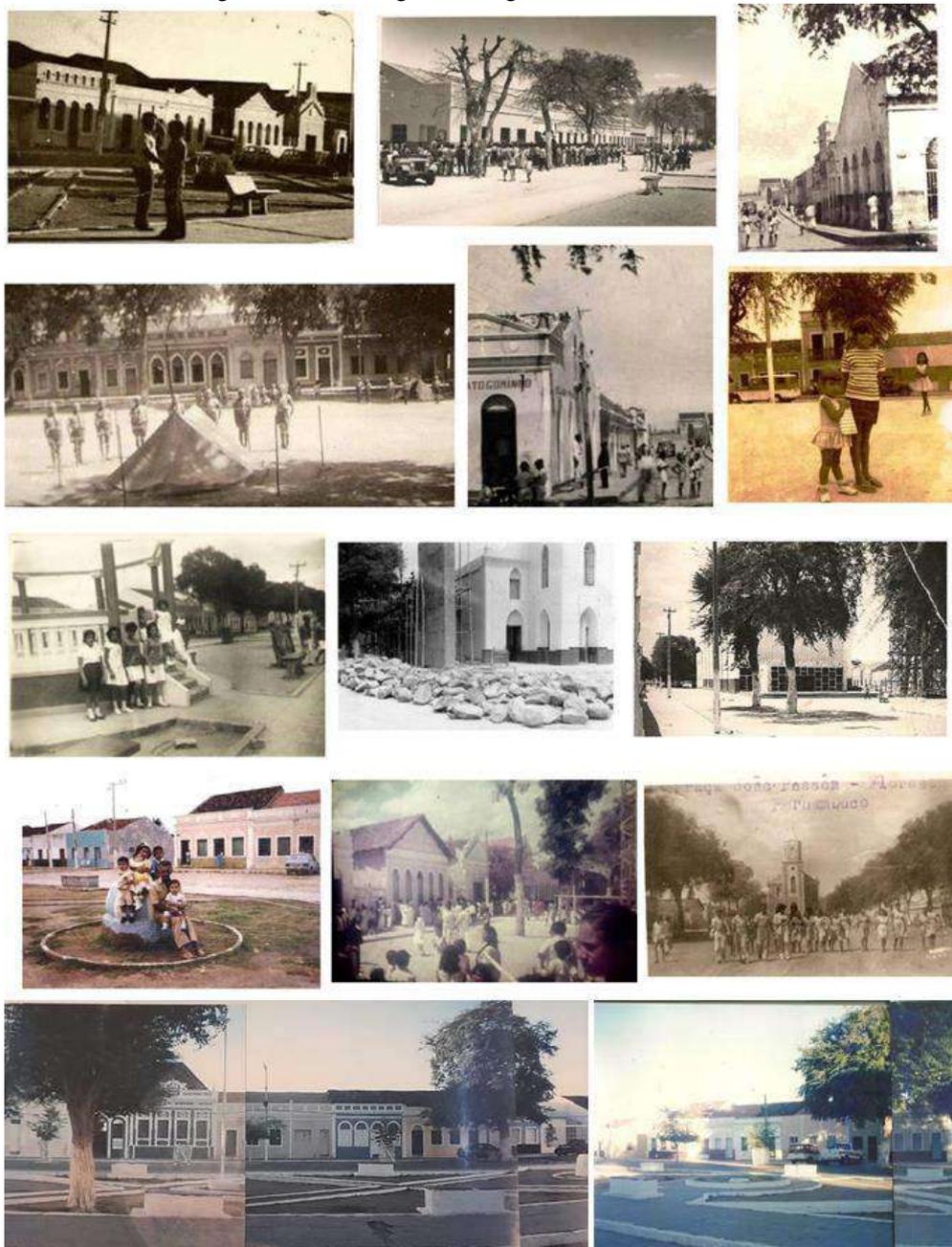
Quadro 3 - Respostas mais faladas questão 7

MORADOR DO SÍTIO (*MS/SC)				
MS	1°	2°	3°	Último lugar
Frequências	Igreja do Rosário 19	Casario 9	Catedral 7	Difusora 12
	Tamarindos 3	Tamarindos 5	Tamarindos 5	Galeria C. P. B. 9
	Casario 3	Igreja do Rosário 5	Casario 5	Câmara M. 5
	Catedral 2	Catedral 4	Confraria 4	Catedral 1
	Difusora 1	Praças 3	Praças 3	Secret. Paroquial 1
	Secret. Paroquial 1	Coreto 2	Coreto 3	Memorial C. Cahú 1
	Espaço Cultural 1	Memorial C. Cahú 1	Espaço Cultural 1	Igreja do Rosário 1
		Prefeitura 1	Prefeitura 1	
MORADOR CIDADE				
MC	1°	2°	3°	Último lugar
Frequências	Igreja do Rosário 10	Igreja do Rosário 4	Catedral 6	Difusora 6
	Casario 5	Catedral 4	Casario 4	Câmara Municipal 5
	Tamarindos 2	Praças 3	Igreja do Rosário 4	Galeria C. P. B. 3
	Catedral 2	Casario 3	Prefeitura 2	Prefeitura 1
	Praças 1	Difusora 2	Tamarindos 1	Praças 1
		Coreto 2	Coreto 1	Espaço Cultural 1
		Espaço Cultural 1	Praças 1	Confraria 1
				Secret. Paroquial 1
				Coreto 1
SUJEITO-CHAVE				
SC	1°	2°	3°	Último lugar
Frequências	Igreja do Rosário 8	Casario 3	Casario 6	Difusora 4
	Prefeitura 1	Pés de tamarindo 3	Praças 3	Câmara M. 2
	Catedral 1	Catedral 2	Catedral 2	Secretaria Paroq. 2
	Coreto 1	Igreja do Rosário 1		Espaço Cultural 1
		Prefeitura 1		Praças 1
		Difusora 1		Galeria C. P. B. 1

Fonte: A autora (2021).

7 - Ao ver estas imagens antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta o que mais te chama a atenção? Há algo nelas que não existe mais e que você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje? Se sim, o que e por quê?

Figura 173 - Imagens antigas da área de estudo



Fonte: Acervo de moradores. Editado pela autora (2021).

Para apresentar as respostas obtidas nesta pergunta, selecionou-se a frequência das respostas mais faladas a fim de sistematizá-las e perceber as preferências e coincidências entre os dados.

Dos 32 respondentes moradores do sítio, 29 citaram a antiga Igreja Matriz como sendo o elemento que chama atenção e que gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje. As outras 3 respostas se referiram a aspectos mais gerais como a cultura local, as antigas praças e uma resposta foi de que nada chamava sua atenção nem que havia elementos que gostaria que tivessem permanecido.

As transformações que ocorreram (...), umas foram bem-vindas e outras deviam ser conservadas (...) acho que (a antiga matriz) não deveria ter sido demolida. (...) e os tamarindos que foram derrubadas (...) para abrir espaço para a Catedral (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

Me chamou atenção a beleza do conjunto. (...)Eu gostaria que tivesse permanecido a igreja antiga, porque eu acho que primeiro ela não deveria ter sido destruída, era uma coisa antiga que já existia, fazia parte da história da cidade, fazia parte do desenvolvimento da rua e fizeram uma coisa tão moderna (a atual catedral) que não combina com o sítio histórico. (MS. 4, F, 50-59, superior completo)

(...) que tá aqui (na foto), e que não tem mais hoje é a Igreja Matriz. (...) Isso eu acho uma pena, de fato, porque acho que a escala dessa catedral não é boa, dentro desse espaço aqui. Então vendo o todo, queria que tivesse permanecido a Igreja Matriz, porque acho que tanto em beleza quanto em arquitetura como também em urbanidade eu acho que aquela outra cabia melhor dentro desse contexto aqui... (MS. 8, M, 50-59, superior completo)

(...)... A igreja antiga com certeza seria o que queria que ainda tivesse por ter se descaracterizado o sítio histórico, o fato de ter descaracterizado eu acho que foi um crime que se cometeu aqui... (MS. 15, M, 50-59, superior completo)

Aí tem a antiga Igreja na qual fiz minha primeira comunhão. E foi derrubada e construída a Catedral. Sentimento de nostalgia (MS. 28, F, 60-69, ensino médio completo)

Dos 20 moradores de outras áreas da cidade, 6 responderam que a preservação do casario e que o fato de o estilo das casas ainda permanecerem seria aquilo que mais os chamava atenção. Sobre querer que algum elemento que não existe mais hoje permanecesse, 9 respostas citaram a “Igreja Matriz” ou “Antiga catedral” e 3 falaram que gostariam que tivesse se mantido o traçado das antigas praças.

Chama a atenção como muitos dos elementos de épocas atrás se mantiveram até hoje (MC. 2, F, 20-29, pós-graduação completa)

As casas com a mesma arquitetura que foi construída há décadas, e a falta da igreja que foi demolida, hoje existe no seu lugar a catedral (...) (MC. 3, F, 50-59, superior incompleto)

Às vezes fico pensando se a praça na estrutura tivesse permanecido, se não seria mais belo... Apparently melhorou a arborização. (MC. 6, M, 30-39, pós-graduação completa)

Dos 14 Sujeitos-Chaves, 11 registraram a antiga Igreja Matriz como sendo aquilo que gostariam que tivesse permanecido. Além disso, citou-se elementos como o antigo Chalé (atual Recanto) e o sobrado conhecido como antigo Hotel de Bília.

A partir da primeira foto, eu gostava do chalé dos Rodrigues e da simetria das “paredinhas” do meio da praça, e dos banquinhos de praça da segunda foto, da rua do comércio antiga, do Hotel de Bília e da Velha Igreja que foi substituída pela Catedral moderna. (SC. 3, M, 70 ou +, pós-graduação completa)

A antiga catedral! Não desmerecendo a atual, é bonita, mas não se harmoniza com a praça (SC. 7, M, 30-39, superior incompleto)

Assim como nas respostas obtidas através dos entrevistados por meio das imagens apresentadas em algumas perguntas, pode-se encontrar a “Floresta pelas imagens” por parte de artistas locais, a exemplo de xilogravuras, ilustrações digitais, ilustrações em lápis, bico de pena, tela e mesmo em itens de decoração como pratos cerâmicos. Por meio do recurso imagético é possível retratar a apropriação, o reconhecimento e o sentimento de pertencimento com a cidade. A seguir, apresentam-se algumas dessas imagens (Figs.180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189 e 190), todas feitas por artistas florestanos que enxergam através da arte uma maneira de representar o seu *lar*, percebendo-se a presença de muitos símbolos e elementos do Centro Histórico também citados pelos entrevistados, como os eventos marcantes na cultura florestana, o desfile dos vaqueiros, o evento do Reisado e festas do padroeiro, todos retratados no lugar em que acontecem: o Sítio Histórico de Floresta, rodeados pelo casario, confraria do Rosário, igrejas e tamarindos, bem como os elementos do Coreto e da Pira, presentes nas praças.

O desfile dos vaqueiros (1 e 2) é parte da celebração da Missa do Vaqueiro de Floresta, um tradicional evento realizado na cidade há mais de 60 anos, sempre no último domingo do ano, em que acontece o desfile dos vaqueiros, a missa e shows, atraindo pessoas das regiões próximas. Nas imagens 1 e 2 da Fig.174 é possível ver que o desfile passa na frente da Catedral do Bom Jesus dos Aflitos, bem como por todo centro histórico.

Figura 174 - Fotomontagem com representações do desfile dos vaqueiros



1 - Pintura em prato cerâmicos pela artista local Beth Marques, produções de anos variados.

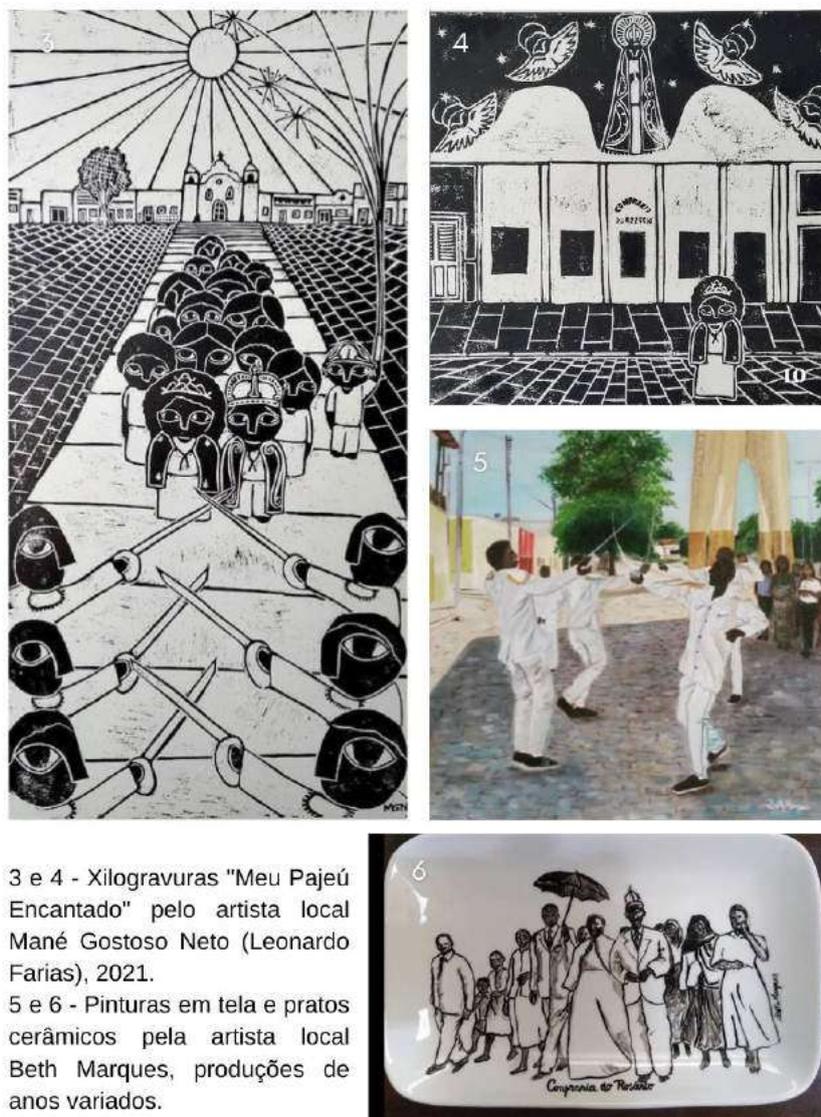
2 - Xilogravura coleção "Meu Pajeú Encantado" pelo artista local Mané Gostoso Neto (Leonardo Farias), 2021.



Fonte: A autora (2021).

O reisado (3, 5 e 6) faz parte da Confraria do Rosário, irmandade que existe há mais de 200 anos, em celebração a Nossa Senhora do Rosário, a Virgem Maria dos Negros. A celebração acontece todo dia 31 de dezembro. A razão para a celebração no último dia do ano é que os escravos tinham apenas esta data como feriado, fazendo assim, um dia de celebração para a santa, com o desfile do rei e rainha (Fig. 175). Importante ressaltar que a Confraria do Rosário (4) é Patrimônio Vivo de Pernambuco desde 2007.

Figura 175 - Fotomontagem com representações do Reisado e da Confraria do Rosário



Fonte: A autora (2021).

Abaixo, na Fig. 176 tem-se representações do Coreto (7, 8 e 9) e da Pira (10), elementos presentes nas praças Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz, respectivamente. Ainda que suas praças tenham passado por mudanças, estes elementos se mantiveram e são retratados por muitos artistas, marcando lembranças e compondo o cenário dos eventos como os festejos de fim de ano (8).

Figura 176 - Fotomontagem com representações das praças Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz e dos seus elementos, o Coreto e a Pira, próximas as igrejas do Rosário e Bom Jesus dos Aflitos



7 e 10 - Xilogravuras "Meu Pajeú Encantado" pelo artista Mané Gostoso Neto (Leonardo Farias), 2021.
08 e 09 - Pinturas em tela e pratos cerâmicos pela artista local Beth Marques, produções de anos variados.

Fonte: A autora (2021).

Os tamarindos aparecem em grande parte das artes que retratam a cidade de Floresta. Seja como elemento parte da composição do casario e praças (11 e 12) ou mesmo como símbolo que sozinho remete a cidade (13), como podem ser vistos na Fig. 177, abaixo.

Figura 177 - Fotomontagem com representações dos pés de tamarindo.



11 - Ilustração "bico de pena" no livro "Iconografia" do florestano Leonardo Gominho, 1989.
12 - Pintura em tela pela artista local Beth Marques.
13 - Xilogravura "Meu Pajeú Encantado" pelo artista local Mané Gostoso Neto (Leonardo Farias), 2021.

Fonte: A autora (2021).

Na Fig. 178 destaca-se a residência nº 142 (14), localizada na praça Antônio Ferraz e única edificação de uso residencial presente no Inventário do Patrimônio Cultural de Pernambuco, de 1987. Sua representação aparece em vários trabalhos artísticos, com suas características marcantes além da relação com seu entorno, praças, tamarindos e a dinâmica social (15).

Figura 178 - Fotomontagem com representações de parte do casario, destaque residência nº142, registrada no IPAC/PE



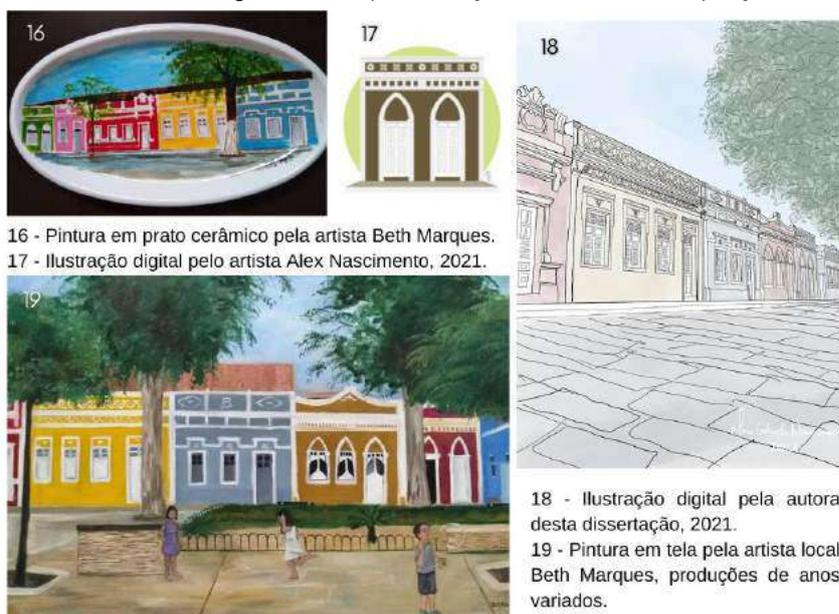
14 - Ilustração digital pelo artista local Alex Nascimento, 2021.

15 - Pintura em tela pela artista local Beth Marques, produções de anos variados.

Fonte: A autora (2021).

Além disso, outros exemplares do casario presente no Sítio Histórico de Floresta são constantemente retratados em outras artes, seja em ilustrações digitais (17 e 18), como em artes em prato cerâmico (16) ou em tela (19), como mostrado na Fig. 179, ressaltando os vários estilos, formas e cores, assim como sua relação com o entorno das praças, ruas e tamarindos.

Figura 179 - Fotomontagem com representações do Casario da praça Antônio Ferraz



16 - Pintura em prato cerâmico pela artista Beth Marques.

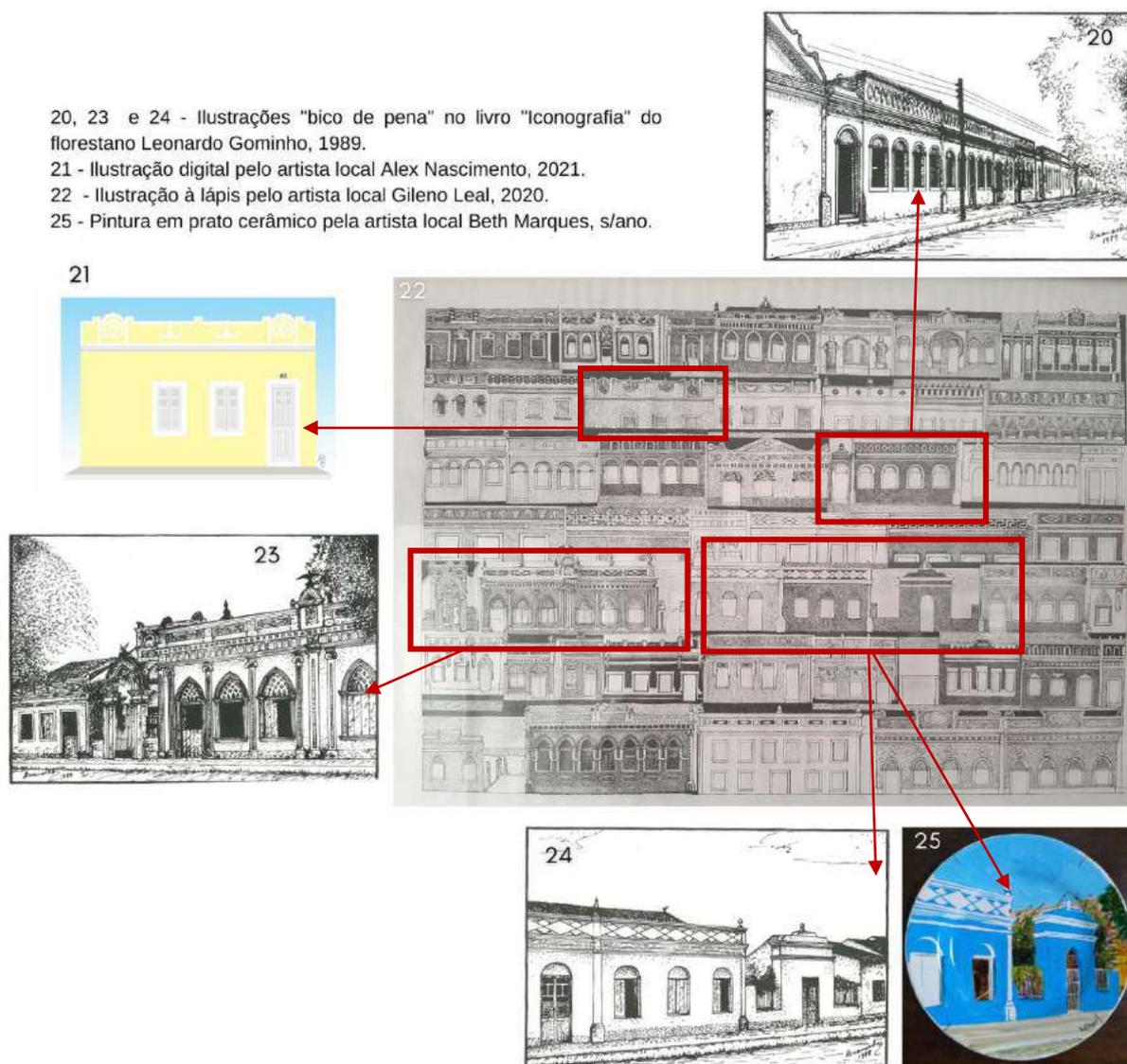
17 - Ilustração digital pelo artista Alex Nascimento, 2021.

18 - Ilustração digital pela autora desta dissertação, 2021.

19 - Pintura em tela pela artista local Beth Marques, produções de anos variados.

Fonte: A autora (2021).

Figura 180 - Fotomontagem com representações do Casario e seus diversos exemplares



Fonte: A autora (2021).

Complementando-se as Fig. 178 e 179 da página anterior, na Fig. 180, acima, é possível perceber os mesmos exemplares do casario representados por diferentes artistas, destacando a atenção dada por eles aos diversos estilos e formas que compõem a cidade. Na imagem 22 reúnem-se residências de várias partes do Sítio Histórico, sendo possível perceber algumas delas aparecendo em outras representações artísticas. À exceção da residência da imagem 21, localizada na praça Cel. Fausto Ferraz, as demais (20, 23 e 24/25) estão na rua da praça Antônio Ferraz Boiadeiro.

Figura 181 - Fotomontagem com representações da Antiga matriz do Bom Jesus dos Aflitos, demolida na década de 60



Fonte: A autora (2021).

Na Fig. 181, acima, tem-se três representações da antiga matriz do Bom Jesus dos Aflitos. Apesar de ter sido demolida ainda na década de 60, ela continua a ser ilustrada em várias artes, ainda que por artistas que não tenham presenciado pessoalmente, mas que buscaram conhecê-la através de fotografias e por meio de relatos dos moradores mais velhos para buscar informações sobre suas características, como as cores de sua fachada, por exemplo (27 e 28).

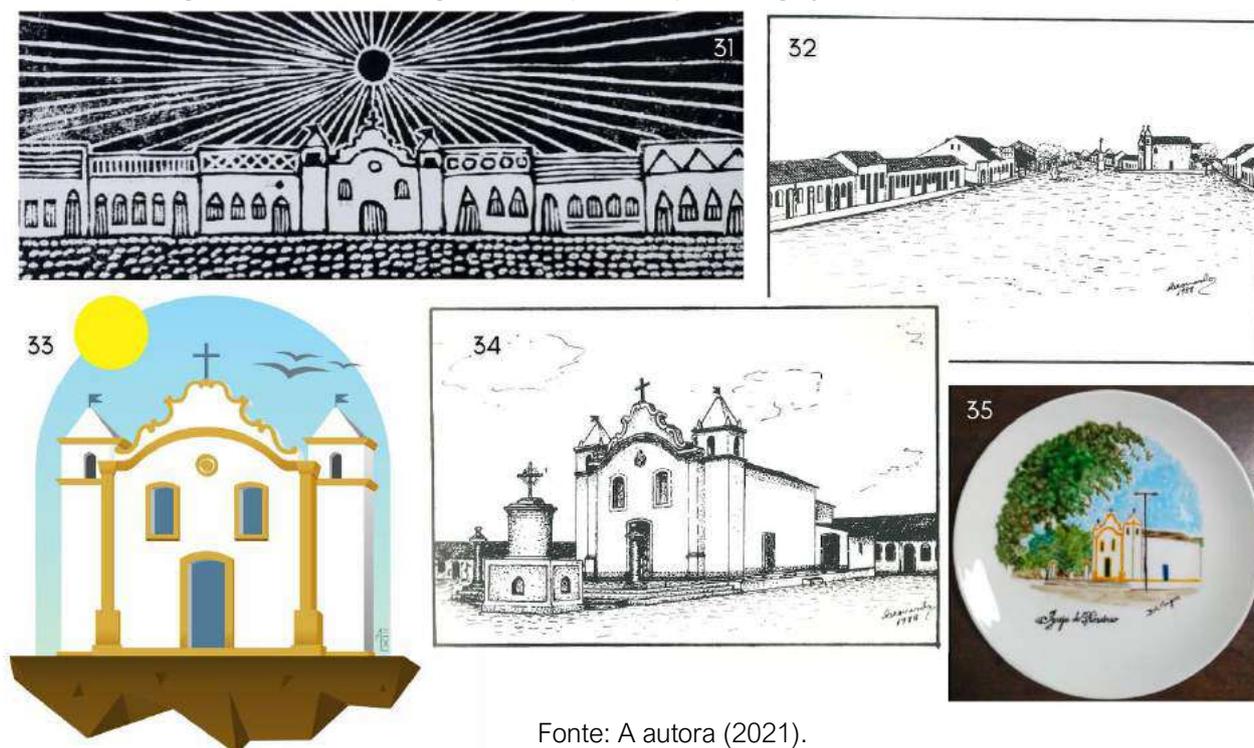
Abaixo, na Fig. 182, tem-se a matriz atual do Bom Jesus dos Aflitos, construída no lugar da antiga matriz e inaugurada em 1969, com estilo modernista, totalmente distinta da anterior.

Figura 182 - Fotomontagem com representações da atual Matriz do Bom Jesus dos Aflitos, inaugurada em 1969



Fonte: A autora (2021).

Figura 183 - Fotomontagem com representações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário



Fonte: A autora (2021).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário pode ser vista nas Fig. 183 e 184 em várias representações de estilos diversos e como grande símbolo da cidade. Não somente a edificação em si (33, 34 e 37) mas sua relação com os festejos locais (36) e a inserção com o entorno do casario (31 e 32), das praças e dos tamarindos (35) aparecem nas artes que a retratam, sendo de fácil identificação e grande importância histórica da cidade.

Figura 184 - Fotomontagem com representações da Igreja de Nossa Senhora do Rosário

31 - Xilogravura da coleção "Meu Pajeú Encantado" pelo artista local Mané Gostoso Neto (Leonardo Farias), 2021.

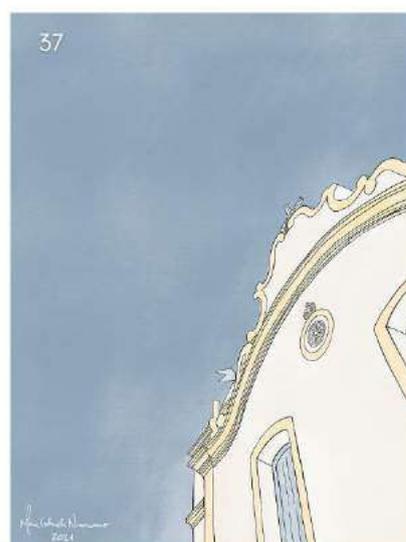
32 e 34 - Ilustrações "bico de pena" no livro "Iconografia" do florestano Leonardo Gominho, 1989.

33 - Ilustração digital pelo artista local Alex Nascimento, 2021.



35 e 36 - Pinturas em tela e pratos cerâmicos pela artista local Beth Marques, produções de anos variados.

37 - Ilustração digital pela autora desta dissertação, 2021.



Fonte: A autora (2021).

5.2.3 Floresta pela relação morador-casa-patrimônio

Nesta última parte do questionário as perguntas 8, 9 e 10 direcionadas aos moradores do sítio se diferem um pouco das perguntas número 8 e 9 dos questionários destinados aos moradores das demais áreas da cidade e aos sujeitos-chave, já que no caso dos moradores do sítio abordamos mais sua relação com seu lar. Apesar disso, buscou-se elaborá-las com mesma base de conteúdo, diferindo entre uma situação real (de morador do sítio) e uma situação hipotética aos demais, caso morassem no área de estudo. As últimas duas perguntas de todos os grupos se referiram a relação de morador com prefeitura e sobre o entendimento do que consideram o conceito de patrimônio e quais seriam os patrimônios da cidade para o entrevistado.

MORADOR DO SÍTIO: 8 - Voltando para sua casa/imóvel, o que você considera de mais importante nela(e)?

Para os moradores do sítio, a “localização” foi citada 12 vezes como sendo aquilo que consideram de mais importante em sua casa. Em seguida o “valor sentimental e histórico” foi citado 6 vezes. Além disso, a “manutenção”, “preservação da casa” e da “estrutura original” foram citadas 5 vezes nas falas dos entrevistados. Ademais, a “fachada” foi citada 4 vezes como item mais importante, seguido do “estilo antigo”, falado 3 vezes, do “tamanho da casa, portas e janelas” mencionado 2 vezes juntamente do “acolhimento”, “aconchego” e “afeto”. A “visibilidade” e “tranquilidade” foram itens mencionados 1 vez.

É a preservação dela mesmo. O estado dela, continuar preservando e ela tem uma luz que eu não encontro em casa nenhuma. Então, o estilo e a conservação. (MS. 6, F, 50-59, pós-graduação completa)

(...) Então aquela casa tem dois aspectos pra mim: uma que é sentimental muito forte, né..., mas pelo outro lado ela carrega uma informação de arquitetura que acho rica ser percebida, a estética, a planta, os usos, a evolução, acho que ela conta um pouco da história. (MS/SC. 17, M, 50-59, superior completo)

Tudo que vivemos aqui. Nosso lar, nossa casa antiga é cheia de detalhes e riquezas que embelezam os olhares de todos e ainda mais os nossos como moradores (MS. 18, F, 30-39, superior completo)

A localização. Cresci aqui, tenho lembranças da minha infância na casa dos meus avós maternos. Casei e esperei muito por uma oportunidade de adquirir uma casa nessa rua (MS. 32, F, 30-39, pós-graduação completa)

MORADOR DA CIDADE e SUJEITO-CHAVE: 8 – Em algum momento já morou ou já quis morar em algumas das ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro?

Dos 20 entrevistados moradores da cidade, residentes em outra área, 11 disseram que já moraram ou que gostariam de morar em alguma dessas ruas.

Não morei em nenhuma, porém se fosse escolher, gostaria na praça Antônio Ferraz Boiadeiro, acho o local que mais abriga nossas relíquias! (MC. 3, F, 50-59, superior incompleto)

Sim, muitos amigos (moram ali) e o amanhecer mais lindo (MC. 7, F, 40-49, pós-graduação completa)

Tive a oportunidade de morar na casa nº 180 da praça Cel. Fausto Ferraz duas vezes. A primeira de 1985 a 1989 e de 1995 a 1997. Minhas primeiras lembranças remetem a esse local e seus moradores (MC. 19, M, 30-39, ensino médio completo)

Dos 14 sujeitos-chaves, 9 responderam que já moraram ou que gostariam de morar nesta região. Destacam-se algumas respostas, como as seguintes:

Não. Acho bonitas para contemplar, mas não gosto para moradia (SC. 2, M, 40-49, superior completo)

Sim e ainda pretendo. Porque acho muito bonito e gostaria de ser parte da preservação do local (SC. 4, M, 50-59, pós-graduação completa)

Sempre quis. Parece que me aproxima mais do início da nossa história e gosto muito do estilo das casas. Prefiro mil vezes o casario e casas próximas, ao estilo mais novo, moderno. (SC. 8, F, 40-49, pós-graduação completa)

Já quis morar. Pelo encanto e mistério das casas de pé direito alto, acompanhar mais efetivamente o movimento do “coração” da cidade (SC. 10, F, 50-59, pós-graduação completa)

As questões 9 e 10 do questionário para o **Morador do Sítio**, perguntavam sobre as alterações do imóvel e fachada:

9 - Desde que mora/ocupa o imóvel, já realizou alguma alteração? Se sim, poderia me exemplificar?

Dos 32 respondentes deste grupo, 25 informaram que já realizaram reformas somente internas na casa (mantendo a fachada), 6 informaram não ter mexido em nada de sua casa e 1 informou ter alterado toda a casa.

Não. A gente permanece com toda a estrutura de quando foi construída até o momento de hoje. A gente não pretende mexer. (MS. 1, F, 50-59, pós-graduação completa)

Já. No corpo da casa não. Tá do mesmo jeito desde que cheguei... Olhe, essa casa me fascinou tanto, minha infância, minha vida que eu amava aqui, recordo muito aqui de mamãe. (MS. 6, F, 50-59, pós-graduação completa)

Olhe, na verdade só foi preservada praticamente a fachada... O restante, dentro da limitação mudou... (MS. 9, F, 40-49, pós-graduação completa)

10 - Você já pensou em alterar a fachada de sua casa? Se sim, de que modo? Por quê?

Dos 32 moradores do sítio, 29 responderam que “Não”, a maioria enfatizando negativamente sobre a possibilidade de mudanças de fachada. Além disso, 1 resposta mencionou sobre a possibilidade de alterar apenas algum detalhe, outra falou sobre troca de portas e janelas e 1 citou que gostaria de resgatar a fachada “ao original”.

Não, de jeito nenhum. Isso aí eu não altero porque quero manter a casa no estilo antigo, marco do início da urbanização aqui de Floresta e isso eu carrego comigo. Mudar de jeito nenhum. É conservar. Conservar e manter sempre bonita, sempre bem conservada, sempre mostrando e servindo de história, de conhecimento, de estudo. (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

Não, não quero alterar. Porque além de eu gostar da própria fachada, eu acho que devo preservar, faz parte do conjunto. (MS. 4, F, 50-59, superior completo)

De jeito nenhum! Não, porque ela faz parte de um conjunto, ela não tá só aqui então ter que ser preservada. (MS. 8, M, 50-59, superior completo)

Jamais. Deus me livre, jamais jamais jamais. Por estética e afetividade. Acho que

não tem cabimento, é coisa assim de lamentar muito quando derruba... Modificar, tirar uma fachada pra fazer uma garagem, por exemplo. Enfim, eu lamento muito. Eu acho muito importante, acho muito linda quando ela é mantida. (MS. 9,F, 40-49, pós-graduação completa)

Aqui em casa nunca se pensou em mudar a fachada da casa, gostamos dela assim, faz parte do patrimônio histórico (MS. 22, F, 50-59, superior completo)

Não! A preservação das fachadas é o símbolo do passado e traz lembranças de pessoas queridas! (MS. 30, F, 30-39, superior completo)

A questão 9 dos questionários **para o Morador da Cidade e para o Sujeito-Chave** imaginava uma situação hipotética em que estes entrevistados morassem na área de estudo:

9 – Imaginando que você morasse em alguma casa localizada nestas ruas, você pensaria em alterar a fachada de sua casa? Se sim, de que modo e por quê?

Dos 20 moradores da cidade, 18 responderam que “Não”, sendo que as outras duas respostas se referiram ao retorno da fachada original, voltando ao que era.

Jamais, estaríamos enterrando nossas belas casas, acabando parte de nossa história, como acho que deveria existir um tombamento, proibindo reformas e construções novas nessas localidades. (MC.3, F, 50-59, superior incompleto)

Não. Além da beleza, estaria preservando nosso patrimônio e identidade. (MC.6, M, 30-39, pós-graduação completa)

Jamais pensaria em alterar. Elas retratam a nossa história e seria muito triste imaginar essa parte histórica da cidade diferente do que é (MC. 12, F, 30-39, pós-graduação completa)

Dos 14 Sujeitos-Chaves, 12 responderam que “Não” e 2 mencionaram que mudariam se a casa estivesse descaracterizada.

Nunca alteraria, permanência de memória da nossa história. Além da arquitetura ser belíssima. (SC. 1, F, 40-49, pós-graduação completa)

Não mudaria, pelo contrário. Manteria a arquitetura original da fachada, modificando apenas o interior da residência, por ser um imóvel já antigo. Acho que a fachada original ajuda a conta um pouco da história da cidade. Como dia o poeta Bráulio Bessa: “quem esquece de onde veio, não sabe para onde vai”. (SC.9, M, 20-29, pós-graduação incompleta)

Jamais alteraria. Seria um "crime". Já há outros bairros para construções modernas (SC. 10, F, 50-59, pós-graduação completa)

Se a fachada fosse fora dos padrões, eu gostaria de colocar dentro dos padrões do casario ou daquilo que fosse... então eu gostaria de voltar aos padrões que ela era antes. Por causa do pertencimento, afetividade e da importância daquele casario para a história do município... (SC. 11, M, 60-69, pós-graduação completa)

Percebeu-se, então, grande preocupação por parte dos entrevistados em manter as fachadas e conservá-las, tanto os moradores do sítio quanto os das demais áreas e sujeitos-chaves.

Em seguida fez-se a mesma pergunta (de nº 11 ao morador do sítio e de nº 10 aos demais) para os grupos, somente ajustando a pergunta ao sujeito-chave com o acréscimo em parênteses ao final dela.

Em caso de modificações/alterações/reforma de sua casa/imóvel, como é a relação entre você enquanto morador e a prefeitura para autorizações, por exemplo? Existe algum suporte da prefeitura? (Se você for funcionário do poder público (executivo/legislativo), poderia me explicar como é a relação entre morador e órgão no que diz respeito esta questão? Há algum tipo de monitoramento, fiscalização, setor de aprovação de projeto por exemplo?)

Dos 32 moradores do sítio, 29 informaram não existir suporte e nunca ter havido interferência da prefeitura para possíveis autorizações de intervenções em suas casas. 2 falaram que existe suporte e 1 informou não saber a respeito. Importante ressaltar que muitos destes moradores lamentam o fato de o poder público não ter consciência e, portanto, não haver um suporte direto, e os que responderam "sim" afirmam erroneamente que há leis de tombamento e que é proibido alterar a fachada há muito tempo. Citou-se ainda uma parceira da prefeitura com uma empresa de tintas ocorrida há anos para pintura das fachadas.

Creio que não porque eu acho que não houve nada de projeto também. Nunca houve suporte. Só anos atrás, se não me engano que a Coral (empresa de tintas) que entrou com as tintas para que cada dono fizesse sua pintura, em parceria com a prefeitura, mas fora isso, nunca vi suporte não (MS. 15, M, 50-59, superior completo)

Nunca teve isso não. (...) Espero que um dia tombem então... a gente nunca trocou nem janela... ta assim (...) do jeito que a gente chegou aqui, desde 1949... (MS, F, 70 ou mais, pós-graduação completa)

Dos 20 moradores da cidade, residentes em outras áreas, 8 responderam não haver qualquer tipo de suporte, assim como outros 8 não souberem informar. 3 disseram haver suporte, mas não deram explicações sobre como seria e 1 não respondeu. Percebe-se que proporcionalmente, são os moradores do sítio aqueles que mais sabem sobre a existência ou não de um suporte da prefeitura, diferentemente dos moradores residentes em outras áreas.

Não sei se existe algo na prefeitura sobre esse assunto, porém se tem acho o poder municipal muito inativo, porque reformas e construções são feitas, não havendo nenhuma intervenção da mesma (MC. 3, F, 50-59, superior incompleto)

Não há burocracia sobre isso, há consciência por parte da população (MC, 4, M, 20-29, superior completo)

Nunca vi nenhuma intervenção da Prefeitura. Quem não modifica é porque tem bom senso. E tem consciência da importância da preservação (MC. 10, F, 50-59, pós-graduação completa)

Dos 14 sujeitos-chaves, 6 informaram não saber se há suporte da prefeitura para com o morador, 5 informaram não haver uma relação de suporte e 3 disseram que há, mas não explicaram que tipo de apoio seria este. Importante ressaltar aqui que destes 14 sujeitos-chaves (além de 4 sujeitos-chaves que estão inseridos no grupo de moradores do sítio) 10 fazem parte do poder público, sendo: 3 agentes políticos; 3 secretários municipais; 1 funcionário da secretaria de educação, cultura, turismo e esportes; 2 funcionários do gabinete da prefeita; e 1 turismóloga. Os demais foram 5 escritores, 1 arquiteto, 1 professor e 1 jornalista.

Existe um processo de adequação na lei municipal de proteção ao patrimônio histórico, para garantir a proteção e também poder dar liberdade ao proprietário de imóveis para poder cuidar, mantendo sua estrutura histórica sem danos e prejuízos (SC. 12, F, 30-39, superior incompleto)

Infelizmente não tem. A preservação é feita por amor, por gosto e por respeito aos antepassados (SC. 4, M, 50-59, pós-graduação completa)

Não moro mais em Floresta, mas sonho em voltar. Porém, eu acho que deveria haver mais fiscalizações por parte do poder público, com uma campanha informativa e de conscientização ao povo, sobre normativas etc., referentes às reformas das residências (SC. 8, F, 40-49, pós-graduação completa)

Como nunca fiz reformas, não sei como são as procedências. Mas creio eu que a prefeitura monitora ao menos a questão das reformas no sítio histórico da cidade. Acho que essa questão deveria ser mais transparente pelo poder público. Nunca ouvi falar de fato quais as procedências (SC. 9, M, 20-29, pós-graduação incompleta)

Concluiu-se, então, a entrevista-questionário objetivando tratar especificadamente da concepção de patrimônio e do consideram como sendo patrimônio em Floresta, com as seguintes perguntas a todos os grupos:

O que você entende por patrimônio?

Com base no que você respondeu anteriormente: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade? Fale com suas próprias palavras.

Para sistematização destas respostas, utilizou-se a frequência das palavras, frases e termos falados pelos entrevistados dispostas pela ordem cronológica de aparecimento. Gerou-se, assim, três gráficos de categorias sobre a primeira parte desta pergunta, obtendo-se os seguintes resultados:

A consideração de patrimônio como sendo algo de valor, com afetividade e sentimentos apareceu 16 vezes nas falas dos moradores do sítio, seguida de 12 falas que abordaram a preservação e o ato de “que tem que ser preservado” inerentes ao patrimônio. Ressaltando um bom grau de compreensão sobre o patrimônio e seus cuidados.

Patrimônio é um tesouro onde a gente vai lapidando a cada dia. É você ter aquele cuidado com a coisa, com uma situação, um evento, algum imóvel como aqui, que você preserva para futuramente alguém conhecer como foi essa casa, quem viveu nessa casa, como cuidou dessa casa. (MS. 1, F, 50-59, pós-graduação completa)

(...) o patrimônio é aquilo da antiguidade, como começou, o passado, como diz o outro “pra gente saber a história do lugar é preciso ter passado, se tem o passado, tem história”, então o início disso aqui (...) (MS. 2, M, 50-59, pós-graduação completa)

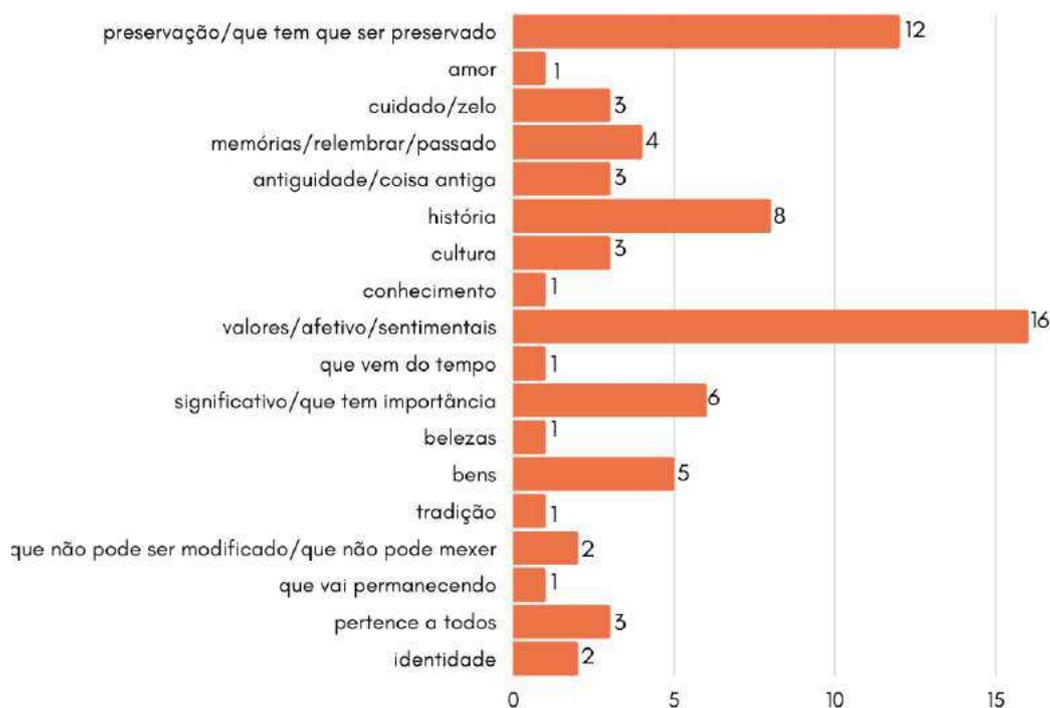
Eu acho que patrimônio é do povo, é a cultura de um povo, é a história de um povo,

e o patrimônio deve ser preservado justamente por isso, porque ele mostra, representa, a história daquele povo, daquela cidade, a sua cultura, tudo... (...) (MS. 6, F, 50-59, pós-graduação completa)

Patrimônio seria você preservar aquilo que existe na cidade que é mais antigo, que é mais importante, que fez parte da história de seus antepassados e que você precisa preservar pra manter a sua história viva na lembrança das pessoas que estão presentes agora e que não viram aquilo antes. (MS. 7, 40-49, pós-graduação completa)

Patrimônio é aquilo que possuímos e damos valor. (...) e no caso do patrimônio histórico e cultural se refere às coisas que amamos na nossa cidade. (MS. 29, M, 60-69, pós-graduação completa)

Gráfico 7 – Morador do sítio



Fonte: A autora (2021).

Para os demais moradores da cidade, o fator histórico ou a “história” se sobressai nas respostas, seguidas da noção de “bens” e da consideração de patrimônio como algo “cultural”. Falas que remetessem ao sentimento ou afeto não foram tão presentes como no grupo anterior. Ainda assim, notou-se a preocupação com as questões do patrimônio.

Patrimônio é afeto, é proximidade, é vivência, é experiência (MC. 2, F, 20-29, pós-graduação completa)

Patrimônio é algo de valor inestimável, que deve ser valorizado, respeitado e muito bem cuidado (MC. 9, F, 50-59, ensino-médio completo)

Conjunto de bens físicos ou não, que demonstram a riqueza cultural de uma determinada região. (MC. 17, M, 30-39, superior completo)

Gráfico 8 – Morador da cidade



Fonte: A autora (2021).

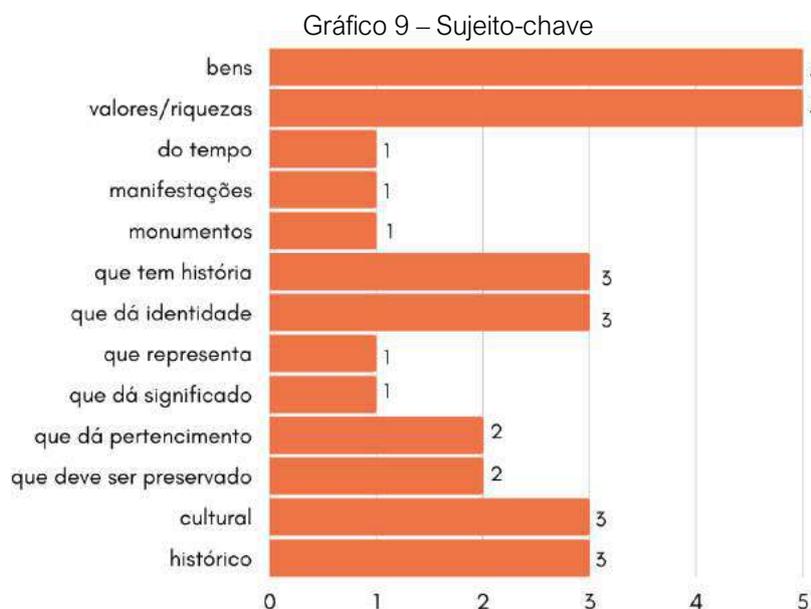
No grupo dos sujeitos-chaves, houve empate na frequência de respostas que remetem ao patrimônio a ideia de “bens” e de “valores/riquezas”, surgindo, cada uma delas, 5 vezes nas falas dos entrevistados deste grupo. Além disso, respostas que ligavam o patrimônio como algo “que tem história”, “que dá identidade” e como algo “cultural” e “histórico” surgiram 3 vezes cada uma, nas respostas adquiridas.

Patrimônio é algo que tem história, que dá identidade a algo ou a algum lugar. Patrimônio é a história dos filhos da terra. (SC. 4, M, 50-59, pós-graduação completa)

Então, patrimônio é nosso “bem” que precisa ser durável. Não somente estruturas físicas, nem de poder econômico, mas o que faz parte de nossa história, dos saberes, da cultura. Sempre acreditei que campanhas de pertencimento deveriam ser feitas em Floresta. (...) As pessoas sentirem amor a tudo o que há

(SC. 8, F, 40-49, pós-graduação completa)

Patrimônio entendo como sendo algo pertencente a um determinado lugar; seja patrimônio histórico, vivo, material, imaterial e/ou cultural. Diz respeito ao pertencimento. (SC. 9, M, 20-29, pós-graduação incompleta)



Fonte: A autora (2021).

No que diz respeito o complemento desta pergunta e conclusão dos questionários sobre o que cada um dos respondentes consideraria patrimônio de Floresta, obteve-se os seguintes resultados organizados por ordem decrescente de frequência das respostas:

Gráfico 10 – Morador do sítio: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade?



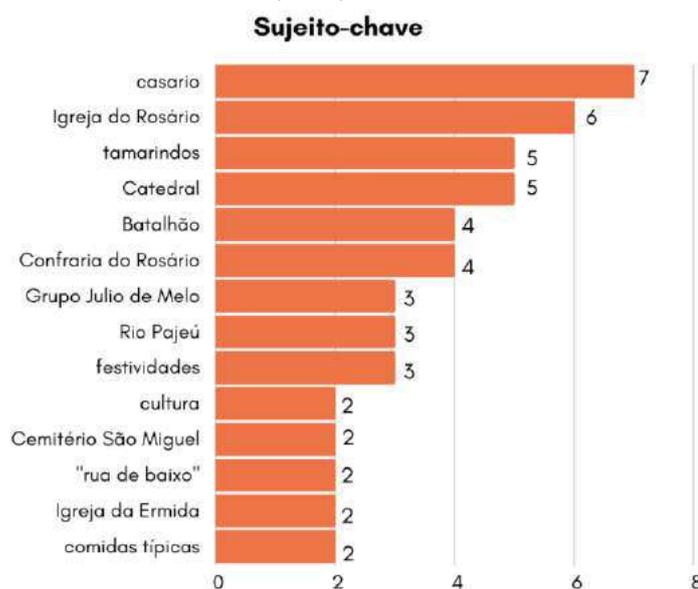
Fonte: A autora (2021).

Gráfico 11 – Morador da cidade: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade?



Fonte: A autora (2021).

Gráfico 12 – Sujeito-chave: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade?



Fonte: A autora (2021).

O casario, a Igreja do Rosário e os Tamarindos, respectivamente nesta ordem, apareceram nos três grupos como sendo considerados patrimônios com maiores frequências nas respostas. Percebeu-se nas respostas, ainda, que estes mesmos bens considerados como patrimônio foram os mais citados como “símbolo” da cidade na pergunta 2 e os mesmos que foram classificados como 1º e 2º lugar de importância/prioridade para os três grupos, na pergunta 5.

Além desses, muitos outros bens, materiais e imateriais, foram citados nas respostas, apesar de terem sido em menor frequência, alguns tendo aparecido somente 1 vez nas falas.

5.3 Considerações Parciais

A consulta aos entrevistados se deu por meio de um questionário composto tanto de perguntas abertas livres como de questões acompanhadas de imagens, atrelando, portanto, o uso de imagens e palavras. O casario, a Igreja do Rosário e os Tamarindos, respectivamente nesta ordem, apareceram nos três grupos consultados como sendo considerados patrimônios e “símbolos” da cidade. Ao mostrar fotografias de 14 atributos do sítio, a Igreja do Rosário e o Casario foram citados como os primeiros colocados em ordem de importância/prioridade para os consultados. Além disso, a menção a “beleza” e “orgulho” foram as palavras/sentimentos mais faladas quando mostradas fotografias de vista aérea do Sítio. Quando perguntados sobre elementos que não existiam mais no Sítio e que gostariam que tivesse permanecido assim como o que mais os chamava atenção na outra sequência de fotos, destacou-se a preservação do casario e o “estilo das casas” e a Antiga Matriz como aquilo que gostariam que tivesse permanecido na paisagem. No que diz respeito a relação do *morador-casa-patrimônio*, ao consultar aquilo que eles mais consideravam de mais importante em sua casa, a maioria dos consultados referiu-se a sua “localização” seguindo da menção ao “valor sentimental”. Quanto a reformas feitas em sua residência, maior parte dos consultados explicou ter sido feito apenas na parte interna dela. Em contrapartida, na pergunta seguinte, a respeito de possíveis modificações da sua fachada, a resposta negativa apareceu em quase todas as respostas, como algo que não se cogitava fazer. Já quando pedido para se falar sobre a relação entre morador-prefeitura, no que tange suportes para intervenções, percebeu-se não existir tal apoio. Quanto ao entendimento do conceito de “patrimônio” chamou a atenção a citação ao “aquilo que tem valor afetivo”, “sentimento”, “que tem que ser preservado”, assim como a menção a “valores”, “bens” e “histórico”. Desse modo, foi possível notar como o valor e a afetividade, ou seja, aquilo com que os moradores mais se identificam como sendo mais importante, seria considerado patrimônio pela grande importância percebida em suas falas.

Ainda assim, como apresentado na “abertura de janela” desta pesquisa, aqui reforço e repito que é possível ir além das próprias vivências e memórias e encontrar em livros escritos por conterrâneos, em fotografias, pinturas e ilustrações, ou mesmo em músicas, poemas e conversas com os mais velhos, a “Floresta de afetos” que se construiu ao longo de sua história. A partir disso, surge um olhar sobre a preexistência. O olhar de pesquisadora

e o olhar de cidadã. O olhar daquele que - antes de ser o “olhar institucionalizado” - observa através de uma “janela” que se compõe de lugares, marcados por histórias, memórias, emoções e afetividade. E que, portanto, ultrapassa a visão unicamente técnica sobre o patrimônio. De um patrimônio que vai de costumes, ritos e festejos, a igrejas e praças de diferentes tempos, pés de tamarindo e o emolduramento das faces de quadras por meio de um belo casario rico de formas, cores e estilos.

6

considerações finais

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o percurso feito ao longo deste trabalho, foi possível notar que a percepção, apropriação e o reconhecimento dos indivíduos possibilitaram um bom grau de permanência e conservação do casario presente no recorte espacial empírico, mantendo uma imagem bastante íntegra e contribuindo para uma melhor performance na transmissão do patrimônio às futuras gerações. Entretanto, a falta de uma legislação patrimonial aplicada e executada e de uma fiscalização e monitoramento, tornam o centro histórico de Floresta passível de ameaças por possíveis descaracterizações, bem como constatou-se em algumas intervenções ocorridas nos últimos 20 anos.

Desta maneira, intencionou-se abordar ao longo dos 4 capítulos as questões referentes a compreensão da cidade de Floresta por meio do caminho empírico, com seu breve histórico, a compreensão das diferentes dinâmicas e especificidades das pequenas e médias cidades, levantando o que há de legislação patrimonial e urbanística na cidade de Floresta e assim, identificando as mudanças e permanências percebidas no conjunto edificado, no *Capítulo I*; a identificação e apresentação dos aportes conceituais nos *Capítulos II e III*, identificando e abordando os conceitos do campo disciplinar do patrimônio cultural edificado, especialmente no que se refere a atribuição de valores e significância cultural, além da identificação e aprofundamento acerca dos conceitos do campo da psicologia ambiental, verificando como estes poderiam operacionalizar o estudo sobre a percepção da população local. E assim, por fim, no *Capítulo IV*, buscando identificar e verificar o tipo de intervenção sobre o patrimônio edificado que os ocupantes dos imóveis no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz realizam e a percepção que os atores sociais (moradores da zona, moradores de outras áreas da cidade e sujeitos-chaves) têm sobre o patrimônio cultural de Floresta-PE e como entendem o patrimônio, em que foi possível perceber grande saudosismo por parte da população, seja diante da “Floresta pelas palavras”, da “Floresta pelas imagens” assim como na “Floresta na relação morador-casa-patrimônio”.

Desta forma, ao identificar a percepção que a população local tem e o tipo de intervenção que promove do patrimônio cultural através da análise do caso específico do município de Floresta-PE, foi possível perceber que ao debruçar-se sobre as questões do patrimônio atrelando a relação sujeito-ambiente foi crucial para entender como o morador

compreende este sítio e como se apropria dele. Entretanto, no que diz respeito a existência de um suporte da prefeitura para o morador, notou-se em parte dos respondentes desconhecimento sobre se há tal suporte, e quando afirmado existir, estes não deram explicações sobre como seria o este apoio. Sobre o entendimento a respeito do conceito de patrimônio, foi possível perceber, ainda que de forma leiga e com linguagem às vezes mais simples e usual, uma boa compreensão sobre a importância do patrimônio e sobre seu conceito. Em seguida, ao indicarem os elementos da cidade que o morador consideraria como patrimônio, coincidiu não somente com os bens registrados no *Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco (IPAC/PE, 1987)* como também com os demais bens florestanos que estão ainda à margem do processo de patrimonialização.

Faz-se necessário frisar a importância que a Educação para o Patrimônio tem no fortalecimento da compreensão de Patrimônio e da melhor percepção dos moradores para com sua cidade. Como na ação ocorrida na década de 2000, entre os anos de 2007 e 2009, em que a CHESF em parceria com a *Brasilis Consultoria & Empreendimentos*, realizou uma série de atividades nos municípios de Belém de São Francisco, Floresta, Itacuruba e Petrolândia no estado de Pernambuco e Rodelas, no estado da Bahia. Ao longo dos dois anos da parceria aconteceram várias atividades como oficinas, pesquisas, seminários e encontros, lançamento de vídeo, além de uma Cartilha para cada município, representando uma amostra da riqueza das atividades expostas. Em Floresta, realizou-se, entre os dias 28 e 30 de outubro de 2008, 4 oficinas: 1 – A Educação do Olhar; 2 – Cultura, Identidade e Patrimônio; 3 - Valor e Memória, e 4 - A preservação do Patrimônio, compostas por uma média de 15 a 20 moradores, tanto de estudantes como professores e funcionários da educação. Apesar do pequeno contingente de participantes, o material recolhido nestas atividades deu origem a uma Cartilha com tiragem de apenas 1000 exemplares.

Ainda que tenha sido um material voltado para mostrar um pouco da cultural local, sem informações adicionais como leis patrimoniais ou formas de intervenção, o material torna-se um exemplo de como ações de educação, ainda que pequenas, podem contribuir para a transmissão do patrimônio para as futuras gerações. Como moradora da cidade, recordo-me brevemente desta ação, mas tenho este material desde a época em que foi distribuído, tendo sido um dos propulsores em meu interesse pela arquitetura

e pelo patrimônio, especialmente de minha cidade natal.

Figura 185 - Cartilha dos Bens Patrimoniais da Natureza e da Cultura, Floresta. 2009



Fonte: CHESF e Brasilis Consultoria (2009). Acervo da autora.

Assim, percebeu-se como seria importante um novo material deste tipo, mas voltado às orientações sobre o entendimento do casario e de boas ações no patrimônio. Uma das razões está no fato de ter sido notada algumas intervenções no Centro que descaracterizam o conjunto, como no caso de casas com mais de um pavimento e lotes, que por conta do uso comercial, alteraram o ritmo original da fachada. Entretanto, por conta do tempo e das condições disponíveis para a produção desta dissertação, pretende-se posteriormente, em fase pós-acadêmica, gerar um relatório fotográfico do casario registrado na pesquisa para a construção de uma “cartilha-inventário” ilustrada, que registre o patrimônio cultural florestano atrelando a relação pessoa-ambiente, das emoções e afetividades, especialmente do recorte definido com as percepções dos atores sociais locais sobre este patrimônio cultural.

Figura 186 - Cartilha: A Floresta Histórica e a Floresta dos Afetos, 2021



Fonte: Criação da autora desta pesquisa (agosto de 2021).

Portanto, a partir da visão dos moradores e do que se apropriam, identificando e verificando qual o papel de cada ator envolvido com a preservação do patrimônio cultural de Floresta-PE, principalmente no recorte espacial das ruas das praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz. Para isto, este material poderia aparecer em forma de textos com linguagem mais acessível, mapas, ilustrações e fotografias servindo de orientação para o reconhecimento e o zelo do patrimônio cultural, apresentando avaliação dos usos do casario e o estado de conservação no contexto da paisagem urbana do setor central, além de demonstrar as mudanças e permanências ocorridas no sítio histórico de Floresta - PE ao longo dos últimos 20 anos – 2000 a 2020. Outra razão de se pretender criar um material deste tipo, é pelo fato de ter constatado algumas intervenções nas fachadas da rua do comércio da cidade, também parte do sítio histórico de Floresta, mas fora da análise desta pesquisa. Como é uma das rotas para chegada ao meu recorte de estudo, foi impossível não reparar neste trecho que apresenta grande número de fachadas com placas comerciais que descaracterizam o conjunto, escondendo os detalhes das fachadas e, por vezes, prejudicando sua preservação e manutenção. Além disso, por saber da possibilidade de se ter o uso comercial ainda que em edificações antigas e históricas, percebe-se que muitas dessas intervenções poderiam ser repensadas.

Aproveito estas considerações finais ainda para apontar algumas dificuldades enfrentadas ao longo deste estudo, especialmente numa leitura imediatamente após a conclusão da pesquisa. Dentre tais dificuldades teve-se, em primeiro lugar, a duração de tempo para elaboração da pesquisa diante das condições enfrentadas ao longo de minha caminhada acadêmica e, em especial, diante do quadro imposto pela pandemia também a nível pessoal. Outra dificuldade encontrada foi a sistematização e codificação das entrevistas tendo em vista que foram escolhidos três grupos de análise, com algumas variações entre as perguntas e que, por terem sido entrevistas abertas e semiestruturadas, fez-se necessário identificar as frequências encontradas nas respostas, buscando preservar as riquezas das falas. Assim, debruçar-se sobre elas demandou mais tempo que o previsto.

No que diz respeito limitações relativas ao objeto empírico percebeu-se certa dificuldade por não se ter um acervo de amplo acesso, necessitando de uma maior busca pelos mais diversos meios (como acervo de conterrâneos e consultas a escritores) além do acesso a dados relativos à legislação municipal que necessitou de mais pesquisas e

contatos para seu acesso e compreensão.

Aponto ainda, e também como uma autocrítica, certas limitações na pesquisa que, diante do grande volume das demandas, pesquisas de campo e do pouco tempo, tenho consciência de que um maior aprofundamento do aporte conceitual, em especial daqueles referentes ao campo disciplinar da preservação do patrimônio, poderia e mereceria ter maior amadurecimento. Afinal, o passar do tempo bem como o surgimento de novos aportes teóricos e as releituras da pesquisa sempre podem aprimorar tais questões e creio serem cruciais na caminhada como pesquisadora.

A dificuldade também esteve em articular os campos disciplinares do patrimônio com o da psicologia ambiental e teoria das representações sociais, na tentativa de trabalhar a interdisciplinaridade perante tantos caminhos possíveis de abordagem em se tratando de campos distintos.

Em suma, foi possível perceber um misto de sentimentos ao longo desta caminhada acadêmica, em que as emoções e a afetividade dos *sujeitos florestanos*, incluindo a mim, trilharam juntos dos vários olhares sobre o patrimônio e de seus valores.

Apesar de ser uma divagação típica de uma leitura de arquiteta, pesquisadora e cidadã florestana, penso que, assim, mais *um olhar sobre a preexistência* é “plantado” por esta pesquisa. Espero, portanto, poder contribuir para valorização de minha cidade, suscitando “um olhar mais atento” que tem o habitante florestano como protagonista detentor de um empoderado papel no processo de conservação do seu patrimônio cultural.

Através das palavras de um querido conterrâneo, tento finalizar estas considerações finais sobre “a Floresta Histórica e a Floresta dos Afetos”, que demonstrou através das percepções, afetividades e ações de seus moradores, ser capaz de manter seu Sítio Histórico resistente e apto a nos proporcionar *um olhar sobre a preexistência*:

Nas fachadas de Floresta está esparramado um gosto estético de muita sensibilidade e refinamento, um senso que guiou nossos antepassados, a demonstrar uma certa unidade de objetivos e um direcionamento rico na utilização do espaço. Uma acuidade que se vê em portas, janelas e fachadas, a vislumbrar e buscar sentimentos de forma artística. (...) Floresta tem alma. Uma alma que pode ser burilada com o mesmo carinho dos tantos que a moldaram, formando esse conjunto rico e harmonioso. Dando acolhimento. (Ferraz, L. A. F, 2007, p. 13-14)

REFERÊNCIAS

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; TORRE, Marta de la. **Values and heritage conservation: research report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. **Decreto-lei no 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coletâneas de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006a.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, Que Institui o Estatuto da Cidade. 2001.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988, promulgada em 05 de outubro de 1988**. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coletâneas de leis sobre preservação do patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006b.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. **LEI Nº. 7970, de 18 de setembro de 1979**. Institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Palácio do Campo das Princesas, em 11 de janeiro de 1980.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. **DECRETO Nº. 6239, de 11 de janeiro de 1980**. Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o Tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Palácio do Campo das Princesas, em 11 de janeiro de 1980.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. **DECRETO Nº 36.249, de 17 de fevereiro de 2011**. Altera o Decreto nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980, que regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Palácio do Campo das Princesas, em 17 de fevereiro de 2011.

BRASIL. Governo do Estado de Pernambuco. **Decreto nº 44.061, de 26.01.17 Homologa a resolução nº 003, de 6 de janeiro de 2017**, do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, declaratória do Tombamento do Prédio da Antiga Força Pública de Floresta, localizado no Município de Floresta-PE. Acesso em: 27 jan. 2017.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes. 2008.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G.; Z.M.M. BIASOLI-ALVES (Orgs) **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

BOMFIM, Z. A. C.; DELABRIDA, Z. N. C.; FERREIRA, K. P. M.. Emoções e afetividade ambiental. In CAVALCANTE, Sylvia. ELALI, Gleice A. **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. (Org.) Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2018.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CABRAL, Renata; LIRA, Flaviana. **Estrutura Nacional de Conservação**. In: Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / Norma Lacerda e Sílvio Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. p. 70-87. 2012.

CANTARELLI, R.; D'ARC, J. **Justificativa dos Pedidos de Tombamentos do Centro Histórico de Floresta-PE e da Igreja do Rosário ao CEPPC**. 2019.

CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueroa. **Caracterização dos Atributos dos Bens Patrimoniais**. In: Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / Norma Lacerda e Sílvio Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. p. 148-157. 2012.

CARTA de Veneza. Veneza, 1964. CIAM — Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas instrumentos**. São Paulo: Belo Horizonte: Anablume: IEDS, 2009. 379p.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos**. In: GOMES, Marco Aurélio Filgueiras; CORREA, Elyane Lins (org.). Reconceituações contemporâneas do patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1

CASTRO, J. R. B. de. **A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de caso**. In: LOPES & HENRIQUE (orgs). cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. p. 109-123. 2010.

CAVALCANTE, Sylvia. ELALI, Gleice A. **Temas básicos em psicologia ambiental**. (Org.) Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011. 218 p.

CAVALCANTE, Sylvia. ELALI, Gleice A. **Psicologia Ambiental: conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente**. (Org.) Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2018.

CAVALCANTE, S.; ELIAS, T. F.. Apropriação. In: **Temas básicos em psicologia ambiental**. p.63-69. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

CAVALCANTI-BRENDLE, Maria de Betânia. **Arquitetura do Povo**. Revista Continente, v. 1, n. 32, p.54-61, 2003.

CAVALCANTI, Maria de Betânia Uchôa. **Arquitetura popular no interior de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1995.

CHESF. Cartilha dos Bens Patrimoniais da Natureza e da Cultura, Floresta. CHESF e Brasilis Consultoria & Empreendimentos. 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORRAL-VERDUGO, Víctor. **Psicologia Ambiental: objeto, "realidades" sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 16, n. 1-2, p. 71-87, 2005.

CORRÊA, Roberto L Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In. ENCONTRO DA ANPUR, 9., 2001. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2001. p. 424-431.

CORRALIZA, J. A. **Emoción y ambiente**. In J. I. Aragonés e M. Américo. (Orgs.) *Psicologia Ambiental*. Madri: Pirâmide. 1998.

COSTA, Andréa Virgínia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente? memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró–RN**. Dissertação (mestrado) –Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007.

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, outubro de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>. Acesso em 2 fev. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Diário Oficial de 11.12.2020 que torna público o processo de tombamento do Centro Histórico de Floresta-PE. 2021.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO. Diário Oficial de 26.08.2020, torna público o processo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 2021.

ELALI, G. A.; MEDEIROS, S. T. F.. Apego ao Lugar. In: **Temas básicos em psicologia ambiental**. p.53-62. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

FERRAZ, Álvaro. **Floresta: memórias duma cidade sertaneja no seu cinquentenário**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1957 (reedição de 2003). V. 8. (Cadernos de Pernambuco).

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **Floresta do Navio: capítulo da história sertaneja**. Biblioteca Pernambucana de História Municipal. Recife: Centro de Estudos de História Municipal.1992. V. 26. 446 p.

FERRAZ, Carlos Antônio de Souza. **História Municipal de Floresta: os vales, o povo, a**

evolução sociocultural e econômico. Recife: FIAM/CEHM, 1999. 276 p.

FERRAZ, Luiz Augusto Feitoza. **Bonito Pra Chover.** 2007.

FUNDARPE. **Inventário do Patrimônio Cultural Rd Sertão do Itaparica: Floresta-PE.** 2005.

FUNDARPE. **Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco – Sertão do São Francisco,** IPAC/PE - Liber Gráfica, 1987.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco: Materiais e Imateriais.** 3ª Edição. Recife. 2014.

FUNDARPE. **Processo de tombamento do Prédio da Antigo Força Pública de Floresta - PE.** 2010-2016.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios. Coleção Questões de Nossa Época, v.23, 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

FRESCA, Tânia Maria. **Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia.** Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27–34, jan./jun. 2001.

GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos.** KUHLM, Beatriz Mugayar (org). Tradução: Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kuhl. Ateliê Editorial. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

GOMES, Maria Gabriela N. S. **Batalhão Cultural – Projeto de Intervenção no Edifício do 3º Batalhão da Antiga Força Pública em Floresta-PE.** Trabalho de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Recife, UFPE, 2017. Link de acesso para leitura: <https://bityli.com/UZHh1>

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta: Iconografia.** Recife. 68p. 1989

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Floresta: uma Terra, um Povo. vols. 14 e 15** Coleção Tempo Municipal – Centro de Estudos de História Municipal da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco – FIAM. Floresta. 1996. 384 p. (Coleção Tempo Municipal)

GOMINHO, Leonardo Ferraz. **Cheiro de Chuva: crônicas de uma terra.** Prefácio de Raimundo Carrero. – Floresta : Ed. do Autor, 1998.

GUNTHER, Hartmut. **Mobilidade e affordance como cerne dos Estudos Pessoa-Ambiente.** Natal: Estud. psicol v. 8, n. 2, Agosto. 2003.

GUNTHER, Hartmut. Affordance. In: **Temas básicos em psicologia ambiental.** p.21-27. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

GURGEL, F. F.; PINHEIRO, J. Q. Compromisso Ecológico. In: **Temas básicos em psicologia ambiental.** p.159-173. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

HIDAKA, L. **Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades: patrimônio cultural da humanidade: teoria, metodologia e aplicação.** 2011. 229 f. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento Urbano) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **The Nara document on authenticity**. Nara: Icomos, 1994.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES AUSTRALIA. **The Burra charter: the Australia ICOMOS charter for places of cultural significance**. Burwood: Icomos Austrália, 2013.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Portaria 375 de 19 de setembro de 2018**. Brasil: IPHAN, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41601273/do1-2018-09-20-portaria-n-375-de-19-de-setembro-de-2018-41601031. Acesso em: 02 fev. 2021.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades, REGIC**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e idéias sobre conservação**. In: ZANCHETI, Sívio (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002.

JOKILEHTO, J. **Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context**. *City and Times*, v. 2, n. 1 p. 1-15, 2006. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>.

LACERDA, Norma. **Valores de bens patrimoniais**. In: *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / Norma Lacerda e Sívio Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada*. p. 44-54. 2012.

LACERDA, Norma. **Os valores das estruturas ambientais urbanas: considerações teóricas**. In: ZANCHETI, Sívio (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Flaviana B. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o seu monitoramento**. Recife: EdUFPE, 2010.

LIRA, Flaviana B. **Sobre a Essência da Conservação do Patrimônio Cultural: as Noções de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade; Da Natureza Complexa dos Bens Culturais: A Indissociabilidade entre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade**. In *Anais do V Encontro Internacional sobre patrimônio edificado - Arquimemória*. Salvador:

Departamento da Bahia do Instituto do Arquitetos do Brasil. 2017.

LIRA, F. B. **Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 272-298, julho-dezembro, 2018.

LIRA, F. B. **Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática**. *Oculum Ensaio*, v. 17, e204365, 2020. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365>

MASON, Randal. **Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices**. In: DE LA TORRE, Marta (org.). *Assessing the values of cultural heritage: research report*. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 2002, p. 5-30.

MASON, R. **Fixing historic preservation: a constructive critique of “significance”**. *Places, a Forum of Environmental Design*, v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004.

MEDINA FILHO, A. L. (2013). **Importância das imagens na metodologia de pesquisa em psicologia social**. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 263-271.

MCANDREW, F. T.. **The measurement of “rootedness” and the prediction of attachment to home-towns in college students**. *Journal of Environmental Psychology*, 18(4), 409-417. 1998

MOSER, Gabriel. **Psicologia Ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar?**. São Paulo: *Psicol. USP*, v. 16, n. 1-2, 2005.

NAHAS, Patricia Viceconti. **Antigo e novo nas intervenções em preexistências históricas: a experiência brasileira (1980-2010)**. 2015. 2 v. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP. São Paulo.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão holística da Percepção Ambiental na Arquitetura e na Comunicação**. 1999

OLENDER, Marcos. **O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio**. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 35, p. 321-341, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 29 jul. 2021.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Arquitetura, urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada**. São Paulo: *Psicol. USP*, v. 16, n. 1-2, 2005

PICCOLO, Rosane. PONTUAL, Virginia. **Identificação do Patrimônio Cultural**. In: *Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / Norma Lacerda e Sílvia Mendes Zancheti / Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada*. p. 128-147. 2012.

PONTUAL, V. et al. **Metodologia para a identificação e autenticação do patrimônio cultural**. In: Textos para Discussão, N.27, 2008. Disponível em: < <http://www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-27.html> >. Acesso em 15 jan. 2021.

PONTUAL, V., LIRA, F. B. Disciplina de Planejamento Urbano e Regional IV curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco. CAC-UFPE. 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei Orgânica Municipal – Floresta-PE: Resolução nº 01 de 15.08.2002**. 90 f. p. 85-86. Título IV - Da Ordem Econômica e Social; Capítulo VII - Da política do turismo – Art. 169-D. 2002. Acesso em: 23 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 479/2012**. Institui o Plano Diretor do município de Floresta-PE e dá outras providências. 41 f. p. 20-30. Capítulo IV, Seção II; Capítulo VI; Seção II; Art 87. 09 de julho de 2012. Acesso em: 20 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 595/2015**. Código de Posturas do Município de Floresta-PE. Institui o Código de Posturas do município de Floresta-PE e dá outras providências. 2015. Acesso em: 23 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 596/2015**. Código de Edificações do Município de Floresta-PE. Institui o Código de Edificações do município de Floresta-PE e dá outras providências. 2015. Acesso em: 23 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 626/2016**. Regulamenta o artigo 169-D da Lei Orgânica Municipal, implanta e regulamenta o tombamento de bens materiais e imateriais, assim como seus registros pelo Município de Floresta/PE e dá outras providências. 20 abril 2016. Acesso em: 23 ago. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 732/2018**. Catalogação, proteção e preservação de bens nos termos do artigo 169-D da Lei Orgânica. 20 abril 2016. Acesso em: 10 dez. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Lei nº 859/2021**. Declara Patrimônio de Interesse Histórico, Paisagístico e Cultural material o casario e as vias públicas – Cel. José Gonçalves Torres, Praça Antônio Ferraz, Praça Cel. Fausto Ferraz, Capitão Emílio Novaes e Rua Getúlio Menezes. 16 abr. 2021. Acesso em: 5 mai. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Decreto Municipal nº 59 de 23 de julho de 2021**. Institui o mês de agosto como o “Mês do Patrimônio Histórico e Cultural” de Floresta, a ser comemorado anualmente em todo o município. 23 jul. 2021 2021. Acesso em: 25 jul. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA. **Ofício nº 247/2021**. Gabinete da Prefeita. 11 jun. 2021 2021. Acesso em: 25 ju. 2021.

RANGEL, Mary. Resenha Crítica O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. 1996. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1206>

SAMPAIO, Yoni. **Introdução à história territorial do sertão nordestino: devassamento e colonização**. Recife: CEPE, 2015. 87p. Coleção Tempo Municipal; 33.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, A. R. S.; TENÓRIO, B. C.; MEDEIROS, H. M.P.; RIBEIRO, A. R. S. C; MELO, V. L. M. O.. **Uma janela para a paisagem**, Arquitetura Revista, Vol. 14, n. 2, p. 163-173, jul/dez 2018.

SCIFONI, Simone. **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo**. In: Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, n. 27 especial, 1. semestre 2019. p. 14-31.

TABOSA, Maria Laís Maciel. **Um novo olhar para o reconhecimento dos bens industriais: o caso da Fábrica do Peixe**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. 180f. Recife, 2018.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia - um estudo da percepção: atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 2015a.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2015b.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centro urbanas: objetivos, estratégias e resultados**. 2.ed. rev. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIDAL, T.; POL, E. **La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación entre personas y los lugares**. Anuario de psicología/The UB Journal of psychology, 36(3), 281-298. 2005.

ZANCHETI, S. et al. **Judgement and validation in the Burra charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites**. City and Times, v. 4, n. 2, p. 47-53, 2009.

Músicas:

DANTAS, Zé; GONZAGA, Luiz. **Riacho do Navio**. 1955.

GONZAGA, Luiz; GRANJEIRO, Raymundo. **Meu Pajeú**. In: *O Rei do Baião*. 1957.

VILARIM, Pedrinho. **Lembranças**. In: *Com o pé na estrada*. 2003.

VILARIM, Pedrinho. **Floresta da Vila**. In: *Os Vilarim*, 2007.

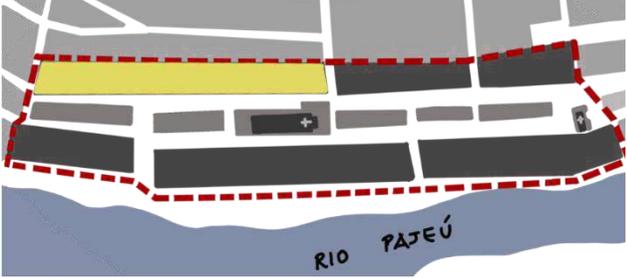
FERRAZ, Anselmo. "A Floresta". **Hino da cidade de Floresta-PE**. 1977.

Poesias:

FERRAZ, Luiz Augusto Feitoza. **Bonito pra Chover**. In: *Bonito Pra Chover*. 2007

FERRAZ, Luiz Augusto Feitoza. **Cadeiras nas Calçadas**. In: *Bonito Pra Chover*. 2007

APÊNDICE A – Face de Quadra A (Rua Praça Antônio Ferraz Boiadeiro)



2

1

3

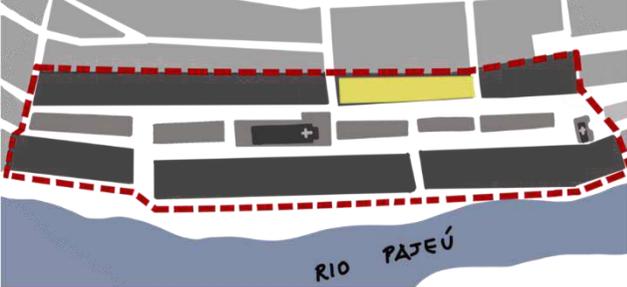


1

2

3





APÊNDICE B – Face de Quadra B (Rua Praça Antônio Ferraz)



1

3

1

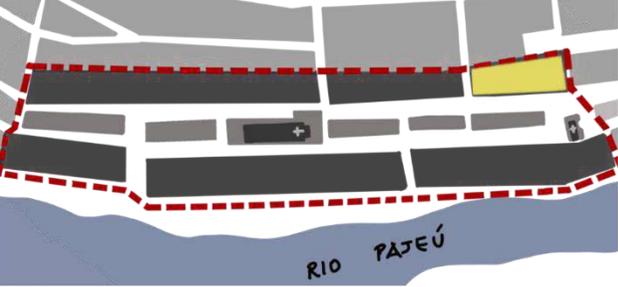


2



3





APÊNDICE C – Face de Quadra C (Rua Praça Cel. Fausto Ferraz)

2



1

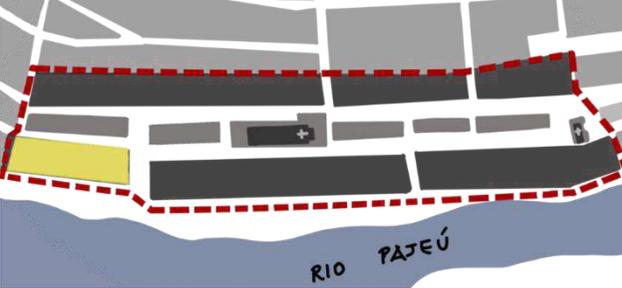


1

2



Fonte: A autora (2021).



APÊNDICE D – Face de Quadra D (Rua Praça Antônio Ferraz Boiadeiro)

2



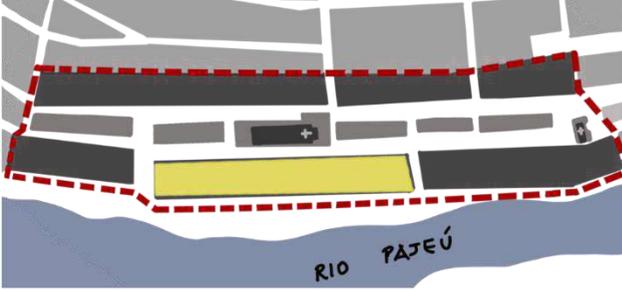
1

1



2





APÊNDICE F – Face de Quadra F (Rua Praça Cel. Fausto Ferraz)

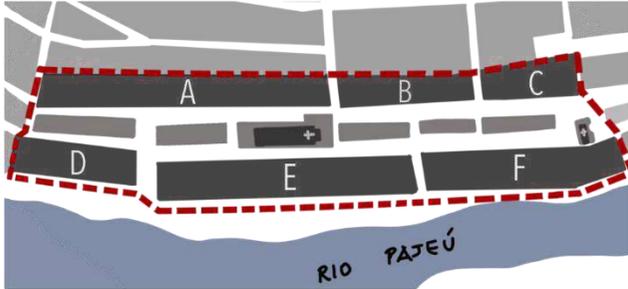


Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE G – Localizações das Faces de Quadra e Igrejas (Ruas das Praças Antônio Ferraz Boiadeiro, Antônio Ferraz e Cel. Fausto Ferraz)



Catedral do Bom Jesus dos Aflitos



Igreja Nossa Senhora do Rosário



APÊNDICE H - Roteiro Questionário Morador do Sítio – MS
(ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano MDU Mestrado – Maria Gabriela Numeriano
UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA: O Sítio Histórico de Floresta, a percepção do morador e a salvaguarda do Patrimônio Cultural	
Perfil do entrevistado: Categoria: () Residente Antigo do Sítio () Residente Novo do Sítio Sexo: F () M () Faixa etária: () < 20 () 20-29 () 30-39 () 40-49 () 50-59 () 60-69 () 70 anos ou mais Nível de escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação incompleta () Pós-graduação completa	
Floresta pelas palavras:	
1 - Há quanto tempo você mora/ocupa este imóvel?	
2 - O que mais chama a atenção na cidade de Floresta? Se tiver de lembrar de algo que seja o símbolo da cidade e que melhor representa, o que seria?	
3 - Se você fosse mostrar a cidade para alguém que estivesse visitando-a, para onde você a levaria e que mostraria?	
4 - Falando agora só daqui, da área central da cidade, para você o que se destaca? Pense no que existe aqui e cite alguns pontos que para você tem mais significado.	
Floresta pelas imagens:	
5 - O que você sente ao ver estas imagens (<i>mostrar 2 imagens aéreas “voo de pássaro”</i>) de parte do Sítio Histórico de Floresta? Indique uma palavra/sentimento que para você descreve estas imagens.	
6 - Vendo estas imagens (<i>mostrar os 14 atributos selecionados previamente pela pesquisadora</i>), como você colocaria em ordem de prioridade/importância (de 1 a 14, e que mais representam a cidade para você Da mais importante a menos importante para você.	
7 - Ao ver estas imagens antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta (<i>selecionadas previamente pela pesquisadora</i>) o que mais te chama a atenção? Há algo nelas que não existe mais e que você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje? Se sim, o que e por quê?	
Floresta pela relação morador-casa-patrimônio:	
8 - Voltando para sua casa/imóvel, o que você considera de mais importante nela(e)?	
9 - Desde que mora/ocupa o imóvel, já realizou alguma alteração? Se sim, poderia me exemplificar?	
10 - Você já pensou em alterar a fachada de sua casa? Se sim, de que modo? Por quê?	
11 - Em caso de modificações/alterações/reforma de sua casa/imóvel, como é a relação entre você enquanto morador e a prefeitura para autorizações, por exemplo? Existe algum suporte da prefeitura?	
12 - O que você entende por patrimônio? E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade? Fale com suas próprias palavras. (<i>se o entrevistado não conseguiu responder a primeira parte pergunta, esclarecer o que é patrimônio de uma cidade: é aquilo que ela tem de importante, que conta sua história, preserva a memória dos que moram nela; podem ser edificações, monumentos, tradições, locais</i>)	

APÊNDICE I - Roteiro Questionário Morador da Cidade - MC
(mora em outras ruas da cidade)

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano MDU Mestrado – Maria Gabriela Numeriano
UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA: O Sítio Histórico de Floresta, a percepção do morador e a salvaguarda do Patrimônio Cultural	
Perfil do entrevistado: Sexo: F () M () Faixa etária: () < 20 () 20-29 () 30-39 () 40-49 () 50-59 () 60-69 () 70 anos ou mais Nível de escolaridade: () Analfabeto () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo () Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação incompleta () Pós-graduação completa	Categoria: Morador da cidade - mora em outra área
Floresta pelas palavras:	
1 – E em que parte da cidade e há quanto tempo mora em Floresta?	
2 - O que mais chama a atenção na cidade de Floresta? Se tiver de lembrar de algo que seja o símbolo da cidade e que melhor representa, o que seria?	
3 - Se você fosse mostrar a cidade para alguém que estivesse visitando-a, para onde você a levaria e que mostraria?	
4 - Falando agora só da área central da cidade, para você o que se destaca? Pense no que existe nela e cite alguns pontos que para você tem mais significado.	
Floresta pelas imagens:	
5 - O que você sente ao ver estas imagens (<i>mostrar 2 imagens aéreas "voo de pássaro"</i>) de parte do Sítio Histórico de Floresta? Indique uma palavra/sentimento que para você descreve estas imagens.	
6 - Vendo estas imagens (<i>mostrar os 14 atributos selecionados previamente pela pesquisadora</i>), como você colocaria em ordem de prioridade/importância (de 1 a 14, e que mais representam a cidade para você)? Da mais importante a menos importante para você.	
7 - Ao ver estas imagens antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta (<i>selecionadas previamente pela pesquisadora</i>) o que mais te chama a atenção? Há algo nelas que não existe mais e que você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje? Se sim, o que e por quê?	
Floresta pela relação morador-casa-patrimônio:	
8 – Em algum momento já morou ou já quis morar em alguma das ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro (“rua de baixo”)? E por quê?	
9 – Imaginando que você morasse em alguma casa localizada nestas ruas, você pensaria em alterar a fachada de sua casa? Se sim, de que modo? Por quê?	
10 - Em caso de modificações/alterações/reforma de sua casa/imóvel em que você mora, como é a relação entre você enquanto morador e a prefeitura para autorizações, por exemplo? Existe algum suporte da prefeitura?	
11 - O que você entende por patrimônio? Fale com suas próprias palavras.	
Com base no que você respondeu anteriormente: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade? Fale com suas próprias palavras.	

APÊNDICE J - Roteiro Questionário Sujeito-Chave - SC

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano MDU Mestrado – Maria Gabriela Numeriano
UM OLHAR SOBRE A PREEXISTÊNCIA: O Sítio Histórico de Floresta, a percepção do morador e a salvaguarda do Patrimônio Cultural	
Perfil do entrevistado: Categoria: Sujeito-Chave	
Sexo: F () M ()	
Faixa etária: () < 20 () 20-29 () 30-39 () 40-49 () 50-59 () 60-69 () 70 anos ou mais	
Nível de escolaridade:	
() Analfabeto () Fundamental incompleto () Fundamental completo	
() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo	
() Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação incompleta () Pós-graduação completa	
Floresta pelas palavras:	
1 – E em que parte da cidade e há quanto tempo mora em Floresta?	
2 - O que mais chama a atenção na cidade de Floresta? Se tiver de lembrar de algo que seja o símbolo da cidade e que melhor representa, o que seria?	
3 - Se você fosse mostrar a cidade para alguém que estivesse visitando-a, para onde você a levaria e que mostraria?	
4 - Falando agora só da área central da cidade, para você o que se destaca? Pense no que existe nela e cite alguns pontos que para você tem mais significado.	
Floresta pelas imagens:	
5 - O que você sente ao ver estas imagens (<i>mostrar 2 imagens aéreas “voo de pássaro”</i>) de parte do Sítio Histórico de Floresta? Indique uma palavra/sentimento que para você descreve estas imagens.	
6 - Vendo estas imagens (<i>mostrar os 14 atributos selecionados previamente pela pesquisadora</i>), como você colocaria em ordem de prioridade/importância (de 1 a 14, e que mais representam a cidade para você)? Da mais importante a menos importante para você.	
7 - Ao ver estas imagens antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta (<i>selecionadas previamente pela pesquisadora</i>) o que mais te chama a atenção? Há algo nelas que não existe mais e que você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje? Se sim, o que e por quê?	
Floresta pela relação morador-casa-patrimônio:	
8 – Em algum momento já morou ou já quis morar em alguma das ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro (“rua de baixo”)? E por quê?	
9 – Imaginando que você morasse em alguma casa localizada nestas ruas, você pensaria em alterar a fachada de sua casa? Se sim, de que modo? Por quê?	
10 - Em caso de modificações/alterações/reforma de sua casa/imóvel em que você mora, como é a relação entre você enquanto morador e a prefeitura para autorizações, por exemplo? Existe algum suporte da prefeitura? Se você for funcionário do poder público (executivo/legislativo), poderia me explicar como é a relação entre o morador e órgão no que diz respeito esta questão? Há algum tipo de monitoramento, fiscalização, setor de aprovação de projeto, por exemplo?	
11 - O que você entende por patrimônio? Fale com suas próprias palavras.	
Com base no que você respondeu anteriormente: E em Floresta, o que você acha que é patrimônio da cidade? Fale com suas próprias palavras.	

APÊNDICE K - Imagens para a pergunta 5

“Floresta de Hoje”: Vistas aéreas Sítio Histórico de Floresta

**O que você sente ao ver estas imagens de parte do Sítio Histórico de Floresta?
Indique uma palavra/sentimento que para você descreve estas imagens.**



Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE L - Imagens para a pergunta 6

14 atributos Sítio Histórico de Floresta: Seleccionados previamente pela pesquisadora

Vendo estas imagens, como você colocaria em ordem de prioridade/importância? E quais mais representam a cidade? Da mais importante a menos importante para você.

Igreja do Rosário



Difusora



Espaço Cultural



Casario (casas)



Catedral



Coreto



Pracas



Prefeitura Municipal



Câmara Municipal



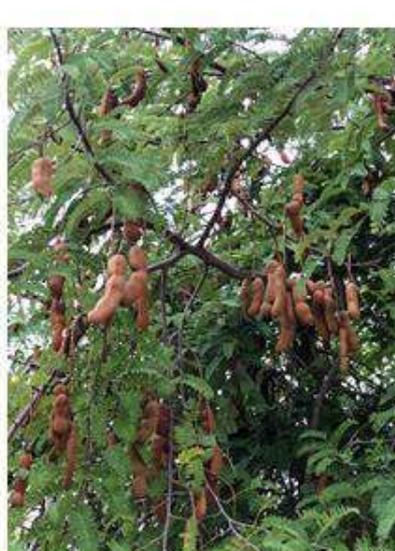
Secretaria Paroquial



Confraria do Rosário



Pés de Tamarindo



Galeria Casa Pedra Branca

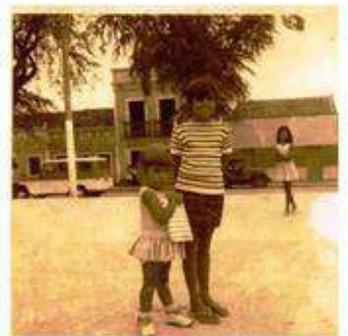


Memorial Conceição Cahú



“Floresta de Ontem”: Fotografias antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta

Ao ver estas imagens antigas localizadas no Sítio Histórico de Floresta o que mais te chama a atenção? Há algo nelas que não existe mais e que você gostaria que tivesse permanecido até os dias de hoje? Se sim, o que e por quê?



APÊNDICE O – Perfil dos entrevistados Morador do Sítio
(ruas das praças Cel. Fausto Ferraz, Antônio Ferraz e Antônio Ferraz Boiadeiro)

MS	SEXO	FAIXA-ETÁRIA	ESCOLARIDADE
1	F	50-59	Pós-graduação completa
2	M	50-59	Pós-graduação completa
3	F	60-69	Superior completo
4	F	50-59	Superior completo
5 *	M	60-69	Pós-graduação completa
6	F	50-59	Pós-graduação completa
7	F	40-49	Pós-graduação completa
8	M	50-59	Superior completo
9	F	40-49	Pós-graduação completa
10 *	M	20-29	Superior completo
11 *	M	50-59	Ensino médio completo
12	M	60-69	Superior completo
13	F	60-69	Ensino médio completo
14	F	70 ou +	Superior completo
15	M	50-59	Superior completo
16	F	70 ou +	Pós-graduação completa
17 *	M	50-59	Superior completo
18	F	30-39	Superior completo
19	M	50-59	Pós-graduação completa
20	F	60-69	Ensino médio completo
21	F	50-59	Superior completo
22	F	50-59	Superior completo
23	F	20-29	Superior completo
24	F	40-49	Pós-graduação completa
25	F	50-59	Superior completo
26	F	40-49	Superior completo
27	F	40-49	Ensino médio completo
28	F	60-69	Ensino médio completo
29	M	60-69	Pós-graduação completa
30	F	30-39	Superior completo
31	M	50-59	Superior completo
32	F	30-39	Pós-graduação completa

*Moradores do Sítio que também são Sujeitos-Chaves

APÊNDICE P – Perfil dos entrevistados Morador da Cidade
(mora em outras ruas da cidade)

MC	SEXO	FAIXA-ETÁRIA	ESCOLARIDADE
1	F	20-29	Superior completo
2	F	20-29	Pós-graduação completa
3	F	50-59	Superior incompleto
4	M	20-29	Superior completo
5	F	20-29	Superior completo
6	M	30-39	Pós-graduação completa
7	F	40-49	Pós-graduação completa
8	M	50-59	Pós-graduação completa
9	F	50-59	Ensino médio completo
10	F	50-59	Pós-graduação completa
11	F	30-39	Pós-graduação completa
12	F	30-39	Pós-graduação completa
13	F	20-29	Pós-graduação completa
14	M	50-59	Pós-graduação completa
15	F	30-39	Superior completo
16	F	20-29	Pós-graduação completa
17	M	30-39	Superior completo
18	F	50-59	Superior completo
19	M	30-30	Ensino médio completo
20	F	20-29	Pós-graduação incompleta

Fonte: A autora (2021).

APÊNDICE Q – Perfil dos entrevistados Sujeitos-Chaves

SC	SEXO	FAIXA-ETÁRIA	ESCOLARIDADE
1	F	40-49	Pós-graduação completa
2	M	40-49	Superior completo
3	M	70 ou +	Pós-graduação completa
4	M	50-59	Pós-graduação completa
5	M	50-59	Fundamental incompleto
6	F	20-29	Pós-graduação completa
7	M	30-39	Superior incompleto
8	F	40-49	Pós-graduação completa
9	M	20-29	Pós-graduação incompleta
10	F	50-59	Pós-graduação completa
11	M	60-69	Pós-graduação completa
12	F	30-39	Superior incompleto
13	F	30-39	Pós-graduação completa
14	F	20-29	Pós-graduação completa

Fonte: A autora (2021).

ANEXO A – OFÍCIO n° 247/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Floresta
Cidade em Reconstrução

Ofício n° 247/2021 - GP

Floresta/PE, 11 de junho de 2021

Ao Ilmo. Sr.

GILBERTO DE MELLO FREIRE NETO
Secretário de Cultura do Estado de Pernambuco
Secretaria de Cultura
Rua da Aurora, n° 463/469, Boa Vista, 50050-000, Recife-PE
Telefone: (81) 3184-3029/(81)3184-3095
secultpe@gmail.com ou presidenciafundarpe1@gmail.com

Assunto: Tombamento do Centro Histórico de Floresta, no Sertão de Itaparica, Processo Administrativo SECULT n° 012/2020
Referência: Processo SEI n° 2000000008.002627/2020-01

Cumprimentando-o, faço uso do presente para, em atenção à solicitação feita pelo ofício n° 153/2021, da Notificação do Tombamento incidente sobre Centro Histórico de Floresta, salvaguarda pelo Estado de Pernambuco em razão do seu valor arquitetônico e histórico, datado em 17 de maio de 2021, informa a Vossa Senhoria que a Prefeitura Municipal de Floresta/PE, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Esportes, apresentam sua **MANIFESTAÇÃO À NOTIFICAÇÃO**. Neste sentido, é oportuno esclarecer que:

No que diz respeito à abertura do Processo de Tombamento o município se declara ANUENTE, no entanto requer uma ação conjunta de fortalecimento patrimonial e humano para melhor difusão na questão da determinação de não pode ser destruído, demolido ou mutilado o Centro Histórico de Floresta e os projetos de conservação, reparação e restauração que devem ser submetidos à análise da Fundarpe (prévia autorização), por ser o órgão técnico do Sistema de Tombamento Estadual, e ainda que não se pode na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes.

Prça. Major João Novães, n° 255 e 257 - Centro
CEP: 56400-000 - Floresta - Pernambuco
CNPJ: 10.113.736/0001-20

Fone: (81) 3877.1818
E-mail: seclflorestape@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Floresta
Cidade em Reconstrução

A solicitação enseja na realização de Audiência Pública no município de Floresta/PE, no formato remoto, por meio de ampla divulgação, com o objetivo de informar e esclarecer a população florestana sobre o tombamento do Centro Histórico do município, haja vista que mais de três décadas de conversação, preservação e proteção desses bens arquitetônicos se mantiveram, exclusivamente, pelo amor e sentimento de pertencimento dos seus donos.

O evento precisará da participação técnico em patrimônio da secretaria de Estado da Cultura (Secult) e de um representante do município.

O processo de tombamento foi iniciado em 2020 pela FUNDARPE. Em 1987 o Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco/Sertão do São Francisco (IPAC-PE), delimitou sob a incidência de Tombamento do Centro Histórico de Floresta pelo Estado.

No mês de maio do corrente, foi realizada reunião com diretoria de cultura e turismo para esclarecer do processo de tombamento e a sua constatação foi a necessidade de prover o sentimento de amor pelo seu patrimônio, por consequente as ações de conversação, preservação e proteção.

Pois, um tombamento não pode ser visto como algo negativo e sim um mérito e um reconhecimento. Isso garante a identidade e a força do local, além de ser algo eminentemente afetivo.

O tombamento é um ato administrativo que objetiva preservar – com aplicação da lei – bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

A participação popular nesta audiência é um importante mecanismo democrático para, junto com a Secult/PE, fomenta o tombamento definitivo com a participação efetivo de todos os cidadãos florestanos.

Ademais, Floresta tem sua própria legislação de preservação dos bens naturais e culturais de interesses públicos – Lei Municipal n°732/2018 em fase de implementação por isso uma ação compartilhada é o instrumento adequado na atual sociedade, em que a democracia inspira bons líderes.

Prça. Major João Novães, n° 255 e 257 - Centro
CEP: 56400-000 - Floresta - Pernambuco
CNPJ: 10.113.736/0001-20

Fone: (81) 3877.1818
E-mail: seclflorestape@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTES

Floresta
Cidade em Reconstrução

No mais, nos colocamos a inteira disposição para auxiliar, dentro de nossa esfera de competência, no que for necessário.

Atenciosamente,

ROSANGELA DE MOURA MANICOBA
NOVAES FERRAZ:19329318487

Assinado de forma digital por ROSANGELA DE MOURA MANICOBA NOVAES FERRAZ:19329318487
Data: 2021.06.11 11:28:40 -03'00'

ROSANGELA DE MOURA MANICOBA NOVAES FERRAZ
Prefeita

Fonte: Gabinete da Prefeita, Prefeitura Municipal de Floresta (2021).

ANEXO B – PEDIDO AO CEPPC PARA TOMBAMENTO DA IGREJA DO ROSÁRIO E CENTRO HISTÓRICO DE FLORESTA/PE

Recife, 05 de dezembro de 2019.

Ao Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, CEPPC,

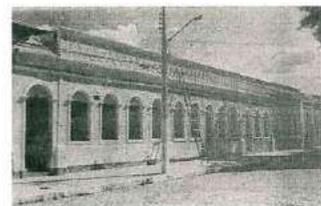
Pedido de abertura de dois processos de tombamento, um referente à **Igreja de Nossa Senhora do Rosário** e o outro ao **Centro Histórico da Cidade de Floresta**, localizados na região do Sertão de Itaparica.

JUSTIFICATIVA

Na década de 1980, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Fundarpe, realizou um trabalho de pesquisa e inventário na região do estado próxima ao Rio São Francisco, compreendendo uma vasta área entre os municípios de Afrânio e Tacaratu. Tal inventário tanto tinha por objetivo registrar um patrimônio material que seria sacrificado com os alagamentos provocados pela construção da hidroelétrica de Itaparica, como foi o caso das cidades de Itacubura e Petrolândia; quanto identificar bens materiais passíveis de preservação nas outras localidades, seja ela ao nível municipal ou estadual.¹

A pesquisa foi fundamental para a abertura de diversos processos de tombamento relativo a bens culturais no sertão do estado, como, por exemplo, o da Igreja Matriz, em Petrolina, o da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em

Cabrobó, e o do Sítio Histórico do Caboclo, em Afrânio; e ainda resultou no livro “Inventário do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco, IPAC/PE, Sertão do São Francisco”, publicado em 1987. No entanto, diversos bens recomendados nessa pesquisa para serem preservados como patrimônio cultural de Pernambuco jamais tiveram seus processos de tombamento abertos pelo estado, ficando a mercê da destruição e da descaracterização que a falta de valorização desse patrimônio pode acarretar. A não proteção desses bens, alguns ainda se mantendo preservados, pode gerar perdas irreparáveis para a preservação da memória do processo de ocupação do sertão pernambucano, como é o caso, por exemplo, do centro histórico da cidade de Floresta, localizado no Sertão de Itaparica, às margens do Rio Pajeú.



Vista geral do centro histórico de Floresta. Fundarpe, Década de 1980.



Vista geral do centro histórico de Floresta. Fundarpe, Década de 1980.

Segundo registros históricos, a cidade de Floresta teve sua origem a partir de uma propriedade rural conhecida como Fazenda Grande, no final do século XVIII, numa área que fez parte das terras da famosa Casa da Torre de Garcia D'Ávila. No princípio, a atividade pecuária em Floresta foi fundamental para o povoamento e a consolidação da estrutura urbana naquele local, sendo um dos alicerces da construção da sua economia, que remete a própria fazenda de gado onde se originou a cidade. Essa pecuária fez com que a cidade se tornasse o principal entreposto econômico no comércio de gado vindo de outras fazendas do sertão que tinham como destino cidades como Recife e Salvador, em fins do século XVIII, que, no século XIX, foi enriquecida com a atividade algodoeira que se popularizou pelo sertão nordestino.

¹ Foram recomendados para tombamento estadual um total de quinze bens.



Fachada da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fundarpe, Década de 1980.



Interior da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Fundarpe, Década de 1980.

A primeira igreja da cidade, inicialmente consagrada ao Senhor Bom Jesus dos Aflitos, teve sua construção iniciada em 1777, sendo inaugurada em 1792, o mesmo ano em que, nas suas dependências, foi fundada a Confraria do Rosário, irmandade religiosa reconhecida como Patrimônio Vivo de Pernambuco, desde 2007. Somente a partir de 1897, com a construção de um novo templo dedicado ao Bom Jesus dos Aflitos, nas proximidades do antigo, que a igreja passou a ser dedicada à Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ao final do século XIX, com a construção de um novo templo, o espaço urbano entre as duas construções, formado pelas praças Antônio Ferraz e Fausto Ferraz, foi consolidado e é tido como o núcleo inicial da cidade. Essa área é um dos espaços da cidade que melhor preserva a arquitetura sertaneja do século XIX e princípio do XX naquela região. Paralelo a esse espaço, a cidade foi se expandido, pelas laterais das igrejas e se afastando do rio Pajéu, em direção à atual Praça Major João Novaes, onde se encontra o edifício da Força Pública, recentemente tombado pelo Estado. Já no século XX, a cidade, pela sua localização privilegiada, bem como a importância política e econômica, foi escolhida para sediar a primeira Diocese do Sertão pernambucano. Foi no fim do século XIX e no início do XX que a cidade viveu o seu apogeu, quando ainda foram criados seminários, colégios e chegou ao ponto de editar um jornal próprio, chamado "O Alto Sertão".

O inventário elaborado na década de 1980 identificou 291 edificações históricas no núcleo histórico da cidade, que é caracterizado por uma grande presença de casas térreas geminadas, com feições estilísticas que remetem a uma arquitetura

3

neoclássica e eclética típica da virada do século XIX para o XX, além da própria Igreja de Nossa Senhora do Rosário, edificação mais antiga da cidade, que data de fins do século XVIII. Tal igreja, possui uma nave única, com duas sacristias colaterais e torres recuadas em relação ao plano da fachada. É um edifício com uma tipologia comum ao século XVII, mas que se manteve em utilização no século seguinte, especialmente nas zonas rurais e no sertão.



Casario do centro histórico de Floresta.

Fundarpe, Década de 1980.



Casario do centro histórico de Floresta.

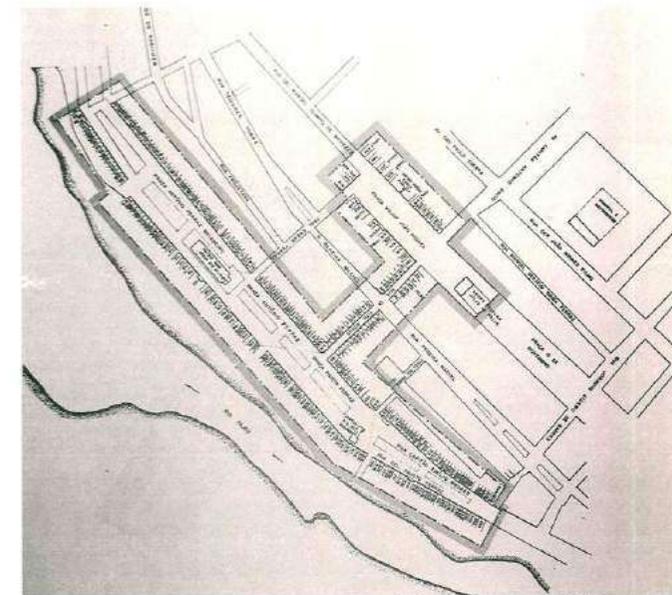
Fundarpe, Década de 1980.

O conjunto arquitetônico que encontramos no centro histórico de Floresta se mantém altamente preservado apesar da inexistência de legislações de proteção em quaisquer esferas, o que nos pode sugerir uma forte ligação da comunidade com aquelas edificações que resulta na sua preservação. Uma preservação legal desse conjunto, no entanto, se faz necessária pois ele é um dos poucos exemplares que ainda retratam um momento do processo de ocupação e desenvolvimento do estado de Pernambuco. Ao contrário de cidades que detinham conjuntos relevantes em seus centros históricos e foram descaracterizadas ou destruídas, a exemplo de Petrolina e Petrolândia, Floresta é um dos mais bem mantidos exemplares de cidades sertanejas que contam o processo de ocupação dessa região do nordeste brasileiro.

Pelo que foi aqui exposto, acreditamos que a **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**, na cidade de Floresta, deva ser objeto de um tombamento individual, assim como recomenda o Inventário do Patrimônio Cultural relativo ao Sertão do São Francisco, bem como o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico

4

existente nas praças Antônio Ferraz, Fausto Ferraz e Major João Novaes, assim como o conjunto localizado nas ruas Capitão Emílio Novaes, Coronel Fausto Ferraz e Tito Rosas, que formam o **Centro Histórico da Cidade de Floresta**, também deva ser tombado em nível estadual.



Delimitação do Centro histórico de Floresta a partir do IPAC/PE - Sertão do São Francisco. Fundarpe, Década de 1980.

Atenciosamente,

JOANA D'ARC
CONSELHEIRA

RODRIGO CANTARELLI
CONSELHEIRO

5

ANEXO D – FICHA INVENTÁRIO IGREJA N.SRA. ROSÁRIO DE FLORESTA/PE (IPAC/PE, 1987)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGIÃO NORDESTE ESTADO DE PERNAMBUCO		IPAC – PE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO		MONUMENTO TIPOLOGIA: Arquitetura Religiosa IPAC-PE Nº: 1 8 9 6 4 0 0 7 1 0 1 0 1 1 4 CADASTRO IMOBILIÁRIO: 01.013.068.001.103	
MICRORREGIÃO: Sertão Pernambucano do S. Francisco		MUNICÍPIO: Floresta		DISTRITO/BAIRRO: Sede	
LOCALIZAÇÃO: Praça Fausto Ferraz s/nº		DENOMINAÇÃO: 15 IGREJA N. S. DO ROSÁRIO 42			

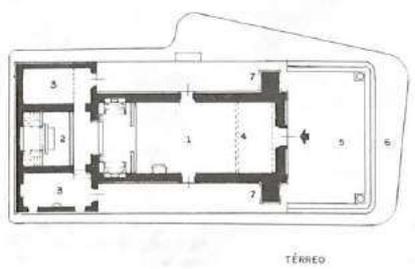
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:
 A Igreja N. S. do Rosário localiza-se no centro longitudinal da Praça Fausto Ferraz, no ponto onde se originou o assentamento urbano da cidade. Tem sua fachada principal orientada para o noroeste e fachada posterior voltada para o leito do rio Pajeú. Não há nenhuma edificação contígua à igreja. As edificações em seu entorno são constituídas por casas térreas providas das primeiras edificações da cidade. O monumento está em uma das extremidades do polígono inventariado.

EPOCA	SÉCULO 18	INÍCIO	M-MEADOS	F-FIM	ANO: 1777	UTILIZAÇÃO ATUAL: Culto
-------	-----------	--------	----------	-------	-----------	-------------------------

DESCRIÇÃO: Edifício de interesse arquitetônico, com planta de nave única, altar-mor e duas sacristias colaterais salientes do corpo da igreja. Duas torres maciças e um pouco recuadas da fachada principal completam a planta que tem a frente um adro. A fachada principal é simétrica ao eixo vertical, com uma porta central de arco abobadado, tendo acima duas janelas de verga arqueada, correspondentes ao nível do antigo coro. Acima das janelas corre a cimalha arqueada, onde se apoia, o frontão com curvas e contra curvas, corcovo a fronteira. Limitam horizontalmente esse plano, canchais de massa, encimados por coruchéus. Ao lado destes erguem-se os maciços das torres que têm apenas acima da linha da cimalha as aberturas sineiras. O coroamento das torres é piramidal. Na nave, um púlpito de madeira é o elemento mais requintado. Quanto ao seu acervo, sabe-se que é original imagem de N. Sra. das Dores é em madeira, de origem francesa, tem mais de um século e encontra-se na igreja matriz Bom Jesus dos Afiltos, nessa cidade.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	BOM	ESTRUTURA PORTANTE:	15 B	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS:	16 R	COBERTURA:	17 B	INTERIOR:	18 H	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS:	19 R	SALUBRIDADE:	20 B
PROTEÇÃO EXISTENTE:	Nenhuma												
PROTEÇÃO PROPOSTA:	Tombarmento a nível estadual.												

ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRAFICA



IPAC / PE
 LEGENDA / USO ATUAL
 1- NAVE
 2- CAPELA - MOR
 3- SACRISTIA
 4- PROJ. ANTIGO CORO
 5- ADRO
 6- CALÇADA
 7- MACIÇO DA TORRE

OBSERVAÇÕES: Em 1926, um grupo de Coluna Prestes invadiu a igreja, para ali se abrigar por alguns dias. De 21 de dezembro a 01 de janeiro, comemora-se a festa Bom Jesus dos Afiltos.

LEVANTAMENTO DE DADOS: Equipe GTPT/DPH Data: Jan 84
TEXTO: Glauciano Marcos Data: Jan 85
REVISÃO: Neide Fernandes de Sousa Data: Jan 85

DADOS COMPLEMENTARES:

TIPOLOGIA:
 Igreja com partido em "T", comum na arquitetura religiosa brasileira do século XVII e que se manteve também no século seguinte, especialmente nas zonas rurais. Pelas informações históricas, possivelmente a igreja teria sido ampliada, porquanto inicialmente era uma capela. A fachada que hoje apresenta também possivelmente teria sido edificada no início ou meados do séc. XIX. O corpo central da sua fronteira assemelha-se ao frontispício da capela de Sant'Ana no povoado de Carne de Vaca, em Golânia. Verifica-se a nave com corpo alto, sugerindo a espera de corredores laterais. O frontispício apresenta linhas curvilíneas. Encontra-se de acordo com o estudo comparativo dos exemplares da arquitetura religiosa da região, no 3º grupo, de partido de planta em "T" evoluindo para a igreja de corredores laterais.

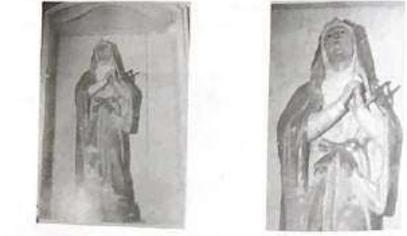
HISTÓRICO ARQUITETÔNICO:
 1777 – Construção do antigo oratório sob invocação do Senhor Bom Jesus dos Afiltos, pelo capitão José Pereira Maciel, que recebe licença por provisão do bispo D. Tomás de Encarnação Costa Lima (1).
 1778 – Obtida licença por escritura lavrada na Fazenda do Riacho do Navio, para fundação de capela Bom Jesus dos Afiltos (1).
 1780 – Início das obras de construção de capela, próxima à casa da fazenda (1).
 1792 – Inauguração e bênção da capela a 22 de julho (1).
 1803 – É instalada a paróquia, passando a capela à matriz de freguesia (1).
 1897 – É transferida a matriz para uma nova igreja e mudada a sua invocação para N. Sra. do Rosário (1).
 1937 – Nessa época, foi destruído o ambiente do coro, a escada externa que lhe dava acesso, o cruzeiro que ficava à frente da igreja e o cemitério pertencente à igreja, que se localizava onde está a Câmara Municipal – Praça Fausto Ferraz, s/nº, de frente a mesma (1).

SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAIS:
 Construção em paredes autoportantes de alvenaria de tijolos que suportam as tesouras paladianas da cobertura.

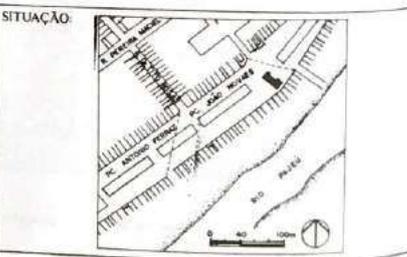
RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS:
 1937 – Demolição do coro, escada externa, cruzeiro e cemitério da igreja.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:
 Destacam-se as duas torres maciças, um pouco recuadas do frontispício, com sineiras e coroamento piramidal, que não ultrapassam a altura do frontão. Não há acesso através do volume das torres.

RESTAURAÇÕES NECESSÁRIAS:
 Restabelecimento do coro e melhoramento das instalações elétricas embutindo-as.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
 (1) FERRAZ, Alvaro. Floresta, Memória dum Cidade Sertaneja no seu Cinquentenário. Cadernos de Pernambuco nº 8, Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1957.
 Plantas executadas pela equipe GTPT/DPH – FUNDARPE.



FOTOS: 1 – Volumetria 2 – Fachada principal 3 – Nave/altar 4 – Imagem de N.S. das Dores 5 – Detalhe imagem

PERIGOS POTENCIAIS:
 Despojamento progressivo do edifício e desvirtuamento da praça por falta de proteção legal para o monumento e o sítio.

TIPO DE PROPRIEDADE: 48 R
 Religiosa

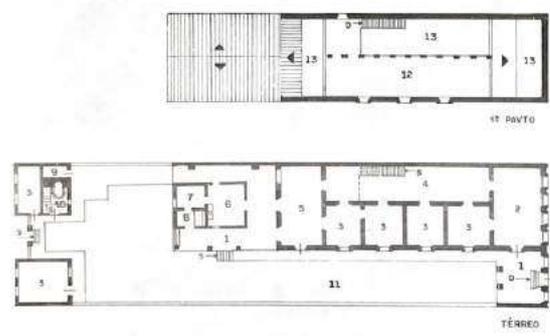
PROPRIETÁRIO: 49 PAIRIÓDIO U I J A I D I A I D I I O I C I E I S I E I D I E I F I L I O R I E I S I A I 2 7
 ENDEREÇO: Praça Antônio Ferraz Boladeiro CEP – 56.400

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGIÃO NORDESTE ESTADO DE PERNAMBUCO		IPAC – PE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO		MONUMENTO	
MICRORREGIÃO: Sertão Pernambucano do S. Francisco		FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO		TIPOLOGIA: Arquitetura Civil de Função Privada	
LOCALIZAÇÃO: Praça Antônio Ferraz, 142		MUNICÍPIO: Floresta		IPAC-PE Nº: 07 10 14 B R 5 6 4 0 0 1 1 3 1 0 0 3	
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:		DISTRITO/BAIRRO: Sede		CADASTRO IMOBILIÁRIO: 01.02.01.234.001.868	
A residência situa-se no lado noroeste da Praça Antônio Ferraz, dando fundos para uma rua de serviço às margens do leito do Rio Pajeú. Sua vizinhança é formada por um conjunto de casas que guardam uma unidade típica de fachadas. A presença de frontões tamarineiros conferem à ambiência um clima ameno à aridez da cidade.		DENOMINAÇÃO: R E S I D Ê N C I A P Q A A F E R R A Z 1 4 2			

ÉPOCA	SÉCULO 20	INÍCIO	M-MEADOS	F-FIM	ANO: 1920	UTILIZAÇÃO ATUAL: Residência
-------	-----------	--------	----------	-------	-----------	------------------------------

DESCRIÇÃO: Monumento de relevante interesse arquitetônico, desenvolvido com um corpo principal com sótão formando o oitão, e dois pequenos corpos em forma de chalé, no fundo do lote. Sua fachada se divide em duas seções distintas: uma correspondente a uma chegada, terraço lateral com três vãos em arco pleno, onde o central é o perfil de acesso e os outros, duas janelas sagadas, enclimadas por uma pia bande. A outra seção corresponde ao corpo do edifício propriamente dito, que apresenta à frente, seu salão principal, de onde se abre quatro janelas de avaral, e verga rita com motivo floral acima. O beiral de cobertura é protegido por um conjunto de cornijas em uma platibanda tendo na sua prte central um pequeno frontão de arco quebrado. A casa apresenta mobiliário relevante da época.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:	BOM REGULAR PRECARIO	ESTRUTURA PORTANTE:	15 B	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS:	16 B	COBERTURA:	17 B	INTERIOR:	18 B	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS:	19 B	SALUBRIDADE:	20 B
PROTEÇÃO EXISTENTE: Nenhuma.						PROTEÇÃO PROPOSTA: Tombamento a nível estadual.							



- IPAC/PE
LEGENDA / USO ATUAL
- 1- TERRAÇO
 - 2- SALA DE ESTAR
 - 3- QUARTO
 - 4- EMPOLGADAÇÃO
 - 5- COZINHA
 - 6- DEPÓSITO
 - 7- SANITÁRIO
 - 8- DADIA SANITÁRIA
 - 9- BANHO
 - 10- ÁREA LIVRE
 - 11- SOTÃO
 - 12- VAZIO
 - 13- VAZIO

OBSERVAÇÕES: LEVANTAMENTO DE DADOS: Glauciano Marcos Data: jan. 84
 TEXTO: Glauciano Marcos Data: jan. 85
 REVISÃO: Neide F. de Sousa Data: jan. 85

DADOS COMPLEMENTARES:

TIPOLOGIA: Casa urbana de oitão, desenvolvida tendo como preocupação as condições climáticas. A planta segue o tipo tradicional narrado por Vauthier, na segunda metade do século XIX, constituída por salão anterior e posterior, ligados por corredor para onde abrem os quartos. Aqui a planta é livre de um lado, tendo no lado encaixado, sua ampla circulação interna, com pé direito duplo, que atua como elemento de minimização climática, e por onde através de escada de um só lance, se tem acesso ao sótão. O sótão é amplo, abrindo-se para a circulação, e tinha a função original de servir de dormitório a visitantes, apresentando vários locais para armar redes. Ao fundo, as áreas de serviço e cozinha encontram-se livres em todos os lados, protegidas pela cobertura. Casa com a mesma configuração tipológica é encontrada à Praça Cel. Fausto Ferraz, 160 nesse sítio. O tratamento da fachada, na área correspondente ao terraço, destaca épocas diferentes de construção.	HISTÓRICO ARQUITETÔNICO: 1920 – O Sr. Manoel Olímpio de Maneses edifica a casa que teve por autor do projeto o Dr. Hugo, sendo gasto na obra vinte e cinco mil réis (1).	SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAIS: Paredes em alvenaria de tijolos que suportam a cobertura de duas águas, sistema madeiramento empena à empena. Pontalletes de alvenaria para formação do pano da empena internamente, no sótão, apresentam-se como pilares intercalados por guarda-corpos.
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS: Destaca-se a utilização do sótão, aproveitando a grande altura da empena, para instalação de um dormitório para hóspedes e gerando um micro-clima no interior da residência.		RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS: Séc. XX – Não se tem notícias, embora anualmente sejam feitas pinturas.
		RESTAURAÇÕES NECESSÁRIAS: Nenhuma



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
 (1) Informações – Olívia Menezes, Praça Antônio Ferraz, 142 - Floresta, Plantas executadas pela equipe GTP/DPH – FUN DARPE

FOTOS: 1 – Fachada principal 2 – Fundos 3 – Fachada posterior 4 – Interior 5 – Sótão

PERIGOS POTENCIAIS: Descaracterização ou demolição por falta de proteção legal.

TIPO DE PROPRIEDADE: Privada

PROPRIETÁRIO: O L I V I A M E N E S E S

ENDEREÇO: Praça Antônio Ferraz 142 - Floresta. CEP – 56.400

SITUAÇÃO: [Map showing the location of the house on a street grid near the Rio Pajeú]

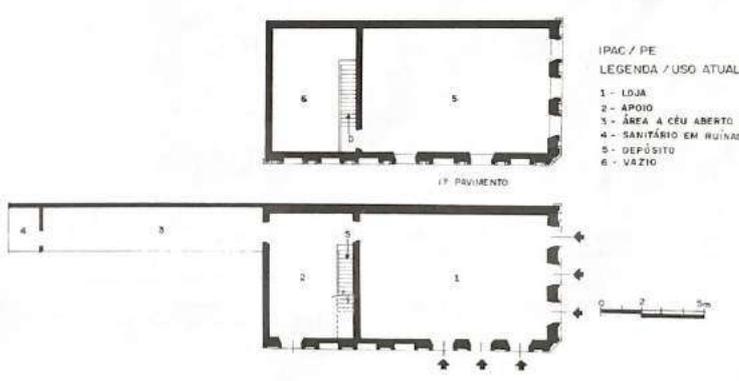
ANEXO G – FICHA INVENTÁRIO SOBRADO Nº258 DE FLORESTA/PE (IPAC/PE, 1987)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGIÃO NORDESTE ESTADO DE PERNAMBUCO	IPAC – PE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO	MONUMENTO TIPOLOGIA: Arquitetura Civil de Função Privada IPAC/PE Nº: 18.08.014.0011.310041
MICROREGIÃO: Sertão Pernambucano do S. Francisco	MUNICÍPIO: Floresta	DISTRITO/BAIRRO: Sede
LOCALIZAÇÃO: Praça Major João Novas, 258	DENOMINAÇÃO: 18.08.014.0011.310041	
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA: O sobrado situa-se na denominada Praça Major João Novas, formando a esquina com a Rua Dr. Tito Ross, que é uma das principais artérias comerciais da cidade. Esta rua é calçada e inexistente a autorização pública.		

ÉPOCA: SÉCULO 19	INÍCIO: M-MEADOS	F-FIM: ANO: 1915	UTILIZAÇÃO ATUAL: Armazém de ferragem
------------------	------------------	------------------	---------------------------------------

DESCRIÇÃO: Sobrado de interesse arquitetônico, constituído de dois pavimentos e coberto em quatro águas. Possui planta retangular constituída com a mesma disposição espacial nos dois pavimentos. O sobrado mantém a mesma unidade formal nas duas fachadas voltadas para os logradouros públicos. No térreo, abre-se uma sequência de portas, sendo três delas falsas, possuindo apenas marcação reentrante no teto de vidro, correspondendo no pavimento superior um mesmo número de vãos de janelas, onde cinco delas são também falsas. Coroando as fachadas, corre uma platibanda com motivo rendilhado em massa, possuindo no vértice que forma a esquina do edifício um pequeno frontão com a data da edificação do sobrado. O interior do sobrado mantém as suas características originais. O piso do térreo é um lajotas de granito, embora no salão principal se tenha capado com cimento. No pavimento superior, permanece o taboado do assoalho, e talha vif na cobertura.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM REGULAR PRECARIO	ESTRUTURA PORTANTE: R	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS: B	COBERTURA: R	INTERIOR: B	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS: P	SALUBRIDADE: B
PROTEÇÃO EXISTENTE: Nenhuma.			PROTEÇÃO PROPOSTA: Tombamento municipal.			



OBSERVAÇÕES: No pavimento superior, há uns pequenos orifícios na alvenaria, denominados "torneiras", onde se apoiavam rífles, bocanetas e fuzis para dar combate as investidas dos bandos de Lampião.

LEVANTAMENTO DE DADOS: Equipe GTP/DPH Data: jan. 84
TEXTO: Glauciano Marcos Data: jan. 85
REVISÃO: Neide Fernandes de Souza Data: jan. 85

DADOS COMPLEMENTARES: TIPOLOGIA: Sobrado do início do século XX, desenvolvido em dois pavimentos com a mesma disposição espacial em ambos os pisos. De características comuns aos sobrados urbanos de caráter comercial do séc. XIX, abrangindo no térreo o salão de atendimento e armazenamento, e no pavimento superior a administração. Sua modernidade é marcada com a sequência ritmada de portas e janelas correspondentes, encimadas por adornos florais. A fisionomia formal assemelha-se ao prédio nº 529 da Rua da Aurora, do Recife, onde funciona o Bar Restaurante Ibiá.	HISTÓRICO ARQUITETÔNICO: 1919 - Fortunato de Sá Gominho constrói o prédio para sua casa comercial denominada Nova Aurora, pertencente à firma Gominho & Filhos. 1923 - A Nova Aurora passa a pertencer a firma Gominho & Ferraz. 1943-4 - Funcionou também no prédio a Farmácia dos Pobres, de J. do Carmo & Cia. 1947 - A Nova Aurora passa à firma Fortunato Gominho. 1960 - A Nova Aurora tem o nome mudado para Casa Clara.	SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAIS: Prédio em estrutura parietal de tijolos que suporta o madeiramento do assoalho e a estrutura da cobertura. Esta é constituída por tesouras de pendural, formando um conjunto de quatro águas, com telha canal. Piso no térreo: lajotões de granito e no pavimento superior taboado simples formado o assoalho.
CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:		RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS: Não há indícios de qualquer intervenção havida no edifício.
		RESTAURAÇÕES NECESSÁRIAS: Limpeza e reparos gerais.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA: Informações colhidas com o Sr. Mério Gominho Ferraz, Praça Antônio Ferraz, 151 - Floresta. Planta executada pela equipe GTP/DPH - FUNDARPE.	SITUAÇÃO: Mapa de localização do sobrado na Praça Major João Novas, mostrando a esquina com a Rua Dr. Tito Ross.
FOTOS: 1 - Volumétrico 2 - Fachada para a Praça J. Novas 3 - Interior 4 - Interior 5 - Ambiência	
PERIGOS POTENCIAIS: Descharacterização ou demolição por falta de proteção legal.	TIPO DE PROPRIEDADE: P Privada
PROPRIETÁRIO: 18.08.014.0011.310041	
ENDEREÇO: Praça Antônio Ferraz, 151 Floresta. CEP - 56.400	

ANEXO H – FICHA INVENTÁRIO ESCOLA JÚLIO DE MELLO DE FLORESTA/PE (IPAC/PE, 1987)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL REGIÃO NORDESTE ESTADO DE PERNAMBUCO	IPAC - PE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO DIRETORIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO	MONUMENTO
MICROREGIÃO: São João Pernambucano do S. Francisco	MUNICÍPIO: Floresta	TIPOLOGIA: Arquitetura Civil de Função Pública
LOCALIZAÇÃO: Praça Major João Novais, s/nº	DISTRITO/BAIRRO: sede	IPAC-PE Nº: 07 10 14 1BR S e a e o o l 2 1 o e e 14
SITUAÇÃO E AMBIÊNCIA:	DENOMINAÇÃO: ESCOLA JÚLIO DE MELLO	CADASTRO IMOBILIÁRIO: 01.01.12.138.001.01

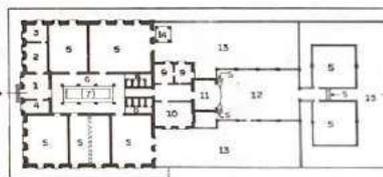
O prédio da escola situa-se num dos extremos do largo que constitui a denominada Praça João Novais, totalmente livre em todos os lados. Sua fachada principal está voltada para sudoeste. A escola integra o Sítio Histórico de Floresta.

EPOCA: SÉCULO 19	INÍCIO	M-MEADOS	F-FIM	ANO: 1929	UTILIZAÇÃO ATUAL: Esc 1º grau e Profissionalização Téc. Agrícolas
ÁREA CONSTRUÍDA: 827,71 m ²					

DESCRIÇÃO: Edifício de valor principalmente ambiental, apresentando feição ao gosto neoclássico, simétrico segundo seu eixo longitudinal. Pelos registros arquitetônicos, elementos secundários e disposição espacial, nitidamente percebe-se que o edifício foi sendo ampliado por etapas. O corpo original se desenvolve em torno de um pátio central interno, possuindo na sua fachada posterior um anexo, localizado centralmente. Dando continuidade a este anexo, surgiram as demais áreas de acréscimo, seguindo o eixo central, com a construção de um auditório e mais tarde, duas salas de aula. A fachada principal se divide em três seções, na central as vãos são em arco pleno, constituídos de uma porta ladeada por duas janelas, e coroando esta seção, há um frontão arqueado com o brasão do Estado, sobre cimália. A solução de cobertura do corpo original se faz através de cinco grupos de quatro águas dispostos simetricamente. Nos demais corpos as coberturas têm planos variados. Apenas os ambientes da seção central voltados para o logradouro principal são forrados, os demais são em telha vã. De um modo geral o estado de conservação do prédio é bom.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM REGULAR PRECÁRIO	ESTRUTURA PORTANTE: 15 R	ELEMENTOS SECUNDÁRIOS: 16 B	COBERTURA: 17 B	INTERIOR: 18 R	INSTALAÇÕES E SERVIÇOS: 19 R	SALUBRIDADE: 20 B
PROTEÇÃO EXISTENTE: Nenhuma	PROTEÇÃO PROPOSTA: Tombamento Municipal.					

ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRAFICA



IPAC / PE
LEGENDA / USO ATUAL

- 1 - HALL
- 2 - SECRETARIA
- 3 - APOIO
- 4 - DIRETORIA
- 5 - SALA DE AULA
- 6 - PÁTIO
- 7 - JARDIM
- 8 - SANITÁRIO
- 9 - COZINHA
- 10 - SALETE
- 11 - PALCO
- 12 - AUDITÓRIO
- 13 - ÁREA A CÉU ABERTO
- 14 - CASA D'ÁGUA

OBSERVAÇÕES: Em 1970, o edifício foi ocupado por uma corporação do exército vindo do Recife, para uma experimental manobra militar.

LEVANTAMENTO DE DADOS: Equipe GTPT/DPH Data: jan./1984
TEXTO: Claudiano Marcos Data: jan./1985
REVISÃO: Neide Fernandes de Sousa Data: jan./1985

121

DADOS COMPLEMENTARES:

TIPOLOGIA:

Edifício com partido arquitetônico que se desenvolve em torno de um pátio central, a exemplo do que ocorre nas instituições educacionais dos meados do século XIX, como o Ginásio Pernambucano e a Faculdade de Direito do Recife e tendo como contemporâneo e similar, o Grupo Escolar Alfredo de Carvalho na cidade de Triunfo. Neste edifício, o pátio tem dimensões restritas, assumindo a função de complementar a iluminação e ventilação dos ambientes em sua volta. A decoração das fachadas, sobretudo a principal, é ao gosto neoclássico, com marcação imitando cantarias, nos Cunhais e seção central o que era muito comum as edificações de caráter público da época, à semelhança do que ocorre no edifício de Secretaria de Segurança Pública do Recife.

HISTÓRICO ARQUITETÔNICO:

1929 - O edifício foi aberto para as atividades educacionais pelo Governador Estácio Coimbra (1).
1955 - Modificações de ambientes e construção do auditório.
1965 - Modificações de ambientes internos.
1984 - Construção das salas de aulas posteriores.

SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIAIS:

Edifício com estruturas perimetral em alvenaria de tijolos, que suportam a estrutura de cobertura. O sistema construtivo de cobertura é constituído por um conjunto de cinco grupos de quatro águas, com telhas cerâmicas, no corpo original. Nos demais ambientes a solução de cobertura é mais diversificada, ora com uma ou duas águas, com telha cerâmica em telha vã, ora com três águas e telhas de pendural. O edifício é coberto em telha cerâmica canal com exceção de três ambientes, onde af é do tipo mansilha.

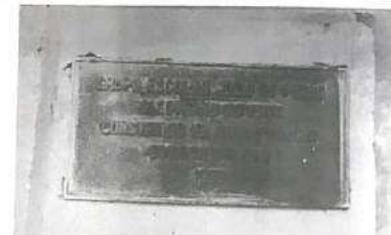
RESTAURAÇÕES E INTERVENÇÕES REALIZADAS:

1985-85 - Reformas internas de ambientes e construção do auditório.
1984 - Construção de salas de aula.

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS:

RESTAURAÇÕES NECESSÁRIAS:

Reparos gerais.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

(1) Depoimento verbal de Maria Benigna Barros de Albuquerque, Praça Coronel Fausto Ferraz, 196 - Floresta - PE. Planta executada pela equipe do GTPT/DPH - FUNDARPE.

FOTOS: 1 - Fachada principal 2 - Detalhe fachada principal 3 - Detalhe janela 4 - Pátio interno 5 - Detalhe fachada posterior 6 - Placa alusiva à construção

PERIGOS POTENCIAIS: Pela sua particular localização no logradouro público, o edifício poderá correr o risco de ter sua integridade e ambiência ameaçada, em face de futuros planos para ordenação espacial da área, e falta de uma proteção legal.

PROPRIETÁRIO: S. E. C. R. E. T. A. R. I. A. D. E. F. E. D. U. C. A. C. I. A. O.

ENDEREÇO: Rua Siqueira Campos, 304 Recife CEP - 50.000

SITUAÇÃO:



